

FERNANDA MENDES

ESTRUTURAS POSSESSIVAS: AQUISIÇÃO DE POSSE FUNCIONAL
E POSSE INALIENÁVEL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva

Co-orientadora: Prof. Dra. Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 2010.

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

M538e Mendes, Fernanda

Estruturas possessivas [dissertação] : aquisição de posse funcional e posse inalienável no português brasileiro / Fernanda Mendes ; orientadora, Maria Cristina Figueiredo Silva. - Florianópolis, SC, 2010.

224 p.: tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Aquisição de linguagem. 3. Língua portuguesa - Brasil. 4. Posse funcional. 5. Posse inalienável. I. Silva, Maria Cristina Figueiredo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

CDU 801

Ata de conclusão

*Aos meus pais, Edson e Marilia, por terem me apoiado na
realização de mais esse sonho.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, sobretudo.

A todas as entidades que me acompanham e me iluminam o caminho, na vida acadêmica ou fora dela.

Aos meus pais, Edson e Marília, por terem me apoiado e me encorajado a ir sempre além. Obrigada pelo carinho, pela atenção e pela confiança. Devo um agradecimento especial à minha mãe, por ter me aturado durante o tempo em que escrevi essa dissertação – época em que nem eu tinha paciência para mim mesma. Muito obrigada, mãe! Você foi incrível!

À minha orientadora, Maria Cristina, e à minha co-orientadora, Ruth, por terem, em primeiro lugar, aceitado me orientar nessa pesquisa. Agradeço pelos comentários nos textos, pela paciência, pela dedicação, pelas conversas e pela presença nesses dois anos. Foi um enorme prazer e, acima de tudo, uma honra trabalhar com vocês.

Ruth, obrigada também pelos comentários na banca de qualificação. Certamente, eles me fizeram repensar o rumo teórico e metodológico dessa pesquisa.

Cristina, a você também devo um obrigada especial, já que foi por causa das suas aulas que eu me apaixonei por aquisição e resolvi fazer pós-graduação nessa área. Obrigada, muito obrigada!

Aos professores que participaram da banca examinadora dessa dissertação, Carlos Miotto e Elaine Grolla, pelas suas sugestões e comentários valiosos. Alguns deles ficarão para trabalhos futuros, porém um futuro bastante próximo. Ao professor Miotto, agradeço em dobro, pela participação nas duas bancas – a examinadora e a de qualificação. Muito obrigada!

Aos professores Charlotte Galves e Juanito Avelar, pelos comentários sobre a minha pesquisa, por me fazerem pensar melhor sobre os argumentos teóricos e pelas aulas fabulosas.

Aos amigos do Sul. Flávia, minha irmã escolhida, obrigada por tudo! Pela presença, pela compreensão, pelos conselhos, pela força, por acreditar sempre em mim e me levar sempre em frente. Obrigada por me escutar divagar longamente sobre posse e me relatar a fala “possessiva” da Cecília! Obrigada, sobretudo, pela amizade sincera renovada a cada dia durante esses últimos seis anos.

Jonas, meu grande amigo, obrigada pelas boas risadas, pelos conselhos, pelas conversas e pelos cafês. Agradeço por ter me ensinado tantas coisas e por ter me deixado aprender outras tantas sozinha. Pelo carinho, pela presença e pela amizade nos últimos seis anos, muito obrigada!

Flávio, meu companheiro de aventuras lingüísticas, obrigada por não desistir de mim! Você sempre soube que eu seria uma lingüista! Obrigada pela paciência de me ensinar mil vezes a mesma coisa, obrigada por estar sempre presente desde a graduação, pelas horas de estudo, pelos comentários e pelas conversas regadas a litros de café nesses últimos seis anos.

Cristina, obrigada pelas discussões, pelos comentários, pela presença e pelos muitos favores burocráticos. Muito, muito obrigada!

João, te agradeço imensamente por tudo o que você me ensinou e por ter me encorajado a seguir na carreira acadêmica.

Cadu, querido, obrigada pelas discussões lingüísticas à beira da Lagoa da Conceição, pelas caminhadas, conversas e muitas risadas.

Aos amigos do Sudeste. Glossmurosas do meu coração, Tanu, Flavinha, Schu, Dé, La, Ma e Ju, obrigada por tudo! Pela paciência, pelas discussões sobre vida acadêmica e pessoal, pela força e por estarem sempre ao meu lado, acreditando em mim. Obrigada, meninas!

Colegas da UNICAMP, em especial Pablo, Paulo, Elisângela, Aline e Gustavo, obrigada pelos comentários e conversas esclarecedoras.

Pedro, obrigada pelas conversas, pela força e pelas orações.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

RESUMO

Essa dissertação está inserida no quadro gerativista e tem como objetivo principal observar e descrever de que forma se dá o aparecimento e a estruturação sintática das construções possessivas funcionais e inalienáveis dentro da fala de crianças adquirindo o PB, comparando com a fala adulta, dado que o *input* contém um sistema não uniforme, ao menos para a expressão da posse funcional. Os dados de aquisição utilizados na presente pesquisa são de produção espontânea de três crianças, a saber: AC, de Porto Alegre/RS, na faixa etária entre 1;08 a 3;07; G, de Porto Alegre/RS, na faixa etária entre 1;10 a 3;06 e R, de Campinas/SP, na faixa etária entre 1;07 a 3;04.

Para a análise dos dados funcionais esta pesquisa se baseou, principalmente, no trabalho de Castro (2006), que faz uma descrição detalhada de como se comportam os possessivos funcionais no PE e no PB. Além disso, a autora propõe uma análise alternativa à análise tradicional para o DP, contemplando as estruturas que envolvem os possessivos funcionais, e assume que estes elementos são gerados na posição de superfície, dispensando a operação de movimento. Dessa forma, o possessivo simples pré-nominal se localiza em D, carregando os traços relevantes de gênero e número.

Para a análise dos dados inalienáveis esta pesquisa se baseou, mormente, no trabalho de Guéron (1985), que trata de estruturas inalienáveis constituídas de *determinante definido + nome*, em que o nome faz referência a uma parte do corpo e o determinante pode ser considerado uma anáfora pronominal ou um operador, casos em que atribui a interpretação inalienável e alienável, respectivamente. A autora também trata de construções inalienáveis que colocam em jogo um PP. Essa autora propõe ainda que as construções inalienáveis se sujeitam às restrições de anáfora e cadeia lexical, além da restrição da não-distintividade.

Os resultados acerca das estruturas de posse funcional obtidos nessa pesquisa corroboram a análise de Castro (2006), pois desde as primeiras faixas etárias analisadas, se podem encontrar possessivos simples pré-nominais, o que não seria possível se movimento fosse necessário. A análise de Guéron (1985) é parcialmente confirmada pelos resultados obtidos das estruturas de posse inalienável nesta pesquisa, já que, em faixas etárias mais jovens, o possuidor não está presente na sentença em que se encontra o possuído, ferindo as restrições propostas pela autora.

Palavras-chave: aquisição da linguagem, português brasileiro, posse funcional, posse inalienável.

ABSTRACT

This thesis is embedded in the generative framework and main objective is to observe and describe how it gives the appearance and syntactic structure of possessive constructions in functional and inalienable rights of speech of children acquiring the PB, compared to adult speech as the input contains a non-uniform, at least for the expression of functional ownership. The data acquisition used in this research are spontaneous production of three children, namely: AC, Porto Alegre / RS, aged 1;08-3;07; G, Porto Alegre / RS, aged between 1;10-3;06 and R, Campinas / SP, aged 1;07-3;04.

For the analysis of functional data this research was based mainly on the work of Castro (2006), which gives a detailed description of how they behave possessives functional PE and PB. Furthermore, the author suggests an alternative to the traditional to the DP, taking in the structures surrounding the possessive function, and assumes that these elements are generated in the position of the surface, eliminating the operation of motion. Thus, the possessive simple pre-nominal is located in D, carrying traits relevant to gender and number.

For data analysis inalienable this research was based, especially in the work of Guéron (1985), which is inalienable structures consist of determining set + name, where the name refers to a body part and the determinant can be considered a pronominal anaphora or an operator, where it attaches to the interpretation inalienable and alienable, respectively. The author also deals with building rights which bring into play a PP. This author also suggests that the inalienable constructions are subject to restrictions on anaphora and lexical chain, and the restriction of non-distinctiveness.

The results about the functional ownership structures obtained in this study corroborate the analysis of Castro (2006), because from the earliest ages analyzed, can be found possessive simple pre-nominal, which would not be possible if the movement was necessary. Analysis of Guéron (1985) is partially supported by the results of inalienable possession structures in this study, as in younger age groups, the possessor is not present in the sentence you are in the possession, hurting the restrictions proposed by the author.

Keywords: *language acquisition, Brazilian Portuguese, functional possession, inalienable possession.*

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Capítulo 1

Quadros

Quadro 1: Sistema de pronomes possessivos do português padrão (quadro adaptado daquele apresentado em Cunha (1986:314) e Cunha e Cintra (1985:310)).

Quadro 2: Sistema de possessivos do PB (quadro adaptado daqueles apresentados em Castro (2006:25:(17) e 33:(30))

Quadro 3: Esquema das possibilidades da expressão possessiva (cf. Neves, 1993:153)

Quadro 4: Formas possessivas fortes *versus* formas possessivas deficientes (cf. CARDINALETTI, 1998 *apud* CASTRO, 2006)

Quadro 5: Formas possessivas fracas *versus* clíticos (cf. CARDINALETTI, 1998 *apud* CASTRO, 2006)

Capítulo 2

Quadros

Quadro 1: PP integrado *versus* PP adverbial

Quadro 2: Propriedades anafóricas e de cadeia lexical das construções inalienáveis

Quadro 3: PP locativo em IA-2 *versus* PP locativo normal

Quadro 4: Propriedades do sistema de possessivos do inglês e do espanhol

Capítulo 3

Quadros

Quadro 1: Aprendizagem de traços específico da línguas *versus* desencadeamento de parâmetro

Quadro 2: Estrutura funcional com possessivos simples pré-nominais, conforme os dados de AC, G e R

Quadro 3: Estrutura funcional com possessivos simples pós-nominais, conforme os dados de AC, G e R

Quadro 4: Estrutura funcional com possessivos preposicionados, conforme os dados de AC, G e R

Quadro 5: Estrutura inalienável com nomes de partes do corpo, conforme os dados de AC, G e R

Quadro 6: Estrutura inalienável com nomes de parentesco, conforme os dados de AC, G e R

Quadro 7: Estrutura inalienável com nomes relacionais, conforme os dados de AC, G e R

Quadro 8: Tipos de nomes inalienáveis *versus* função sintática

Tabelas

Tabela 1: Tabela geral de dados recolhidos

Tabela 2: Tipos de pronomes possessivos na fala de AC

Tabela 3: Tipos de pronomes possessivos na fala de G

Tabela 4: Tipos de pronomes possessivos na fala de R

Tabela 5: Tipos de estruturas possessivas na fala de AC

Tabela 6: Tipos de estruturas possessivas na fala de G

Tabela 7: Tipos de estruturas possessivas na fala de R

Tabela 8: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por sintagmas possessivos na fala de AC

Tabela 9: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por sintagmas possessivos na fala de G

Tabela 10: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por sintagmas possessivos na fala de R

Tabela 11: Primeiro grupo de análise de estruturas de posse inalienável

Tabela 12: Segundo grupo de análise de estruturas de posse inalienável

Tabela 13: Tipos de nomes inalienáveis do primeiro grupo de análise presentes nos dados de AC

Tabela 14: Tipos de nomes inalienáveis do primeiro grupo de análise presentes nos dados de G

Tabela 15: Tipos de nomes inalienáveis do primeiro grupo de análise presentes nos dados de R

Tabela 16: Tipos de nomes inalienáveis do segundo grupo de análise presentes nos dados de AC

Tabela 17: Tipos de nomes inalienáveis do segundo grupo de análise presentes nos dados de G

Tabela 18: Tipos de nomes inalienáveis do segundo grupo de análise presentes nos dados de R

Tabela 19: Tipos de estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de AC

Tabela 20: Tipos de estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de G

Tabela 21: Tipos de estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de R

Tabela 22: Tipos de estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de AC

Tabela 23: Tipos de estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de G

Tabela 24: Tipos de estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de R

Tabela 25: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de AC

Tabela 26: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de G

Tabela 27: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de R

Tabela 28: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de AC

Tabela 29: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de G

Tabela 30: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de R

Tabela 31: Possuidores nos dados de fala de AC

Tabela 32: Possuidores nos dados de fala de G

Tabela 33: Possuidores nos dados de fala de R

Considerações finais

Quadro

Quadro 1: Quadro resumitivo das principais propriedades dos possessivos (simples e preposicionados)

Apêndice

Tabelas

Tabela 1: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 1;08

Tabela 2: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 1;10

Tabela 3: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 2;03

Tabela 4: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 2;08

Tabela 5: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 3;00

Tabela 6: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 3;07
Tabela 7: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 1;10
Tabela 8: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 2;01
Tabela 9: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 2;03
Tabela 10: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 2;08
Tabela 11: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 3;00
Tabela 12: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 3;06
Tabela 13: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 1;07.21
Tabela 14: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 1;08.00
Tabela 15: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 1;09.20
Tabela 16: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 2;00.27
Tabela 17: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 2;03.06
Tabela 18: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 2;08.04
Tabela 19: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 3;00.07
Tabela 20: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 3;04.15
Tabela 21: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 1;08
Tabela 22: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 1;10
Tabela 23: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 2;01
Tabela 24: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 2;03
Tabela 25: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 2;08
Tabela 26: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 3;00
Tabela 27: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 3;07
Tabela 28: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 1;10
Tabela 29: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 2;01
Tabela 30: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 2;03
Tabela 31: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 2;08
Tabela 32: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 3;00
Tabela 33: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 3;06
Tabela 34: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 1;07.21
Tabela 35: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 1;08.00
Tabela 36: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 2;00.27
Tabela 37: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 2;03.06
Tabela 38: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 2;08.04
Tabela 39: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 3;00.07
Tabela 40: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 3;04.15

SUMÁRIO

Introdução	19
1. O problema “sintático” da posse funcional	23
1.1. Introdução.....	23
1.2. O que é um possessivo?.....	23
1.3. Sistemas gramaticais de possessivos	27
1.4. Propriedades dos possessivos	35
1.4.1. Morfológicas	35
1.4.2. Distribucionais	37
1.4.3. Temáticas	43
1.5. A posse funcional no PB adulto: a análise de Castro (2006)	50
1.6. Sumarizando	61
2. O problema da posse inalienável.....	63
2.1. Introdução.....	63
2.2. Posse inalienável: um problema de conceito	63
2.3. A abordagem de Guéron (1985).....	66
2.4. Um estudo comparativo: Pérez-Leroux <i>et al.</i> (2002) ...	84
2.5. A análise de Floripi e Nunes (2009).....	96
2.6. Tipos de nomes.....	98
2.7. Sumarizando	102
3. O problema da aquisição.....	103
3.1. Introdução.....	103
3.2. Uma breve introdução à hipótese inatista chomskyana	103
3.3. Os muitos problemas da aquisição	108
3.4. Os dados das crianças	122
3.4.1. Metodologia	123
3.4.1.1. Da coleta.....	123
3.4.1.2. Da análise	124
3.4.1.3. Hipóteses levantadas	125
3.4.2. Dados de posse funcional.....	127
3.4.2.1. Tipos de possessivos	128
3.4.2.2. Tipos de estruturas possessivas	136
3.4.2.3. Tipos de funções sintáticas possessivas	142
3.4.2.4. Discussão sobre os dados	149
3.4.3. Dados de posse inalienável	155

3.4.3.1. Tipos de nomes	156
3.4.3.2. Tipos de estruturas inalienáveis	162
3.4.3.3. Tipos de funções sintáticas inalienáveis	170
3.4.3.4. Discussão sobre os dados	180
Considerações finais	191
Referências bibliográficas.....	199
Apêndice	203

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dedica-se ao estudo da aquisição de dois tipos de estruturas possessivas no português brasileiro (doravante PB), a saber: posse funcional e posse inalienável.

Consideram-se estruturas de posse funcional aquelas em que está presente o possessivo funcional simples, como em (1), ou preposicionado, como em (2), independentemente de qual é o tipo semântico do nome possuído.

- (1) o *meu* carro
- (2) o carro *dele*

Consideram-se estruturas de posse inalienável aquelas em que estão presentes nomes ditos semanticamente inalienáveis: nomes de partes do corpo, como em (3), nomes de parentesco, como em (4) e nomes relacionais, como em (5) (introduzidos ou não por determinante).

- (3) O João levantou a *mão*.
- (4) O João abraçou a *mãe*.
- (5) O João abraçou o *amigo*.

O objetivo principal desta pesquisa é observar e descrever de que forma se dá o aparecimento e a estruturação sintática das construções possessivas funcionais e inalienáveis dentro da fala de crianças, comparando com a fala adulta, dado que o *input* contém um sistema não uniforme, ao menos para a expressão da posse funcional.

E, como objetivos específicos, prevêm-se:

- (i) determinar a idade de aparecimento do uso das estruturas possessivas;
- (ii) examinar nas diferentes fases quais são as formas que a criança utiliza e
- (iii) examinar as diferenças entre a gramática infantil e a gramática do adulto, ou seja, a gramática-alvo, seja com respeito à posse inalienável, seja com respeito à posse funcional.

Para tanto, tem-se como informantes dessa pesquisa três crianças em idade de aquisição – AC, G e R –, todas aproximadamente nas mesmas faixas etárias (1;07 a 3;07). Essas crianças são naturais de duas regiões diferentes do país: AC e G de Porto Alegre/RS e R de Campinas/SP, o que se reflete em diferenças dialetais, especialmente no que concerne ao uso dos pronomes.

Em relação aos dados do *input*, para os dados funcionais do PB adulto esta pesquisa baseou-se no estudo de Neves (1993), que descreve como se dá o uso dos pronomes possessivos apoiada nos dados do NURC (das seguintes cidades: Rio de Janeiro, Salvador, Recife Porto Alegre e São Paulo). Além disso, esta pesquisa baseou-se também em dados de intuição para os possessivos funcionais, bem como para as construções inalienáveis, dado que, até onde se sabe, não há uma coletânea específica de dados de construções inalienáveis do PB adulto.

Esta dissertação se constitui de três capítulos, além das considerações finais e um apêndice, em que se encontram as tabelas e gráficos dos dados recolhidos das crianças informantes desta pesquisa. A organização dos três capítulos segue abaixo.

No capítulo 1, *O problema “sintático” da posse funcional*, examinam-se as estruturas possessivas funcionais, apresentando o que são os pronomes possessivos e as discussões presentes na literatura acerca deles, tais como aquela que trata sobre o estatuto categorial desses pronomes. Apresentam-se os sistemas gramaticais desses pronomes, tais como o paradigma do português padrão e o paradigma do PB atual falado e discutem-se as diferenças encontradas entre eles. Também são apresentadas as propriedades morfológicas, distribucionais e temáticas desses pronomes. Por fim, exploram-se duas análises acerca das construções possessivas, optando-se pela análise de Castro (2006).

No capítulo 2, *O problema da posse inalienável*, apresenta-se o funcionamento da posse inalienável para línguas românicas, como o francês e o espanhol, e para o inglês. Apresentam-se, sucintamente, as divergências expostas na literatura quanto ao que se considera (posse) inalienável, visto que este ainda não é um conceito bem definido. Tendo discutido isso, apresentam-se a análise de Guéron (1985) para os dados inalienáveis do francês contrastados aos do inglês, bem como as propriedades destas estruturas, e um estudo comparativo de Pérez-Leroux *et al.* (2002) acerca do determinante definido em estruturas inalienáveis sendo adquiridas por crianças falantes do espanhol e do

inglês. Apoiando-se nas análises desses autores, se realizam algumas previsões para o PB adulto e infantil. Por fim, exploram-se algumas diferenças relatadas na literatura entre os diferentes tipos de nomes inalienáveis.

No capítulo 3, *O problema da aquisição*, discute-se alguns dos problemas que rondam a aquisição da linguagem. Para tanto, faz-se uma breve introdução à hipótese inatista de Chomsky, de acordo com Costa e Santos (2003) e apresentam-se alguns dos muitos problemas dessa área, de acordo com Meisel (1997). É também neste capítulo que se apresentam os dados coletados das crianças informantes desta pesquisa, e igualmente a metodologia adotada nela. Por fim, apresentam-se as análises dos dados funcionais e inalienáveis, respectivamente. As considerações finais fecham a discussão e apontam os problemas para pesquisa futura.

CAPÍTULO 1

O PROBLEMA SINTÁTICO DA POSSE FUNCIONAL

1.1 Introdução

Neste capítulo, serão apresentados os possessivos e as discussões presentes na literatura acerca deles. Na seção 1.2, discute-se o estatuto categorial desses pronomes. Na seção 1.3, apresentam-se o paradigma do português padrão e o paradigma do PB atual falado, a fim de discutir os sistemas gramaticais subjacentes a eles. Na seção 1.4, são apresentadas as propriedades morfológicas, distribucionais e temáticas desses pronomes. Na seção 1.5, exploram-se duas análises acerca das construções possessivas, optando-se pela análise de Castro (2006). Por fim, na seção 1.6, sumariza-se o capítulo.

1.2 O que (não) é um possessivo?

Nesta seção serão apresentadas a visão da GT de autores como Said Ali (1964), Cunha (1986) e Cunha e Cintra (1985), a visão funcionalista de Neves (1993), a visão estruturalista de Camara Jr. (2004) e a visão gerativista de Castro (2006) sobre o que são os pronomes possessivos.

De acordo com Said Ali (1964:63), Cunha (1986) e Cunha e Cintra (1985), os possessivos são considerados pronomes adjetivos (ou pronomes adjuntos). Diferentemente dos pronomes substantivos (ou pronomes absolutos), que funcionam como um nome, como o pronome demonstrativo *este* em (1), aqueles modificam o nome ao qual se unem como fazem os adjetivos, como o pronome possessivo *meu* também em (1).

(1) *Este é o meu carro.*

Segundo Cunha (1986:277) e Cunha e Cintra (1985:268), o que distingue os pronomes substantivos dos pronomes adjetivos é a possibilidade de o primeiro aparecer isolado na sentença, enquanto o segundo só deveria aparecer acompanhando um nome. No entanto, segundo Cunha (1986:314) e Cunha e Cintra (1985:310), possessivos também podem ocorrer como pronomes substantivos, como em (2), em

que o pronome possessivo *teu* aparece isolado, mas nem por isso os autores mudam a classificação.

(2) Esse carro é *teu*.

Segundo os três autores, os possessivos indicam posse em relação às três pessoas do discurso, sejam elas do eixo falante-ouvinte – 1ª pessoa (quem fala), 2ª pessoa (com quem se fala) – ou não – 3ª pessoa (de quem ou de que se fala).

Neves (1993:150), especificando melhor o que seria essa tradicional relação de posse, afirma que os pronomes possessivos designam uma relação *bipessoal* entre um “possuidor” e um “possuído”, sendo o primeiro pertencente a qualquer das três pessoas do discurso e o segundo sendo sempre de 3ª pessoa, por se tratar de um nome.

Camara Jr. (2004), da mesma forma que Said Ali (1964), Cunha (1986) e Cunha e Cintra (1985), classifica os possessivos como pronomes adjetivos. De acordo com a sua nomenclatura, que, por sua vez, segue a de Bally¹ (1950:102 *apud* CAMARA JR., 2004), são considerados pronomes adjetivos, ou termos determinantes, aqueles que têm a função de modificar, determinando ou predicando, um nome substantivo ou termo tratado como determinado (CAMARA JR., 2004:79).

Segundo o autor, os possessivos também podem funcionar, aparentemente, como substantivos. Isso seria possível quando se encontram em construções predicativas, sendo precedidos pelo artigo definido, como em (3), caso em que o adjetivo seria substantivado pelo artigo. Porém, Camara Jr. (2004:122) afirma que a diferença entre (3) e (4) reside apenas na definitude do ser, neste caso, *carro*, determinado pelo possessivo, que, em ambos os casos está exercendo a função adjetiva.

(3) Este carro é *o meu*.

(4) Este carro é *meu*.

Os pronomes possessivos, na pesquisa de Castro (2006:06-7), são chamados de funcionais, por se oporem aos possessivos lexicais², como em (5).

¹ BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne: A. Francke S. A., 1950.

² Os possessivos lexicais, porém, não estão nem sob o escopo da pesquisa de Castro (2006)

(5) O carro *do João*.

Além disso, segundo a autora, os possessivos funcionais, que são divididos em simples e preposicionados (classificação que será discutida na próxima seção), são caracterizados por serem elementos que fazem parte de uma classe fechada de palavras, por não apresentarem “conteúdo semântico descritivo”, por terem especificação morfológica do traço de *pessoa* e por desempenharem a função de argumento genitivo do nome com o qual eles se relacionam semanticamente. Por exemplo, os possessivos *meu* ou *dele* fazem parte da classe dos pronomes, uma classe fechada de palavras; não apresentam “conteúdo semântico descritivo” no sentido de serem elementos dêiticos; em relação à especificação morfológica do traço de *pessoa*, o possessivo *meu* é especificado para a 1ª pessoa (marcada em *m-*), enquanto o possessivo *dele* é especificado para a 3ª pessoa (marcada no pronome pessoal *-ele*, que se junta com a preposição *de-*)³; e podem desempenhar o Possuidor de um nome como *carro*.

Quanto à discussão a respeito de os possessivos simples serem ou não pronomes adjetivos, Castro (2006) cita os trabalhos de Lyons⁴ (1985), Giorgi e Longobardi⁵ (1991) e Schoorlemmer⁶ (1998), que sustentam que as línguas se dividem em dois grupos: de um lado, aquelas que têm possessivos determinantes⁷ (basicamente, ocorrem sem

nem da presente pesquisa.

³ Segundo Castro (2006), as formas possessivas preposicionadas (*dele* e suas variantes, *de você, da gente*) são consideradas pronomes possessivos, bem como as formas possessivas simples (ou pronomes possessivos tradicionais). De acordo com Mioto (c.p.), as formas possessivas preposicionadas não deveriam ser tratadas como as formas possessivas simples, contrariamente à análise de Castro (2006), já que as primeiras apresentam um comportamento diferenciado (de sintagmas preposicionais) que não se observa nas últimas. Porém, nesta pesquisa se adotará a análise de Castro (2006). Pretende-se, em uma pesquisa futura, explicar, em maiores detalhes, as diferenças encontradas entre esses dois tipos de formas possessivas e confirmar uma ou outra análise.

⁴ LYONS, C. A possessive parameter. *Sheffield Working Papers in Language and Linguistics* 2:98-104, 1985.

⁵ GIORGI, A and LONGOBARDI, G. *The syntax of Noun Phrases: configuration, parameters and empty categories*. Cambridge / New York: Cambridge University Press, 1991.

⁶ SCHOORLEMMER, M. Possessors, articles and definiteness. In: ALEXIADOU, A. and WILDER, C. (eds.). *Possessors, predicates and movement in the determiner phrase*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1998, 55-86.

⁷ Não é possível estabelecer um paralelo entre possessivos determinantes de Castro (2006) e possessivos substantivos de Cunha (1986), Cunha e Cintra (1985) e Camara Jr. (2004). Possessivos determinantes não co-ocorrem com determinantes, enquanto pronomes

um determinante, por estarem em distribuição complementar com ele); de outro, aquelas que têm possessivos adjetivos (basicamente, co-ocorrem com um determinante, como, supostamente, o português).

É interessante notar que há uma diferença terminológica entre o que está sendo considerado como pronome adjetivo entre os autores discutidos. Por um lado, autores como Cunha (1986), Cunha e Cintra (1985) e Camara Jr. (2004) classificam como pronomes adjetivos aqueles que co-ocorrem com um nome, em oposição aos pronomes substantivos, que ocorrem isolados. Por outro lado, autores como Castro (2006), Lyons (1985 *apud* CASTRO, 2006), Giogi e Longobardi (1991 *apud* CASTRO, 2006) e Schoorlemmer (1998 *apud* CASTRO, 2006) classificam como pronomes possessivos adjetivos aqueles que co-ocorrem com o determinante, em oposição aos pronomes possessivos determinantes, que não co-ocorrem com determinantes. Ou seja, os critérios de classificação são distintos, fazendo com que exemplos como (3) e (4) acima, sejam ambos considerados, de acordo com a visão tradicional e estruturalista, como pronomes adjetivos, enquanto na visão gerativista (3) seja considerado um exemplo de possessivo adjetivo e (4) um exemplo de possessivo determinante.

Considerando que tanto o PB quanto o PE tenham o mesmo valor para o Parâmetro do Possessivo, segundo o qual as línguas (usando evidência de tipo distribucional) são diferenciadas entre aquelas que realizam os possessivos simples como adjetivos e aquelas que realizam esses possessivos como determinantes (cf. GIORGI e LONGOBARDI, 1991 *apud* CASTRO, 2006:173-4), essa visão tipológica não pode ser aplicada a essas línguas. Ela não é capaz de abarcar o sistema de possessivos do PB e do PE simultaneamente, dado que, de acordo com essa visão, em PB os possessivos seriam determinantes, já que não necessariamente co-ocorrem com determinantes, como mostra (6) e, em PE, os possessivos seriam adjetivos, já que co-ocorrem obrigatoriamente com determinantes, como mostra (7).

(6) (o) *meu* carro

(7) *(o) *meu* carro

substantivos podem ocorrer, como mostra o exemplo (3).

No entanto, assim como não é possível que os possessivos sejam classificados como adjetivos em PB, também não é possível que eles sejam classificados como determinantes nessa língua, pois, diferentemente das línguas que possuem os ditos possessivos determinantes, como o francês, o PB não exibe duas formas diferentes de possessivos para cada distinção de pessoa-número, uma para ser usada em contextos em que está presente o nome e que não co-ocorre com determinantes, como mostra (8) e a outra para ser usada em contextos de isolamento, co-ocorrendo com determinantes (9).

(8) (*le) *mon* voiture ((o) *meu* carro)

(9) ton voiture et le *mien* (teu carro e o *meu*)

Portanto, Castro (2006) adota a visão de Cardinaletti⁸ (1998 *apud* CASTRO, 2006), que, diferentemente da que se acabou de discutir, não fala em tipos de línguas, mas em tipos de possessivos: de um lado, formas possessivas deficientes, que, por sua vez, se dividem categorialmente em formas fracas (não núcleos) e clíticos (núcleos); de outro, formas possessivas fortes⁹. No entanto, Castro (2006) reformula essa proposta para abarcar dados do PB e do PE. Este estudo tipológico reformulado será examinado com mais cuidado na seção 1.5.

Já os possessivos preposicionados, que são, segundo Castro (2006:17), pronomes fortes introduzidos por *de*¹⁰, sendo *de* atribuidor de caso Genitivo, funcionam como complementos ou modificadores do nome.

1.3 Sistemas gramaticais de possessivos

Nesta seção apresentam-se os sistemas gramaticais do PB, levando-se em consideração a visão da GT de autores como Said Ali (1964), Cunha (1986) e Cunha e Cintra (1985), a visão estruturalista de

⁸ CARDINALETTI, A. On the deficient / strong opposition in possessive systems. In: ALEXIADOU, A. and WILDER, C. (eds.). *Possessors, predicates and movement in the determiner phrase*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1998, 17-53.

⁹ Segundo Castro (2006:171), Cardinaletti (1998) estende ao sistema de possessivos uma tipologia originalmente proposta para o sistema pronominal "substantivo" por Cardinaletti e Starke (1999 *apud* CASTRO, 2006).

¹⁰ Ainda podem ser definidos, conforme Castro (2006), como *pronomes fortes preposicionados* ou *formas genitivas de pronomes pessoais*.

Camara Jr. (2004), a visão gerativista de Castro (2006) e a visão funcionalista de Neves (1993).

A GT, que trata apenas do português padrão, apresenta o quadro abaixo com o paradigma dos possessivos.

Referente	Pronome pessoal	Traço	Possuído masculino		Possuído feminino	
			Singular	Plural	Singular	Plural
1ª pessoa singular	eu	1ª pessoa singular	meu	meus	minha	minhas
2ª pessoa singular	Tu	2ª pessoa singular	teu	teus	tua	tuas
3ª pessoa singular	ele _M / ela _F	3ª pessoa singular	seu	seus	sua	suas
1ª pessoa plural	nós	1ª pessoa plural	nosso	nossos	nossa	nossas
2ª pessoa plural	vós	2ª pessoa plural	vosso	vossos	vossa	vossas
3ª pessoa plural	eles _M / elas _F	3ª pessoa plural	seu	seus	sua	suas

Quadro 1: Sistema de pronomes possessivos do português padrão (quadro adaptado de Cunha (1986:314) e Cunha e Cintra (1985:310)).

No quadro 1 acima, observa-se a presença do possessivo *vosso*, que já caiu em desuso, ao menos na língua falada e talvez mesmo na escrita. Conforme Cunha (1986:320) e Cunha e Cintra (1985:317), esse possessivo é usado em tratamento cerimonioso (juntamente com o pronome pessoal *vós*) se referindo a um só indivíduo ou a um “auditório qualificado”. Camara Jr. (2004:121), que também trata dos possessivos do português padrão, afirma que esse possessivo ainda existe no tratamento formal ao ouvinte (*Vossa Senhoria*, *Vossa Alteza*, etc.), contudo essas são fórmulas feitas, o que não pode ser considerado uso criativo da linguagem.

Também é possível notar, no quadro acima, que o possessivo *seu* pode se referir tanto à 3ª pessoa do singular quanto à 3ª pessoa do plural. Além disso, nota-se o uso exclusivo do possessivo *teu* para se referir à 2ª pessoa do singular.

No entanto, Said Ali (1964:63), Cunha (1986:316) e Cunha e Cintra (1985:312) afirmam que *seu* também pode se referir à 2ª pessoa,

sendo essa expressa por formas de tratamento, já que formas de tratamento de 2ª pessoa concordam com traços morfológicos de 3ª pessoa; as formas de tratamento, porém, não estão incluídas nos seus paradigmas de possessivos.

Cunha (1986:316) e Cunha e Cintra (1985:312) fazem alusão ao uso de *dele* para se referir à 3ª pessoa¹¹ e *de você* e *do senhor* para se referir à 2ª pessoa, como uma maneira de evitar a ambigüidade com respeito ao possuidor denotado pela forma *seu*, mas não incluem nenhuma dessas formas nos seus paradigmas de possessivos.

Camara Jr (2004:121), assim como os autores acima, também observa a ambigüidade da forma *seu* entre a 3ª pessoa do singular e plural, além de notar que essa forma também pode se referir à 2ª pessoa do singular, quando esta se refere a formas de tratamento.

Segundo este autor, dessa ambigüidade decorreria a substituição de *seu* por *dele*, no caso da 3ª pessoa do singular, e por *deles*, no caso da 3ª pessoa do plural; deixando *seu* se referir à 2ª pessoa do singular. No entanto, não é apenas dessa ambigüidade que decorre a entrada de possessivos como *dele* na língua, nem o uso de *seu* está restrito à 2ª pessoa, como se poderá ver adiante.

De acordo com Castro (2006), o quadro abaixo representa o paradigma de possessivos funcionais no PB.

Referente	Pronome pessoal	Traço morfológico	Possessivo simples	Possessivo preposicionado
1ª pessoa singular	eu	1ª pessoa singular	meu	de mim / * de eu ¹²
2ª pessoa singular	tu	2ª / 3ª pessoa singular	teu / seu	de ti / * / ?? de tu ¹³
	você	3ª pessoa singular	seu	de você (d'ocê)
3ª pessoa singular	ele _M / ela _F	3ª pessoa singular	seu	dele _M / dela _F
1ª pessoa	nós	1ª pessoa plural	nosso	* de nós

¹¹ Said Ali (1964:63) também usa o possessivo *dele* nos seus exemplos (assim como usa a forma *de você*) com o objetivo de recuperar o possuidor sem ambigüidade, porém nada fala sobre o seu uso.

¹² O símbolo (*) é usado para indicar agramaticalidade.

¹³ O símbolo (??) é usado para indicar baixa aceitabilidade.

Referente	Pronome pessoal	Traço morfológico	Possessivo simples	Possessivo preposicionado
plural	a gente	3ª pessoa singular	? nosso ¹⁴	da gente
2ª pessoa plural	vós ¹⁵	2ª pessoa plural	vosso	* de vós
	vocês	3ª pessoa plural	? vosso / ? seu ¹⁶	de vocês
3ª pessoa plural	eles _M / elas _F	3ª pessoa plural	seu	deles _M / delas _F
	o pessoal	3ª pessoa singular	seu	do pessoal

Quadro 2: Sistema de possessivos do PB (quadro adaptado daqueles apresentados em Castro (2006:25:(17) e 33:(30))

Diferentemente do quadro 1, aqui o paradigma de pronomes pessoais abrange também as chamadas formas de tratamento. Tem-se para a 2ª pessoa a forma *ocê(s)*, para a 1ª pessoa do plural a forma *a gente*¹⁷ e para a 3ª pessoa do plural a forma *o pessoal*¹⁸.

A forma *a gente* é também considerada em Cunha (1986:295) e Cunha e Cintra (1985:288) como forma de tratamento de 1ª pessoa. Segundo os autores essa forma pode ser usada na língua falada em

¹⁴ O símbolo (?) é usado para indicar média aceitabilidade.

¹⁵ É interessante frisar que *vós* aparece na tabela apenas para completar o quadro gramatical dos possessivos; contudo, como afirmado acima, ele não é usado na fala do PB, e, nesta pesquisa, não se espera a sua ocorrência.

¹⁶ Parece haver uma restrição de número para este uso. Quando há mais de um ouvinte possuidor (*vocês*) e mais de um possuído (por exemplo, *livros*), parece ser possível dizer (i) com o mesmo sentido da sua contraparte em (ii):

(i) Estes são os *seus* livros.

(ii) Estes são os livros *de vocês*.

Porém, não parece ser possível fazer o mesmo se o nome possuído estiver no singular, como mostra (iii). A sua contraparte em (iv) mostra que o possessivo preposicionado é preferido neste tipo de uso:

(iii) ? Este é o *seu* livro. (= o vosso livro)

(iv) Este é o livro *de vocês*.

Pode ser que dependa também do tipo de nome, já que substituindo *livro* por *carro* em (iv), a construção já não pareça tão degradada. Já que, pragmaticamente, seja mais razoável duas pessoas possuírem o mesmo carro do que possuírem o mesmo livro.

¹⁷ Para informações mais detalhadas sobre as mudanças ocasionadas no paradigma dos pronomes ver Lopes e Rumeu (2007).

¹⁸ *O pessoal* está sendo assumido, de acordo com Castro (2006), como um pronome, porém ele não parece apresentar as mesmas propriedades de *ocê* e *a gente*. Um estudo mais cuidadoso acerca desta forma será realizado futuramente.

substituição do pronome pessoal *nós* ou *eu*. No entanto, nesta pesquisa, se considera essa forma como equivalente apenas da 1ª pessoa do plural, como mostra o quadro acima.

Além disso, embora tenha ao menos marginalmente a forma *nosso* como possessivo simples (como em *a gente tinha o nosso negócio*), a forma *a gente* concorda com traços morfológicos de 3ª pessoa, como acontece com as formas *o pessoal* e *você*, já que todas são, ao menos originalmente, sintagmas nominais.

No caso das formas *a gente* e *o pessoal* esse fato é mais simples de ser notado: *a* e *o* são determinantes definidos e *gente* e *pessoal* são nomes. Já, a forma *você* provém da forma *Vossa Mercê*, um sintagma nominal composto por um possessivo e um nome. *Vossa Mercê*, segundo Oliveira e Silva¹⁹ (1998:172 *apud* ARDUIN, 2005:25), sofreu alterações fonéticas transformando-se em *vosmicê*, depois em *vancê*, até chegar, por fim, na forma *você*, que substituiu em muitos dialetos da língua o pronome de segunda pessoa do singular informal *tu*.

Com a entrada dessas formas que fazem uso da morfologia verbal de 3ª pessoa – *você(s)*, *a gente* e *o pessoal* –, há uma reestruturação no paradigma pronominal em geral. A consequência mais séria dessa reestruturação no sistema de possessivos é o fato de *seu* poder agora fazer referência também à 2ª pessoa informal (já era possível o uso dessas formas possessivas para se referir à 2ª pessoa formal – *o senhor*, *a senhora*). Assim, *seu* passa a ser sinônimo de *teu* em boa parte dos dialetos do PB.

Além da ambigüidade gerada no paradigma dos possessivos, é a concordância com a morfologia de 3ª pessoa, sobretudo, que permite a entrada das formas preposicionadas em certos contextos (possessivos preposicionados para pessoas gramaticais que fazem uso da morfologia de 3ª pessoa, como *você(s)*, *ele(s)*, *a gente* e *o pessoal*), já que o português é uma língua que permite esse tipo de construção possessiva, segundo Castro (2006:51). Conforme a autora, num estudo comparativo entre o português e outras línguas românicas, a generalização observada foi que nas línguas em que não existe a distinção morfológica entre as formas possessivas simples de 3ª pessoa do singular e do plural (*seu* e *seu*) são permitidos possessivos preposicionados de 3ª pessoa (*dele* e *deles*), enquanto aquelas que têm distinção morfológica entre as formas

¹⁹ OLIVEIRA E SILVA, G.M. de. Estertores da forma seu na língua oral. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M. de. e SCHERRE, M. M. P. (eds.). *Padrões sociolinguísticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, 171-181.

possessivas simples de 3ª pessoa do singular e do plural não permitem possessivos preposicionados de 3ª pessoa. Também por esse motivo, formas como *de você(s)*, *dele(s)*, *da gente* ou *do pessoal* passam a integrar o sistema encarregado da expressão da posse no PB.

Observa-se, então, no quadro 2 acima, que o sistema de possessivos do PB se constitui por dois tipos de possessivos: (i) possessivos simples, como *meu* em (10) e (ii) possessivos preposicionados²⁰, como *dele* em (11), fato que torna o sistema de possessivos do PB mais complexo. Além de um sistema de possessivos simples, que comporta ambigüidades, há ainda um sistema de possessivos preposicionados, com propriedades distintas daquelas apresentadas pelos simples, e que parece não se aplicar a todas as pessoas gramaticais.

(10) o *meu* carro

(11) o carro *dele*

Castro (2006:18) afirma que, segundo a GT, apenas os possessivos simples são considerados como parte da língua; os possessivos preposicionados são excluídos desta condição (de ser parte da língua) (mesmo sendo os preferidos na fala em PB, no caso da 3ª pessoa) pelo fato de não ocuparem a posição pré-nominal exemplificada por (12a), somente a pós-nominal exemplificada por (12b) (comportamento sintático distinto do padrão, segundo Casteleiro 1976²¹ *apud* CASTRO, 2006:18), já que são PPs (*Prepositional Phrase*, ou sintagma preposicional).

(12) a.*o *dele* carro

b. o/um carro *dele*

No entanto, o argumento da ordem não é decisivo, pois nota-se a ocorrência de possessivos simples (ou possessivos por excelência) também em posição pós-nominal (13a) – além de ocorrer na posição pré-nominal (13b), já esperada.

²⁰ Os possessivos preposicionados podem ser também chamados de *de*-possessivos, cf. Castro (2006).

²¹ CASTELEIRO, J. M. A sintaxe na didáctica do português como língua estrangeira. In *Actas do 1º Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português*. 1976.

- (13) a. um carro *meu*
 b. o *meu* carro

Falando a partir de uma outra perspectiva teórica, Neves (1993:153) entende que as possibilidades da expressão possessiva no PB são esquematizadas de acordo com o quadro abaixo²².

GN POSSESSIVO	
Nome	<i>de</i> + nome
	<i>de</i> + pronome pessoal de 3ª pessoa
	<i>de</i> + pronome de tratamento
	Pronome adjetivo possessivo

Quadro 3: Esquema das possibilidades da expressão possessiva (cf. Neves, 1993:153)

Conforme o quadro 3 acima, há quatro formas de expressar posse no G(rupo) N(ominal) possessivo. Dessas, as três primeiras se referem à posse preposicionada (seja lexical ou funcional) e a última se refere a possessivos simples. Além disso, a autora separa possessivos como *dele* de possessivos como *de você* pelo fato de, nos dados da pesquisa dela, não haver nenhuma ocorrência constituída por *de* + pronome pessoal de 1ª ou 2ª pessoa²³, e para se referir a estas pessoas gramaticais haver apenas o pronome de tratamento, como *a gente* e *você*.

A primeira maneira de expressão de posse, *de+nome*, se refere aos possessivos lexicais, que não serão tratados nesta pesquisa.

A segunda e a terceira maneiras de expressão de posse, *de+pronome pessoal de 3ª pessoa* e *de+pronome de tratamento*, são observadas, explicitamente, apenas no sistema apresentado por Castro (2006) (não de forma separada, como faz Neves (1993)), embora autores como Said Ali (1964), Cunha (1986), Cunha e Cintra (1985) e Camara Jr. (2004) tenham comentado o uso desambigüizador dessas formas em relação ao possuidor. Note-se que, em relação à terceira maneira de expressão de posse, é preciso tratar *o pessoal* como pronome de tratamento, assim como *você* e *a gente*.

²² Segundo Neves (1993:152), neste quadro não se considera a posição relativa dos elementos.

²³ Há, entre os dados da presente pesquisa, a forma *de tu*, como apresentada no quadro 2, que é produzida por uma informante da cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, onde ainda permanece o uso de *tu* para a 2ª pessoa do singular. Porém, essa forma, em relação ao universo de ocorrências, tem uma freqüência de uso muito baixa.

Por fim, a quarta maneira de expressão de posse, *pronomo adjetivo possessivo*, é observada em todos os sistemas discutidos até o momento, já que são os possessivos por excelência.

Como generalização extraída de todos os autores vistos até o momento, pode-se dizer que sistema de possessivos do PB é misto, pois, se por um lado, na 1ª e 2ª pessoa do singular há uma preferência geral pelo uso de possessivos simples, por outro lado, na 3ª pessoa do singular²⁴ há uma preferência geral por possessivos preposicionados.

Para explicar esse fato em relação à 3ª pessoa, há duas propostas: a de Cerqueira²⁵ (1993 *apud* MÜLLER, 1997), que defende haver uma substituição da forma possessiva simples *seu* pela forma possessiva preposicionada *dele*; e a de Müller (1997), que afirma haver uma especialização de uso para cada uma dessas formas.

A proposta de Cerqueira (1993 *apud* MÜLLER, 1997) se baseia na idéia de que há um enfraquecimento no sistema de concordância do PB que atinge o sintagma nominal. Segundo o autor, Agr²⁶ é a projeção que atribui Caso Genitivo (via concordância *Spec-head*) ao possessivo que, por sua vez se alçaria da sua posição de base até Spec AgrP. Para que esse Caso fosse atribuído, seria necessário o traço [+pessoa] em Agr e a forma *seu* seria selecionada.

No entanto, com esse enfraquecimento da concordância, Agr tem o traço [-pessoa], não podendo atribuir o Caso Genitivo. Dessa forma, o possessivo permanece na posição de base e a forma escolhida para sua realização é *dele*.

Por outro lado, a proposta de Müller (1997) se apóia na coexistência dessas duas formas – *seu* e *dele* –, hipotetizando que cada uma delas é especializada em relação ao seu antecedente.

A forma *seu*, sendo uma variável presa e tendo a identificação dos seus traços *phi* (traços de pessoa, gênero, número e Caso) feita pelo antecedente, tomaria antecedentes não-referenciais (genéricos e expressões quantificadas) que funcionam como operadores e têm escopo sobre a variável. Já a forma *dele*, sendo um pronome e tendo conteúdo referencial (totalmente especificado para os traços *phi* do possuidor),

²⁴ Os possessivos de 1ª, 2ª e 3ª pessoa do plural não estão em grande destaque nesta pesquisa, pois não se observa um número razoável de ocorrências suas nos dados das crianças.

²⁵ CERQUEIRA, V.C. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português do Brasil. In: ROBERTS, I. e KATO, M. A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

²⁶ Agr é a abreviação de *Agreement*, concordância em inglês.

pode expressar correferência com antecedentes referenciais, ou ainda ter referência independente.

Seguindo a proposta de Müller (1997), conclui-se que os possessivos simples de 3ª pessoa não estão “extintos” no PB, já que o uso de *seu* é possível se o antecedente é quantificado (ou não referencial), como em (14a), enquanto *dele* é usado se o antecedente é referencial, como em (14b). Isso é interessante porque o uso de *seu*, por ser restrito, deve resultar em um número bem pequeno de ocorrências no *input* da criança, como poderá ser observado no capítulo 3.

- (14) a. Cada pessoa dirige o *seu* carro / # o carro *dela*²⁷.
b. O João dirige o carro *dele* / # o *seu* carro.

1.4 Propriedades dos possessivos

Como mencionado na seção anterior, os possessivos se dividem em dois tipos, simples e preposicionados, e se diferenciam por propriedades morfológicas, distribucionais e temáticas.

Na seção 1.4.1 serão apresentadas as propriedades morfológicas desses dois tipos de possessivos, explicando como funciona o sistema de concordância de cada um deles em relação ao possuidor e ao possuído. Na seção 1.4.2 serão apresentadas as propriedades distribucionais, examinando em que posição (pré- ou pós-nominal) cada um dos dois tipos de possessivos pode ocorrer no sintagma nominal e por que tipo de determinantes eles podem ser introduzidos, levando-se em consideração os efeitos de (in)definitude a que essa combinação de possessivos e determinantes está sujeita. E na seção 1.4.3 serão apresentadas as propriedades temáticas de cada um dos tipos de possessivos, examinando que papéis temáticos cada um deles pode desempenhar.

1.4.1 Morfológicas

Segundo Castro (2006:21), o estatuto categorial dos possessivos é duplo, de pronome pessoal e de determinante ou adjetivo. Como membro de cada uma dessas categorias ele expressa as informações gramaticais de pessoa-número do possuidor e gênero e número do possuído, respectivamente, como mostram os exemplos em (15) e (16).

²⁷ O símbolo (#) é utilizado para indicar que a sentença é possível, mas com interpretação diferente da requerida.

- | | | |
|------|--------------------------|---------------|
| (15) | a. <i>me-u- Ø</i> | carro |
| | (1ªp.sing. [Masc. Sing.] | [Masc. Sing.] |
| | b. <i>me-u-s</i> | carros |
| | (1ªp.sing.) [Masc. Pl.] | [Masc. Pl.] |
| (16) | a. <i>noss-a-Ø</i> | bicicleta |
| | (1ªp.pl.) [Fem. Sing.] | [Fem. Sing.] |
| | b. <i>noss-a-s</i> | bicicletas |
| | (1ªp.pl.) [Fem. Pl.] | [Fem. Pl.] |

Por outro lado, possessivos preposicionados, em relação às informações gramaticais que carregam, possuem apenas aquelas que se referem às características de pessoa-número do possuidor. Isto é, se comportam como adjuntos e não apresentam nenhum tipo de concordância com o possuído, como mostram os exemplos (17) e (18).

- | | | |
|------|---------------|--------------------|
| (17) | a. bicicleta | <i>dele</i> |
| | Fem. Sing. | (3ª p.Sing. Masc.) |
| | b. bicicletas | <i>dele</i> |
| | Fem. Pl. | (3ªp.Sing. Masc.) |
| (18) | a. carro | <i>delas</i> |
| | Masc. Sing. | (3ªp.Pl. Fem.) |
| | b. carros | <i>delas</i> |
| | Masc. Pl. | (3ªp.Pl. Fem.) |

Como visto anteriormente, nota-se que, em relação aos possessivos simples de 3ª pessoa, não existe correspondência um-a-um entre traços gramaticais e/ou formas específicas na língua e os seus referentes, pois a forma *seu* é usada tanto para 3ª pessoa do singular quanto do plural (no português padrão).

Há que se notar que o número do possuidor em possessivos simples não é marcado consistentemente: para as pessoas do eixo falante-ouvinte é completamente marcado (existem 4 formas para as 4 pessoas), enquanto para as não-pessoas não se identifica se a forma pertence ao singular ou ao plural, dado que *seu* pode ser usado para um possuidor singular ou plural de 3ª pessoa. Em resumo, os possessivos simples possuem uma forma para cada pessoa gramatical (1ª, 2ª e 3ª do singular e do plural), forma esta não necessariamente exclusiva, ou seja, algumas formas possessivas não pertencem apenas a uma pessoa

gramatical, mas são comuns a outras pessoas gramaticais também, como é o caso do possessivo de 3ª pessoa *seu*, que pertence tanto à 3ª pessoa quanto à 2ª pessoa (do singular e do plural).

Possessivos preposicionados, diferentemente dos possessivos simples, não têm formas para todas as pessoas gramaticais (é um sistema “reduzido”, nos termos de Castro 2006:21). Em PB, a ocorrência desse tipo de possessivos para 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural (*da gente*, *de vocês* e *deles/do pessoal*, respectivamente) e para 3ª pessoa do singular (*dele*) é largamente aceita. No entanto, as formas para 2ª pessoa do singular (*de você*²⁸/*de tu*), para a 1ª pessoa do singular (*de eu*) e para uma das formas do plural²⁹ (*de nós*)³⁰ não são aceitas por todos, sendo essas referentes à primeira pessoa ainda mais marginais.

Outra coisa que se observa e que não há marcação morfológica consistente do gênero do possuidor nas formas possessivas. Formas possessivas simples tais como *meu*, *teu*, *seu* não marcam o gênero do possuidor; antes, marcam o gênero do possuído, do mesmo modo que a marca de número também se refere ao nome possuído, estando apenas no radical a marca de número do possuidor (como mostram os exemplos (15) e (16) acima). Por outro lado, as formas possessivas preposicionadas de 3ª pessoa, *dele*, marcam o gênero e o número do possuidor, sem carregar nenhuma informação morfológica a respeito do possuído (como mostram os exemplos (17) e (18) acima). Da mesma forma, os pronomes pessoais têm o gênero especificado apenas na 3ª pessoa (*ele(s)/ela(s)*).

1.4.2 Distribucionais

Para examinar a distribuição dos possessivos, é necessário, antes, determinar mais precisamente o que significa “definitude”. Para isso,

²⁸ Castro (2006:28:fn14) afirma que *de você* é a forma “fortemente preferida em PB”. No entanto, esta afirmação não parece estar correta, pois mesmo no português padrão usa-se a forma *seu* e *teu* para se referir à 2ª pessoa do singular. Para a forma preposicionada de 2ª pessoa do singular, a melhor alternativa parece, neste caso, ser a forma *d'ocê*, como em (i) – uma formação claramente dialetal:

(i) o livro *d'ocê*.

²⁹ Existem duas formas para exprimir a 1ª pessoa do plural: *nós* e *a gente*. À primeira corresponde a forma possessiva *nosso* / **de nós*; e à segunda corresponde a forma possessiva *da gente*.

³⁰ Há ainda as formas de 1ª e 2ª pessoa *de mim* e *de ti*, respectivamente. Porém, essas formas sofrem restrições temáticas, como se poderá ver adiante, e não expressam efetivamente a posse.

Castro (2006) baseia-se em Lyons (1999³¹), segundo o qual há uma categoria universal, sempre projetada pelo determinante definido (artigo definido e demonstrativo³²) quando um sintagma nominal é [+definido]. Esta categoria gramaticalizada é um DP (sendo D aqui a abreviação da categoria Definitude, e não de Determinante) em línguas que realizam morfologicamente “marcadores de definitude” (CASTRO, 2006:59).

Quando o sintagma nominal é [-definido], uma categoria universal é sempre projetada pelo determinante indefinido (artigo indefinido). Essa categoria gramaticalizada é um CardP (*Cardinal Phrase*), segundo Lyons (1999 *apud* CASTRO, 2006), em línguas que realizam morfologicamente “marcadores de definitude”. A hipótese de essa categoria gramaticalizada ser um CardP se deve ao artigo indefinido ser derivado dos numerais cardinais. Pode-se observar que a palavra que designa o artigo indefinido e a palavra que designa o numeral *um* apresentam a mesma forma. Porém, é preciso lembrar que isso funciona para o português e para as outras línguas românicas, mas não para o inglês, em que o numeral *um* é representado pela palavra *one*, enquanto o artigo indefinido é representado por *a* (que varia com a forma *an* diante de vogais).

Com possessivos preposicionados, o sintagma nominal pode ter leitura [+definida] se acompanhado de algum determinante definido – DP (*Definite Phrase*) projetado – (19a-b). Se é um sintagma nu (20a) ou é encabeçado por um determinante indefinido (20b) – CardP projetado – crucialmente vem a ter a interpretação [-definida], já que com um determinante indefinido não tem como obter a interpretação definida, assim como sem determinante nenhum (ou seja, sendo um sintagma nu).

- (19) a. *o* carro *dele*
b. *este* carro *dele*
(20) a. \emptyset carro *dele*³³

³¹ LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge / New York: Cambridge University Press, 1999.

³² Lyons (1999 *apud* CASTRO, 2006:60) afirma que demonstrativos também podem ser considerados definidos; “[e]mbora não especificamente [+def], eles carregam a interpretação dêitica tornando o referente identificável e desse modo chegando à definitude” (*Although not specifically [+def], they convey a deitic interpretation making the referent identifiable and resorting thus to definiteness*). Além disso, quando sintagmas nominais com possessivos simples são determinados por demonstrativos, a posição em que esse possessivo aparece não é relevante para a definitude, já que o demonstrativo se encarrega de tornar a leitura definida possível.

³³ É possível que, sem um contexto, esse exemplo pareça agramatical. Porém, pensando em uma sentença como (i), facilmente se observa que se trata de um sintagma com a interpretação

b. *um carro dele*

Portanto, possessivos preposicionados não determinam a interpretação relativa à definitude de acordo com a posição em que aparecem, já que, por serem PPs, só possuem a posição pós-nominal disponível³⁴; antes, necessitam do aparecimento do determinante [+/-definido] ou da falta do determinante [+definido], no caso da leitura indefinida, para que a leitura acerca da definitude seja possível.

Quando os possessivos preposicionados ocupam uma posição não-argumental, posição pós-copular e vocativa, na primeira, pode haver a ocorrência do determinante (CASTRO, 2006:61), como mostra (21). Já quando os possessivos preposicionados ocupam a posição de vocativo, formam construções impossíveis³⁵, tanto com o determinante, quanto sem ele, em PB como mostra (22a) em contraste com (22b).

(21) João é (um/o) amigo *dela*.

(22) a. *(O) amor *dela*, vem aqui!

b. *Meu* amor, vem aqui!

[-definida].

(i) *Carro dele* é sempre GM.

³⁴ Doravante, quando se falar acerca de possessivos preposicionados se assume que eles estarão sempre em posição pós-nominal.

³⁵ Em se tratando de possessivos funcionais simples em posição de vocativo, os únicos que formam construções gramaticais são os de 1ª pessoa do singular como em (i) e do plural como em (ii), sendo esta última degradada:

(i) *Meu* amor, vem aqui!

(ii) ?? *Nosso* amigo, chega mais!

Com as outras pessoas gramaticais, essa construção se torna completamente agramatical:

(iii) **Teu/Seu/Vosso* amor, vem aqui!

Da mesma forma, em se tratando de possessivos lexicais, uma construção como esta só parece ser possível quando o próprio falante é o possuidor, como em (iv), caso em que a própria mãe chama o filho:

(iv) Amor *da mamãe*, vem aqui!

Além disso, nota-se que as poucas instâncias que são boas não aceitam determinantes, como mostram os contrastes entre (i) acima e (v) abaixo, com o possessivo funcional; e (iv) acima e (vi) abaixo, com o possessivo lexical.

(v) *O *meu* amor, vem aqui!

(vi) *O amor *da mamãe*, vem aqui!

No entanto, sentenças como (vii) são boas, porém, neste caso, não se trata do determinante definido.

(vii) Ô, amor *da mamãe*, vem aqui!

Já possessivos simples podem ocupar tanto a posição pré-nominal quanto a pós-nominal³⁶. Em posição pré-nominal, atribuem a interpretação [+definida] ao sintagma nominal, e podem ser ou não acompanhados por determinantes definidos, como mostram (23a-b) e (23c) respectivamente – esta última opção está disponível apenas em PB. Determinantes indefinidos não podem ocorrer juntamente com o possessivo pré-nominal, impossibilidade que se vê em (23d), pois estes determinantes levam à interpretação [-definida], enquanto, nesta posição, este possessivo carrega a interpretação [+definida].

- (23)
- a. *o meu* carro
 - b. *este meu* carro
 - c. *Ø meu* carro
 - d. **um meu* carro

Como observa Castro (2006:62 e seguintes), a posição pré-nominal dos possessivos acarreta a interpretação [+definida], caso em que, além de a posição pré-nominal do possessivo ser obrigatória, deve haver adjacência estrita entre o artigo definido (se este está presente) e o possessivo, isto é, não pode haver modificação do possessivo pré-nominal por advérbios, como em (24a). Porém, observa-se que advérbios fracos tais como *ainda*, *já* ou *então* podem contrariar essa regra (24b), já que podem ocorrer entre o determinante e o possessivo e, além disso, modificam esse possessivo.

- (24)
- a. **o completamente meu* carro
(Determinante+Advérbio+Possessivo+Nome)
 - b. *o ainda meu* carro
(Determinante+Advérbio fraco+Possessivo+Nome)

Na posição pós-nominal, os possessivos simples são compatíveis com a interpretação [-definida] do sintagma nominal, e podem ser acompanhados por determinantes indefinidos (25a). No entanto, quando co-ocorrem com determinantes definidos, tais como o artigo definido (25b) e o demonstrativo (25c), podem ter interpretação [+definida], ainda que marginalmente no caso do artigo. Ou seja, possessivos

³⁶ Um estudo acerca do paralelo entre as diferentes posições em que aparecem os possessivos simples e o uso referencial e atributivo das descrições definidas pode ser encontrado em Borges Neto (1986).

simples, diferentemente dos preposicionados, atribuem a interpretação [+/-definida] ao DP conforme a posição em que aparecem. A exceção é a construção com demonstrativos, que é largamente aceita e tem a interpretação [+definida], mesmo com o possessivo simples em posição pós-nominal.

- (25) a. *um carro meu*
b. *?? o carro meu*
c. *este carro meu*

Como foi mostrado acima, quando os possessivos co-ocorrem com demonstrativos, são permitidos nas posições pré- e pós-nominal, como mostram os exemplos (26) e (27), respectivamente, adaptados de Castro (2006:107).

- (26) *aquele meu carro*
(27) *aquele carro meu*

Contudo, a ordem não marcada, ou a ordem preferida pelos falantes, é “demonstrativo – possessivo – nome” (CASTRO, 2006:108), como em (26). Por serem [+definidos] os demonstrativos favorecem o aparecimento dos possessivos pré-nominais.

Segundo Castro (2006:109), um argumento a favor da definitude dos demonstrativos é a possibilidade de combinação deles com o quantificador universal *todos*, que se pode apreciar em (28a), já que estes só se combinam com os artigos definidos, como em (28b), não com os indefinidos, como mostra a agramaticalidade de (28c).

- (28) a. *todos estes* carros quebraram.
b. *todos os* carros quebraram.
c. **todos uns* carros quebraram

Ainda de acordo com a autora, outro argumento é o seu comportamento em relação à adjacência com o possessivo pré-nominal mostrada em (29a), muito semelhante ao comportamento do artigo definido que se vê em (29b). Uma pequena diferença é observada por Miguel³⁷ (2004:407 *apud* CASTRO, 2006:115), segundo a qual essa

³⁷ MIGUEL, M. *O sintagma nominal em português europeu: posições de sujeito*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004. Tese de doutorado.

adjacência é menos rígida para o demonstrativo, como mostram os exemplos abaixo.

- (29) a. *esta minha* mania de mexer no cabelo
a'. *esta* tão *minha* mania de mexer no cabelo
b. *a minha* mania de mexer no cabelo
b'. ?? / **a* tão *minha* mania de mexer no cabelo

Os testes de definitude de Postal³⁸ (1970 *apud* CASTRO, 2006:112) e Milsark³⁹ (1979 *apud* CASTRO, 2006:112) também corroboram o estatuto definido dos demonstrativos, mostrando que a presença do possessivo pós-nominal, que carregaria a interpretação [-definida], não é compatível com o demonstrativo. Os exemplos pertinentes serão reproduzidos abaixo em (30), (31) e (32)^{40,41}.

- (30) a. Pequeno como *este meu* amigo é, não chega lá.
b. *Pequeno como *este* amigo *meu* é, não chega lá.
(31) a. *Este meu* amigo é também teu.
b. **Este* amigo *meu* é também teu.
(32) a. ?? Há *este meu* livro na biblioteca⁴².
b. Há *este* livro *meu* na biblioteca.

Entretanto, Castro (2006) apresenta um argumento contra a identificação entre demonstrativos e determinantes definidos no que diz respeito à definitude, afirmando que a posposição do possessivo em relação ao nome, quando este está acompanhado do demonstrativo, não causa agramaticalidade (33a); porém, se no lugar do demonstrativo

³⁸ POSTAL, P. M. On coreferential complement subject deletion. In: *Linguistic Inquiry*, v.1, n° 4, 1970.

³⁹ MILSARK, G. *Existential sentences in English*. New York: Garland, 1979.

⁴⁰ Exemplos retirados de Castro (2006:112) exemplos 167, 168, 169.

⁴¹ Parece que para o PE essa restrição quanto à co-ocorrência de demonstrativos e possessivos pós-nominais é mais incisiva do que em PB. Pode-se afirmar que, em PB, a estrutura com o possessivo pré-nominal é preferida frente à construção com o possessivo pós-nominal neste contexto, mas, de fato, não parece ser um caso de agramaticalidade em PB.

⁴² Em PB, uma tradução mais aproximada da fala seria:

(i) Tem *esse meu* livro na biblioteca.

Dessa forma, não me parece que (i) seja degradado. De qualquer forma, a sentença em (i) ainda exibe contraste com a sentença em (ii) abaixo, que me parece melhor:

(ii) Tem *esse* livro *meu* na biblioteca.

houver um artigo definido, a construção fica degradada (33b) (CASTRO, 2006:113).

- (33) a. *este carro meu*
b. *??o carro meu*

Por fim, com respeito a DPs com possessivos simples em posição pós-copular, a ocorrência do determinante é opcional. Em vocativos, não há ocorrência do determinante e, por essa razão, os possessivos são sempre pré-nominais⁴³ (CASTRO, 2006:78), conforme o exemplo (22b) acima.

1.4.3 Temáticas

Segundo Castro (2006), as propriedades temáticas dos possessivos do português não são muito diferentes daquelas dos possessivos de outras línguas românicas. De um modo geral, é possível estabelecer uma comparação semântica e estrutural entre as predicções finitas e os sintagmas nominais com possessivos.

Castro (2006:129) identifica dois tipos de sintagmas nominais possessivos:

- (i) aqueles em que os possessivos ocorrem como argumentos de predicados frutos de nominalização. Neste caso, os possessivos podem receber o papel temático de Agente/Experienciador, quando correspondentes ao argumento externo (Spec,NP), como mostra (34), ou o papel temático de Tema, quando correspondentes ao argumento interno (Complemento de N), como mostra (35), pois se assume que, por serem deverbais, estes nomes possuem a mesma estrutura argumental dos verbos dos quais provêm (CASTRO, 2006:132).

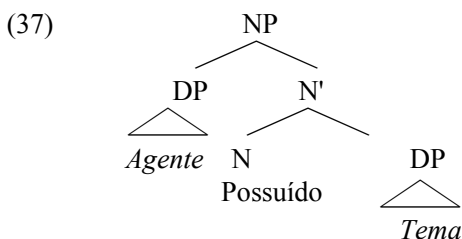
⁴³ Neves (1993) afirma que a posição do possessivo simples pode variar entre pré- e pós-nominal, como nos exemplos (i) e (ii) abaixo.

- (i) *meu Deus!*
(ii) *Deus meu!*

No entanto, acredita-se que a ordem preferida pelos falantes de PB seja aquela mostrada em (i).

- (ii) aqueles em que os possessivos ocorrem como argumentos de predicados que não envolvem nominalização. Neste caso, os possessivos podem receber o papel temático de Possuidor (CASTRO, 2006:132), como mostra (36). Segundo a autora, é a semântica do nome que determina quantos e quais serão estes argumentos que receberão o Caso Genitivo.
- (34) O astronauta conquistou a Lua.
 a. ? A conquista *do astronauta*_{Agente} da Lua.
 b. A *sua*_{Agente} conquista da Lua.
- (35) O astronauta conquistou a Lua.
 a. A conquista *da Lua*_{Tema} pelo astronauta.
 b. A *sua*_{Tema} conquista pelo astronauta.
- (36) O João tem um carro.
 a. O carro *do João*_{Possuidor}.
 b. O *seu*_{Possuidor} carro⁴⁴.

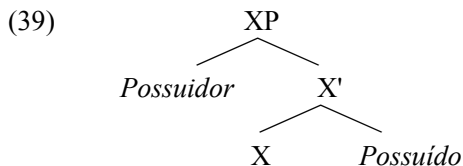
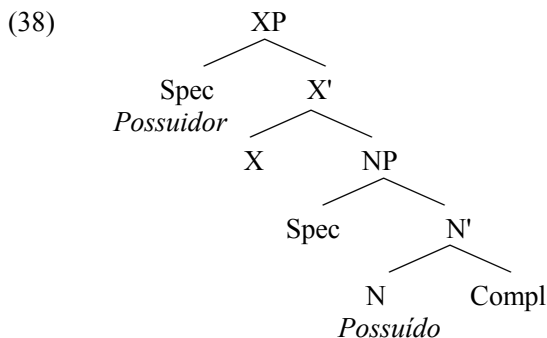
Assim, a estrutura nominal em jogo para o tipo de sintagma nominal possessivo descrito em (i) deve ser como em (37) abaixo, extraída de Castro (2006:334:(470)):



Em relação à estrutura nominal do tipo de sintagma nominal possessivo descrito em (ii), não há consenso em se considerar o Possuidor um argumento em todas as teorias. De acordo com Castro (2006:133), existem duas visões que tentam explicitar que posição ele ocupa na estrutura. A primeira afirma que ele, por ter propriedades de

⁴⁴ Neste caso, *seu* se refere à 3ª pessoa do singular. Falantes do PB têm pouca ou nenhuma intuição para a interpretação desse possessivo. Neste exemplo, a intuição, na verdade, é de Castro (2006) para o PE.

sujeito, se assemelha ao argumento externo e é projetado na posição Spec de uma categoria funcional, como em (38), extraída de Castro (2006:321:(463)). A segunda acredita que posse seja uma relação de predicação, isto é, uma *small clause* em que o possuído funciona como o predicado e o possuidor, como o sujeito da predicação, como em (39), também extraída de Castro (2006:334:(471b)).



Giorgi e Longobardi (1991:66 *apud* CASTRO, 2006:144:(210)) postulam seis princípios para reger a realização de possessivos simples pré-nominais como argumento de um nome (como Agente, Tema ou Possuidor). O primeiro deles, o que mais interessa nessa pesquisa, afirma que é impossível realizar um sintagma não-genitivo como um possessivo. Isso acontece pelo fato de que nominais atribuem Caso Genitivo aos seus argumentos via preposição *de*, no caso do português, como em (40a), e possessivos funcionais desta língua expressam sempre um complemento genitivo, como em (40b). Logo, sintagmas-*de* podem ser realizados por possessivos funcionais, sejam eles simples ou preposicionados, desde que a preposição *de* seja atribuidora de Caso Genitivo. Por outro lado, se a preposição *de* não atribui Caso Genitivo,

como em (41) ⁴⁵, a realização do sintagma por possessivos não é possível.

- (40) a. O carro *da Maria*
b. O *seu* carro / O carro *dela*
- (41) a. O jornal *de 1 de Janeiro*
b. # O *seu* jornal / #O jornal *dela*

Segundo Sedrins (2009:51), que por sua vez segue Müller (1997), construções *de+N* correspondem a um sintagma Genitivo em PB quando: (i) podem ser relativizados por *cujo*; (ii) o *N* não pode ser um pronome, exceto *ele* e formas de tratamento como *você* e *a gente* e (iii) pode ser substituído por um pronome possessivo, que, nos termos da presente pesquisa é um possessivo funcional simples.

O segundo, o terceiro e o quarto princípios podem, segundo Giorgi e Longobardi (1991:68 *apud* CASTRO, 2006:149:(220)), ser condensados em um só princípio, que segue em (42) abaixo:

- (42) “Princípio da Possessivização”: “o único sintagma que pode aparecer como um possessivo é o argumento genitivo do NP hierarquicamente mais alto”⁴⁶ (GIORGI e LONGOBARDI, 1991:68 *apud* CASTRO, 2006:149:(220)).

adotada a seguinte hierarquia temática:

- (43) “Possuidor > Agente/Experienciador > Tema” (CASTRO, 2006:149)

que está exemplificada em (44).

- (44) O quadro *do Museu do Louvre*_{Possuidor} *de Rembrant*_{Agente} *de Luís XV*_{Tema}.

⁴⁵ Exemplos retirados de Castro (2006:148:(217a, 218b)).

⁴⁶ “The possessivization principle – Giorgi e Longobardi (1991:68)

The unique phrase allowed to appear as a possessive is the hierarchically highest genitive argument of a NP”.

Sedrins (2009:56) afirma que essa hierarquia temática espelha uma relação de proeminência em termos estruturais, ou seja, o Possuidor c-comanda assimetricamente o Agente que, por sua vez, c-comanda assimetricamente o Tema. Entre as evidências fornecidas pelo autor para essa hipótese está o padrão de extração desses sintagmas possessivos, como mostram as seguintes restrições:

- (i) a presença do genitivo Possuidor bloqueia a extração dos genitivos Agente e Tema, mas não o contrário, como em (45) e (46);
- (ii) a presença do genitivo Agente bloqueia a extração do genitivo Tema, mas não o contrário, como em (47) e
- (iii) o genitivo Tema pode ser extraído:
 - (a) quando Agente é um *by-phrase* (não genitivo), como em (48) ou
 - (b) na ausência dos genitivos Possuidor e Agente, como em (49) (cf. SEDRINS, 2009:62)⁴⁷.

Seguem-se os exemplos pertinentes:

- (45) a. O João rasgou várias fotos [_{Tema} de artistas famosos] [_{Possuidor} da Maria].
 b. **De que artistas famosos* o João rasgou várias fotos da Maria ~~de que artistas famosos?~~
 c. *De quem* o João rasgou várias fotos de artistas famosos ~~de quem?~~
- (46) a. O João rasgou vários livros [_{Agente} do Chomsky] [_{Possuidor} daquele professor].
 b. **De que autor* o João rasgou vários livros daquele professor ~~de que autor?~~
 c. *De qual professor* o João rasgou vários livros do Chomsky ~~de qual professor?~~
- (47) a. O João rasgou várias fotos [_{Tema} daquela atriz] [_{Agente} daquele fotógrafo].
 b. **De que atriz* o João rasgou várias fotos ~~de que atriz~~ daquele fotógrafo?

⁴⁷ Exemplos retirados de Sedrins (2009:60-1:(33-38)).

- c. *De que fotógrafo* o João rasgou várias fotos daquela atriz ~~de que fotógrafo~~?
- (48) a. O presidente proibiu a exploração [_{Tema} de petróleo] [_{Agente by-phrase} por empresas estrangeiras].
 b. *De qual tipo de mineral* o presidente proibiu a exploração ~~de qual tipo de mineral~~ por empresas estrangeiras?
- (49) a. O João rasgou várias fotos [_{Tema} de artistas famosos].
 b. *De que artistas famosos* o João rasgou várias fotos ~~de que artistas famosos~~?

Brito⁴⁸ (1984 *apud* CASTRO, 2006:149) e Miguel (2004 *apud* CASTRO, 2006:149) mostram que essa hierarquia pode ser violada em português, pois um sintagma-*de* Possuidor pode ocorrer à direita, linearmente, de argumentos Agente e Tema, como se vê em (50). Além da hierarquia, o princípio de possessivização apresentado em (42) também pode ser violado, como mostra a construção em que, embora esteja presente o genitivo Possuidor, argumentos Agente ou Tema podem tomar a forma de possessivos, como em (51)⁴⁹.

- (50) a. Na semana passada, comprei a fotografia de duas mulheres vestidas de negro_{Tema} de Gageiro_{Agente} de um colecionador holandês_{Possuidor}
 b. Na semana passada, comprei a fotografia de Gageiro_{Agente} de duas mulheres vestidas de negro_{Tema} de um colecionador holandês_{Possuidor}
- (51) a. As minhas_{Agente/Tema} fotografias do colecionador holandês_{Possuidor} foram vendidas ontem num leilão.
 b. Não sei se já te disse, mas os meus_{Agente/Tema} quadros do negociante holandês_{Possuidor} foram vendidos ontem!

Para explicar esses fatos, Miguel (2004:305-309 *apud* CASTRO, 2006:154) propõe que o NP em que o Agente e o Tema estão projetados seja selecionado por uma projeção predicativa em que está gerado o Possuidor. Com isso, o Possuidor é interpretado estruturalmente como

⁴⁸ BRITO, A. M. Sobre a noção de sujeito e de argumento externo: semelhanças entre a estrutura da frase e de SN em português. *Boletim de Filologia XXIX*:421-478.

⁴⁹ Exemplos retirados de Castro (2006:153-4:(225,226)).

“periférico”, pois pode ocorrer na periferia esquerda ou direita do Agente e do Tema.

O quinto princípio diz que “não mais do que um sintagma pode aparecer como possessivo”⁵⁰ (CASTRO, 2006:154). Castro (2006:154) afirma que este princípio é válido apenas para os possessivos simples pré-nominais em português, pois sobre eles atua um filtro universal chamado “Unicidade do Argumento em Spec” (GIORGI e LONGOBARDI, 1991:133 *apud* CASTRO, 2006:155:fn34) segundo o qual apenas um argumento pode ocorrer em cada posição Spec, como mostra (52). Entretanto, não há problema de gramaticalidade se, no mesmo NP, um dos argumentos possessivos for um possessivo pré-nominal simples e o outro for um possessivo pós-nominal simples, como em (53a), ou preposicionado, como em (53b).⁵¹

(52) a. A *minha* fotografia da ponte Hercílio Luz.

b. *A *minha sua* fotografia.

(53) a. A *minha* fotografia *sua*.

b. A *minha* fotografia *dela*.

Por fim, o sexto princípio trata da “restrição do objeto afetado” (ALEXIADOU⁵², 2001 *apud* CASTRO, 2006:157), segundo a qual “se o núcleo nominal não expressa uma ação que afeta, isto é, modifica, o estado do objeto, o último não pode ocorrer no domínio pré-nominal”⁵³ (ALEXIADOU, 2001 *apud* CASTRO, 2006:157), isto é, o argumento

⁵⁰ “no more than one phrase may appear as a possessive”.

⁵¹ Parece que na posição de complemento, inversamente à posição de Spec, não há nenhum tipo de restrição, já que existe posição suficiente para, pelo menos, dois argumentos internos, o que torna as seguintes construções possíveis:

(i) ? O (? *meu*) retrato *dele dela*.

(ii) ? Um retrato *meu teu*.

(iii) Um retrato *meu dele*.

(iv) Um retrato *dele teu*.

A sentença em (ii) é degradada também, porém a degradação desta, diferente daquela apresentada em (i), pode estar relacionada com uma restrição de co-ocorrência de 1ª e 2ª pessoa, a mesma que se nota nos clíticos e que impede sentenças como (v), mas não sentenças como (vi) abaixo ou (iii) e (iv) acima.

(v) * O João *me te* apresentou.

(vi) ? O João *se me* mostrou.

⁵² ALEXIADOU, A. *Functional structure in nominals*; nominalization and ergativity. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2001.

⁵³ “Affectedness constraint

If the head noun does not express an action that affects, i. e. modifies, the state of the object, the latter cannot occur in the prenominal domain”.

interno (Tema) de alguns nomes “nunca será expresso como um possessivo mesmo que nenhum outro sintagma genitivo seja realizado”⁵⁴ (GIORGI e LONGOBARDI, 1991 *apud* CASTRO, 2006:157), como em (54b). Entretanto, ele pode ocorrer na posição pós-nominal, embora seja degradado (54c).

- (54) A opinião *do João*_{Experienciador} *sobre a Maria*_{Tema}.
 a. A *sua*_{Experienciador} opinião sobre a Maria.
 b. *A *sua*_{Tema} opinião do João.
 c. ?? A opinião do João *sua*_{Tema}.

Em relação às restrições que pesam sobre os possessivos preposicionados, Castro (2006:159) afirma que elas dizem respeito aos traços de pessoa-número dos pronomes fortes que se combinam com a preposição *de*. Possessivos preposicionados de 3^a pessoa, *dele* e *deles*, têm acesso, como os possessivos simples, às três interpretações, como pode ser comprovado comparando-se os exemplos (34), (35) e (36) com (55). Já os de 1^a e 2^a pessoa do singular *de mim*, *de ti*⁵⁵ têm restrições, pois o pronome precisa estar na forma oblíqua e só pode ser interpretado como Tema, não como Agente ou Possuidor (CASTRO, 2006:160), como em (56)⁵⁶.

- (55) a. ? A conquista *dele*_{Agente} da Lua.
 b. A conquista *dela*_{Tema} pelo astronauta.
 c. O carro *dele*_{Possuidor}.
 (56) a. *A conquista *de mim*_{Agente} da Lua.
 b. Não tenho boa impressão *de ti*_{Tema}.⁵⁷
 c. *O carro *de ti*_{Possuidor}.

1.5 A posse funcional no PB adulto: a análise de Castro (2006)

⁵⁴ “no internal argument may ever be expressed as a possessive even if no other genitive phrase is overtly realised”.

⁵⁵ No entanto em relação aos possessivos preposicionados de 1^a e 2^a pessoa do plural não sofrem o mesmo tipo de restrição, como se nota em (i) e (ii) abaixo.

(i) A conquista *da gente / de vocês* da Lua.

(ii) O carro *da gente / de vocês*.

⁵⁶ O exemplo (56b) foi retirado de Castro (2006:160:(242)).

⁵⁷ Segundo Miotto (c.p.), neste exemplo, se trata de um verbo psicológico nominalizado, o que também parece permitir a ocorrência da forma do possessivo preposicionado de 1^a ou 2^a pessoa do singular.

Nesta seção, serão apresentadas a análise clássica gerativa e a de Castro (2006) para a posse funcional no português. Devido ao fato de a primeira apresentar problemas, a segunda se constitui como uma alternativa para essas estruturas nesta língua, e será adotada ao longo desta pesquisa.

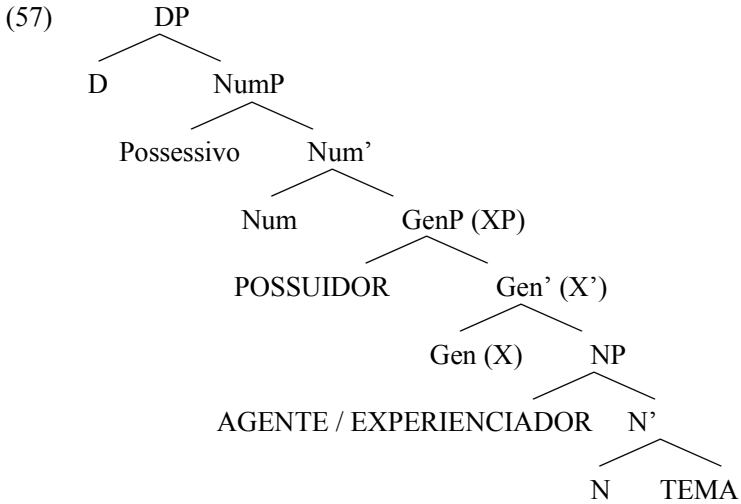
Segundo Castro (2006:321), em relação à derivação das posições pré- e pós-nominais, a análise clássica (cf. PICALLO, 1991⁵⁸; CINQUE, 1980⁵⁹ *apud* CASTRO, 2006) afirma que a posição pré-nominal está relacionada de forma transformacional com a posição temática dos possessivos. Isto é, “[c]omo qualquer argumento de um nome, um possessivo é gerado na base em uma configuração temática fixa [...] e então se move (ou não) para a posição pré-nominal. Este movimento é desencadeado por uma exigência de licenciamento formal”⁶⁰ (CASTRO, 2006:321)⁶¹. Dessa forma, a análise clássica postula que a posição pré-nominal é derivada da posição de base, por meio de movimento, que por sua vez é desencadeado por exigências de licenciamento (CASTRO, 2006:320). De acordo com a estrutura arbórea apresentada a seguir, também é possível que o N se mova para Num e, dessa forma, os possessivos Possuidor e Agente/Experienciador podem ocorrer em posição pós-nominal em relação ao nome. A estrutura arbórea em (57) ilustra essa idéia.

⁵⁸ PICALLO, M. C. Nominals and nominalization in Catalan. *Probus* 3:279-316, 1991.

⁵⁹ CINQUE, G. On extraction from NP in Italian. *Journal of Italian Linguistics* 5: 47-99, 1980.

⁶⁰ “As any argument of a noun, a possessive is base-generated in a fixed thematic configuration [...] and then moves (or not) to the prenominal position. This movement is triggered by a formal licensing requirement”.

⁶¹ Segundo Picallo (1994 *apud* CASTRO, 2006:322:fn2) o Possuidor, não sendo semanticamente selecionado, se localiza em uma posição sintática externa à projeção NP, no caso Spec GenP, da qual ele pode ser c-comandado pelo seu NP licenciador, um nome denotando um objeto.



Outra suposição da análise clássica é que os possessivos são sujeitos do DP (CINQUE⁶², 1980 *apud* CASTRO, 2006:322). Além disso, Castro (2006:322) afirma que, conforme a tipologia de Cardinaletti e Starke⁶³ (1999 *apud* CASTRO, 2006), possessivos pré-nominais são elementos deficientes, o que permite que sejam elementos clíticos ou elementos fracos conforme a língua; já possessivos pós-nominais são elementos fortes. Segundo Castro (2006:322), elementos fortes, quando são projetados em uma posição temática, permanecem em sua posição de base, enquanto elementos deficientes se movem para a posição pré-nominal.

Entretanto, no caso dos elementos deficientes, o lugar para onde podem ir depende de serem eles elementos clíticos ou elementos fracos. Para serem licenciados, é necessário que, sendo elementos fracos, se alcem até Spec, XP (“posição do sujeito pré-nominal” conforme Castro (2006:322)) e, sendo elementos clíticos, um movimento a mais será necessário para que se alcancem D. Esse movimento extra é motivado, segundo Schoorlemmer (1998 *apud* CASTRO, 2006), pelo fato de que,

⁶² CINQUE, G. On extraction from NP in Italian. *Journal of Italian Linguistics* 5:47-99, 1980.

⁶³ CARDINALETTI, A. and STARKE, M. The typology of structural deficiency: a case study of three classes of pronouns. In: RIEMSDIJK, H. van (ed.). *Clitics in the languages of Europe*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 1999, 33-82.

quando não co-ocorrem com artigos, o núcleo de XP pode carregar o traço [+definido].

Castro (2006:323) afirma que os possessivos pré-nominais do português, tendo comportamento típico de núcleos, contribuem para a definitude do sintagma nominal, mesmo co-ocorrendo com artigos definidos ditos expletivos, segundo Castro (2006:324).

Um dos problemas que a análise clássica apresenta, segundo Castro (2006), se baseia no fato de que, em relação à análise transformacional, não há evidência empírica. A única evidência a favor desta análise, que se constituía em as mesmas interpretações – Possuidor, Agente/Experianeciador e Tema – poderem ser atribuídas a possessivos pré- e pós-nominais, é derrubada por dados que mostram os “efeitos da Restrição de Afetamento” (CASTRO, 2006:324), construções em que o possessivo muda de papel temático de acordo com a sua posição no sintagma, como mostra (58)⁶⁴.

- (58) a. Eu dei-lhe (a) *tua**_{Tema} / _{Experianeciador} opinião, que não é a melhor.
b. Ele tem uma opinião *tua*_{Tema}, que não é a melhor.

Com isso, Castro (2006:327) afirma que possessivos pré-nominais e pós-nominais não são “projetados na mesma posição temática”⁶⁵ e assume que “possessivos pré-nominais não sofrem movimento. Eles são, portanto, gerados em sua posição de superfície”⁶⁶.

Segundo a autora, outro problema enfrentado pela análise clássica é o fato de o licenciamento de possessivos pré- e pós-nominais ser assimétrico. Assumindo que os possessivos são os sujeitos do DP, como os sujeitos do IP eles deveriam ser formalmente licenciados em qualquer que seja a sua posição, pré-nominal ou pós-nominal. Contudo, segundo Brito (1984 *apud* CASTRO, 2006) e Miguel (2004 *apud* CASTRO, 2006), que analisam dados do português, apenas possessivos pré-nominais são formalmente licenciados, enquanto possessivos pós-nominais não são, já que são adjetivos que, por sua vez, não sofrem movimento da posição argumental de base que ocupam.

⁶⁴ Exemplo retirado de Castro (2006:325:(464)).

⁶⁵ “projected in the same thematic position”.

⁶⁶ “prenominal possessives do not undergo movement. They are therefore generated in their surface position”.

Com isso, o DP deixa de manter um paralelo com o IP, já que o licenciamento do sujeito é obrigatório no último mas não no primeiro. Entretanto, Shoorlemmer (1998 *apud* CASTRO, 2006) entre outros autores afirma que o licenciamento formal deve se efetuar dependendo da forma sob a qual o possessivo se apresenta; quando o possessivo pós-nominal exhibe a mesma forma daqueles que sofrem o licenciamento, é preciso dizer que o possessivo pós-nominal é “licenciado da mesma forma que sujeitos *in situ*”⁶⁷, de acordo com Miguel (2004 *apud* CASTRO, 2006:328). No entanto, Castro (2006) não acredita que essa seja uma solução plausível para os dados do português, já que há uma diferença em relação à definitude quando os possessivos ocupam a posição pré- e pós-nominal; além disso, Castro (2006:328) assume que a posição pré-nominal dos possessivos se constitui como uma exigência estrutural relacionada à definitude.

Pelo fato de a análise clássica apresentar os problemas elencados, Castro (2006) propõe uma análise alternativa para os possessivos simples. Nesta análise, a autora adota a visão tipológica de Cardinaletti (1998 *apud* CASTRO, 2006), adaptando-a aos dados do português.

O quadro abaixo mostra o sistema de Cardinaletti (1998 *apud* CASTRO, 2006).

Formas possessivas fortes (XP)	Formas possessivas deficientes (XP ou X⁰)
Podem ser modificadas, coordenadas, focalizadas contrastivamente ou usadas em isolamento.	Não podem ser modificadas, coordenadas, focalizadas contrastivamente ou usadas em isolamento.
Podem se referir apenas a entidades [+humanas].	Podem se referir a entidades [-humanas].
Têm referência própria e não precisam ser associadas com um antecedente no discurso.	São sempre anafóricas.
São formas acentuadas.	Têm formas reduzidas foneticamente.

Quadro 4: Formas possessivas fortes *versus* formas possessivas deficientes (cf. CARDINALETTI, 1998 *apud* CASTRO, 2006)

⁶⁷ “licensed in the same way as subjects *in situ* are”.

Formas deficientes	
Formas fracas (XP reduzido)	Clíticos (X ⁰)
Podem ocorrer em posição inicial (alemão) e em posições não adjacentes ao verbo (italiano).	Não podem ocorrer em posição inicial e ocorrem em posições adjacentes ao verbo.
São formas acentuadas.	Não são formas acentuadas.

Quadro 5: Formas possessivas fracas versus clíticos (cf. CARDINALETTI, 1998 *apud* CASTRO, 2006)

De acordo com a classificação apresentada acima, possessivos pós-nominais são formas fortes (XP); possessivos pré-nominais são formas deficientes, isto é, formas fracas (XP em Spec, AgrSNP) ou clíticos (X⁰ em D), sendo que os últimos ocupam a posição de determinantes e, por isso, não podem co-ocorrer com eles. Na verdade, o que distingue pronomes clíticos de pronomes fracos e de pronomes fortes é a posição em que cada um deles aparece, já que eles podem ser (aparentemente) homófonos.

Castro (2006) assume que, em português, possessivos pré-nominais deficientes são X⁰ e não XP, e, portanto, ocupam a posição D. As razões disso e os seus respectivos exemplos se seguem abaixo:

- (i) possessivos pré-nominais podem ser modificados por advérbios fracos mas não por advérbios XP (em uma configuração *head-adjunction*);
- (ii) eles só podem ser focalizados *in situ* por meio da estratégia de acento (a única disponível para núcleos);
- (iii) eles estão relacionados à interpretação definida do sintagma nominal, portanto eu assumo que eles estão em D;
- (iv) sendo elementos deficientes, eles podem ser foneticamente reduzidos⁶⁸.

⁶⁸ "(i) *prenominal possessives can be modified by weak adverbs but not by XP adverbs (in a head-adjunction configuration)*;

(ii) *they can only be focused in situ by means of the stress strategy (the only one available for*

(CASTRO, 2006:332).

- (59) a. o *ainda* meu carro
a'. a *ainda* minha casa
(Determinante+Advérbio fraco+Possessivo+Nome)
b. *o *completamente* meu carro
b'. *a *completamente* minha casa
(Determinante+Advérbio+Possessivo+Nome)
- (60) a. o *MEU* carro, não o seu
a'. a *MINHA* casa, não a sua
b. *o carro *MEU*, não o seu
b'. *a casa *MINHA*, não a sua
- (61) a. (o) *meu* carro
a'. (a) *minha* casa
b. *um *meu* carro
b'. *uma *minha* casa
- (62) a. (o) [*me*] / [*mew*] carro
a'. (a) [*mia*] casa
b. *um carro [*me*] / [*mew*]
b'. *uma casa [*mia*]

Dessa forma, o possessivo pré-nominal é quem carrega as informações semânticas relevantes, como definitude e número (no caso do PB), já que a posição pré-nominal do possessivo, por si só, desencadeia a interpretação [+definida] (CASTRO, 2006:72), ao contrário do que acontece com os possessivos em posição pós-nominal (especialmente quando se trata de possessivos preposicionados), que necessitam da presença do determinante definido ou do determinante indefinido para que se possa determinar a leitura exata com respeito ao traço de definitude, visto que aí pode haver ambas as interpretações [+/-definida] (CASTRO, 2006:73).

Logo, assumindo-se a hipótese de Castro (2006), o artigo definido é uma marca redundante de [+definido] quando co-ocorre com o possessivo pré-nominal, visto que este já marca o sintagma nominal quanto à definitude, o que torna possível o artigo expletivo (cf.

heads);

(iii) they are related to the definite interpretation of the noun phrase; I therefore assume that they are in D;

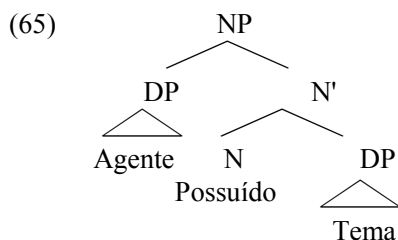
(iv) being deficient elements, they can be phonetically reduced”

nomenclatura de LONGOBARDI⁶⁹, 1994 *apud* CASTRO, 2006) nulo ou lexicalizado em PB, enquanto em PE esse artigo só pode ocorrer lexicalmente realizado, o que explica a variação entre PE e PB quanto à opcionalidade aparente do artigo definido co-ocorrendo com possessivos pré-nominais.

Um ponto a ser levantado, segundo Castro (2006), é que, ao menos dialetalmente, o artigo nulo co-ocorrendo com possessivos pode se relacionar com o artigo nulo que co-ocorre com nomes próprios⁷⁰.

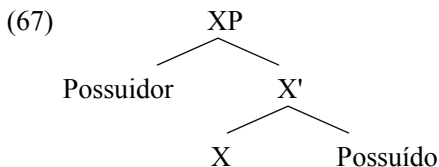
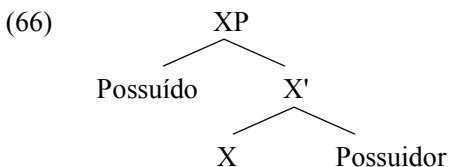
- (63) a. *Maria* caiu.
 b. Vou na casa *de Maria*.
 c. *Meu* livro caiu.
- (64) a. *A Maria* caiu.
 b. Vou na casa *da Maria*.
 c. *O meu* livro caiu.

Por assumir que os possessivos simples pós-nominais não se movem da posição de base, Castro (2006:333) afirma que a sua interpretação temática é obtida por meio de duas configurações sintáticas: (i) uma estrutura argumental como a de (65), na qual o argumento externo (Agente/Experienciador) é gerado como especificador de NP e o interno (Tema) é gerado como o complemento de N, sendo N o nome possuído; ou (ii) uma estrutura predicativa, na qual é projetado um possuidor (como sujeito ou predicado), como mostram (66) e (67).



⁶⁹ LONGOBARDI, G. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry* 25:609-665, 1994.

⁷⁰ Nota-se que as sentenças em (63c) é possível no mesmo dialeto em que ocorrem as sentenças em (64). Porém, as sentenças em (63a,b) não são possíveis no mesmo dialeto em que aparecem as sentenças de (63c) e (64).



No entanto, segundo Castro (2006:335), enquanto possessivos pós-nominais são projetados em sua posição de base – onde recebem seu papel temático –, como mostrado acima, possessivos pré-nominais são projetados em sua posição de superfície (ou seja, D) enquanto a sua posição de base é ocupada por um elemento nulo. Por meio da coindexação, o possessivo pré-nominal forma uma cadeia com o elemento nulo, ao qual foi atribuído o papel temático. A construção possessiva de 3ª pessoa do português antigo, *seu N dele*, é que fornece a evidência para tal estrutura (CASTRO, 2006:335).

Em relação à estrutura sintática dos possessivos pré-nominal e pós-nominal combinados com demonstrativos, Castro (2006:335) afirma que a posição pré-nominal desencadeia a interpretação definida do sintagma nominal pelas seguintes razões:

- (i) definitude se correlaciona com a projeção DP, não com determinantes como uma classe; definitude é então obtida projetando – e preenchendo uma posição particular em – DP;
- (ii) demonstrativos podem ter seu lugar em Spec, DP;
- (iii) cardinais, artigos indefinidos e determinantes quase-indefinidos não estão localizados no DP mas em alguma projeção mais baixa⁷¹

⁷¹ "(i) definiteness correlates with the DP projection, not with determiners as a class;
58

Com isso, Castro (2006:336) assume que, “[j]á que os demonstrativos são determinantes substantivos⁷² – lembrando que seu significado dêitico intrínseco envolve identificabilidade, que é o conceito pragmático subjacente à definitude, de acordo com Lyons –, segue-se naturalmente que ele ocupe uma posição em DP”⁷³. É uma suposição de Castro (2006) que os demonstrativos ocupem, especificamente em português, a posição Spec, DP (CASTRO, 2006:336), e nessa posição sejam eles os responsáveis pela interpretação definida atribuída ao sintagma nominal. Dessa forma, segundo Castro (2006:338), os possessivos não são requeridos na posição pré-nominal, pois os demonstrativos, e não os possessivos, neste caso, são os desencadeadores do traço [+definido] do sintagma nominal, podendo, então, haver a ocorrência dos possessivos simples tanto na posição pré-nominal quanto na pós-nominal sem que se comprometa a definitude do sintagma nominal.

Por meio da suposição de que possessivos pré-nominais são núcleos (e não especificadores, como afirma a análise clássica), Castro (2006:339) desconstrói o paralelo traçado entre os sujeitos nominais (possessivos) e os sujeitos sentenciais, pois os últimos são especificadores (Spec, IP).

Além disso, Castro (2006:340) afirma que “possessivos pré-nominais estão em uma configuração de adjunção ao núcleo com o artigo definido, ambos ocupando o núcleo D”⁷⁴. Uma alternativa proposta por Lyons (1999 *apud* CASTRO, 2006) sugere que, nas construções com possessivos pré-nominais, quando está presente o artigo expletivo, este se localiza em Spec, DP. De acordo com essa última hipótese, a estrutura arbórea proposta é ilustrada em (68) abaixo.

definiteness is thus obtained by projecting – and filling a particular position in – DP;

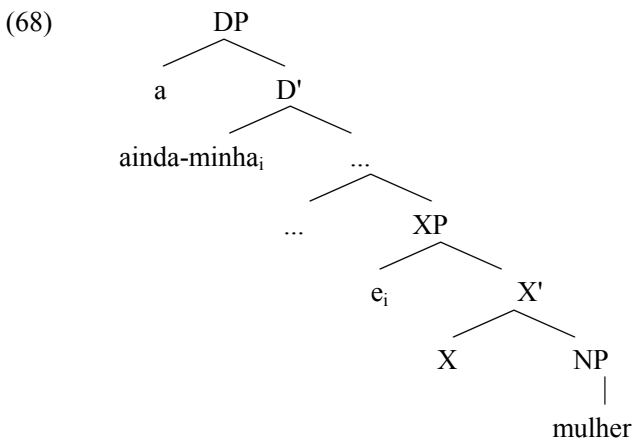
(ii) demonstratives may be located in Spec, DP;

(iii) cardinals, indefinite articles and quasi-indefinite determiners are not located in DP but in some lower projection”.

⁷² Determinante substantivo significa ser um determinante com carga semântica (tais como definitude e número), em oposição ao determinante expletivo (de Longobardi, 1994 *apud* CASTRO, 2006), que é semanticamente vazio.

⁷³ “*Since demonstratives are substantive determiners – recall that their intrinsic deictic meaning involves identifiability, the pragmatic concept underlying definiteness, according to Lyons –, it naturally follows that they occupy a position in DP*”.

⁷⁴ “*pronominal possessives are in head adjunction with the definite article, both occupying the D head*”.



Por fim, como mais um argumento a favor da idéia de que o possessivo prê-nominal é núcleo, Castro (2006:344) assume a análise da “microvariação paramétrica” sugerida por Costa e Figueiredo Silva⁷⁵ (2006 *apud* CASTRO, 2006:344), na qual os autores propõem:

- (69) Tipo de morfologia [de plural] em português:
 plural é um [morfema] único em português brasileiro.
 plural é um morfema dissociado em português europeu.

Segundo Castro (2006:344), o morfema único de plural (do PB) “se ancora no possessivo, ao invés de se ancorar no [artigo] expletivo, já que o possessivo é o elemento relevante para o componente interpretacional”⁷⁶, pois este se localiza em D, como em (70). Dessa forma, em construções não-possessivas esse mesmo morfema único de plural se ancora no determinante (determinante/artigo substantivo), pelo fato de que este também se localiza em D, como em (71). Já o morfema dissociado de plural (do PE) resulta em uma “proliferação do dado

⁷⁵ COSTA, J. and FIGUEIREDO SILVA, M. C. Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for Distributed Morphology. In: COSTA, J. and FIGUEIREDO SILVA, M. C. (eds.). *Studies on agreement*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2006.

⁷⁶ “anchors on the possessive rather than on the expletive, since the possessive is the relevant element for the interpretational component”.

morfema” entre todos os elementos do sintagma nominal, como em (72).

(70) (o) meus carro

(71) os primeiro carro

(72) a. Os meus carros
b. Os primeiros carros

1.6 Sumarizando

Em PB, o sistema de possessivos sofreu algumas mudanças em relação ao português padrão (aquele da gramática tradicional (GT), por exemplo), que funciona de maneira uniforme, ou seja, todos os pronomes concordam em pessoa com o possuidor e em gênero e número com a coisa possuída, assim como descreve a GT – *meu carro, minhas casas*, por exemplo. Já o sistema de possessivos do PB passou de um sistema uniforme para outro no qual ainda permanece esse tipo de concordância observado no português padrão apenas na primeira e na segunda pessoa, ressaltando-se que os pronomes possessivos de 3ª pessoa do singular e do plural *seu* passam inequivocamente para a segunda pessoa do singular como sinônimo de *teu*.

Nas outras pessoas gramaticais, pode-se observar, no PB, a construção de um sistema feito com base em PPs (*dele*: de + ele), que possui concordância em pessoa, gênero e número apenas com o possuidor (*casa dele* é a casa do Pedro e *carro delas* é o carro da Ana e da Maria), diferentemente do sistema anterior.

Além dessas mudanças morfológicas, esses dois tipos de possessivos também apresentam diferenças em relação à sua distribuição no sintagma nominal, pois os possessivos simples podem ocupar a posição pré ou pós-nominal, dependendo da definitude ou da falta dela, enquanto os preposicionados aparecem apenas em posição pós-nominal, dependendo exclusivamente do determinante que os introduz para receber a interpretação [+/- definida]. Os dois tipos de possessivos exibem ainda diferenças temáticas, já que os possessivos simples podem desempenhar qualquer um dos papéis temáticos (Possuidor, Agente/Experienciador e Tema), enquanto os preposicionados sofrem algumas restrições, ao menos em relação à 1ª e 2ª pessoa.

CAPÍTULO 2

O PROBLEMA DA POSSE INALIENÁVEL

2.1 Introdução

Neste capítulo, será apresentado o funcionamento da posse inalienável para línguas românicas, como o PB, o francês e o espanhol, e para o inglês. Na seção 2.2, apresenta-se, sucintamente, as divergências na literatura quanto ao que se considera (posse) inalienável. Na seção 2.3, apresenta-se a análise de Guéron (1985) para os dados inalienáveis do francês contrastados aos do inglês, bem como as propriedades destas estruturas. Na seção 2.4, apresenta-se um estudo comparativo de Pérez-Leroux *et al.* (2002) acerca do determinante definido em estruturas inalienáveis sendo adquiridas por crianças falantes do espanhol e do inglês. Apoiando-se nessas análises, serão feitas algumas previsões para o PB. Na seção 2.5, apresenta-se a análise de Floripi e Nunes (2009) para os dados inalienáveis do PB. Na seção 2.6, apresentam-se algumas diferenças encontradas entre os diversos tipos de nomes inalienáveis relatadas na literatura. Por fim, na seção 2.7, sumariza-se o capítulo.

2.2 Posse inalienável: um problema de conceito

No PB, muito se tem dito acerca da posse funcional, ao menos para a gramática adulta. Figuram, no arcabouço gerativista, pesquisas como as de Müller (1997) e Cerqueira (1996), além da de Castro (2006), que também trata da posse funcional em PE.

No entanto, poucos estudos têm tratado da posse inalienável, tanto no que diz respeito à gramática adulta quanto no que se refere à gramática infantil. O estudo de Castro (2006) traz uma breve seção sobre este tipo de posse, que apenas faz apontamentos gerais sobre o comportamento dessa construção possessiva em português. Uma pesquisa acerca deste assunto em PE pode ainda ser encontrada em Spanoghe (2001); porém, no que se refere ao PB, a autora se resume a apresentar apenas algumas observações gerais em relação à omissão do determinante definido antes do possessivo nas construções inalienáveis. Existe ainda a pesquisa de Floripi e Nunes (2009), que trata de estruturas possessivas com nomes relacionais e de parentesco no PB adulto, que será apresentada na seção 2.5.

O termo *alienabilidade* teve seu uso iniciado por Lévy-Bruhl¹ (1916 *apud* SPANOGHE, 2001:227), sendo, no ano seguinte, criada a oposição terminológica *posse alienável vs. posse inalienável* por Uhlenbeck² (1917 *apud* SPANOGHE, 2001:227). Entretanto, atualmente ainda não há um consenso sobre o conceito de inalienabilidade. Segundo Spanoghe (2001:238:fn6), falta uma “definição operacional *in intensio*” para este termo.

Devido a este fato, encontram-se, na literatura, divergências quanto ao que se considera posse inalienável. Uma das visões do problema alinha autores como Bally³ (1996 [1926] *apud* MITHUN, 2001:286), Mithun (2001), Riegel (2001) e Pérez-Leroux *et al.* (2002), que acreditam que a interpretação alienável ou inalienável atribuída à estrutura depende, sobretudo, da classe semântica a que pertencem os nomes que fazem parte do sintagma nominal possuído, embora também se assumam que uma dada estrutura sintática seja necessária para codificar, de alguma forma, o que a semântica vai interpretar, posteriormente, como posse inalienável.

Mithun (2001:286), por exemplo, afirma que essas entidades consideradas como inalienáveis compreendem geralmente nomes de partes do corpo, nomes de parentesco, relações espaciais, além de outros objetos associáveis de forma íntima a uma pessoa, tais como a casa, ferramentas pessoais, pegadas ou pensamentos.

Bally (1996 [1926]:33 *apud* MITHUN, 2001:286), estabelecendo um paralelo entre a noção de alienabilidade e o que ele trata por *esfera pessoal*⁴, generaliza o que pode ser considerado como inalienável em “objetos e seres associados a uma pessoa de maneira habitual, íntima ou

¹LÉVY-BRUHL, L. L’expression de la possession dans les langues mélanésiennes. *Mémoires de la Société de Linguistique de Paris* 19: 96-104. 1916.

²UHLENBECK, C. C. Het identificerend Karakter der Possessive Flexie in Talen van Noord-Amerika. *Verslagen em Mededeelingen der Koninklijke Academie van Wetenschappen V*, 2: 345-376. Amsterdam, 1917.

³BALLY, C. L’expression des idées de sphère personnelle et de solidarité dans les langues indo-européennes. In: FANKHAUSER, F. and JUD, J. (eds.). *Festschrift Louis Gauchat*. Aarau: Sauerländer, 1926: 68-78. English translation by BÉAL, C. and CHAPPELL, H. as “The expression of concepts of the personal domain and indivisibility in Indo-European languages”. In: CHAPPELL, H and MCGREGOR, W. (eds.). *The grammar of inalienability: a typological perspective on body part terms and the part-whole relation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1996: 31-61.

⁴“sphère personnelle”.

orgânica”⁵, exemplificando como objetos habituais, as vestimentas; seres íntimos, a família e objetos/seres orgânicos, as partes do corpo.

Riegel (2001:192) analisa como inalienáveis as partes que são constituintes do todo e que têm a propriedade de não serem naturalmente removíveis do mesmo. Portanto, de acordo com este autor, são considerados como tais: nomes de partes do corpo ou de outros objetos naturais como plantas, casas, etc.

No entanto, segundo Riegel (2001:192), mesmo no seio dessa classe semântica de nomes é possível encontrar exceções, como *cabelo cortado* ou *folhas e frutas caídas da árvore* que, apesar de serem nomes semanticamente inalienáveis, têm a propriedade de serem naturalmente removíveis do todo do qual fazem parte.

De acordo com a ontologia cognitiva de Fraurud (1996:71), os nomes inalienáveis pertenceriam, portanto, à segunda das três principais classes de entidades que o autor postula, a saber: *indivíduos*, *funcionais* e *instâncias*.

Segundo o autor, entidades *funcionais* precisam estar associadas a outras, chamadas âncoras, para poderem ser interpretadas. São, portanto, identificadas indiretamente por descrições definidas e têm, como exemplo típico, nomes parte-todo (tais como nomes de parte do corpo).

Por seu turno, *indivíduos* são identificados diretamente e têm, como exemplo típico, nomes próprios, enquanto instâncias são identificadas como categorias ou instanciações de um tipo e têm, como exemplo típico, descrições de tipo (sendo, geralmente, denotada por uma descrição indefinida), conforme Fraurud (1996:72).

Uma outra visão do problema é expressa por Guéron (1985) e Floripi e Nunes (2009), visão esta mais voltada para a estrutura sintática do sintagma nominal. Porém, adversamente à hipótese de Guéron (1985) – Floripi e Nunes (2009), por sua vez, parecem levar o fato a seguir em consideração –, a atribuição da interpretação alienável ou inalienável para este tipo de construção não depende apenas da estrutura sintática, mas também da classe semântica a que pertencem os nomes que fazem parte desse sintagma.

É importante perceber que Guéron (1985) foge do problema semântico se utilizando, na maioria esmagadora dos seus exemplos, de

⁵ “objects and beings associated with a person in an habitual, intimate or organic way”.

nomes semanticamente (e indiscutivelmente) inalienáveis⁶ de parte do corpo. Por essa razão, a autora afirma que as estruturas inalienáveis se baseiam apenas em sintaxe, sendo constituídas por *determinante + nome* (sem a presença da posse explícita, ou seja, o pronome possessivo), já que, no seu trabalho, à semântica é reservado um espaço muito restrito.

Nesta pesquisa, além da análise de Floripi e Nunes (2009), será adotada a abordagem de Guéron (1985), detalhadamente exposta na seção 2.3, porque, apesar de tratar apenas de dados do francês e do inglês, essa análise também pode fazer previsões para os dados do PB, uma língua românica que compartilha com o francês algumas propriedades cruciais para o estabelecimento da posse inalienável.

Também se pode perceber que, entre a análise de Guéron (1985) e a análise de Floripi e Nunes (2009), há alguns pontos em comum, o que mostra que a análise da primeira, assim como a segunda, pode ser aplicada aos dados do PB, em uma certa medida. Além disso, é interessante notar que a análise de Floripi e Nunes (2009) trata apenas de nomes relacionais e de parentesco, enquanto a de Guéron (1985) trata de nomes de partes do corpo, os quais aparecem em maior número nas construções inalienáveis infantis.

2.3 A abordagem de Guéron (1985)

Guéron (1985), construindo uma gramática das estruturas inalienáveis no francês, considera que a interpretação da sentença tem caráter inalienável quando o NP que denota a coisa possuída é uma parte intrínseca do sujeito ou dativo possuidor, como no exemplo (1)⁷. Por outro lado, a sentença exibe leitura de caráter alienável quando o NP que denota a coisa possuída é “disjunto” do sujeito ou do dativo⁸ possuidor, como se vê em (2).

- (1) a. *Jean lève la main.* (João levantou a mão)
b. *Je lui ai coupé les cheveux.* (Eu lhe cortei os cabelos)
- (2) a. *#John raised the hand.*
b. *#I cut him the hair.*

⁶ No entanto, talvez seja possível estender a sua análise para nomes semanticamente alienáveis. Porém, como foge muito do escopo desta pesquisa, esse problema será deixado para um trabalho futuro.

⁷ Todos os exemplos desta seção foram retirados de Guéron (1985).

⁸ Para uma discussão acerca dos clíticos dativos em estruturas de posse inalienável, ver Figueiredo Silva (1989).

Guéron (1985:43-4) separa as construções inalienáveis em dois tipos. Construções do tipo IA-1 (exemplos (1) e (2) acima) são aquelas em que o NP parte do corpo está em posição do objeto do verbo. Neste caso, pode haver ambigüidade entre a leitura alienável e a inalienável em línguas como o francês, enquanto, em línguas como o inglês, há apenas a leitura alienável disponível⁹. Percebe-se que os dados do PB se comportam, neste tipo de construção, como os do francês.

Construções do tipo IA-2 são aquelas em que o NP parte do corpo está dentro de um PP (sintagma preposicional). Nesse caso, há a leitura inalienável em ambas as línguas – francês e inglês¹⁰. Neste tipo de construção, os dados do PB, quando possíveis, também se comportam da mesma maneira, permitindo leitura inalienável dentro de um PP.

- (3) a. *Il saigne du nez.*
(??*Ele sangra/está sangrando do nariz*)
b. *Elle l'a embrassé sur la bouche.*
(*Ela o beijou na boca*)
- (4) a. *He is bleeding from the nose.*
b. *She kissed him on the mouth.*

A autora afirma que as diferenças entre línguas como o francês e o inglês em relação à disponibilidade das leituras inalienável e alienável são consequência do valor atribuído a um parâmetro morfofonológico, chamado de “parâmetro de inclusão de PRO”, segundo o qual o determinante definido pode ser uma anáfora pronominal – isto é, um pronome sem referência independente – em uma língua como o francês (mas não em inglês).

De acordo com Guéron (1985), existem condições sintáticas básicas para permitir as construções inalienáveis. Essas condições são: (a) vinculação anafórica e (b) cadeia lexical, embora se possa dizer que a formação de cadeias implica em vinculação do tipo anafórico. Cadeia,

⁹ Para tornar a leitura inalienável, no caso dos dados do inglês, seria necessário que o pronome possessivo estivesse presente (substituindo o determinante definido), como no exemplo (i) abaixo. No entanto, a autora não discute a presença de pronomes possessivos nas construções inalienáveis.

- (i) a. *John raised his hand.*
b. *I cut him his hair.*

¹⁰ Observe-se que, neste caso, a presença do pronome possessivo não é necessária para que a interpretação da sentença tenha caráter inalienável.

segundo Chomsky^{11, 12} (1981, 1982 *apud* GUÉRON, 1985:44), “é um conjunto de dois ou mais nominais relacionados por vinculação anafórica e interpretados como um único argumento em LF”¹³.

Entretanto, podem-se distinguir, segundo o que apresenta a autora, dois tipos de cadeia: cadeia e cadeia lexical. Cadeia é gerada por movimento e liga um vestígio ao seu antecedente. Cadeia lexical é gerada na base e liga semanticamente¹⁴ dois NPs com conteúdo lexical. Ambos os tipos de cadeia são afetados pela condição de visibilidade, pelo critério temático (cf. CHOMSKY, 1981 *apud* GUÉRON, 1985:44) e não podem conter argumentos de dois núcleos diferentes¹⁵. Segundo a nomenclatura de Burzio (1981), a primeira é chamada de *cadeia*, enquanto a segunda, de *CADEIA*.

De acordo com Guéron (1985:44:(7)), as cadeias (qualquer que seja o tipo: lexical ou não) são afetadas pela “Restrição da não-distintividade” enunciada em (5).

- (5) “**Restrição da não-distintividade:** Se A e B são elos de uma cadeia, então o referente de A é não-distinto do referente de B”¹⁶.

Assim, em uma cadeia lexical, A denota um indivíduo e B pode ser um pronome com traços compatíveis, como em (6), ou uma parte do corpo, como em (7). Porém, B não pode denotar algum objeto que não seja parte intrínseca do indivíduo denotado por A¹⁷ (8).

¹¹ CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

¹² CHOSKY, N. *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.

¹³ “is a set of two or more nominals related by anaphoric binding and interpreted as a single argument in LF”.

¹⁴ Tradução proposta para a expressão *construal* em “Under standard assumptions, lexical chains are thus formed by *construal* rather than by *movement*”.

¹⁵ No reino da posse inalienável, a autora cita o caso de exemplos com o nome *fotografia*, em que *il* é argumento do verbo *déchirer*, enquanto *la main* é argumento de *photo* (GUÉRON, 1985:61-2:(79a)):

(i) #*Il a déchiré des photos de la main*. (Ele rasgou as fotos da mão)

¹⁶ “**Nondistinctness Constraint:** If A and B are links of a chain, then the referent of A is non-distinct from the referent of B.”

¹⁷ Note que essa formulação de cadeia lexical não contempla os casos do PB como os que seguem abaixo, para os quais também se poderia pensar que há o mesmo tipo de cadeia, embora B (o DP possuído) neste caso não seja parte intrínseca do indivíduo denotado por A (DP possuidor):

(i) *Ele tomou o remédio.*

(ii) *Ele lavou o carro.*

- (6) *Lo veo a Juan. (O vejo ao João)*
 (7) *Je lui ai pris la main. (Eu lhe peguei (n)a mão)*
 (8) *#Je lui ai déchiré le livre. (Eu lhe rasguei o livro)*

A junção da noção de cadeia lexical com (5) faz com que nada mais seja necessário gramaticalmente (como regras, papel temático de Possuidor Inalienável) para que se estabeleça uma interpretação do tipo posse inalienável, o que resulta em uma simplificação da gramática, segundo Guéron (1985:45).

Guéron (1985:46) assume com Chomsky (1981) que “o complexo de traços α número, β gênero e γ pessoa é interpretado como AGR, AGR um pronominal”¹⁸. A autora nota que os determinantes definidos em francês apresentam traços de número e gênero (pelo menos no singular), como mostra (9a); já em inglês, aos determinantes faltam esses traços nominais como se vê em (10). Também se pode assumir que os determinantes do francês manifestam o traço de pessoa (3ª pessoa), como sugere a semelhança morfológica com os pronomes clíticos acusativos de 3ª pessoa, como se vê em (9b), a comparar com (9a).

- (9) a. *le livre, la rose, les roses*
 (o(s) livro(s), a(s) rosa(s))
 b. *Je le vois (Eu o vejo) / Je la vois (Eu a vejo)*
 (10) *the book, the rose, the roses*

Assim, segundo Guéron (1985:46), é possível concluir que os determinantes definidos em francês (mas não em inglês) contêm AGR, podendo funcionar como um pronominal. Além disso, naquele momento da teoria era possível para a autora hipotetizar que, se o determinante é um XP ocupando a posição de especificador do NP, ele deve ter Caso como todos os pronominais. Se não têm Caso e se o nome parte do corpo não lhe atribui um papel temático na posição de sujeito do NP, então esse AGR é um PRO não-argumental.

(iii) *Ele calçou o sapato.*

Essa formulação, por tratar apenas de nomes inalienáveis de partes do corpo, parece não abarcar também cadeias lexicais que contêm nomes relacionais ou de parentesco, como *amigo* e *pai*, respectivamente.

¹⁸ “The complex of features α number, β gender, and γ person is interpreted as AGR, AGR a pronominal.”

Evidência adicional para a hipótese de que em francês o determinante pode ser um pronominal (PRO não-argumental) é o fato de que a extração de material interno ao NP é permitida, com mostra a gramaticalidade de (11), contrariamente ao que se poderia esperar se a única construção disponível fosse a de um operador, como atesta a marginalidade da sentença (12) em inglês. Como em francês ambas as possibilidades de interpretação estão disponíveis – como operador e como PRO não-argumental – a sentença (11) é perfeita supostamente fazendo uso desta segunda opção.

- (11) Un ancien amant, dont elle a toujours *le* portrait ec.
(Um amante antigo, de quem ela ainda tem *o* retrato ec)
(12) ?? A former lover, whom she still has *the* portrait of ec.

De acordo com Guéron (1985:47-8), as construções inalienáveis exibem três propriedades das anáforas. A primeira propriedade diz respeito à dependência referencial, isto é, é necessário que o NP possuidor esteja presente para que se forme a construção inalienável, razão pela qual (13) não pode possuir essa interpretação. A segunda se refere à localidade, ou seja, o NP possuidor e o NP parte do corpo devem ser argumentos da mesma sentença, o que explica a impossibilidade da leitura inalienável para (14). E a terceira faz referência ao c-comando, isto é, o NP parte do corpo ou o seu vestígio deve ser c-comandado pelo NP possuidor, de onde deriva a impossibilidade de interpretação inalienável para (15).

- (13) #*Les cheveux* ont été lavés. (*Os cabelos* foram lavados)
(14) #Jean *lui* semble avoir lavé *les cheveux*.
(João *lhe* parece ter lavado *os cabelos*)
(15) #*Les cheveux* ont été lavés par Jean.
(*Os cabelos* foram lavados *por João*)

Há várias maneiras de implementar a idéia de que o NP possuidor vincula anaforicamente o NP parte do corpo. Uma delas seria simplesmente fazer a seguinte estipulação: “o constituinte [+N] que domina minimamente AGR é uma anáfora”¹⁹ (GUÉRON, 1985:48). Por domínio mínimo, Guéron (1985:48) entende que “A é a menor categoria

¹⁹ “The [+N] constituent which minimally dominates AGR is an anaphor.”

do domínio de regência de B se A é a menor categoria contendo o domínio de B (o menor X'' dominando B) e o regente do domínio de B, e se A contém um sujeito acessível a B''²⁰.

Uma outra maneira de implementar a vinculação anafórica pode ser feita por meio da teoria de controle (MANZINI²¹, 1983 *apud* GUÉRON, 1985:48), segundo a qual: (i) PRO obrigatoriamente controlado “está vinculado na sua categoria mínima de regência”²²; ou (ii) PRO não-obrigatoriamente controlado “é uma variável livre opcionalmente coindexada com um NP em seu contexto”²³ (interpretado como PRO arbitrário).

No entanto, há, neste ponto, um problema em relação à afirmação de que estruturas IA-1 são estruturas de controle. A interpretação arbitrária é possível apenas com PRO-NP (isto é, o PRO que é um NP) em (16), enquanto o PRO-determinante – isto é, o PRO que é um determinante, de interesse para os contextos inalienáveis – como mostra (17) não pode ter interpretação ARB, mas apenas genérica ou referencial. Sabe-se que a interpretação ARB está associada a uma variável livre e variáveis devem receber papel temático; segundo a autora, pelo fato de ao nome possuído não se poder atribuir um papel temático em posição de sujeito, segue-se que PRO-determinante deve ser obrigatoriamente controlado.

(16) [*PRO* partir à temps] est important.

(*PRO* Partir a tempo é importante)

(17) #[*La main*] est importante. (*A* mão é importante)

Outra restrição das construções inalienáveis, apontada por Kayne²⁴ (1975 *apud* GUÉRON, 1985:49-50), diz respeito ao bloqueio dessa interpretação quando há um adjetivo descritivo no NP parte do corpo, como em (18). Já se há um pronome possessivo introduzindo o NP parte do corpo e substituindo o determinante definido, essa restrição não mais se aplica, como mostra (19).

²⁰ “A is the minimal domain-governing category for B if A is the minimal category containing the domain of B (the minimal X'' category dominating B) and a governor for the domain of B, and if A contains a subject accessible to B.”

²¹ MANZINI, M. R. On control and control theory. *Linguistic Inquiry* 14, 421-446, 1983.

²² “is bound in its minimal domain-governing category.”

²³ “is a free variable optionally coindexed with an NP in its context.”

²⁴ KAYNE, R. *French syntax: the transformational cycle*. Cambridge: MIT Press, 1975.

- (18) #Il adore *les* cheveux blonds. (*Ele adora os* cabelos loiros)
(19) Il adore *ses* cheveux blonds. (*Ele adora seus* cabelos loiros)

A autora postula que “o domínio [+N] de uma anáfora A é uma expressão-R se e somente se o próprio A é uma expressão-R”²⁵ (GUÉRON, 1985:50). O que os exemplos acima parecem mostrar é que o NP parte do corpo não tem referente potencial nas construções IA. Assim, nem o NP parte do corpo nem o seu determinante se qualificam como expressões-R.

Se o NP parte do corpo não é referencial, para que ele receba papel temático é necessário que ele se ligue, via cadeia lexical, a uma expressão-R. Se o NP parte do corpo não se ligar a uma expressão-R, então não receberá interpretação alguma e a sentença que o contém será considerada agramatical.

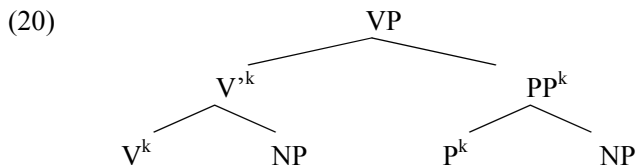
Por outro lado, se o determinante do NP parte do corpo é construído como um operador, esse NP terá valor referencial e será, portanto, proibido de estabelecer uma cadeia lexical com o NP possuidor, já que o critério temático não permite que uma cadeia contenha duas expressões-R, ou seja, dois papéis temáticos.

Assim, a hipótese de inclusão de PRO explica a ambigüidade entre as leituras alienável e inalienável em línguas como o francês: se o determinante pode ser um PRO, o que se obtém é a leitura inalienável; se por outro lado é um operador, o que se obtém é a leitura alienável. Por outro lado, em línguas como o inglês, em que há apenas a construção com o operador, só é possível haver a leitura alienável para um NP objeto que denote parte do corpo.

Assim, segundo Guéron (1985:50), as marcas de gênero e número no determinante sinalizam o valor positivo para o parâmetro de inclusão de PRO, o que prediz que, na aquisição da linguagem de línguas que possuem o determinante marcado morfológicamente para gênero e número, a criança escolherá o valor do parâmetro de forma que permita a construção inalienável com o determinante PRO não-argumental; já na aquisição de línguas como o inglês, em que o determinante não exibe nenhuma marca morfológica, a criança escolherá para o parâmetro o seu valor negativo e o determinante funcionará apenas como um operador. Dados da aquisição do português parecem confirmar essa predição, como se poderá ver no capítulo 3 dessa dissertação.

²⁵ “The [+N] domain of an anaphor A is an R-expression iff A itself is an R-expression.”

E ainda que a possibilidade de leitura inalienável dependa fundamentalmente de propriedades morfológicas do determinante, é evidente que também depende da estrutura da sentença por conta das relações de vinculação que devem existir entre os dois sintagmas nominais (o que expressa o possuidor e o que expressa o possuído). Além disso, utilizando-se apenas do parâmetro de inclusão de PRO, a autora afirma resolver somente o problema de um dos tipos de estrutura inalienável que ela propõe, neste caso, IA-1. Guéron (1985:54:(49)) apresenta a estrutura de “complexo verbal” (V NP PP) que se vê em (20) abaixo, referente a estruturas de VP contendo construções inalienáveis do tipo IA-2.



A autora assume que o PP pode ser classificado em dois tipos: (i) não-integrado à estrutura argumental do verbo, caso em que é um adverbial, como em (21a); ou (ii) integrado à estrutura argumental do verbo (como aquele presente na estrutura acima), caso em que P será o atribuidor de papel temático ao seu complemento, conforme Guéron (1985:54), como em (21b-c).

- (21) a. Le canapé? Les invités causaient dessus
(O sofá? Os convidados estavam conversando sobre
(ele))
- b. Le canapé? Les enfants ont sauté dessus
(O sofá? As crianças pularam em cima (dele))
- c. Le canapé? Les enfants ont jeté leurs livres dessus
(O sofá? As crianças jogaram seus livros em cima
(dele))

Entretanto, o papel temático atribuído pelo P integrado depende de que papéis temáticos o verbo já atribuiu. Se apenas o papel temático AGENTE tiver sido atribuído pelo verbo, P integrado pode atribuir o papel temático TEMA ao seu complemento, como em (21b). Por outro lado, se os papéis temáticos de AGENTE e TEMA já tiverem sido

atribuídos pelo verbo, P integrado pode atribuir o papel temático de META (ou FONTE) ao seu complemento desde que seja respeitada uma restrição interpretativa: é necessário que haja a leitura de “ação orientada”, isto é, o verbo precisa denotar ação enquanto P precisa denotar orientação espacial, como em (21c).

Além de apresentarem diferenças com respeito à atribuição de papel temático aos seus complementos, esses dois tipos de PPs (adverbial e integrado) se diferenciam um do outro por outras propriedades (GUÉRON, 1985:54-5:(i), (ii), (iii), (iv)). Os respectivos exemplos seguem abaixo em (22)-(25).

PP integrado	PP adverbial (ou não-integrado)
Pode ter um argumento [+humano]	Tem, geralmente, argumentos [-humanos]
Permite extração do seu complemento	Não permite extração do seu complemento
Seu complemento pode fazer parte de uma cadeia argumental, pois recebe papel temático	Seu complemento não pode fazer parte de uma cadeia argumental
Há diferenças interpretativas entre um PP e outro	

Quadro 1: PP integrado versus PP adverbial

- (22) a. On fera tomber des pierres dessus. (PP adverbial)
(Vai cair pedras em cima)
b. On lui fera tomber des pierres dessus.
(PP integrado)
(Vai lhe cair pedras em cima)
- (23)²⁶ a. ?* Which sofá were the guests chatting on?
(PP adverbial)
(Que sofá os convidados estavam conversando em cima?)

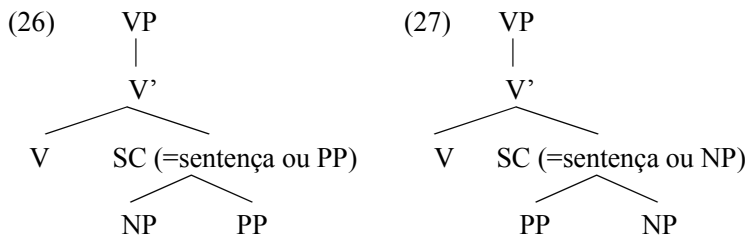
²⁶ Para o PB, todos estes exemplos são degradados, pois é uma língua que não aceita P órfã. No entanto, todos os exemplos podem ser gramaticais e aceitáveis se forem traduzidos como em (i) abaixo:

- (i) a. Sobre que sofá os convidados estavam conversando?
b. Sobre que sofá as crianças pularam?
c. Sobre que sofá as crianças jogaram seus livros?

- b. Which sofa did the children jump on? (PP integrado)
(Que sofá as crianças pularam em cima?)
- c. Which sofa did the children throw their books on?
(PP integrado)
(Que sofá as crianças jogaram seus livros em cima?)
- (24) a. Le bébé jouait sur son père. (PP adverbial)
(O bebê estava brincando sobre o seu pai)
a'. *Le bébé lui jouait dessus.
(*O bebê lhe estava brincando em cima)
- b. Les enfants ont sauté sur leur père. (PP integrado)
(As crianças pularam sobre seus pais)
b'. Les enfants lui ont sauté dessus.
(As crianças lhe pularam em cima)
- (25) a. The children were throwing the ball down the street.
(PP adverbial)
(As crianças estavam jogando a bola na rua)
- b. Bill pushed Mary in the car. (PP integrado)
(Bill empurrou Mary no carro)

Essa observação dá suporte para a hipótese delineada pela autora de que a distinção dos tipos de PP é dada pela coindexação e não pela posição do PP em relação ao verbo.

Além da estrutura do “complexo verbal”, Guéron (1985:56) ainda apresenta mais duas estruturas disponíveis para a construção V NP PP, apresentadas em (26) e (27) abaixo, que são ambas estruturas de *small clause* – exemplos (55) e (56) da autora:



A diferença entre a estrutura de “complexo verbal” em (20) e as de *small clause* em (26) e (27) reside no fato de que, no primeiro tipo de estrutura, o verbo rege um PP e não uma (mini) sentença, como acontece nas estruturas de *small clause*. Disso decorre que, no segundo

tipo de estrutura, P não pode ser integrado e, por isso também não pode atribuir papel temático ao seu complemento.

A análise de Guéron (1985) faz uso da vinculação anafórica para explicar a agramaticalidade de construções IA em que o NP parte do corpo não está vinculado ao sujeito ou dativo possuidor. Adicionalmente, é necessário ainda fazer uso da hipótese de cadeia lexical para explicar um grupo de dados que, de acordo apenas com a vinculação anafórica, deveria ser possível em (28), contrariamente aos fatos.

(28) #*Jean lave la main.* (*João lava a mão*)

(29) *Jean se lave.* (*João se lava*)

Por outro lado, a análise que leva em conta a noção de cadeia lexical atribui a impossibilidade de leitura inalienável em (28) ao critério temático, já que a uma mesma cadeia seriam atribuídos dois papéis temáticos diferentes como se vê em (30).

(30) #*Jean*_{Agente} *lave la main*_{Tema}.

No entanto, algo a mais deve ser dito sobre o critério temático, porque de outro modo é surpreendente a gramaticalidade do grupo de dados que tem o clítico dativo, já que, nesse caso, também são atribuídos dois papéis temáticos para a mesma cadeia, como mostram os exemplos em (31).

- (31) a. Je *lui*_{Benefactivo} ai coupé *les cheveux*_{Tema}.
b. Elle *s*_{Benefactivo}'est mis un chapeau sur *la tête*_{Tema}²⁷.
(Ela se colocou um chapéu na cabeça)
c. J'ai coupé *les cheveux*_{Tema} à *Pierre*_{Benefactivo}.
(Eu cortei os cabelos para Pierre)

Guéron (1985:58) soluciona esse problema afirmando que, para o critério temático, nem todos os papéis temáticos são relevantes. A autora

²⁷ Devido à perda dos clíticos reflexivos em contextos inalienáveis em PB, a presença do clítico parece apenas piorar a gramaticalidade da sentença em (i), ao contrário do que ocorre em francês.

(i) ?? Ela *se* colocou um chapéu na cabeça.

(ii) Ela colocou um chapéu na cabeça.

propõe então uma distinção entre papéis temáticos PRIMÁRIOS e SECUNDÁRIOS. Os papéis temáticos AGENTE, TEMA, META e FONTE são considerados PRIMÁRIOS, pois correspondem a traços lexicais de P e V e apresentam a propriedade de serem atribuídos obrigatoriamente (conforme o Princípio de projeção de CHOMSKY, 1982 *apud* GUÉRON, 1985:58) a argumentos subcategorizados do verbo (sujeito e objeto) e de P integrado.

Como papel temático SECUNDÁRIO, a autora considera de importância para a discussão das IAs apenas o BENEFACTIVO. Esse apresenta a propriedade de ser atribuído “a NPs marcados por caso em posição argumental que não são regidos por um atribuidor de papel temático”²⁸ (GUÉRON, 1985:58). No caso do francês, ele é atribuído ao clítico dativo, como em (31a) e (31b), ou ao complemento de *à*, como em (31c), mas não pode ser atribuído ao complemento de *sur* ou *pour*, como em *J’ai coupé les cheveux sur/pour Pierre*, por exemplo.

Guéron (1985:58) propõe então uma revisão para o critério temático.

- (32) *Critério temático revisado* (GUÉRON, 1985:58:(68))
- (i) A todo NP com conteúdo lexical é atribuído um e apenas um papel temático.
 - (ii) Em LF, toda cadeia contém um único argumento e a toda cadeia é atribuído um único papel temático PRIMÁRIO.²⁹

Segundo a revisão do critério temático proposta por Guéron (1985), a gramaticalidade do exemplo (31a) acima é explicada, já que há apenas um papel temático PRIMÁRIO na cadeia estabelecida entre o antecedente *lui* e o objeto possuído *les cheveux*. O mesmo pode ser dito para (31b).

A autora, da mesma forma que não assume o papel temático Possuidor Inalienável, afirma que o papel temático Benefactivo também não será assumido, já que não consiste em um progresso para a teoria

²⁸ No original: “to case-marked NPs in argument position which are not governed by a theta-role assigner.”

²⁹ Revised Theta-criterion

- (i) Every NP with lexical content is assigned one and only one theta-role.
- (ii) In LF, every chain contains a single argument and every chain is assigned a single PRIMARY theta-role.

substituir um termo descritivo por outro. Guéron (1985:59) propõe que o último seja substituído pelo papel temático Meta.

Segundo Guéron (1985:59-60), de acordo com essa nova formulação, nos mesmos contextos em que se atribuem os papéis temáticos PRIMÁRIOS parecem ser atribuídos os papéis temáticos SECUNDÁRIOS. Há, no entanto, uma certa hierarquia entre essas atribuições: se os papéis temáticos Agente e Tema tiverem sido atribuídos, S-Meta também pode ser atribuído na estrutura; se apenas o papel temático Tema tiver sido atribuído, também S-Locativo pode ser atribuído.

A análise de dados inalienáveis do francês, mesmo adotado o novo critério temático, ainda não faz predicções corretas para certas construções que, segundo ela, deveriam ser agramaticais, já que possuem dois papéis temáticos PRIMÁRIOS atribuídos na mesma cadeia:

(33) *Jean*_{Agente} *lève la main*_{Tema}.

Guéron (1985:62) soluciona esse problema postulando que o verbo, por meio de uma regra de interpretação, é opcionalmente reanalisado juntamente com o seu complemento como um único verbo em LF – um “verbo pronominal”³⁰. Com isso, o verbo absorve o papel temático do NP parte do corpo, o NP perde seu estatuto independente e não pode mais ser vinculado pelo NP possuidor. Entretanto, para que a reanálise ocorra, é preciso que esse verbo denote um gesto natural (cf. HATCHER³¹, 1944; KAYNE, 1975 *apud* GUÉRON, 1985:62)³².

Tentando estabelecer um paralelo entre os dois tipos de construções inalienáveis identificados – IA-1 e IA-2³³ –, Guéron

³⁰ Segundo Guéron (1985:62), o estatuto de intransitivo de V nessas construções é revelado pela impossibilidade de um clítico S-Meta no exemplo de (33).

³¹ HATCHER, A. G. *Il me prend le bras vs. Il prend mon bras. Romanic Review*, XXXV, no. 2, 156-164, 1944.

³² Ao PB, essa restrição não se aplica. Tanto verbos gestuais quanto verbos não-gestuais podem, ao que parece, ser reanalisados como verbos pronominais em LF.

(i) *João levanta a mão.*

(ii) *João lava a mão.*

Figueiredo Silva (c.p.) sugere que essa possibilidade generalizada de reanálise (nos termos de Guéron) pode ter relação direta com a perda progressiva do clítico reflexivo no PB, um tema que deve ser explorado no futuro, mas que ultrapassa muito nossos objetivos aqui.

³³ A saber, construções do tipo IA-1 são aquelas em que o possuidor é o sujeito da sentença ou o argumento dativo e o possuído é o objeto do verbo, como exemplificado, respectivamente,

(1985:63) afirma que, em relação às semelhanças, em ambas parece haver uma cadeia entre o NP possuidor e o NP parte do corpo. Essa cadeia, em ambos os tipos de construções inalienáveis, se sujeita a propriedades de anáfora e de cadeia lexical, que podemos ver resumidas no quadro 2 abaixo (GUÉRON, 1985:63-4:(i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi)).

Propriedades de anáfora
O NP parte do corpo ou o seu vestígio deve ser c-comandado pelo NP possuidor
O NP possuidor (antecedente) deve estar na categoria de regência mínima do NP parte do corpo
É necessário que o NP possuidor (antecedente) esteja presente
O NP possuidor e o NP parte do corpo estão sujeitos à restrição da não-distintividade ³⁴
O NP parte do corpo deve ser não-referencial ³⁵
Propriedade de cadeia lexical
O verbo pode subcategorizar apenas um dos dois NPs

Quadro 2: Propriedades anafóricas e de cadeia lexical das construções inalienáveis

Já em relação às diferenças entre os dois tipos de estruturas, a autora afirma que, em IA-1, o NP possuidor é preferencialmente [+humano] e, em IA-2, pode ser [-humano] (GUÉRON, 1985:82:nota 24). Essa preferência com respeito ao traço de animacidade pode ser reflexo de uma propriedade lexical de *à* que, quando atribui o papel temático de S-Meta, seleciona preferencialmente um objeto animado.

Guéron (1985:64) postula que, na construção IA-2, o NP parte do corpo contém uma categoria vazia (*ec – empty category*), pois (i) é possível encontrar o NP parte do corpo de estruturas IA-2 em

em (i) e (ii) abaixo. Construções do tipo IA-2 são aquelas em que o possuidor é o sujeito da sentença ou o argumento dativo e o possuído é o complemento de um PP, como exemplificado, respectivamente, em (iii) e (iv) abaixo.

- (i) *O João arranhou a perna.*
- (ii) *Eu lhe puxei o cabelo.*
- (iii) *Ele respira pela boca.*
- (iv) *Eu o beijei no rosto.*

³⁴ A definição dessa restrição está dada em (5).

³⁵ É interessante lembrar que, no caso da construção inalienável, o NP parte do corpo não tem referente potencial, ou seja, ele não se qualifica como uma expressão-R e precisa, por isso, se ligar a uma expressão-R (possuidor) para receber papel temático.

construções em que há um NP lexical em posição pós-nominal, como (34); e (ii) é possível encontrar o NP parte do corpo em estruturas em que a *ec* pós-nominal é interpretada como uma variável, como em (35).

- (34) a. She pulled him by the hair *ec*
(Ela o puxou pelos cabelos *ec*)
b. the hair *of the child* (o cabelo *da criança*)
(35) Le garçon dont le médecin a examiné le bras *ec*
(O menino do qual o médico examinou o braço *ec*)

Segundo Guéron (1985:64-5) a *ec*, no caso (i) exemplificado por (34a) acima, não pode ser uma variável, pois o Princípio C da teoria da vinculação seria violado, caso ela fosse substituída por um NP lexical, o que é confirmado pela agramaticalidade de (36). Também não pode ser um *pro*, pois também não pode ser substituída por um pronome, o que se vê em (37). Embora se comporte como um PRO, pois pode ter leitura distribuída com um antecedente plural, exemplificada em (38), a *ec* é considerada, pela autora, uma anáfora, por ser A-vinculada localmente.

- (36) *She pulled him by the hair *of the boy*.
(*Ela o_i puxou pelos cabelos *do menino_i*)
(37) *I kissed him on the mouth *of him*.
(*Eu o_i beijei na boca *dele_i*)
(38) I hit *them* on *the hand*. (Eu *os* bati na *mão*)

Retomando, de forma geral, o que foi apresentado até o momento acerca dos dois tipos de construções inalienáveis, Guéron (1985:65) afirma que nas construções IA-1, o papel temático PRIMÁRIO é atribuído ao NP parte do corpo, expressão sem referência potencial e o papel temático SECUNDÁRIO é atribuído ao NP vinculador, uma expressão-R. Neste caso, para que o critério temático seja satisfeito, é necessário que um NP esteja vinculado ao outro. Já, nas construções IA-2, o papel temático PRIMÁRIO é atribuído ao NP possuidor, que é uma expressão-R. Nesse caso, diferentemente do anterior, para que o critério temático seja satisfeito, não é necessário que se estabeleça uma cadeia, já que a construção de cadeia seria devido ao NP parte do corpo (que não tem referência potencial); porém, neste caso, ele é parte de um PP Locativo não-subcategorizado.

Em geral, PPs Locativos funcionam como adverbiais; no entanto, este não é o caso com respeito às construções IA-2, como mostra o quadro comparativo abaixo (GUÉRON, 1985:65-6). Os respectivos exemplos seguem abaixo em (39)-(42).

PP locativo em IA-2 (não-adverbial)	PP locativo normal (adverbial)
Completa a descrição da ação do verbo	Situa a ação do verbo no mundo
A sua retirada pode mudar a gramaticalidade da sentença	A sua retirada não muda a gramaticalidade da sentença
Permite P órfã ³⁶	Não permite P órfã
É selecionado pelo verbo	Não é selecionado pelo verbo

Quadro 3: PP locativo em IA-2 versus PP locativo normal

- (39) a. She met him by the fountain. (adverbial)
(Ela o conheceu na fonte)
b. She pulled him by the arm. (não-adverbial)
(Ela o puxou pelo braço)
- (40) a. He is broad in the shoulders. (adverbial)
(Ele é largo nos ombros)
b. *He is broad. (não-adverbial)
(#Ele é largo)
- (41)³⁷ a. ??Which fountain did she meet him by? (adverbial)
(Que fonte ela o conheceu em?)
b. Which arm did you pull him by? (não-adverbial)
(Que braço você o puxou por?)
- (42) a. I hugged him. (não-adverbial)
(Eu o abracei)
b. ?* I hugged his arm. (adverbial)
(?/* Eu abracei seu braço)
c. ?* I hugged him on the arm. (adverbial)
(*Eu o abracei no braço)

³⁶ Ao menos em línguas que permitem esse tipo de construção (P-stranding), como o inglês, o que não ocorre nos dados do PB.

³⁷ Assim como nos exemplos de (23), os exemplos de (41), para o PB, são degradados, pois é uma língua que não aceita P órfã. No entanto, todos os exemplos podem ser gramaticais e aceitáveis se forem traduzidos como em (i) abaixo:

- (i) a. Em que fonte ela o conheceu?
b. Por qual braço você o puxou?

Para explicar essas restrições com respeito ao PP Locativo em IA-2, Guéron (1985:66) formula a hipótese de que o complemento de P e do verbo formam um só argumento. Entretanto, é preciso que o PP esteja integrado ao “complexo verbal” para que o complemento de P seja parte de uma cadeia argumental; e a condição para o PP ser integrado é ele ser regido pelo verbo. Uma evidência para a hipótese de que os complementos de V e de P são construídos como um único argumento nos casos de IA-2 são as restrições seletivas: os complementos de V e de P devem ser afetados simultaneamente pela ação denotada pelo verbo, sendo essa uma ação física, já que partes do corpo não são afetadas por ações abstratas, o que explica a agramaticalidade de (44).

- (43) a. I praised him on the boat.
 (Eu o elogiei pelo seu barco)
 /Eu o elogiei no barco/
 (44) a. *I praised him on the arm
 (?? Eu o elogiei pelo seu braço)
 /Eu o elogiei no braço/

Guéron (1985:68) observa, no entanto, que a explicação usada para os dados de construções IA-2 não pode ser estendida aos dados de IA-1, pois, se pudesse, o que se esperaria é que os dados do inglês apresentados em (2) fossem gramaticais. Além disso, a gramaticalidade de dados IA-1 como (33) – *Jean lève la main* – se deve à reanálise de V+P como um verbo pronominal. Guéron (1985:68) estipula, portanto, que “[u]m verbo não pode conter uma categoria vazia”³⁸, o que já é suficiente para impedir que construções de tipo IA-1 sejam analisadas do mesmo modo que IA-2, que contém necessariamente uma categoria vazia.

Em construções com verbos que subcategorizam um NP dativo (como, por exemplo, *dar*), é necessário que o VP denote uma ação gestual (como, por exemplo, *dar a mão*). A leitura possessiva ocorre estabelecendo-se uma cadeia entre o VP reanalisado e o sujeito (45).

- (45) *Je_i lui ai donné la main_i. (Eu_i lhe dei a mão_i)*

³⁸ “A verb cannot contain an empty category.”

Retomando as estruturas com adjetivos descritivos no NP parte do corpo (KAYNE, 1975 *apud* GUÉRON, 1985:70), Guéron nota que, em estruturas de *small clauses*, sem o adjetivo, a construção aceita apenas a leitura alienável, como em (46); já com adjetivos, é possível a leitura inalienável, desde que o verbo seja *avoir/ter*³⁹, o que mostra (47). A mesma restrição parece afetar também os dados do PB.

(46) #*Elle a les cheveux. (??/# Ela tem os cabelos)*

(47) *Elle a les cheveux bruns. (Ela tem os cabelos castanhos)*

Para a autora, *avoir* governa a SC na leitura inalienável. Na verdade, o verbo tem uma estrutura dupla de subcategorização: em (46), o verbo não subcategoriza uma *small clause*, na verdade se comporta como um verbo transitivo, atribuindo um papel temático PRIMÁRIO a cada um dos seus argumentos (sujeito e objeto). Porém, de acordo com o critério temático, não é possível formar uma cadeia com dois NPs recebendo papéis temáticos PRIMÁRIOS e, por isso perde-se a leitura inalienável. Já em (47), trata-se de uma mini-oração subcategorizada pelo verbo (analisado aqui como existencial), que não atribui papel temático PRIMÁRIO à posição de sujeito, mas tem disponível o papel temático S-Locativo para ser atribuído ao sujeito. O predicado da SC, *bruns*, atribui um papel temático para o sujeito desta mesma SC, *les cheveux*.

No entanto, há uma restrição para a atribuição do papel temático S-Locativo: se esse papel é atribuído ao sujeito, então pode haver uma cadeia-IA entre esse elemento e o NP parte do corpo, como em (47); por outro lado, se esse papel é atribuído ao clítico dativo, a construção inalienável é excluída, já que o clítico dativo denota lugar (do francês, *y* ou do inglês, *there*) e por isso pode vincular apenas um PP, não um NP (GUÉRON, 1985:71).

³⁹ Segundo Baron e Herslund (2001:13), esse tipo de construção em que a ligação possessiva entre duas entidades – sujeito e possuidor – é realizada através dos verbos *possuir/ter* é chamada de posse predicativa, ou posse estabelecida, nos termos de Seiler (1983a:62ff *apud* BARON e HERSLUND, 2001:13). Esta se opõe à chamada posse atributiva, em que a ligação possessiva entre duas entidades – sujeito possuidor e objeto possuído – não precisa ser realizada por nenhum verbo, pois já está pressuposta. Por isso, é chamada também de *posse inerente*, de acordo com Seiler (1983a:62ff *apud* BARON e HERSLUND, 2001:13). Enquanto a posse predicativa abrange sintagmas verbais, a posse atributiva abrange sintagmas nominais, conforme Mithun (2001:285).

Por fim, a autora tenta justificar todo o maquinário construído para as estruturas inalienáveis alegando que ele é independentemente necessário em outras partes da gramática. Por exemplo, segundo Guéron (1985:73), citando Kayne⁴⁰ (1981), as construções com quantificadores flutuantes envolvem anáfora e quantificação, como em (48) abaixo.

(48) Il les_i a tous vu e_i

A noção de cadeia lexical pode completar a análise dessas construções, já que, assim como *les*, o quantificador *tous* também funciona como vinculador.

2.4 Um estudo comparativo: Pérez-Leroux; Schmitt e Munn (2002)

Nesta seção, apresenta-se a pesquisa de Pérez-Leroux *et al.* (2002) que, embora não siga a abordagem de Guéron (1985), mas a de Vergnaud e Zubizarreta (1992), apresenta resultados interessantes acerca de aquisição de estruturas inalienáveis introduzidas pelo determinante definido em inglês e espanhol. Os resultados da aquisição desta última língua podem fazer previsões para a aquisição do PB, já que se trata em ambos os casos de línguas românicas.

Pérez-Leroux *et al.* (2002), apoiados na idéia de microparâmetro de Kayne (2000), apontam que um dos pontos importantes da variação lingüística é a maneira pela qual diferentes línguas dividem os espaços semânticos, isto é, de que modo categorias morfossintáticas de uma determinada língua são associadas a traços semânticos. Os autores assumem duas hipóteses de trabalho: (i) “há um vocabulário universal de traços interpretáveis disponíveis para o dispositivo de aquisição da linguagem da criança”⁴¹ e (ii) “formas com distribuição morfossintática comparável competem lexicalmente por um dado espaço semântico”⁴² (PÉREZ-LEROUX *et al.*, 2002:1).

Nesta pesquisa Pérez-Leroux *et al.* (2002) examinam a aquisição de estruturas aparentemente comparáveis entre as línguas do ponto de vista da distribuição sintática, mas distintas semanticamente, isto é,

⁴⁰ KAYNE, R. Binding, quantifiers, clitics and control. In: HENY, F. (ed.). *Binding and filtering*. London: Croom Helm, 1981.

⁴¹ “there is a universal vocabulary of interpretable features available to children’s language acquisition device”.

⁴² “forms with comparable morphosyntactic distribution lexically compete for a given semantic space”.

examinam o comportamento do determinante definido durante a aquisição em duas línguas distintas parametricamente. Os autores utilizaram dois estudos, um com crianças falantes do inglês e outro com crianças falantes do espanhol, para examinar a interpretação do determinante definido.

Segundo Pérez-Leroux *et al.* (2002), uma criança deveria usar o determinante definido apenas em contextos semânticos alvo, isto é, crianças falantes do espanhol deveriam usar esse determinante em construções inalienáveis, enquanto crianças falantes do inglês não deveriam apresentar esse uso (exceto em PPs). No entanto, a competição semântica com outros determinantes faz com que as crianças pequenas realizem interpretações não-alvo deste determinante, como por exemplo, quando crianças falantes do inglês usam o determinante definido em construções inalienáveis nas quais o sintagma inalienável é o objeto do verbo, como em *John raises the hand*.

Os autores definem a construção inalienável como sendo “um sub-caso de uma relação de posse em que o elemento possuído é uma parte do elemento possuidor ao invés de se referir acidentalmente ou legalmente a ele”⁴³ (PÉREZ-LEROUX *et al.*, 2002:2).

Esse possuidor, segundo Pérez-Leroux *et al.* (2002:2), sendo externo⁴⁴, pode ser o sujeito da oração ou o argumento dativo/benefactivo, de acordo com o tipo lexical do verbo. Sobre este fato, Pérez-Leroux *et al.* (2002) e Guéron (1985) concordam, como se pode notar nos exemplos de construções IA-1 da última (exemplos (1) e (2) da seção anterior).

Além disso, há ainda uma diferença tipológica importante: línguas como o inglês usam o que os autores chamam de determinante possessivo em construções inalienáveis (no capítulo 1 desta dissertação, esses elementos foram chamados de possessivos funcionais), como em (49)⁴⁵, enquanto línguas românicas usam um determinante definido, além do próprio determinante possessivo, neste mesmo contexto, como em (50).

⁴³ “a sub-case of a possession relation in circumstances where the possessed element is a part of the possessor element rather than accidentally or legally related to it”.

⁴⁴ Pérez-Leroux *et al.* (2002) seguem a abordagem de Vergnaud e Zubizarreta (1992) segundo a qual o elemento possuidor pode ser externo (sujeito da oração ou argumento dativo/benefactivo) ou interno (pronomes possessivos). Diferentemente de Guéron (1985), estes autores consideram estruturas de posse inalienável com a presença do pronome possessivo.

⁴⁵ Os exemplos desta seção são de Pérez-Leroux *et al.* (2002).

- (49) a. John washes/raises *his* hands.
 b. #John washes/raises *the* hands.
- (50) a. João lava/levanta *as* mãos.
 b. João lava/levanta (*as*) *suas* mãos.
 b'. João lava/levanta *as* mãos *dele*⁴⁶.

Dessa forma, é considerada de posse inalienável uma construção em que não haja obrigatoriamente a presença de uma estrutura de posse explícita (com pronomes possessivos) se estão presentes nomes de partes do corpo⁴⁷, embora nessas construções de posse inalienável também possa ocorrer o pronome possessivo explícito, segundo estes autores.

Pérez-Leroux *et al.* (2002) apontam duas restrições para as construções inalienáveis. A primeira diz respeito ao tipo lexical do verbo – se este é de ação gestual ou não, como já foi discutido em Guéron (1985), na seção anterior, para os dados do francês. A segunda se refere à pluralidade do DP definido que indica a parte do corpo, com respeito a que os autores afirmam: “[a] parte do corpo deve ser singular, independentemente da pluralidade do DP possuidor, a menos que a parte do corpo em questão seja naturalmente plural com respeito a um indivíduo”⁴⁸ (PÉREZ-LEROUX *et al.*, 2002:2).

De acordo com Pérez-Leroux *et al.* (2002), para o tratamento de determinantes definidos em contextos de posse inalienável existem duas análises: (i) seguindo a linha de Guéron (1985), o determinante definido é comparado a uma anáfora pronominal e (ii) de acordo com Vergnaud e Zubizarreta (1992), o determinante definido é comparado a um determinante expletivo, sendo o DP parte do corpo tratado como tipo (*kind*), dado o que vemos em (51).

- (51) a. *Le* tigre vive en Afrique.
 b. *The* tiger lives in Africa.
 (*O* tigre vive na África⁴⁹)

⁴⁶ Nesses exemplos, nota-se que, para garantir a mesma leitura de definitude, a presença do determinante definido é obrigatória (50b'), mas não em (50b), como já foi longamente discutido no capítulo 1 dessa dissertação.

⁴⁷ Na pesquisa destes autores também só são usados nomes de partes do corpo.

⁴⁸ “*The body-part must be singular, independent of the plurality of the possessor DP, unless the body-part is one which is naturally plural with respect to an individual*”.

⁴⁹ No entanto, para o PB, parece que a construção com determinante definido não é a preferida nesse contexto, em comparação com o plural nu, por exemplo:

Para uma definição semântica da interpretação de tipo, Pérez-Leroux *et al.* (2002) se apóiam por um lado em Dayal⁵⁰ (2002 *apud* PÉREZ-LEROUX *et al.*, 2002:3), que afirma ser o determinante definido uma boa escolha para referência a tipos, já que não há nenhum determinante específico para este tipo de interpretação; e, por outro, em Chierchia⁵¹ (1998 *apud* PÉREZ-LEROUX *et al.*, 2002:3), que defende serem os determinantes definidos plurais, nas línguas românicas, os permitidos para esta leitura. E concluem que a gramática universal (GU) permite à criança a leitura de tipo dos determinantes definidos.

Segundo Pérez-Leroux *et al.* (2002), existem duas visões para diferenciar o inglês do espanhol, línguas com que os autores trabalham neste estudo. A primeira é a visão paramétrica, em que a criança deve tomar uma decisão categorial, ou seja, deve fixar um determinado valor de parâmetro, de acordo com a língua alvo. Já a segunda, a visão distribucional, determina que a variação está “em diferentes padrões distribucionais de formação de pares de forma/sentido”⁵² (PÉREZ-LEROUX *et al.*, 2002:3).

Apoiados na segunda visão, os autores esperam encontrar nesta pesquisa “evidência para os efeitos distribucionais no desenvolvimento”⁵³ (PÉREZ-LEROUX *et al.*, 2002:4), isto é, tanto no inglês quanto no espanhol, as crianças, em fases iniciais, incluem entre as representações semânticas do determinante definido a construção inalienável. Porém, crianças falantes do inglês têm que, em algum estágio do desenvolvimento lingüístico, restringir esta opção de acordo com os dados de *input*, ou seja, permitir a construção inalienável apenas dentro de PPs locativos – em inglês, é possível notar esse comportamento duplo: a língua não permite construção inalienável com definidos como atesta a impossibilidade de (52), porém em determinadas estruturas essa construção é permitida, como nos PPs (locativos), caso em que é possível aplicar a restrição de número que se aplica a construções inalienáveis do espanhol, como se vê em (53). Crianças falantes do espanhol, por outro lado, têm que aprender que

(i) *(Os) tigres vivem na África.*

⁵⁰ DAYAL, V. *Number marking and (in)definites in kind terms*. Ms., Rutgers University, 2002.

⁵¹ CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics* 6, 339-405, 1998.

⁵² “in different distributional patterns of form/meaning pairings”.

⁵³ “evidence for distributional effects in development”.

construções inalienáveis sofrem a restrição de número ou de classe lexical do verbo.

(52) *John washes *the* hands.

- (53) a. We hit them on *the* head / **the* heads.
 (Nós lhes batemos na cabeça / **nas* cabeças)
 b. We hit them on *the* eye / *the* eyes.
 (Nós lhes batemos no olhos / *nos* olhos)

Segundo Pérez-Leroux *et al.* (2002), se tanto o espanhol quanto o inglês permitem construção inalienável com o determinante definido, isso gera, para a criança, o problema de determinar a sua distribuição. Para resolver este problema, os autores sugerem que a variação na construção inalienável seja resultado de diferenças nas propriedades do sistema de possessivos da língua alvo. As propriedades do sistema de possessivos do inglês se opõem às propriedades do sistema de possessivos do espanhol, apresentadas no quadro contrastivo abaixo.

Inglês	Espanhol
Há genitivos pré-nominais	Não há genitivos pré-nominais
O determinante definido está em distribuição complementar com o possuidor	O determinante definido e o possuidor são co-ocorrentes
O sistema de possessivos não exibe concordância com o nome possuído, mas com o possuidor	O sistema de possessivos exibe concordância com o nome possuído
Não é possível a construção <i>os olhos de Maria</i> (* <i>the eyes of Maria</i>), apenas <i>Maria's eyes</i>	A construção <i>os olhos de Maria</i> é possível: <i>los ojos de Maria</i>

Quadro 4: Propriedades do sistema de possessivos do inglês e do espanhol

Pérez-Leroux *et al.* (2002) citam os trabalhos de Ramos⁵⁴ (1999) e Baauw⁵⁵ (2000), que analisam a interpretação de determinantes

⁵⁴ RAMOS, E. *The syntax of NPs in SLI*. University of Massachusetts, Ph. D. dissertation, 1999.

⁵⁵ BAAUW, S. *Grammatical features and the acquisition of reference*. University of Utrecht, Ph. D. dissertation, 2000.

definidos em posse inalienável. Os resultados do primeiro estudo revelam “um padrão de supergeneralização da interpretação inalienável em crianças falantes do inglês”⁵⁶ (PÉREZ-LEROUX *et al.*, 2002:6). Os resultados do segundo estudo mostram que, entre crianças falantes do holandês, as mais velhas (e os adultos do grupo de controle) tendem a rejeitar mais o determinante definido em construções inalienáveis, enquanto as crianças mais jovens também tendem à rejeição, porém em proporções menores. Entre as crianças falantes do espanhol, as mais velhas aceitam a leitura de construção inalienável quando se faz presente o determinante definido, assim como a maior parte dos adultos, frente à leitura referencial.

Segundo Pérez-Leroux *et al.* (2002:7), esses dois estudos fornecem evidência para “um padrão não-alvo de superextensão da interpretação inalienável em línguas em que essa interpretação é mais restrita, como inglês e holandês”⁵⁷. E, um dos objetivos do estudo desses autores é confirmar empiricamente essa evidência.

A seguir as quatro previsões apresentadas por Pérez-Leroux *et al.* (2002:8) para a pesquisa deles:

- (a) Construção inalienável com definidos deveria ser sempre possível para crianças, mesmo quando isso é um erro, como no caso do inglês;
- (b) Se esse estágio do desenvolvimento (isto é, o erro possível em inglês) é o resultado de algo como um parâmetro, então a construção inalienável deveria mostrar um padrão de sensibilidade à restrição de número;
- (c) Entretanto, se a visão distribucional está correta, então a sensibilidade ao número não precisa ser uma parte do erro com o definido-inalienável e
- (d) Deveria existir uma emergência gradual das restrições lexicais levando ao alvo da

⁵⁶ “*a pattern of overgeneralization of inalienable construal in English speaking children*”.

⁵⁷ “*non-target pattern of overextension of inalienable construal in languages where this interpretation is more restricted, like English and Dutch*”.

distribuição adulta (isto é, classe de verbo lexical em espanhol).⁵⁸

O estudo realizado sobre o comportamento do determinante definido no inglês contou com dezessete crianças da cidade de Toronto, falantes monolíngues do inglês. Entre elas, nove tinham entre 3;11 e 5;2 anos de idade (grupo jovem) e oito tinham entre 5;5 e 6;6 anos de idade (grupo mais velho). Para formar um grupo de controle o experimento contou com doze adultos falantes de inglês da Universidade do Estado de Michigan.

A metodologia consistiu em um dos bonecos trazer algumas bonecas e bichos de pelúcia e dar a cada um deles partes do corpo de brinquedo alienáveis (penas, braços, bocas, narizes, cabeças e orelhas)⁵⁹. A partir de uma sentença em que tivesse na posição de objeto direto do verbo o nome da parte do corpo, como em (54), era pedido às crianças que mostrassem a ação com as bonecas.

- (54) a. Mary moved *the* head. (Mary moveu *a* cabeça)
b. Mary moves *her* head.
(Mary moveu (*a*) *sua* cabeça / a cabeça *dela*)

Nesse experimento se controlou o número, isto é, sujeitos e objetos singulares ou plurais; a posse, ou seja, se a parte do corpo alienável expressa como objeto direto do verbo foi dada ao sujeito desse verbo; e unicidade, isto é, se a parte do corpo alienável denotada pelo objeto direto do verbo era a única no jogo.

⁵⁸ a) IC with definites should always be possible for children, even when it is an error such as in the case of English

b) If this developmental stage (i. e., the possible English error) is the result of something like a parameter, then IC should show a pattern of sensitivity to the number restriction

c) However, if the distributional view is correct, then the number sensitivity need not be a part of the definite-inalienable error

d) There should be a gradual emergence of lexical restrictions leading to target adult distribution (i. e. lexical verb class in Spanish)

⁵⁹ Em uma das rodadas, a estória contada foi: “Desta vez o Sapo trouxe uma perna, alguns narizes, um braço e duas cabeças. Ele deu ao Urso um braço. Ele deu ao Joey uma cabeça. Ele deu a Suzy uma perna. Ele deu a Mary a outra cabeça. Os narizes, ele não deu a ninguém”. (This time Frog got a leg, some noses, an arm and two heads. He gave Bear an arm. He gave Joey a head. He gave Suzy a leg. He gave Mary another head. The noses, he didn't give to anyone).

Os autores apresentaram, então, três⁶⁰ condições: na condição 1, tanto o sujeito quanto o objeto do verbo são singulares e a parte do corpo alienável (denotada pelo objeto do verbo) é única, como em (55). Na condição 4, tanto o sujeito quanto o objeto do verbo são plurais e a parte do corpo alienável (denotada pelo objeto do verbo) não é única, resultando em ambigüidade com respeito ao possuidor, como em (56). Na condição 5, o sujeito da sentença é plural e o objeto do verbo (parte do corpo) é singular e apenas um dos personagens o possui (57). Essa última condição serve para examinar se a posse inalienável sofre a restrição de número que afeta as construções inalienáveis das línguas românicas. Para evitar a ambigüidade quando o possuidor é plural, controlou-se o gênero: um dos sujeitos é masculino enquanto o outro é feminino.

- (55) a. Suzy put *the* leg on the table.
(Suzy pôs *a* perna sobre a mesa)
b. Suzy put *her* leg on the table.
(Suzy pôs (*a*) *sua* perna / a perna *dela* sobre a mesa)
- (56) a. Joey and Mary covered *the* heads.
(Joey e Mary cobriram *as* cabeças)
b. Joey and Mary covered *their* heads.
(Joey e Mary cobriram as cabeças *deles*)
- (57) a. Joey and Mary kissed *the* arm.
(Joey e Mary beijaram *o* braço)
b. Joey and Mary kissed *his* arm.
(Joey e Mary beijaram o braço *dele*)

Os resultados dos falantes do inglês, reportados por Pérez-Leroux *et al.* (2002:10-1), mostram que, para as leituras inalienáveis (respostas SELF), as respostas dos adultos diferem significativamente (sob o ponto de vista estatístico) das respostas das crianças, e, entre as crianças, as respostas das mais velhas diferem das respostas das mais jovens. Na condição 1, adultos não cometem erros acerca da leitura inalienável, isto é, interpretam estruturas com determinantes definidos como alienáveis e estruturas com pronomes possessivos como inalienáveis; crianças (mais

⁶⁰ Na verdade, apenas três, das cinco condições, são examinadas neste estudo, a saber, condição 1, condição 4 e condição 5. As condições 2 e 3 são examinadas em uma outra pesquisa desses mesmos autores que, na época da publicação do trabalho aqui reportado, ainda estava em preparação.

velhas/mais jovens) cometem equívocos de leitura quanto ao determinante definido. As mais jovens cometem mais erros do que as mais velhas, ou seja, têm maiores taxas de interpretação dos determinantes definidos como posse inalienável. Já em relação ao pronome possessivo, os três grupos de informantes (adultos, crianças mais velhas e crianças mais jovens) o usaram de forma ambígua, já que permitem as duas leituras, porém observou-se que adultos têm preferência pela leitura inalienável com o determinante possessivo.

Condição 1: (sujeito e objeto singulares e parte do corpo é única)
adultos: possessivo
crianças mais velhas: possessivo / definido [-]
crianças mais novas: possessivo / definido [+]

Nas duas últimas condições Pérez-Leroux *et al.* (2002:11) observaram taxas mais altas de interpretação inalienável com o determinante definido do que na primeira condição. Na condição 4, os adultos permitiram ambas interpretações (alienável/inalienável) com o possessivo e, na condição 5, os adultos não permitiram a interpretação inalienável (distribucional). Já as crianças, nas condições 4 e 5 permitiram a leitura inalienável, mesmo sem “concordância” entre o número do sujeito e do objeto (parte do corpo) com ambos os tipos de determinantes. Portanto, crianças falantes de inglês, sendo insensíveis a este tipo de “concordância”, apresentam o padrão das construções inalienáveis das línguas românicas.

Condição 4: (sujeito e objeto singulares e parte do corpo é única)
adultos: possessivo
crianças mais velhas: possessivo / definido
crianças mais novas: possessivo / definido

Condição 5: (sujeito plural, objeto singular e parte do corpo e parte do corpo é única)
adultos: interpretação inalienável não permitida
crianças mais velhas: possessivo / definido
crianças mais novas: possessivo / definido

O estudo realizado acerca do comportamento do determinante definido no espanhol contou com vinte crianças da cidade de Santo

Domingo, República Dominicana, falantes do espanhol. Entre elas, oito tinham entre 3;2 e 4;5 anos de idade (grupo jovem) e doze tinham entre 5;0 e 6;7 anos de idade (grupo mais velho). Para formar um grupo de controle o experimento contou com oito adolescentes e adultos falantes de espanhol da mesma localidade.

A metodologia empregada, incluindo as três condições, foi semelhante àquela usada com as crianças falantes do inglês, apresentada acima. Os exemplos usados para o experimento do espanhol são mostrados em (58) abaixo.

- (58)
- a. Oso movió *la* mano.
(Oso moveu *a* mão)
 - b. Mari y Suzy levantaron *las* cabezas.
(Mari e Suzy levantaram *as* cabeças)
 - c. Pepito y Mari sacudieron *el* brazo.
(Pepito e Mari sacudiram *o* braço)

Além disso, a metodologia do espanhol ainda controla outras estruturas, uma que favorece a interpretação inalienável, com possessivos (embora esta também apareça na metodologia do inglês), e outra que desfavorece, com demonstrativos; exemplificadas respectivamente em (59b-c). Isso se faz necessário pelo fato de que, no espanhol, a construção com o determinante definido é ambígua entre posse alienável e inalienável.

- (59)
- a. El niño movió *la* mano.
 - b. El niño movió *la* mano *suya*.
 - c. El niño movió *la* mano *esa*.
(O menino moveu *a* mão / *a sua* mão ou *a mão dele / essa* mão)

E, a respeito do tipo lexical de verbo, notou-se que verbos gestuais favorecem a leitura inalienável, como em (60a), enquanto verbos não-gestuais sem o clítico favorecem a leitura alienável, como em (60b).

- (60)
- a. Oso levantó *la* pierna.
(Oso levantou *a* perna)
 - b. Oso rascó *la* pierna.

(Oso coçou a perna)

Os resultados dos falantes do espanhol, reportados por Pérez-Leroux *et al.* (2002), mostram que, para os SELF na condição 1, as respostas dos adultos diferem das respostas das crianças, e, entre as crianças, as respostas das mais velhas diferem das respostas das mais jovens. Os adultos interpretam como inalienáveis, por ordem de preferência, estruturas com o pronome possessivo, estruturas com o determinante definido e, por último, estruturas com o pronome demonstrativo. Já, as crianças mais velhas mostraram “padrões intermediários” (PÉREZ-LEROUX *et al.*, 2002:14) e as crianças mais jovens mostraram não diferenciar os tipos de determinantes.

Condição 1: (sujeito e objeto singulares e parte do corpo é única)
adultos: possessivo > definido > demonstrativo
crianças mais velhas: “padrões intermediários”
crianças mais novas: indiferentes

O mesmo se observa em relação ao tipo de verbo (gestual ou dativo sem clítico). Adultos e crianças mais velhas interpretam como construções de posse inalienável aquelas em que o verbo é de ação gestual; já as crianças mais jovens não fazem esta distinção.

Na condição 4, o padrão para os determinantes da condição 1 se mantém. Enquanto os adultos e crianças mais velhas preferem o possessivo frente ao definido, e preferem o definido frente ao demonstrativo para a leitura inalienável, crianças mais jovens não estabelecem essa diferença.

Condição 4: (sujeito e objeto plurais e parte do corpo não é única)
adultos: possessivo > definido > demonstrativo
crianças mais velhas: possessivo>definido> demonstrativo
crianças mais novas: indiferentes

Por fim, na condição 5, todos os três grupos etários diferenciam o uso dos determinantes de forma semelhante. Para a leitura inalienável, todos (adultos, crianças mais velhas e mais jovens) preferem o possessivo frente ao definido e, por sua vez, preferem o definido frente ao demonstrativo.

Condição 5: (sujeito plural, objeto singular e parte do corpo e parte do corpo é única)

adultos: possessivo > definido > demonstrativo

crianças mais velhas: possessivo > definido > demonstrativo

crianças mais novas: possessivo > definido > demonstrativo

Nestes contextos de plural (duas últimas condições), Pérez-Leroux *et al.* (2002:16) observaram que nem os adultos nem as crianças falantes do espanhol são sensíveis à restrição de número. E declaram que isso talvez se deva ao dialeto falado na República Dominicana, que, por não recuperar o marcador de plural –s, pode estar escondendo a operação de restrição de número.

Além disso, os autores ainda afirmam que crianças falantes do espanhol têm taxas mais altas de construções inalienáveis em contextos de singular do que em contextos de plural, diferentemente das crianças falantes do inglês.

Pelo fato de haver construções inalienáveis com determinantes definidos tanto em espanhol quanto em inglês na fala infantil (embora em frequências diferentes), os autores concluem que a aquisição dessas estruturas não é paramétrica, mas distribucional, já que os determinantes definidos introduzem tipos (*kinds*) e nomes de partes do corpo são considerados tipos (*kinds*) nessas línguas, de acordo com Perez-Leroux *et al.* (2002) baseados em Vergnaud e Zubizarreta (1992).

Para os dados do PB, baseando-se nos resultados dessa pesquisa, seria plausível esperar que, por se tratar também de uma língua românica, o PB se sujeitasse à restrição do tipo lexical do verbo. No entanto, como se discutiu na seção anterior, é possível que isso não aconteça nos dados de aquisição do PB, já que a língua-alvo parece reanalisar os verbos do tipo relevante como pronominais em LF. De qualquer forma, as informantes desta pesquisa podem ser comparadas apenas ao grupo de crianças mais jovens dos experimentos de Pérez-Leroux *et al.* (2002), logo, já se esperaria que não houvesse também por parte das informantes do PB uma distinção dos tipos verbais.

Da mesma forma, os dados coletados da fala infantil de crianças adquirindo o PB também não deveriam apresentar distinção no uso de determinantes, de acordo com os resultados dos experimentos das crianças adquirindo o espanhol, ao menos para dados da condição 1 (contexto de maior frequência na fala de crianças adquirindo o espanhol). Essas predições serão checadas no último capítulo.

2.5 A análise de Floripi e Nunes (2009)

Floripi e Nunes (2009), neste artigo, tratam apenas de nomes relacionais e de parentesco⁶¹, que se diferenciam dos nomes de partes do corpo por terem um papel temático a ser atribuído ao seu possuidor⁶². O tipo de construção sintática abordada é aquela apresentada em (61a), em que o possuidor é nulo – neste caso, um traço (fruto de movimento).

- (61) a. [O João]_i conversou com o pai ec_i.
b. [O João]_i conversou com o pai dele_i.

O exemplo em (61b) se difere de (61a) não só pelo material fonético realizado, mas também pelo fato de (61b) poder tomar um antecedente na sentença e no discurso (se sujeita ao Princípio B, ou seja, se trata de um pronome), enquanto (61a) só pode encontrar um antecedente na sentença (se sujeita ao Princípio A, ou seja, se trata de uma anáfora).

Além disso, o caráter anafórico da categoria vazia também é evidenciado em outros contextos típicos, como localidade e c-comando. Abaixo os respectivos exemplos que confirmam essa hipótese.

- (62) a. [A Marcela]_i disse que [o André]_k ligou para o amigo
ec_{k/*i}
b. [O amigo [do João]_i]_k telefonou para a mãe ec_{k/*i}

Pelo fato de os possuidores nulos engatilharem a leitura *sloopy* em contexto de elipse, como mostra (63); a leitura presa quando o seu antecedente é “apenas/só DP”, como mostra (64) e uma interpretação *de se* em contextos de “desafortunado”, como mostra (65), os autores analisam os possuidores nulos no PB como de obrigatoriamente

⁶¹ É interessante lembrar que nomes relacionais incluem nomes de parentesco como um sub-grupo. A distinção entre nomes relacionais como *amigo* e *vizinho* e nomes de parentesco como *pai* e *primo* se dá pelo comportamento sintático dos mesmos.

⁶² A evidência de que nomes relacionais, como *pai*, têm um papel temático a ser atribuído ao seu possuidor e nomes de partes do corpo, como *mão*, não necessariamente têm essa mesma propriedade é o fato de que *pai* necessariamente é o pai de alguém, enquanto *mão* não necessariamente é de alguém, podendo ser uma mão (de plástico) avulsa, por exemplo.

controlados (cf. HORNSTEIN, 2001⁶³ *apud* FLORUPI e NUNES, 2009), sendo PROs/traços-A.

- (63) a. João_i quer PRO_i vencer e Pedro_k também (quer PRO_k vencer)
b. João_i vai telefonar para a mãe ec_i e Maria_k também (vai telefonar para a mãe ec_k)
- (64) a. Apenas João_i lembra de PRO_i dar presentes.
b. Apenas João_i ligou para a mãe ec_i
- (65) a. O desafortunado_i espera PRO_i ganhar uma medalha
b. Regan_i passou a admirar o irmão ec_i

Devido ao contraste de (66), os autores sugerem que o possuidor nulo seja um pronome resumptivo e não um traço, já que, em (66b), o movimento do sujeito encaixado para o sujeito matriz seria proibido pelo fato de se encontrar em uma configuração de ilha.

- (66) a. * [o irmão ec] viajar
b. [O João]_i disse que o irmão ec_{i/*k} vai viajar.

Em se tratando de pronomes nulos resumptivos, conforme os autores, o número aparente de violação de ilhas pode aumentar, sem violação da aceitabilidade, já que eles não se sujeitam a estes efeitos.

Dois possíveis problemas se apresentam para essa análise. O primeiro diz respeito à atribuição de Caso. No caso do pronome realizado, é a preposição *dummy de* que atribui, enquanto no caso do pronome nulo resumptivo não há quem realize essa atribuição. No entanto, os autores afirmam que a preposição é marcada de Caso inerente e só é realizada quando o elemento marcado para Caso está realizado.

O segundo problema se refere à falta de paralelismo entre as posições de sujeito e objeto. Segundo Floripi e Nunes (2009), o PB permite pronome nulo resumptivo na posição de objeto, porém não o permite na posição de sujeito. A explicação dada pelos autores para este fato é que pronomes resumptivos nulos, tais quais objetos nulos, podem ser licenciados por Caso inerente (atribuído pelo nome relacional ao seu possuidor), no entanto, aos sujeitos nulos resumptivos não se pode

⁶³ HORNSTEIN, N. *Move! A minimalist theory of construal*. Malden, MA: Blackwell, 2001.

atribuir um Caso inerente, já que o núcleo T não é atribuidor deste. Além disso, por a concordância verbal estar enfraquecida, pro não pode ser licenciado/identificado por IP.

Diferentemente com o que ocorre com as categorias vazias que são frutos de movimento, nos casos de resumção, localidade e c-comando não precisam ser necessariamente respeitados, como mostram os exemplos abaixo.

- (67) a. [A Maria]_i acha que [o João]_k disse que o amigo pro
k/i vai viajar.
b. [A Marcela]_i disse que [o André]_k ligou para o amigo
ec k/*i.
- (68) a. [O namorado [da Maria]_i]_k saiu quando um parente
pro i/k chegou.
b. [O amigo [do João]_i]_k telefonou para a mãe ec k/*i.

Sendo assim, se quando há movimento do possuidor, há propriedades interpretativas de controle obrigatório; logo, quando o movimento é bloqueado, não há propriedades interpretativas de controle obrigatório. O que resulta no envolvimento de estratégias de pronominalização como último recurso.

Por fim, os autores afirmam que o movimento e a pronominalização competem por economia. Se ambos convergem para o mesmo resultado, então o sistema optaria pelo movimento, deixando a pronominalização como último recurso, já que, nesta, os pronomes estariam presentes na numeração que alimenta a derivação, o que a tornaria mais custosa.

Percebe-se que a análise proposta por Floripi e Nunes (2009), que trata de nomes inalienáveis relacionais e de parentesco, compartilha alguns conceitos utilizados na análise proposta por Guéron (1985), que, por sua vez, trata de nomes inalienáveis de partes do corpo. Ambos os estudos utilizam o conceito de anáfora e de controle obrigatório de PRO. No entanto, enquanto Guéron (1985) assume que o determinante definido é o responsável pela leitura (in)alienável, já que é ele uma anáfora ou um operador iota, Floripi e Nunes (2009) assumem um possuidor nulo (PRO obrigatoriamente controlado), que se sujeita às condições de anáfora e que, em último caso, pode ser pronominalizado.

2.6 Tipos de nomes

Essa seção se dedica a apontar algumas diferenças relatadas na literatura que foram encontradas entre os diferentes tipos de nomes inalienáveis, responsáveis possivelmente pelos diferentes resultados apresentados no capítulo 3 desta dissertação.

Em relação aos tipos de nomes, observa-se que os nomes de parentesco, nomes relacionais e nomes de partes do corpo não apresentam exatamente o mesmo comportamento em contextos de posse inalienável, por exemplo, com respeito ao tipo de determinante que os antecede.

Segundo Castro (2006:138)⁶⁴, com NP definido, a leitura inalienável é possível apenas na 3ª pessoa, no caso dos nomes relacionais⁶⁵ e dos nomes de parentesco; já com 1ª e 2ª pessoa perde-se esta leitura, como mostrado no contraste entre (69a) e (69b), e no contraste entre (70a) e (70b) respectivamente. Porém, essa restrição desaparece quando se trata de partes do corpo, como se vê em (71).

- (69) a. #Eu abracei / #Tu abraçaste / #Você abraçou o *amigo*⁶⁶.
b. O João abraçou o *amigo*.
- (70) a. ? / #Eu abracei / # Tu abraçaste / #Você abraçou o *pai* / # a *filha*.
b. O João abraçou o *pai* / a *filha*.
- (71) a. Eu levantei / Tu levantaste / Você levantou a *perna* / a *cabeça*.
b. O João levantou a *perna* / a *cabeça*.

Com NP indefinido, a leitura de posse inalienável é possível nas 1ª, 2ª e 3ª pessoa no caso dos nomes relacionais, como em (72). No

⁶⁴ Castro (2006) trata apenas de nomes relacionais nesta seção da sua pesquisa. Os nomes de parentesco e de partes do corpo foram inseridos nos exemplos para mostrar que o seu comportamento é diferenciado. Portanto, os exemplos (69-74) foram retirados e adaptados de Castro (2006:138-9:(203a,c),(204a,c) (205a,c).

⁶⁵ Entendem-se por nomes relacionais, nesta dissertação, nomes como *vizinho*, *amigo*. Além disso, pode-se dizer que o conjunto de nomes relacionais contém conjuntos como o de nomes de parentesco.

⁶⁶ No caso dessa construção com a 2ª pessoa representada pelo pronome *você* há uma ambigüidade em relação ao juízo de gramaticalidade. Diferentemente do que acontece com a construção com o pronome *tu* representando a 2ª pessoa, com o *você* pode haver a leitura inalienável, ou seja, o *amigo* pode pertencer ao sujeito da sentença. Pode ser que isso se dê pelas particularidades de concordância que o pronome *você* exige.

entanto, quando se trata nomes de parentesco, em (73), ou de partes do corpo, em (74), essa leitura só é possível quando esses nomes são “naturalmente” plurais⁶⁷.

- (72) a. Eu abracei / Tu abraçaste / Você abraçou *um amigo*.
b. O João abraçou *um amigo*.
- (73) a. Eu abracei / Tu abraçaste / Você abraçou *#um pai / uma filha*.
b. O João abraçou *#uma mãe / uma filha*.
- (74) a. Eu levantei / Tu levantaste / Você levantou *uma perna / #uma cabeça*.
b. O João levantou *uma perna / #uma cabeça*.

Com plural nu, a leitura de posse inalienável é possível nas 1^a, 2^a e 3^a pessoa no caso dos nomes relacionais, como em (75). No caso dos nomes de parentesco, em (76), essa leitura parece ser possível, embora de uma maneira degradada, com nomes “naturalmente” plurais; com nomes “naturalmente” singulares, essa leitura torna-se impossível. Com nomes de partes do corpo, porém, essa leitura torna-se impossível, como em (77), independente de serem nomes “naturalmente” plurais.

- (75) a. Eu abracei / Tu abraçaste / Você abraçou *amigos*.
b. O João abraçou *amigos*.
- (76) a. ?? Eu abracei / Tu abraçaste *tios / #pais*⁶⁸.
b. ?? O João abraçou *filhas / #mães*.
- (77) a. #Eu levantei / Tu levantaste / Você levantou *pernas / cabeças*.
b. #O João levantou *mãos / cabeças*.

Segundo Floripi e Nunes (2009:62-3), é possível obter a interpretação inalienável para construções com nomes parentesco, caso o NP seja indefinido ou definido de 3^a pessoa, como atestam os exemplos em (70b) e (73b). No caso da 1^a e 2^a pessoa, os autores

⁶⁷ O que se quer dizer com “naturalmente” plurais é, no caso das partes do corpo, nomes que denotem partes pares no corpo de um indivíduo, como *orelhas, pernas, braços*, etc.; mas não *nariz e boca*, por exemplo. No caso dos nomes de parentesco, significam nomes que denotam parentes que, um indivíduo apenas, possa ter vários, como *tios, avós, primos, filhos*, etc.; mas não *mãe e pai*, por exemplo.

⁶⁸ *Pais*, neste caso, se refere ao plural de *pai* (em inglês *fathers*). Não se trata de *pai+mãe* (em inglês *parents*).

afirmam que o mesmo é possível, embora apenas se forem introduzidos pelo determinante indefinido, como mostra o exemplo em (73a)⁶⁹.

Dahl e Koptjevskaja-Tamm (2001:209) dão suporte à idéia do comportamento diferenciado de acordo com o tipo de nome inalienável, afirmando que nomes de parentesco (e relacionais também, por analogia) são [+animados]⁷⁰, se assemelham aos nomes próprios no que diz respeito à referencialidade (como mostram (78a,b)) e, sintaticamente, geralmente são sujeitos, como se vê em (78c). Por outro lado, nomes de partes do corpo são [-animados] (o que explica pelo menos parte da impropriedade de (79a)) e, sintaticamente, geralmente são objetos e adjuntos, como vemos em (79b,c). Enquanto os nomes [+animados] podem aparecer em posição de vocativos, nomes de partes do corpo não são possíveis nessa posição, já que vocativos, segundo Dahl e Koptjevskaja-Tamm (2001:203), “por definição, devem ter referentes de segunda pessoa”⁷¹. Os exemplos abaixo, em (78d) e (79d) ilustram esse contraste.

- (78) a. A Maria ama o *pai* / o *tio*.
b. A Maria saiu com a *mãe* / a *vó*.
c. *O pai* chegou⁷².
d. *Mãe*, vem aqui!
- (79) a. # *O dente* caiu.
b. A Maria lavou a *mão*.
c. A Maria beijou o Pedro na *boca*.
d. **Pernas*, venham aqui!

Exemplos como aqueles em (70a) – *ocê abraçou o pai* – e (78a) parecem ser usados, ao menos em PB, de uma maneira muito particular. Essa construção parece ser proferida apenas quando o falante se encontra entre as pessoas da sua família, mais especificamente, entre

⁶⁹ Floripi e Nunes (2009:62:(31-2)) usam como nome de parentesco, nos exemplos dessa parte da sua pesquisa, o nome *primo*. Talvez, por essa razão não tenham notado o fato de a leitura inalienável estar perdida caso seja um nome que denote seres “singulares” em termos de relacionamento.

⁷⁰ Característica pertencente também aos possuidores, de acordo com a observação de Bally (1996 [1926] *apud* MITHUN, 2001:287). O seu exemplo para isso é *Lhe cortaram a perna*, que só pode significar que a perna de alguém foi cortada, não a perna de algo, como uma mesa por exemplo.

⁷¹ “*by definition, must have second-person referents*”.

⁷² Esse exemplo, no entanto, como notado por Lopes (c.p.), é pragmaticamente restrito.

seus irmãos – filhos deste mesmo *pai*. No caso de estar entre estranhos, o falante preferiria algo como *O meu pai chegou*. O mesmo parece acontecer com (78c) e (78d), já que, quando se envolvem nomes como *tio* e *vó*, parece que as pessoas denotadas por esses nomes devem estabelecer obrigatoriamente essa relação de parentesco com a pessoa que proferiu a sentença, não necessariamente com o sujeito da sentença *Maria*⁷³.

Dessa forma, espera-se um comportamento diferenciado entre os três tipos de nomes inalienáveis em relação ao determinante que os introduz e a posição sintática que ocupam, o que se vai examinar no próximo capítulo.

2.7 Sumarizando

Neste capítulo foram apresentados os estudos de Guéron (1985), de Pérez-Leroux *et al.* (2002) e de Floripi e Nunes (2009). Os dois primeiros estudos contrastam línguas românicas – francês, no primeiro, e espanhol, no segundo – com o inglês. Entretanto, o estudo de Guéron (1985) se baseia em gramática adulta, fazendo apenas previsões para a gramática infantil, enquanto o estudo de Pérez-Leroux *et al.* (2002) trata, principalmente, de gramática infantil (estruturas inalienáveis sendo adquiridas por crianças), embora também traga resultados da gramática adulta.

O terceiro estudo apresentado trata dos dados do PB adulto em relação aos nomes inalienáveis relacionais e de parentesco, diferentemente dos dois primeiros estudos, que tratam de nomes inalienáveis de partes do corpo.

É importante lembrar que, entre essas duas pesquisas, há uma diferença quanto ao que se considera uma estrutura inalienável. Na pesquisa de Guéron (1985), considera-se uma estrutura inalienável aquela que se constitui de *determinante definido + nome inalienável* e na de Floripi e Nunes (2009), também voltada para a estrutura sintática, considera-se que haja movimento ou, em último caso, pronominalização do possuidor. Já, na pesquisa de Pérez-Leroux *et al.* (2002), considera-se uma estrutura inalienável aquela em que está presente um nome inalienável, podendo este ser introduzido por um determinante definido (artigo definido) ou por um possessivo funcional.

⁷³ Segundo Grolla (c.p.), neste caso, se trata de variação dialetal.

CAPÍTULO 3

PROBLEMA DA AQUISIÇÃO

3.1 Introdução

Neste capítulo serão discutidos alguns dos problemas que circundam a aquisição da linguagem. Para tanto, na seção 3.2, faz-se uma breve introdução à hipótese inatista de Chomsky, de acordo com Costa e Santos (2003) e na seção 3.3, apresenta-se alguns dos muitos problemas dessa área, de acordo com Meisel (1997). Na seção 3.4, apresentam-se os dados das crianças, iniciando com a metodologia adotada nesta pesquisa, na seção 3.4.1. Já nas seções 3.4.2 e 3.4.3, são apresentadas as análises dos dados relativos à posse funcional e inalienável, respectivamente.

3.2 Uma breve introdução à hipótese inatista chomskiana

Segundo Costa e Santos (2003), a hipótese inatista, desenvolvida nos anos 50 por Noam Chomsky, se insere na perspectiva mentalista¹ que, por sua vez, se diferencia da perspectiva cognitivista, no sentido de postular que o desenvolvimento lingüístico ocorre de forma independente do desenvolvimento de outras capacidades cognitivas.

Essa hipótese, segundo esses autores, vem revolucionar o campo da lingüística em relação à aquisição da linguagem, rompendo com a idéia de que a aquisição da linguagem se baseia em imitação, como acreditam os comportamentalistas².

Essa hipótese não descarta de todo a idéia de imitação, já que, por exemplo, para aprender o léxico de uma língua a criança precisa imitar o adulto. Porém, estabelecendo um paralelo com outras faculdades humanas (como a da visão, por exemplo), essa hipótese propõe que haja “faculdades mentais dedicadas ao desenvolvimento da linguagem” (COSTA e SANTOS, 2003:18), sendo a linguagem “um órgão biológico

¹ Para uma apresentação mais aprofundada sobre o modelo chomskiano e uma discussão sobre o lugar da empiria neste modelo, ver Lopes (1995).

² O comportamentalismo é outra perspectiva sobre a linguagem que postula que “a linguagem é um conjunto de hábitos verbais desenvolvidos através de interações sociais do tipo estímulo-resposta” (COSTA e SANTOS, 2003:18).

com componentes físicas (o aparelho fonador e auditivo que nos permite falar e ouvir) e cognitivas” (COSTA e SANTOS, 2003:19).

Sendo este órgão inato, traz consigo conhecimentos lingüísticos universais que são transmitidos geneticamente. Dessa forma, “os bebês nascem pré-programados para virem a ser falantes da língua (ou línguas)” (COSTA e SANTOS, 2003:48), desde que estejam expostos a ela(s). Segundo os autores, a tarefa da criança é desenvolver a faculdade da linguagem em função do ambiente lingüístico em que está incluída.

Costa e Santos (2003:20-47) apresentam dez argumentos que favorecem a hipótese inatista³ frente à perspectiva comportamentalista.

O primeiro argumento se refere ao fato de crianças, em idade de aquisição, produzirem sistematicamente palavras ou sentenças nunca antes ouvidas por elas. Ou seja, crianças produzem sistematicamente sentenças como *eu fazi* ao invés de *eu fiz*, que ela nunca ouviria de um adulto porque os adultos não produzem essas formas.

Portanto, pode-se afirmar que não se trata de imitação, já que não se pode imitar o que nunca se ouviu. Ainda tentando salvar a hipótese da imitação, se poderia dizer que a sentença infantil *eu fazi* é uma tentativa “frustrada” de imitação da sentença adulta *eu fiz*; porém, esse uso é sistemático por parte da criança, isto é, quando estimulada por adultos, a criança é capaz de imitar a sentença *eu fiz*, mas quando faz uso espontaneamente dela, volta à forma *eu fazi*.

Assim, conclui-se que, baseada em conhecimentos inatos fornecidos pela faculdade da linguagem, a criança é capaz de fazer uso, inconscientemente, de regras gramaticais para chegar a sentenças como *eu fazi*, que nada mais é do que uma supergeneralização da regra de verbos regulares aplicada, neste caso, a um verbo irregular.

O segundo argumento diz respeito à universalidade e seqüencialidade do desenvolvimento lingüístico. Universalidade aqui tem o sentido de que, independentemente da língua que esteja sendo adquirida, as crianças passam por fases semelhantes durante esse processo de aquisição, como, por exemplo, no caso das frases passivas que, segundo o estudo de Borer e Wexler⁴ (1987 *apud* COSTA e SANTOS, 2003:26) não são produzidas por crianças até

³ Sobre este assunto, ver também Luft (1985), Avram (2002) e Guasti (2002).

⁴ BORER, H. and WEXLER, K. The maturation of syntax. In: ROEPER, T. and WILLIAMS, E. (eds.). *Parameter setting*. Dordrecht: Reidel, 1987, 123-172.

aproximadamente os três anos de idade. A hipótese inatista explica esse fato afirmando que a faculdade da linguagem está sujeita a processos de amadurecimento e, devido a eles, o desenvolvimento da linguagem se apresenta da mesma forma em todas as crianças⁵. E seqüencialidade aqui quer dizer que há uma seqüência de etapas a serem cumpridas pela criança ao longo da aquisição lingüística, conforme os processos de amadurecimento acima citados vão ocorrendo, de acordo com Menyuk⁶ (1988 *apud* COSTA e SANTOS, 2003:27).

O terceiro argumento aponta a rapidez do desenvolvimento lingüístico, afirmando que, baseadas em capacidades inatas, as crianças são capazes de analisar a estrutura da língua que estão adquirindo. Dessa forma, simplificado o processo de aquisição, as crianças adquirem boa parte da gramática da sua língua nos primeiros anos de vida.

O quarto argumento se refere ao fato de não se ensinar explicitamente gramática às crianças em idade de aquisição e mesmo assim as crianças, desde muito cedo, demonstrarem ter conhecimentos gramaticais, como no caso da contração *wanna* do inglês⁷. Sendo assim, não se pode dizer que se trata de imitação, mas sim, de acordo com a hipótese inatista, trata-se de conhecimentos fornecidos pela faculdade da linguagem.

O quinto argumento diz respeito à falta de reação, por parte das crianças, em relação às correções lingüísticas dos adultos. Correções, segundo Costa e Santos (2003), quando não são ignoradas pela criança, são adotadas apenas momentaneamente (provavelmente para “agradar” quem lhes corrigiu); porém, a criança logo volta à sua produção sistemática. Caso a linguagem fosse adquirida por correção, as crianças deveriam reagir às correções dos adultos (que funcionariam como um estímulo negativo), e os adultos deveriam ser sistemáticos em sua correção.

O sexto argumento afirma haver diferenças entre o que a criança entende e o que ela produz. A criança, em idade de aquisição, entende muito mais do que produz, e a hipótese inatista chomskyana explica isso

⁵ De acordo com Grolla (c.p.), há controvérsias nesse ponto. Neste caso, trata-se apenas da hipótese maturacionista, porém há também a hipótese continuísta, sobre a qual também se tratará na próxima seção.

⁶ MENYUK, P. *Language development: knowledge and use*. Glenview, IL: Scott Foresman, 1988.

⁷ Conforme Grolla (c.p.).

propondo que os componentes de interpretação (LF) e de produção (PF) funcionam de maneira autônoma. Se o processo de aquisição fosse apenas de imitação, essa divergência entre o que a criança entende e o que ela produz não deveria existir ou, ao menos, não deveria ser tão extensa.

O sétimo argumento se refere ao fato de crianças, desde muito cedo, discriminarem propriedades prosódicas da sua língua e propriedades prosódicas entre duas ou mais línguas, como mostram os estudos de Jusczyk⁸ (1986) citados por Costa e Santos (2003:35). Para isso, de acordo com a hipótese chomskyana, as crianças utilizariam conhecimentos inatos. Se elas se usassem apenas de imitação, seria muito surpreendente que elas fossem capazes de discriminar propriedades numa língua que jamais ouviram, por exemplo.

O oitavo argumento diz que, embora crianças não recebam informação negativa, ou seja, informação sobre o que é agramatical na sua língua, elas sabem o que é e o que não é gramatical na língua que estão adquirindo⁹, já que ao final do processo de aquisição poderão fornecer juízos de gramaticalidade sobre qualquer construção de sua língua materna.

Poderia se pensar que, por imitação, a criança também pudesse chegar a isso, afirmando que, por não ouvir sentenças agramaticais, ela não teria como reproduzi-las. No entanto, como se viu no primeiro argumento apresentado por Costa e Santos (2003), crianças produzem sentenças nunca antes ouvidas.

O nono argumento se refere ao “problema de Platão”. Esse problema, de acordo com Costa e Santos (2003:41) “consiste em saber como é que a criança consegue, a partir de dados tão desorganizados e pobres, chegar a um conhecimento tão profundo da língua, que lhe permite tacitamente aplicar de forma recursiva regras para gerar novas palavras e frases”.

⁸ JUSCZYK, P. Towards a model for the development of speech perception. In: PERKELL, J. and KLATT, D H. (eds.). *Invariance and variability in speech processes*. Hillsdale, N. J.: Eelbaum, 1986, 1-19.

⁹ Embora se possa dizer que no início isso possa não ocorrer, como no caso de crianças falantes de inglês que produzem sentenças sem o sujeito realizado, o que não é possível nesta língua.

Ou seja, embora a criança utilize um *input* degradado¹⁰, ela é capaz de, segundo Costa e Santos (2003:41) selecionar os dados relevantes daquilo que não é relevante (interrupções, espirros, barulhos, etc) com o objetivo de “formular regras”.

Logo, não se pode afirmar que a aquisição ocorra baseada em imitação ou em estímulo-resposta, pois, do contrário, “as crianças não conseguiriam chegar a um conjunto de regras depuradas de tudo quanto é lingüisticamente irrelevante, tal como fazem” (COSTA e SANTOS, 2003:43). Dessa forma, a hipótese inatista postula que a tarefa da criança é facilitada, pois “resume-se a seleccionar dados simples e dar respostas simples a questões de variação. Assume-se que grande parte das regras ‘complicadas’ são dadas à nascença” (COSTA e SANTOS, 2003:44).

Por fim, o décimo argumento diz respeito à fase crítica para a aquisição da linguagem que, segundo Costa e Santos (2003), diz respeito ao tempo limite em que a linguagem pode ser estimulada. Passada essa fase crítica (por volta do início da puberdade), de acordo com a hipótese inatista, o indivíduo apenas pode aprender a falar precariamente, mas perde a capacidade de adquirir uma língua, já que a faculdade responsável por esse processo “atrofia”¹¹, o que mostra, mais uma vez que a aquisição não se baseia apenas em imitação.

Segundo Costa e Santos (2003:47), esse se constitui como “um argumento forte a favor da hipótese mentalista e inatista, uma vez que permite estabelecer um paralelo entre a linguagem e outros processos de desenvolvimento psicomotor que ou são estimulados e amadurecem na altura própria ou atrofiam, criando-se lesões irreversíveis”.

Portanto, frente à perspectiva comportamentalista, a hipótese inatista se apresenta como uma alternativa melhor, pois explica de uma forma mais científica¹² a maneira pela qual se dá a aquisição da linguagem, postulando uma faculdade da linguagem e atribuindo um

¹⁰ Incluído neste *input* o “paiês” (também chamado de “manhês” ou “maternês”, conforme Grolla (c.p.)), ou seja, a fala dirigida à criança, que, conforme Costa e Santos (2003:41), é mais degradado ainda.

¹¹ No entanto, segundo Grolla (c.p.), isso é controverso, já que há casos em que pessoas, que já passaram da fase crítica, também conseguem adquirir língua.

¹² Segundo Grolla (c.p.), há outras hipóteses, como *usage based* (de Tomaselo), que também são científicas e explicam o processo de aquisição da linguagem. Embora de muito interesse para uma pesquisa como esta, um estudo sobre essas outras hipóteses ficará para uma oportunidade futura.

estatuto independente das outras capacidades cognitivas para ela. No entanto, essa visão da aquisição da linguagem também apresenta alguns problemas, que serão vistos na próxima seção.

3.3 Os muitos problemas da aquisição

Segundo Meisel (1997), foi com o intuito de explicar as propriedades comuns a todas as línguas e, ao mesmo tempo, os aspectos particulares de cada uma delas que se desenvolveu a teoria de princípios e parâmetros¹³. Apoiados nesta teoria, os mecanismos teóricos oferecidos pelas propriedades específicas – para as quais está voltado o estudo do autor – são usados para tratar a variação que se dá entre diferentes línguas e a variação entre as gramáticas intermediárias que aparecem durante a aquisição da linguagem.

Para tratar dos aspectos universais entre as línguas dispõe-se da gramática universal (GU), cujo papel “é oferecer um modelo de capacidade mental específica que permite aos seres humanos processar as estruturas altamente complexas da linguagem” (MEISEL, 1997:21). Estes seres possuem um conhecimento transmitido geneticamente que compõe o estado inicial da linguagem, e não um conhecimento baseado apenas nos dados lingüísticos, como se poderia supor.

Um argumento a favor desta idéia é que, mesmo em contextos lingüísticos desfavoráveis ao desenvolvimento da linguagem, pode-se observar uniformidade e universalidade na forma com que a língua é adquirida. Além disso, há o chamado “problema de Platão” (MEISEL, 1997:21), citado na seção anterior, um argumento baseado na insuficiência dos dados quanto à informação necessária para que a criança chegue ao conhecimento lingüístico a que, de fato, chega¹⁴.

Meisel (1997) apresenta também as vantagens epistemológicas deste modelo (o modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY¹⁵, 1981 *apud* MEISEL, 1997:21)) frente ao modelo da Teoria Padrão (CHOMSKY¹⁶, 1965 *apud* MEISEL, 1997:21). O segundo modelo é mais descritivo, pois concebe o estado inicial como um conjunto de regras, que incluem regras de transformação e reescritura. Já o primeiro

¹³ Sobre este assunto, ver também Kato (1995) e Miotto (1995).

¹⁴ Argumentos discutidos na seção anterior deste capítulo.

¹⁵ CHOMSKY, N.. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

¹⁶ CHOMSKY, N.. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.

modelo descarta a idéia de “regras' independentes”, pois, sem saber qual a “métrica de avaliação”, uma espécie de dispositivo que “permite à criança escolher entre um número (possivelmente muito extenso) de gramáticas que oferecem os mesmos níveis de explicação [dos] dados” (WILLIAMS¹⁷, 1987 *apud* MEISEL, 1997:22), não haveria progresso algum em relação à adequação explicativa, o que torna o modelo de Princípios e Parâmetros menos descritivo e mais explicativamente adequado.

Outra vantagem da Teoria dos Parâmetros, crucial no estudo deste autor, é que ela “restringe a variação em diferentes gramáticas de forma bastante rígida: o princípio em questão é dado pela GU, e as opções parametrizadas são limitadas” (MEISEL, 1997:22). Em geral, são oferecidos apenas dois valores diferentes para um mesmo parâmetro, embora Manzini e Wexler¹⁸ (1987 *apud* MEISEL, 1997:22) discutam a possibilidade de haver, em relação ao parâmetro que rege o domínio obrigatório das anáforas, valores múltiplos para um mesmo parâmetro.

Os parâmetros são também chamados de propriedades da GU não especificadas ou “subespecificados” nos termos de Williams (1987 *apud* MEISEL, 1997:22). Os princípios são especificados. E, por serem, estes últimos – os especificados –, transmitidos geneticamente é que é possível predizer estarão presentes tanto na gramática infantil quanto na gramática adulta.

Uma outra propriedade dessa teoria, talvez uma das mais importantes pela carga explicativa, é aquela que afirma que, com a fixação de um valor para um determinado parâmetro, outras propriedades, aparentemente não relacionadas, desabrocham na gramática simultaneamente. Note que, se “cada parâmetro determina uma propriedade individual das gramáticas [...] os parâmetros passariam a ser meros dispositivos descritivos” (MEISEL, 1997:23).

De acordo com Meisel (1997:23), assumindo a hipótese da continuidade, um sistema gramatical em desenvolvimento não deve violar os princípios da GU em nenhum estágio do processo de mudança.

¹⁷ WILLIAMS, E. Introduction. In T. Roeper e E. Williams (eds.), *Parameter Setting*, vii-xix. Dordrecht: Reidel, 1987.

¹⁸ MANZINI, M. R. e WEXLER, K.. Parameters, binding theory, and learnability. *Linguistic Inquiry*, 18(3), 413-44, 1987.

Para Pinker¹⁹ (1984:7 *apud* MEISEL, 1997:23), a hipótese da continuidade implica que “as regras gramaticais da criança devem ser extraídas dos mesmos tipos básicos de regras e compostos de símbolos primitivos da mesma classe, como as regras gramaticais atribuídas aos adultos em investigações lingüísticas padrão”. No entanto, segundo Meisel (1997:23), a hipótese da continuidade leva a um paradoxo, pois as gramáticas infantis são do mesmo tipo das gramáticas adultas, ao mesmo tempo que diferem delas. E é aqui, segundo o autor, que a Teoria dos Parâmetros age, pois ela desfaz esse paradoxo supondo que as crianças, diferentemente dos adultos, têm um conhecimento incompleto acerca da linguagem. Por essa falta de conhecimento, a sua gramática difere daquela do adulto; no entanto, a gramática infantil vai se assemelhando à adulta na medida que esse conhecimento aumenta.

É importante notar que, ainda que o processo de aquisição dependa substancialmente do conhecimento dado geneticamente dentro desse modelo teórico, o ajuste dos parâmetros não acontece sem a exposição aos dados, “sendo concebível que uma criança escolha a opção errada” (MEISEL, 1997:24). Com isso, é igualmente importante que se diferencie adequadamente os três mecanismos de aquisição da linguagem: (i) princípios da GU (dados geneticamente), (ii) aprendizagem de traços específicos da língua e (iii) desencadeamento de parâmetro. Abaixo, o quadro das principais diferenças entre esses dois últimos conceitos.

Aprendizagem de traços específicos da língua	Desencadeamento de parâmetro
Requer exposição freqüente ao <i>input</i>	Requer menos exposição ao <i>input</i>
Ocorre num período longo de tempo	Ocorre num período curto de tempo
Dados do <i>input</i> precisam ser salientes e inequívocos	Dados do <i>input</i> podem ser menos simples e menos freqüentes

¹⁹ PINKER, S. *Language learnability and language development*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1984.

Aprendizagem de traços específicos da língua	Desencadeamento de parâmetro
Padrão evolutivo com variações inter e intraindividuais	Padrão evolutivo uniforme entre diferentes indivíduos
Procedimentos de tentativa e erro	Conhecimento dado geneticamente
Propriedades são aprendidas uma a uma	Propriedades desencadeiam outros fenômenos gramaticais

Quadro 1: Aprendizagem de traços específico da línguas *versus* desencadeamento de parâmetro

Uma das questões intrigantes da Teoria dos Parâmetros é compreender de que forma se comporta uma gramática antes da fixação exata dos valores de parâmetros (MEISEL, 1997:24-25). E para tentar responder a essa questão existem duas abordagens: a primeira, mais aceita na tradição gerativista, se baseia na idéia de que o parâmetro vem fixado em um valor *default*; a segunda, por sua vez, se baseia na idéia de que todos os valores estão disponíveis simultaneamente.

A primeira é apresentada por Meisel (1997:25) da seguinte forma: “o parâmetro é fixado em um valor padrão fornecido pela GU; esta não precisa ser a opção correta em termos de sistema-alvo, mas pode ser encontrada em alguma gramática adulta; neste caso os parâmetros terão que ser refixados em algumas línguas”. Entretanto, alguns problemas podem ser observados nesse tipo de concepção do problema.

O primeiro grande problema desta abordagem é que ela se apóia na possibilidade de refixação do parâmetro, o que será discutido em detalhes adiante. O segundo problema é como escolher qual é o valor *default* entre os valores disponíveis (MEISEL, 1997:25).

Meisel (1997:25) afirma que, para parâmetros com valores aninhados²⁰, nos quais “fixar o parâmetro em um valor produz uma

²⁰ Segundo Meisel (1997:25), “existem pelo menos dois tipos de parâmetros, um com valores aninhados (*nested* em inglês), o outro com valores desconexos”.

gramática que gera um conjunto maior de estruturas, comparado à gramática que resulta da fixação do parâmetro no outro valor”, utiliza-se o “princípio do subconjunto” (BERWICK²¹, 1985 *apud* MEISEL, 1997:25). Este princípio afirma que, para que a criança use apenas de evidências positivas a fim de saber se o parâmetro está corretamente ajustado, ela deve fixar inicialmente o valor que gera o menor conjunto de estruturas; este será, neste caso, o valor *default*. Se a criança fixasse a opção oposta, ou seja, fixasse o valor que gera o maior conjunto de estruturas, ela não conseguiria descobrir, através apenas das evidências positivas, o seu erro de fixação; apenas evidências negativas, que geralmente não estão disponíveis, poderiam dizer à criança qual o valor correto do parâmetro, de acordo com o *input* recebido.

Uma opção seria a criança descobrir isso através de “evidência negativa indireta”, isto é, “a criança teria que se tornar consciente do fato de que uma das opções oferecidas pela gramática na verdade nunca aparece no *input*” (MEISEL, 1997:25). No entanto, Valian^{22, 23} (1988, 1990a *apud* MEISEL, 1997:26) afirma que este tipo de evidência é problemática, pois não há como estabelecer a partir de qual momento a criança pode deduzir que uma determinada estrutura realmente não ocorrerá no *input*.

Para parâmetros com valores desconexos, Meisel (1997:26) afirma que o princípio do subconjunto não se aplica, pois não se estabelecem relações de subconjunto. Pelo contrário, neste caso, como o nome sugere, dois conjuntos desconexos de estruturas são formados, cada qual por uma das gramáticas possíveis. Exatamente por isso, parece não haver necessidade de uma opção com o valor *default* para parâmetros com valores desconexos.

A segunda abordagem que tenta explicar de que forma se comporta uma gramática antes da fixação exata dos valores de parâmetros é definida por Meisel (1997:25) como segue: “ambos (ou todos) os valores são simultaneamente acessíveis; pode-se interpretar essa informação da seguinte maneira: o parâmetro não é fixado, a

²¹ BERWICK, R.. *The acquisition of syntactic knowledge*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1985.

²² VALIAN, V.. *Positive evidence, indirect negative evidence, parameter setting, and language learning*. Unpublished manuscript, Hunter College, 1988.

²³ VALIAN, V.. Logical and psychological constraints on the acquisition of syntax. In. L. Frazier e J. de Villiers (eds.), *Language processing and language acquisition*, 119-45. Dordrecht: Kluwer, 1990a.

princípio, mas diversas opções encontram-se simultaneamente presentes na gramática em desenvolvimento por um tempo limitado”. Nesta abordagem não se descarta a existência de uma opção *default*, porém ela não está fixada como o valor do parâmetro desde o início, como acredita a primeira abordagem, e sim disponível, como qualquer outra opção alternativa. A partir do momento em que ocorre a fixação de um valor para um determinado parâmetro – seja o *default* ou qualquer outro – as outras opções são eliminadas, pois fixações múltiplas não são possíveis.

Uma das vantagens desta abordagem é que, por ela se basear em valores disponíveis simultaneamente e não em valor *default* já fixado, não lança mão do processo de refixação. Outra vantagem (explicativa) é que “ela prediz que as gramáticas iniciais tornam disponíveis todos os valores de um parâmetro” (MEISEL, 1997:26). Valian (1988:12ff, 1990a:122ff *apud* MEISEL, 1997:26), evidenciando esses pontos, afirma que “todas as opções paramétricas precisam existir na gramática inicial para considerações de análise gramatical (*parsing*)”. Isso se deve ao fato de que, para a criança conseguir analisar e atribuir uma estrutura às construções que recebe do *input*, ela precisa de um analisador gramatical que, por sua vez, é limitado pela gramática da própria criança. Se os parâmetros tivessem seus valores já fixados, o analisador gramatical não conseguiria analisar as construções de gramáticas fixadas em outros valores. Portanto, os dados que poderiam alterar o valor fixado nunca seriam analisados.

Uma questão intrigante da Teoria dos Parâmetros diz respeito ao que exatamente desencadeia a fixação paramétrica de uma língua dentro do *input*. Meisel (1997:27-30) aponta quatro questões que se colocam a esse respeito: (i) “evidências positivas”, (ii) “confiabilidade dos dados de *input*”, (iii) “frequência da ocorrência de um fenômeno e [...] duração de exposição do indivíduo aos dados relevantes” e (iv) “acessibilidade em termos estruturais”.

Como foi discutido anteriormente, com respeito ao papel da evidência no desencadeamento paramétrico, presume-se que, entre os tipos de evidências, apenas as positivas se encontrem entre os dados lingüísticos, já que as negativas e as negativas indiretas, se presentes, não são utilizadas sistematicamente para a aquisição da linguagem.

Em relação à segunda questão, Meisel (1997:27) aponta dois problemas. O primeiro diz respeito à ambigüidade paramétrica encontrada nos dados de *input*, pois certas propriedades visíveis das

sentenças podem ser enganadoras com respeito a que valor de parâmetro fixar. E o segundo problema, mais sério, se refere ao fato de que nem sempre a linguagem adulta, que é o *input*, é gramatical, nem mesmo quando é dirigida às crianças. Essa agramaticalidade sempre presente nos dados de *input* faria com que a criança tivesse que desconfiar de todos os dados que recebe e, com isso, tivesse que descobrir se as estruturas que ela ouve são realmente gramaticais ou se a sua gramática/analizador gramatical é adequada(o).

Para resolver este problema da (não) confiabilidade dos dados, existem duas soluções. A primeira diz respeito a “um mecanismo que avalie o significado do fracasso ou êxito do analisador gramatical” por meio de comparações feitas à fala adulta (VALIAN, 1988; 1990a *apud* MEISEL, 1997:28). Esta solução defende que, por meio deste mecanismo, a criança seja capaz de, num nível sub-consciente, fazer comparações entre as sentenças que ela produz e as respostas dos adultos frente a essas sentenças, evitando, assim, o problema das evidências negativas indiretas de saber quando parar de procurar, pois o *input* não gramatical é descoberto por meio da resposta do adulto. No entanto, esta solução conta com “o envolvimento de teste de hipóteses”, o que enfraquece a teoria, pois escolhe “uma explicação baseada em estratégias de uso da linguagem” (MEISEL, 1997:28), que prediria variação interindividual e intra-individual.

A segunda solução se refere a “um fator desencadeante exclusivo na GU” para cada parâmetro (ROEPER & WEISSENBORN²⁴, 1990:151 *apud* MEISEL, 1997:28). Ela afirma que “a fixação de parâmetro só é desencadeada por propriedades dos dados definidas de modo estrito, não por todas as propriedades que podem estar relacionadas a um determinado valor paramétrico” (MEISEL, 1997:28); sendo assim, a ocorrência de uma determinada propriedade nos dados de *input* é suficiente para que o parâmetro seja fixado em um valor correspondente a essa propriedade. Porém, pode haver uma fixação incorreta de valor de um dado parâmetro, se, devido à ambigüidade dos dados, este fenômeno gramatical for identificado como o “fator

²⁴ ROEPER, T. e WEISSENBORN, J.. How to make parameters work: comments on Valian. In L. Frazier e J. de Villiers (eds.), *Language processing and language acquisition*, 147-62. Dordrecht: Kluwer, 1990.

desencadeante exclusivo” (MEISEL, 1997:28)²⁵. Contudo, é possível que a escolha seja modificada via “aprendizagem lexical” (MEISEL, 1997:28), que será abordada adiante e, diferentemente da primeira solução, nesta não se espera encontrar variação interindividual.

Em se tratando da terceira questão ligada à fixação paramétrica e a frequência dos dados de *input*, de um lado estão as propostas apoiadas em critérios quantitativos (MEISEL, 1997:29); de outro, está a proposta oposta, não baseada em critérios quantitativos, mas em restrições gramaticais.

As primeiras têm como ideal que para o desencadeamento de um valor paramétrico seja suficiente um único exemplo do *input*, isto é, exigem exposição mínima aos dados. Porém, pelo fato de isso ser “utópico”, os autores tentaram estabelecer um limite de dados necessários para a parametrização. Clahsen²⁶ (1991b *apud* MEISEL, 1997:29), afirma que é necessária a ocorrência de um certo número de evidências positivas, embora não precise numericamente essa quantidade, para que a criança fixe um determinado valor de um parâmetro. Randall²⁷ (1992:100 *apud* MEISEL, 1997:29) postula um “limiar de desencadeamento”, no qual é necessário “um 'número suficiente de indícios’”, apesar de também não determinar que número é este. Lightfoot²⁸ (1991 *apud* MEISEL, 1997:29) alega a necessidade de consistência e frequência nos dados, mas, da mesma forma que os outros autores, também não especifica numericamente esta quantidade.

A segunda proposta, formulada por Meisel (1997:29), afirma, de acordo com a teoria gramatical, que “limites gramaticais deveriam ser impostos naquilo que possa agir como um fator desencadeante”. Contudo, por se basear em fatores desencadeantes, há uma preocupação em relação à acessibilidade destes “*itens*”, já que eles devem estar disponíveis indistintamente a qualquer criança no período da aquisição

²⁵ Este fato, que pode resultar na mudança lingüística, pode mostrar que “diferentes gramáticas ou subgramáticas podem coexistir simultaneamente” (MEISEL, 1997:35), tanto em termos de língua quanto em termos de dialeto.

²⁶ CLAHSEN, H.. Constraints on parameter setting. A grammatical analysis of some acquisition stages in German child language. *Language Acquisition*, 1, 361-91, 1991b.

²⁷ RANDALL, J.. The catapult hypothesis: an approach to unlearning. In J. Weissenborn, H. Goodluck e T. Roeper (eds.), *Theoretical issues in language acquisition: continuity and change in development*, 93-138. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.

²⁸ LIGHTFOOT, D.. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991.

da linguagem. É importante notar que, segundo Meisel (1997:29), acessibilidade não se relaciona diretamente à frequência; o que parece ser levado em conta, neste ponto, é a “robustez” (MEISEL, 1997:29) dos dados.

Quanto ao quarto fator, a acessibilidade em termos estruturais, Meisel (1997:29) acredita ser essa a melhor maneira para definir a acessibilidade dos dados, pois o traço relevante “só pode ser integrado à gramática da criança em fase de aquisição na medida em que ela é capaz de atribuir uma estrutura a um elemento encontrado no *input*” (MEISEL, 1997:29). Porém, nesta fase do desenvolvimento lingüístico, existe uma restrição em relação ao tipo de dados que a criança consegue analisar e ao qual ela pode atribuir essa estrutura lingüística. Essa restrição, além de dizer respeito à confiabilidade, também se refere à complexidade gramatical.

Lightfoot²⁹ (1989, 1991 *apud* MEISEL, 1997:30) apresenta a “aprendizibilidade de grau-0”³⁰ ou aprendizibilidade de “grau-0 'mais um pouco’”³¹ (que é problemática por passar a trabalhar com “domínios obrigatórios” e não mais com orações, segundo Meisel (1997:30), propondo que elas já bastem para que os valores dos parâmetros sejam fixados. Com isso, Lightfoot vai além do que propuseram Wexler e Culicover³² (1980 *apud* MEISEL, 1997:30), com a “aprendizibilidade de grau-2”³³. Morgan³⁴ (1986 *apud* MEISEL, 1997:30) propôs a “aprendizibilidade de grau-1”³⁵, sendo esta considerada por Meisel (1997:30) a opção mais adequada.

²⁹ LIGHTFOOT, D.. The child's trigger experience: degree-0 learnability. *Behavioral and brain sciences*, 12.2, 321-34, 1989.

³⁰ Por analogia, estruturas com apenas orações principais.

³¹ “Estruturas com orações principais e a parte anterior da oração inferior [devem ser] acessíveis” (LIGHTFOOT, 1989, 1991 *apud* MEISEL, 1997:30).

³² WEXLER, K. e CULICOVER, P. W.. *Formal principles of language acquisition*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1980.

³³ “Frasas com no máximo dois níveis de encaixamento” (WEXLER e CULICOVER, 1980 *apud* MEISEL, 1997:30).

³⁴ MORGAN, J. L.. *From simple input to complex grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1986.

³⁵ Estruturas com orações principais e apenas uma oração encaixada.

Uma versão radical desta hipótese foi proposta por Roper³⁶ (1973 *apud* MEISEL, 1997:30). Esta proposta consiste na “estratégia da oração subordinada” (MEISEL, 1997:30) e afirma que são apenas nestas orações que a criança encontra determinados indícios para ajustar o valor de um parâmetro. No entanto, não há certeza alguma sequer de que as crianças diferenciam orações principais de orações subordinadas, e tampouco se as “pistas” encontradas dentro das orações subordinadas são realmente indispensáveis para o ajuste de certos parâmetros (MEISEL, 1997:30).

Uma outra questão intrigante da Teoria dos Parâmetros é o que constitui o chamado “problema do desencadeamento” (BORER e WEXLER³⁷, 1987:128 *apud* MEISEL, 1997:31): qual o motivo para que o desencadeamento não ocorra assim que a evidência relevante surja nos dados? e qual a razão para que o desencadeamento ocorra em uma determinada idade, nem mais cedo, nem mais tarde? A resposta de Meisel (1997:31) é que “o desenvolvimento da linguagem segue uma lógica subjacente específica. A natureza desta lógica, contudo, é bastante controversa”. Por um lado, Felix³⁸ (1984), Borer e Wexler (1987) e Wexler³⁹ (1990) defendem a Hipótese da maturação neurológica; por outro lado, Lebeaux⁴⁰ (1987), Roper e de Villiers⁴¹ (1992), Roper e Weissenborn (1990) e Weissenborn⁴² (1992) defendem a Hipótese dos princípios de ordenamento internos da gramática⁴³.

³⁶ ROEPER, T.. Connecting children's language and linguistic theory. In T. Moore (ed.), *Cognitive development and the acquisition of language*, 187-96. New York: Academic Press, 1973.

³⁷ BORER, H. e WEXLER, K..The maturation of syntax. In T. Roper e E. Williams (eds.), *Parameter-setting and language acquisition*. Dordrecht: Reidel, 1987.

³⁸FELIX, S. W.. Maturational aspects of Universal Grammar. In A. Davies, C. Crippler e A. Howatt (eds.), *Interlanguage*, 133-61. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1984.

³⁹ WEXLER, K.. On unparsable input in language acquisition. In L. Frazier e J. de Villiers (eds.), *Language processing and language acquisition*, 105-17. Dordrecht: Kluwer, 1990.

⁴⁰ LEBEAUX, D. S.. Comments on Hyams. In T. Roper e E. Williams (eds.), *Parameter setting*, 23-39. Dordrecht: Reidel, 1987.

⁴¹ ROEPER, T. e DE VILLIERS, J.. The one feature hypothesis for acquisition. Manuscript, University of Massachusetts, 1992.

⁴² WEISSENBORN, J. Null subjects in early grammars: implications for parameter-setting theory. In J. Weissenborn, H. Goodluck e T. Roper (eds.), *Theoretical issues in language acquisition: continuity and change in development*, 269-99. Hilldale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.

⁴³ Para um debate entre a hipótese maturacional e a hipótese continuísta, ver Menuzzi (1991) e Lopes (2001).

Quando defendida por Felix (1984 *apud* MEISEL, 1997:31), a primeira hipótese “alega que princípios da GU surgem segundo um cronograma maturacional especificado de modo inato”. Com isso, “as gramáticas iniciais, em contradição com o pressuposto da continuidade [...], apresentarão propriedades que entram em conflito com os princípios ainda latentes da GU [...] antes que a maturação biológica torne os princípios relevantes acessíveis à criança”, que conduz a uma reorganização gramatical. Outra visão acerca desta idéia é dada por Borer e Wexler (1987:124 *apud* MEISEL, 1997:31), a chamada “Hipótese da maturação forte”, na qual os autores afirmam que alguns princípios amadurecem, e alguns dentre eles se tornam disponíveis apenas em estágios posteriores do desenvolvimento infantil. Por fim, Wexler (1990:105 *apud* MEISEL, 1997:31) formula a “hipótese da 'Maturação Limitada pela GU’”, com o intuito de esclarecer que os princípios da GU estão sujeitos à maturação. Conforme afirma esta hipótese, “as limitações à aprendizagem são responsáveis pela restrição da disponibilidade de princípios da GU; estas restrições são sucessivamente removidas como resultado da maturação física, dando, assim, à criança o acesso a mais princípios” (MEISEL, 1997:31). A vantagem desta hipótese sobre a sua contraparte mais forte é predizer que sempre haverá consistência com a GU ao longo da “evolução” das gramáticas intermediárias.

A segunda proposta que tenta explicar a natureza da lógica subjacente específica da linguagem, como citado acima, baseia-se em “princípios de ordenamento internos da gramática” (MEISEL, 1997:31). O conceito de ordenamento está calcado no conceito de interdependência dos ajustes dos parâmetros, e assim temos que, em primeiro lugar, um parâmetro X dever ter seu valor fixado, para, então, se poder decidir acerca do parâmetro Y (ROEPER e DE VILLIERS, 1992:193 *apud* MEISEL, 1997:32). A vantagem desta proposta é que, de acordo com esses autores, esse aparato teórico resulta em um “filtro de *input*”.

Meisel (1997:32) afirma que o ordenamento pode ser de ordem intrínseca ou extrínseca. Quando de ordem intrínseca, um conhecimento gramatical prévio se faz necessário para que haja o desencadeamento (fixação do valor do parâmetro), pelo fato de a criança não poder analisar e atribuir uma estrutura gramatical àquilo que não é reconhecido como um possível fator desencadeante. Quando de ordem

extrínseca, para que se dê o desencadeamento, é necessário que, além dos fatores internos da gramática, também sejam levados em consideração os fatores externos a ela. No entanto, Manzini e Wexler (1987 *apud* MEISEL, 1997:32) acreditam que esta estratégia seja “parte de um 'módulo de aprendizagem’”.

Outra questão intrigante da Teoria dos Parâmetros se refere à natureza determinista (ou não) da relação entre o *input* e o ajuste do valor de parâmetro. Haider⁴⁴ (1993 *apud* MEISEL, 1997:34) apóia a visão determinista (aprendizagem dedutiva); já Valian (1988 *apud* MEISEL, 1997:34) opta pela aprendizagem indutiva.

A proposta de Haider (1993:5 *apud* MEISEL, 1997:34), objetivando explicar o modo pelo qual o ajuste do parâmetro se dá, se constitui por

três atos distintos: 'uma propriedade específica nos dados do *input* deve ser identificada, a propriedade reconhecida nos dados deve ser identificada como relevante para a fixação do parâmetro de um princípio específico e, por fim, o parâmetro do princípio deve ser fixado no valor correspondente à propriedade dos dados do *input*'.

Meisel (1997:34) sugere que, por meio desta proposta, o funcionamento dos parâmetros seja comparado metaforicamente ao funcionamento de interruptores, já que ambos são ativados semi-automaticamente. Embora esta análise tenha alguns problemas teórico-conceituais, ainda parece ser superior à segunda, proposta por Valian (1988 *apud* MEISEL, 1997:34), que se baseia na aprendizagem indutiva, apoiada em “teste inconsciente de hipótese”, atribuindo uma característica mais ativa para a criança.

Uma outra questão da Teoria dos Parâmetros, que se constitui em uma tentativa de se auto-restringir, para que suas hipóteses possam se sujeitar a exames empíricos (MEISEL, 1997:35), investiga o que exatamente dentro da gramática é passível de parametrização (MEISEL, 1997:36). Vários estudos já tentaram formular uma resposta a esta

⁴⁴ HAIDER, H. Principled variability: parametrization without parameter fixing. In G. Fanselow (ed.), *The parametrization of Universal Grammar*, 1-16. Amsterdam: Benjamins, 1993.

pergunta, entre eles Chomsky⁴⁵ (1981, 1986a *apud* MEISEL, 1997:36), Manzini e Wexler (1987 *apud* MEISEL, 1997:36), Borer⁴⁶ (1984 *apud* MEISEL, 1997:36), Chomsky⁴⁷ (1989 *apud* MEISEL, 1997:36) e Ouhalla^{48, 49} (1990, 1991 *apud* MEISEL, 1997:36).

De acordo com a primeira hipótese, os próprios princípios são parametrizados, conforme Chomsky (1981, 1986 *apud* MEISEL, 1997:36). O trabalho de Manzini e Wexler (1987:424 *apud* MEISEL, 1997:36) sugere que a fixação do valor de parâmetro se faz por meio de “*itens* lexicais isolados”, uma idéia que resultará na “Hipótese de Parametrização Lexical” (MANZINI E WEXLER, 1987 *apud* MEISEL, 1997:36). Esta hipótese se baseia na proposta de Borer (1984 *apud* MEISEL, 1997:36), que recomendou a transferência “[d]o peso da escolha paramétrica do componente computacional ao léxico”. Também apoiado no estudo de Borer (1984 *apud* MEISEL, 1997:36), Chomsky (1989 *apud* MEISEL, 1997:36) “propõe que os parâmetros da GU deveriam relacionar-se somente ao léxico, não ao sistema computacional, restringindo, assim, a classe de parâmetros possíveis a categorias de *itens* lexicais ou a propriedades de *itens* lexicais”. Avança ainda mais teoricamente Chomsky quando formula a “Hipótese da Parametrização Funcional” (CHOMSKY, 1989 *apud* MEISEL, 1997:36), na qual afirma que apenas a parte funcional dos “elementos substantivos” deve ser parametrizada, já que eles “são retirados de um vocabulário universal invariável” (CHOMSKY, 1989 *apud* MEISEL, 1997:36).

Ouhalla (1990, 1991 *apud* MEISEL, 1997:36), baseado no trabalho de Chomsky (1989), “alega que as propriedades gramaticais de uma língua devem-se [sic] todas ao conjunto de categorias funcionais implementadas em sua gramática e que todos os parâmetros refletem propriedades de categorias funcionais” (MEISEL, 1997:36). Ouhalla ainda formula a “Hipótese da Construção da Estrutura” (MEISEL, 1997:37), na qual propõe que a criança deve reconhecer quais as

⁴⁵ CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1986a.

⁴⁶ BORER, H. *Parametric syntax*. Dordrecht: Foris, 1984.

⁴⁷ CHOMSKY, N. Some notes on economy of derivation and representation. In I. Laka e A. Mahajan (eds.), *Functional heads and clause structure*. MIT Working Papers in Linguistics, IO, 43-74, 1989.

⁴⁸ OUHALLA, J. Sentential negation, relativized minimality, and the aspectual status of auxiliaries. *The Linguistic Review*, 7, 183-231, 1990.

⁴⁹ OUHALLA, J. *Functional categories and parametric variation*. London: Routledge, 1991.

categorias funcionais pertencem à língua que ela está adquirindo, entre aquelas categorias existentes na GU. Com isso, espera-se que a criança determine “a ordem hierárquica destes elementos [...] utilizando informações contidas nos dados e, o que é mais importante, fazendo inferências baseadas na ordem superficial dos morfemas que realizam estas categorias funcionais” (MEISEL, 1997:37).

Outra questão da Teoria dos Parâmetros indaga sobre a possibilidade (ou não) de refixar os parâmetros (MEISEL, 1997:37). Também conhecida como “problema do pêndulo” (MEISEL, 1997:37), tal questão emerge do problema que, uma vez refixado o valor de um determinado parâmetro, nada impede que este processo se repita quantas vezes forem necessárias, de acordo com os dados de *input*. Para tentar resolver este problema e responder a esta questão serão brevemente apresentadas as propostas de Lebeaux⁵⁰ (1988 *apud* MEISEL, 1997:37), Randall⁵¹ (1990, 1992 *apud* MEISEL, 1997:37) e Clahsen (1991b *apud* MEISEL, 1997:37).

A proposta de Lebeaux (1988), tentando evitar o processo de refixação, consiste em afirmar que a criança não ajusta nenhum parâmetro, pois a gramática já vem com os valores *default* fixados. Contudo, ainda permanece o problema da ambigüidade dos dados, já discutida anteriormente. Randall (1990, 1992) formula, para resolver o “problema do pêndulo”, a “Hipótese da Catapulta”. Esta hipótese se apóia no mecanismo da “catapulta” – o qual desvia a criança da escolha do valor errado de parâmetro – e na idéia da existência de um fator desencadeante para todo parâmetro. Com isso, dispensa a necessidade de refixação do parâmetro⁵² e resolve o problema da ambigüidade dos dados. No entanto, Clahsen⁵³ (1992 *apud* MEISEL, 1997:37), afirma não haver pistas sobre o “efeito de pêndulo”, pois as crianças não

⁵⁰ LEBEAUX, D. S. *Language acquisition and the form of the grammar*. PhD. dissertation, University of Massachusetts, Amherst, 1988.

⁵¹ RANDALL, J. Catapults and pendulums: the mechanisms of language acquisition. *Linguistics*, 38, 1381-1406, 1990.

⁵² Segundo Meisel (1997:37), “devido aos fatores desencadeantes exclusivos, o problema do pêndulo não surge na sintaxe, somente no léxico [...]. Aqui, a criança pode assumir uma estratégia conservadora, ou seja, retirar item por item”.

⁵³ CLAHSEN, H. Learnability theory and the problem of development in language acquisition. In J. Weissenborn, H. Goodluck e T. Roeper (eds.), *Theoretical issues in language acquisition: continuity and change in development*, 53-76. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.

mudam freqüentemente o valor do parâmetro. De acordo com esta afirmação, ele formula a “Restrição da Fixação do Parâmetro”, que não permite que os parâmetros sejam refixados. Pelo fato de haver uma restrição quanto à refixação dos parâmetros e por não se postular nenhum mecanismo como o da “catapulta” de Randall (1990, 1992), pode-se concluir que existe a possibilidade de a criança fixar valores errados nos parâmetros. Müller^{54, 55} (1993, 1994 *apud* MEISEL, 1997:38) afirma que “se o parâmetro foi, de fato, ajustado em um valor incorreto, as propriedades correspondentes da gramática-alvo que o valor de parâmetro correto teria produzido terão que ser adquiridas através de aprendizagem indutiva”. Esta abordagem de Clahsen (1992 *apud* MEISEL, 1997:37) é superior a de Randall (1990, 1992 *apud* MEISEL, 1997:37), pois é mais adequada a teoria que pretende impor restrições mais rígidas, além de ter sido comprovada pelos estudos empíricos de Müller (1993 *apud* MEISEL, 1997:38).

Embora adotada a hipótese atual mais plausível – a inatista – dentre aquelas disponíveis na área da aquisição da linguagem, percebe-se que essa hipótese também apresenta muitos problemas sérios. O objetivo desta seção foi apontar alguns deles e as soluções que têm sido apontadas na literatura pertinente.

A seguir, passa-se à análise dos dados da presente pesquisa, tendo como base teórica o que foi apresentado nos capítulos 1 e 2 e nas duas seções do presente capítulo.

3.4 Os dados das crianças

Nesta seção serão apresentados os dados coletados das informantes infantis desta pesquisa e a sua análise. Na seção 3.4.1, apresenta-se a metodologia deste trabalho, explicitando-se de que forma ocorreu a coleta dos dados, como se realizou a análise desses dados e as hipóteses levantadas. Na seção 3.4.2, passa-se à análise propriamente dita dos dados funcionais recolhidos da fala das crianças, discutidos à

⁵⁴ MÜLLER, N.. *Komplexe Satze. Der Erwerb von COMP und von Wortstellungsmustern bei Bilingualen Kindern (Französisch/Deutsch)* [Complex sentences. The acquisition of COMP and of word order patterns by bilingual children (French/German)]. Tübingen: Narr, 1993.

⁵⁵ MÜLLER, N.. Parameters cannot be reset: evidence from the development of COMP. In J. M. Meisel (ed.), *Bilingual first language acquisition: French and German grammatical development*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

luz da teoria apresentada no capítulo 1 dessa dissertação. E na seção 3.4.3, passa-se a análise propriamente dita dos dados inalienáveis recolhidos da fala das informantes, discutidos à luz da teoria apresentada no capítulo 2 dessa dissertação.

3.4.1 Metodologia

Nesta seção, apresenta-se a metodologia usada para a execução desta pesquisa. Na seção 3.4.1.1, descreve-se a coleta dos dados utilizados nesta pesquisa, informando o tipo de levantamento adotado, como se deu a constituição dos *corpora* e quem são as informantes infantis. Já na seção 3.4.1.2, descreve-se como se deu a análise dos dados coletados, informando o que foi considerado dado funcional e o que foi considerado dado inalienável e, ainda, que características foram analisadas em cada um dos tipos de dados. Por fim, na seção 3.4.1.3, apresentam-se as hipóteses levantadas para esta pesquisa, baseadas no que foi apresentado nos capítulos 1 e 2 dessa dissertação.

3.4.1.1 Da coleta

Esta pesquisa realizou um levantamento de dados de dois tipos de estruturas possessivas, funcionais e inalienáveis, tomando como fonte uma pesquisa de caráter longitudinal, ou seja, um tipo de pesquisa que estuda a variação entre as gramáticas intermediárias que aparecem durante a aquisição da linguagem de uma ou mais crianças na medida em que elas vão crescendo, conforme Scarpa (2001:204).

Os *corpora* se constituem de 21 entrevistas orais transcritas em arquivos digitalizados, sendo 13⁵⁶ entrevistas do CEAAL (Centro de Estudos de Aquisição e Aprendizado da Linguagem)/PUC-RS, cedidos gentilmente pela equipe da PUC/RS à professora doutora Ruth Elizabeth Vasconcellos Lopes, co-orientadora desta pesquisa. As oito entrevistas restantes, também cedidas gentilmente à professora doutora Ruth Elizabeth Vasconcellos Lopes, pertencem ao Banco de Dados do Projeto de Aquisição da UNICAMP.

As informantes são três crianças em idade de aquisição, todas aproximadamente na mesma faixa etária. A primeira criança, AC, teve

⁵⁶ Sete entrevistas de AC e seis entrevistas de G.

seus dados coletados nas idades de 1;08, 1;10, 2;01, 2;03, 2;08, 3;00 e 3;07, totalizando sete arquivos de entrevistas. A segunda criança, G, teve seus dados coletados nas idades de 1;10, 2;01, 2;03, 2;08, 3;00 e 3;06, totalizando seis arquivos de entrevistas. E a terceira criança, R, teve seus dados coletados a partir de 1;02.11 até 4;10.06, totalizando 69 arquivos. No entanto, dessa informante, apenas oito arquivos de entrevistas foram utilizadas nessa pesquisa, a saber, 1;07.21, 1;08.00, 1;09.20, 2;00.27, 2;03.06, 2;08.04, 3;00.07 e 3;04.15. Esse recorte nas entrevistas de R fez-se necessário, pois de outra forma não seria possível estabelecer comparações com os dados das outras informantes.

É importante ressaltar que as informantes são de regiões diferentes do país. AC e G são da cidade de Porto Alegre/RS e R é da cidade de Campinas/SP. Assim, espera-se encontrar diferenças dialetais entre os dados, especialmente porque esta pesquisa trata também de pronomes.

A coleta dos dados propriamente dita não obteve a ajuda de nenhuma ferramenta digital, ou seja, foi realizada manualmente. Os arquivos selecionados foram lidos e os dados, funcionais ou inalienáveis, separados para a análise.

3.4.1.2 Da análise

Os dados coletados foram divididos em dois grupos: dados funcionais e dados inalienáveis. Foram considerados dados funcionais estritamente aqueles sintagmas nominais nos quais estava presente o pronome possessivo (simples ou preposicionado), independentemente do tipo de nome possuído. Por outro lado, foram considerados dados inalienáveis estruturas em que estivessem presentes nomes ditos inalienáveis (nomes de partes do corpo, nomes de parentesco e nomes relacionais) introduzidos ou não por determinante. No entanto, não foram analisadas estruturas inalienáveis em que estivesse presente o possessivo funcional, ou seja, estruturas como *o meu braço* são analisadas nos dados funcionais (por terem o possessivo funcional), mas não nos inalienáveis, não havendo uma sobreposição dos dados.

A partir dessa divisão preliminar – entre o que é dado funcional e o que é dado inalienável –, os dados foram examinados quanto ao tipo. No caso dos funcionais, observou-se que formas possessivas pronominais eles apresentaram; no caso dos inalienáveis, observou-se

que tipos de nomes eles apresentaram. Também foram ambos os tipos examinados quanto à estrutura que apresentavam e quanto à função sintática que desempenhavam.

Segue, abaixo, a tabela contendo o total de dados recolhidos e analisados nesta pesquisa, conforme o tipo (funcional ou inalienável) e de acordo com cada informante (AC, G e R).

Informante	Dados funcionais	Dados inalienáveis	TOTAL
AC	241 / 70,9%	99 / 29,1%	340 / 52,7%
G	126 / 71,6%	50 / 28,4%	176 / 27,3%
R	66 / 51,2%	63 / 48,8%	129 / 20%
TOTAL	433 / 67,1%	212 / 32,9%	645 / 100%

Tabela 1: Tabela geral de dados recolhidos

Percebe-se, pela tabela acima, que, entre todos os dados recolhidos para esta pesquisa, aproximadamente 67% deles são dados funcionais, enquanto aproximadamente 33% são dados inalienáveis. Ou seja, aproximadamente, 2/3 dos dados recolhidos são dados de posse explícita, com a presença do possessivo na estrutura (independente do tipo de nome) e cerca de 1/3 do total de dados recolhidos são dados de posse implícita, sem a presença do possessivo na estrutura (porém, apenas com nomes inalienáveis de certos tipos). Nos dados de R, entretanto, observa-se uma frequência bastante semelhante entre os dois tipos de dados. Além disso, nota-se que, em geral, AC tem, aproximadamente, o dobro de ocorrências em relação às outras duas informantes.

A seguir, passa-se às hipóteses levantadas para esta pesquisa e, em seguida, à análise propriamente dita dos dados funcionais e, posteriormente, dos dados inalienáveis.

3.4.1.3 Hipóteses levantadas

No capítulo 1 dessa dissertação, viu-se que, no que concerne aos possessivos funcionais, trata-se de um sistema misto este apresentado pelo PB. Exatamente o que se esperaria na sua aquisição?

Baseando-se no estudo de Müller (1997) em relação à variação *seu versus dele* para a 3ª pessoa, espera-se que não haja nenhuma ocorrência com *seu* ou, ao menos, espera-se que essas sejam parcas, já que no PB adulto o único caso produtivo em que se vê o pronome *seu* tomando um antecedente de 3ª pessoa é quando este toma como possuidor um sintagma genérico, o que ainda não é produtivo nos dados das crianças bem pequenas como as informantes da presente pesquisa. Logo, hipotetiza-se que, em relação à 3ª pessoa haja mais ocorrências da forma preposicionada *dele*, que é a forma do PB atual expressar a posse funcional da terceira pessoa.

Já para a 1ª e 2ª pessoa, espera-se o oposto. Hipotetiza-se que haja mais ocorrências com possessivos simples do que com preposicionados, visto que os possessivos preposicionados de 1ª e 2ª pessoas não são tão produtivos quanto os simples no PB adulto. Além disso, os preposicionados de 1ª e 2ª pessoas sofrem restrições temáticas, ou seja, apenas desempenham o papel temático de Tema.

De acordo com o estudo de Castro (2006), espera-se que os dados de aquisição exibam poucas estruturas com o possessivo simples pós-nominal co-ocorrendo com o determinante definido, já que eles são incompatíveis no que diz respeito à definitude. Em relação aos demonstrativos, espera-se que as crianças prefiram a ordem não marcada (demonstrativo – possessivo - nome), já que esta é a preferida pela gramática-alvo; espera-se igualmente que a gramática infantil respeite a restrição de adjacência estrita, apontada por Castro (2006), segundo a qual não pode haver modificação do possessivo pré-nominal por advérbios, exceto os fracos, como *ainda* e *já*.

Já no capítulo 2, com base nas análises apresentadas, que previsões se fazem para os dados do PB infantil?

De acordo com Guéron (1985), e em certa medida também com Floripi e Nunes (2009), nas construções inalienáveis, o sintagma possuidor e o sintagma possuído precisam se sujeitar às restrições de anáfora e cadeia lexical e a restrição de não-distintividade, já que esta autora postula que o determinante definido que introduz o nome de parte do corpo é uma anáfora pronominal, responsável pela leitura inalienável atribuída aos sintagmas nominais em línguas como o francês, e como o

PB também. Portanto, espera-se que os dados infantis apresentados no capítulo 3 dessa dissertação também se sujeitem a essas restrições, ou seja, espera-se que não apareçam nomes inalienáveis de partes em posição de sujeito da sentença, por exemplo, já esta é uma posição impossível para anáforas.

Em relação à restrição do tipo lexical de verbo (se este denota ação gestual ou não) observada nos dados do francês e do espanhol, não se espera que ela se aplique aos dados do PB. Para esta língua, hipotetiza-se que, de acordo com o exposto na pesquisa de Guéron (1985), haja uma reanálise generalizada de verbos como pronominais em LF, fazendo com que eles subcategorizem apenas um dos dois NPs, como dita uma das restrições de cadeia lexical.

Além disso, não se espera que as crianças diferenciem os tipos de determinantes (definidos, indefinidos e demonstrativos), de acordo com a pesquisa de Pérez-Leroux *et al.* (2002), já que as informantes dessa pesquisa são mais jovens do que o grupo de crianças mais jovens da pesquisa desses autores, os quais não apresentaram esse tipo de distinção nos seus resultados.

No entanto, de acordo com Guéron (1985) espera-se encontrar mais construções inalienáveis com o determinante definido, já que esse é o responsável pelo desencadeamento do valor do parâmetro de inclusão de PRO (apresentado na seção 2.3 do capítulo 2). Além disso, espera-se que construções inalienáveis ocorram mais em posição de objeto do verbo.

3.4.2 Dados de posse funcional

O objetivo desta seção é apresentar os dados de posse funcional coletados dos arquivos de fala de AC, G e R ao longo do tempo. Para tanto, examina-se, na seção 3.4.2.1, sob que formas os possessivos se apresentam – pessoa, gênero e número –, em que ordem cronológica eles aparecem na fala infantil – conforme o tipo e pessoa do discurso a que se refere – e com que frequência eles aparecem nos dados das crianças.

Na seção 3.4.2.2, descreve-se a estrutura do sintagma nominal em que se encontra o possessivo. Nesta, também são observadas a ordem cronológica do seu aparecimento e a sua frequência na fala infantil. Além disso, examina-se em que posição se encontra o possessivo em

relação ao nome, combinado com a presença ou ausência de determinante e, no caso de presença, de que tipo de determinante.

Na seção 3.4.2.3, apresentam-se as funções sintáticas que as estruturas possessivas podem desempenhar. Nesta, como nas anteriores, também se observa a ordem cronológica de realização das diferentes funções sintáticas e a sua freqüência nos dados das crianças.

Na seção 3.4.2.4, discutem-se os dados tendo em vista a base teórica adotada para a análise da posse funcional e o que foi apresentado nas seções acerca dos *corpora*.

3.4.2.1 Tipos de possessivos

Seguem, abaixo, três tabelas contendo as formas possessivas – simples e preposicionadas – e seus respectivos valores de freqüência, encontradas nos dados infantis ao longo do tempo. A primeira tabela se refere aos dados de AC, a segunda, aos dados de G e a terceira, aos dados de R.

Possessivo funcional	Idade – AC							TOTAL
	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	
meu (s)	1	0	0	5	13	35	9	63 / 26,1%
minha (s)	0	0	0	8	25	38	11	82 / 34%
mini	0	0	0	2	0	0	0	2 / 0,8%
em mim	0	0	0	1	0	0	0	1 / 0,4%
teu (s)	0	0	0	0	1	7	1	9 / 3,7%
tua (s)	0	0	0	1	3	4	1	9 / 3,7%
de tu	0	0	0	0	2	0	3	5 / 2,2%
dele	0	0	0	6	1	14	4	25 / 10,4%

Possessivo funcional	Idade – AC							TOTAL
	dela	0	1	0	6	22	8	
nossa (s)	0	0	0	0	0	1	0	1 / 0,4%
TOTAL	1 / 0,4%	1 / 0,4%	0 / 0%	29 / 12%	67 / 27,8%	107 / 44,4%	36 / 15%	241 / 100%

Tabela 2: Tipos de pronomes possessivos na fala de AC

Possessivo funcional	Idade – G						TOTAL
	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	
meu (s)	0	0	8	6	9	18	41 / 32,5%
minha (s)	0	0	2	5	8	11	26 / 20,6%
de mim	1	0	0	0	0	0	1 / 0,8%
teu (s)	0	0	1	0	3	5	9 / 7,2%
tua (s)	0	0	0	0	1	2	3 / 2,4%
sua (s)	0	0	0	0	0	1	1 / 0,8%
dele	0	0	3	0	3	2	8 / 6,3%
dela	1	4	8	1	7	16	37 / 29,4%
TOTAL	2 / 1,6%	4 / 3,2%	22 / 17,5%	12 / 9,5%	31 / 24,6%	55 / 43,6%	126 / 100%

Tabela 3: Tipos de pronomes possessivos na fala de G

Possessivo funcional	Idade – R								TOTAL
	1;07.21	1;08.00	1;09.20	2;00.27	2;03.06	2;08.04	3;00.07	3;04.15	
meu (s)	1	0	0	7	7	5	0	2	22 / 33,4%
minha (s)	0	0	1	1	1	4	5	2	14 / 21,2%

Possessivo funcional	Idade – R								TOTAL
teu (s)	0	0	0	0	0	0	0	1	1 / 1,5%
seu (s)	0	0	0	0	1	1	0	0	2 / 3%
sua (s)	0	0	0	0	0	1	0	0	1 / 1,5%
dele	0	2	0	2	4	1	0	4	13 / 19,7%
dela	0	0	0	2	0	0	0	9	11 / 16,7%
nossa (s)	0	0	0	0	0	1	0	0	1 / 1,5%
deles	0	0	0	0	0	0	0	1	1 / 1,5%
TOTAL	1 / 1,5%	2 / 3%	1 / 1,5%	12 / 18,2 %	13 / 19,7 %	13 / 19,7 %	5 / 7,6%	19 / 28,8 %	66 / 100%

Tabela 4: Tipos de pronomes possessivos na fala de R

De acordo com os dados apresentados nas tabelas acima, pode-se dizer de forma geral:

- (i) Em relação à ordem de aparecimento dos possessivos quanto ao tipo, pode-se notar que os possessivos simples aparecem antes dos possessivos preposicionados nos dados de AC e R. Nos dados de G, entretanto, nota-se um comportamento contrário. Os possessivos preposicionados aparecem primeiro. Essa ordenação no aparecimento pode ser:
 - (a) no decorrer das faixas etárias, dado o aparecimento da forma simples *meu* aos 1;08, em AC (1), e aos 1;07.21, em R (2); e o aparecimento da forma preposicionada *dela/dele* apenas na faixa etária seguinte, 1;10, em AC (3) e 1;08, em R (4). Já em G, tem-se o aparecimento da forma preposicionada *dela* (e também *de mim* funcionando como possessivo, como em (10)) aos 1;10 (5), e o aparecimento da forma simples *meu* apenas duas faixas etárias depois, 2;03 (6). Esse padrão de comportamento contrário nos dados de G pode ser devido ao fato de a data de início da coleta de dados ser diferente para as crianças, já que G tem

seus dados coletados apenas aos 1;10. Nesta idade, mesmo AC produz apenas possessivos preposicionados.

- (1) *meu* chapéu de paiaço [*]. (AC 1;08)
- (2) a *meu* abão. (R 1;07.21)
- (3) vai xx narizinho [*] *dela*. (AC 1;10)
- (4) Adulto: a boca dele.
Criança: *dele*. (R 1;08)
- (5) xx o xapato [*] *dela*. (G 1;10)
- (6) fazer *meu* café # pra ficar bem bom, bom, bom. (G 2;03)

- (b) no aparecimento das formas para as pessoas do discurso. Em AC, as formas simples de 1ª e 2ª pessoas aparecem antes das formas preposicionadas dessas mesmas pessoas, como se pode notar no exemplo (1) *versus* o exemplo (7) para a 1ª pessoa⁵⁷ e os exemplos (8) e (9) para a 2ª pessoa. Contrariamente, em G, as formas preposicionadas de 1ª e 3ª pessoas aparecem antes das formas simples dessas mesmas pessoas, como mostram os exemplos (10) e (6) para a 1ª pessoa e os exemplos (5) e (11) para a 3ª pessoa⁵⁸.

- (7) aquele xxx é *em min* [*]. (AC 2;03)
- (8) mas ela já é *tua* amiguinha, né? (AC 2;03)
- (9) é faz [/] eu vou enrolar o bolo <*de tu*> [*]. (AC 2;08)
- (10) olha o t(r)ator [*] <*de mim*> [*]. (G 1;10)
- (11) ela dirigiu que *sua* mãe já foi. (G 3;06)⁵⁹

⁵⁷ Há ainda a ocorrência de uma forma simples de 1ª pessoa do singular que aparece na mesma idade em que aparece a forma preposicionada de 1ª pessoa do singular: *mini*. O exemplo (i) abaixo ilustra esta ocorrência.

(i) é *mini* [*]. (AC 2;03)

⁵⁸ Sabe-se que as formas *em min*, *mini* e *de tu* (todas produzidas por AC) e *de mim* (como possuidor, produzida por G) não são gramaticais na fala do adulto, ou seja, na gramática-alvo (e talvez, por isso, não exibam tantas ocorrências: 0,4%, 0,8%, 2,2% e 0,8%, respectivamente). Porém, é interessante notar como as crianças supergeneralizam as regras da gramática e são sistemáticas no uso dessas formas, como foi apontado na seção 3.2 deste capítulo.

⁵⁹ Apresenta-se, abaixo, o trecho da conversa entre entrevistador (E) e criança (G) para que se entenda em que contexto apareceu a forma simples de 3ª pessoa do singular *sua*.

*E: oi, vamo(s) brincar?

G: é que ago(r)a () eu tô indo pra minha aula.

*E: ah, então tá bom.

Em R, diferentemente do que acontece nos dados das outras crianças, não se observa a ocorrência de formas simples e preposicionadas para a mesma pessoa gramatical. Em G, a 2ª pessoa não pôde ser observada pelo fato de G não produzir a forma preposicionada de 2ª pessoa do singular *de tu* com o valor de possessivo, em contraponto à forma simples *teu*, que aparece aos 2;03. Por outro lado, em AC, a 3ª pessoa não pôde ser observada pelo fato de ela não produzir a forma simples de 3ª pessoa do singular *seu*, em contraponto à forma preposicionada *dele*, um fato que não é surpreendente, já que o adulto também não produz, salvo em casos em que se trata de um possuidor (antecedente) genérico (cf. MÜLLER, 1997), como em *Cada um pega o seu brinquedo*. Porém, na fala infantil, sobretudo no início, não se observa a ocorrência de possuidores genéricos, apenas referenciais, que privilegiam o aparecimento da forma preposicionada *dele*. O aparecimento de *sua*, no exemplo (11), na fala de G talvez se deva a uma estrutura narrativa utilizada pela criança, dado que se trata de uma criança que vive em um ambiente letrado, para quem se contam e lêem histórias. Ainda assim, esta é a única

*E: pode ser depois?

*G: pode.

G: ago(r)a () busquei meu carro.

*E: ah, buscou teu carro?

*G: meu papai fica aqui.

*G: aqui # aqui +...

*G: ele vai dirigir.

*E: ah, o papai tá aí e vai dirigir?

*G: hum+hum.

G: ele [/] ele [/] ele já foi pro t(r)abalho () e mamãe tá aqui.

*E: ah, ele já foi pro trabalho e a mamãe que tá aí?

*G: vum [=! som de carro em movimento].

*E: e pra onde que elas tão indo?

G: pra escolinha ().

*E: pra escolinha.

*G: ela dirigiu que *sua* mãe já foi.

*E: ih, ela que tá dirigindo?

*G: chegou lá na escola.

ocorrência deste tipo de possessivo, representando apenas 0,8% de frequência nos dados desta criança.

- (ii) Em relação à ordem de aparecimento dos possessivos com respeito às pessoas do discurso, pode-se observar que, na fala de AC e R, a ordenação é a mesma: $1^a > 3^a > 2^a$. No caso dos dados de G, o aparecimento das formas de 1^a e 3^a pessoas é, praticamente, simultâneo; já que ambas as formas aparecem no mesmo arquivo. Além disso, as formas que se referem a pessoas singulares aparecem antes do que aquelas que se referem a pessoas plurais. Acredita-se que a ordem $1^a > 3^a > 2^a$ seja seguida também no caso das pessoas do plural, de acordo com os dados de AC e R, abaixo (G não produz possessivos se referindo a pessoas plurais e nenhuma das três crianças produziu formas de 2ª pessoa do plural).

(12) é que tem que tomar água e aí lava a *nossa* cintura. (AC 3;00)

(13) ramãããã segô na, na *nossa* casa (R 2;08.04)

(14) porque el(a) [//] alguém te [//] vai no quarto *deles* e ro(u)ba eles e [//] e daí +... (R 3;04.15)

Talvez, essa ordem de aparecimento esteja relacionada à forma segundo a qual a criança divide as pessoas do discurso quando começa a utilizar pronomes⁶⁰. É possível que, inicialmente, a criança estipule uma divisão apenas entre *ela mesma* e *os outros*, ou seja, entre 1^a e 3^a pessoa, sendo a 2^a pessoa incluída na 3^a pessoa. E, posteriormente, ela dividiria *os outros* entre 3^a e 2^a pessoa⁶¹.

- (iii) Em relação ao número de ocorrências totais quanto ao tipo de possessivo, pode-se perceber um comportamento semelhante nos dados de AC e G apenas para a 1^a pessoa (R não produz os dois tipos para a mesma pessoa gramatical). Para se referir a

⁶⁰ Conforme Grolla (c.p.), essa afirmação não é válida para o caso dos nomes, já que a criança inicia com o uso de nomes comuns / próprios (que são de 3^a pessoa) para se referir a si mesma a ao interlocutor, como, respectivamente, nos exemplos abaixo.

(i) *Neném / Cecília* vai passear.

(ii) Eu vi *mamãe / ?Maria* (criança falando com a mãe dela).

⁶¹ Agradeço a Gustavo Freire (c.p.) pela discussão sobre esse fato.

ela, nos dados de ambas as crianças, as formas simples aparecem com maior frequência em comparação às preposicionadas – 61,3% dos dados totais de AC e 53,1% dos dados totais de G *versus* 0,4% dos dados de AC e 0,8% dos dados de G –, de acordo com o *input* recebido, já que na gramática-alvo, as formas preposicionadas de 1ª pessoa são agramaticais. No entanto, deve-se notar ainda que, na fala de AC, esse paralelo é traçado entre a 1ª e a 2ª pessoa (já que não há possessivo de 3ª pessoa simples na fala de AC) e, na fala de G, entre a 1ª e a 3ª pessoa (já que não há possessivo de 2ª pessoa preposicionado na fala de G). Na fala de AC, em ambas as pessoas, as formas simples aparecem em maior número – 7,4% *versus* 2,2%, percebe-se que aqui a diferença entre uma e outra forma já não é tão grande como no caso da 1ª pessoa –, já que também para a 2ª pessoa, na gramática-alvo, as formas preposicionadas são agramaticais; na fala de G, por outro lado, apenas a 1ª pessoa apresenta esse comportamento, pois, em relação à 3ª pessoa, há mais ocorrências de formas preposicionadas do que de formas simples – 35,7% *versus* 0,8% –, já que na fala do adulto se observa a ocorrência de formas simples de 3ª pessoa apenas com antecedentes genéricos, o que não aparece na fala infantil coletada.

- (iv) Em relação à forma preposicionada de 2ª pessoa do singular *de tu*, presente apenas nos dados de AC, nota-se o seu aparecimento em duas faixas etárias, porém, em cada uma das idades, essa forma se comporta de uma maneira diferente. Aos 2;08, a forma *de tu* é usada em posição de objeto (9) e de maneira enfática (15). Já aos 3;07, essa mesma forma é usada apenas em contextos coordenados (16) e (17).

(15) Adulto: arumando [sic] o quarto de quem?

Criança: *de tu*. (AC 2;08)

(16) são *de tu* e dela. (AC 3;07)

(17) os pequenininhos são dela e *de tu* e esse grande é meu. (AC 3;07)

Não se observa a ocorrência de possessivos simples de 2ª pessoa em contextos coordenados nem sendo usados de maneira

enfática na fala desta criança⁶². Dessa forma, parece que, para a 2ª pessoa, a forma *teu* não é usada como uma forma forte (cf. CARDINALETTI, 1998 *apud* CASTRO, 2006). A forma elegida por essa criança para desempenhar esse papel é a preposicionada *de tu*.

- (v) Em relação às formas possessivas empregadas para 2ª pessoa do singular, nota-se que todas as informantes usam *teu*, porém AC, como mostrado acima, usa também a forma preposicionada *de tu* e R, diferentemente das outras duas crianças, usa, mormente⁶³, a forma simples *seu*, como mostram os exemplos em (18) e (19)⁶⁴. É possível que esse uso seja causado pela diferença dialetal das informantes⁶⁵. As crianças AC e G são de Porto Alegre/RS, já R é de Campinas/SP. Além disso, as informantes gaúchas usam apenas o pronome Nominativo *tu*, para indicar 2ª pessoa do singular, enquanto a informante paulista usa apenas o pronome Nominativo *você*.

(18) hoje (es)tá [//] fiz um [//] um [//] um xx [//] uma [//] uma [//]
esse [//] esse é *seu*, esse é meu. (R 2;03.06)

(19) tó *sua* flauta tchutururu deixa eu fesá. (R 2;08.04)

- (vi) Entre os 3;00 e os 3;06, acontece a explosão dos possessivos, representando, ao menos em AC e G, aproximadamente, a metade das ocorrências totais da fala de cada uma das informantes: 44,4% e 43,6%, respectivamente. A informante R, por outro lado, exhibe uma frequência um pouco menor (28,8%), embora ainda seja a frequência mais alta encontrada nos dados dessa criança, de acordo com as faixas etárias. Como se pode

⁶² Na fala de G é possível observar a ocorrência nesses mesmos contextos do possessivo simples de 2ª pessoa *teu*.

⁶³ Há uma ocorrência da forma simples *teu* na fala de R, porém é uma cópia da fala da mãe (M), como mostra (i) abaixo:

(i) M: <o> Dô é *teu* pai[<]?

R: não é Dô.

R: <Dô é *teu* pai, (es)tá pai[>]?

⁶⁴ Nos dados de R não são encontradas formas preposicionadas de 2ª pessoa, como *de você*.

⁶⁵ Nesta idade acredita-se que ainda não se possa tratar de variação estilística. Para saber como esse tipo de variação afeta o uso de possessivos simples de 2ª pessoa do singular (*teu/seu*) na gramática adulta, recomenda-se ver a pesquisa sociolinguística de Arduin (2005).

observar nas tabelas acima, há, em linhas gerais, um uso crescente de possessivos conforme a criança fica mais velha. A queda nas ocorrências dos últimos arquivos de AC e G se deve ao fato de estes arquivos serem menores do que os outros e, nestes, as informantes estarem adoecidas, por isso a falta de cooperação na entrevista.

3.4.2.2 Tipos de estruturas possessivas

Uma vez feita a descrição de todas as formas possessivas presentes nos dados das crianças, seguem, abaixo, três tabelas gerais contendo valores quantitativos resumidos das estruturas nominais em que aparecem os possessivos funcionais. A primeira tabela mostra os dados de AC, a segunda, os dados de G e a terceira, os dados de R⁶⁶.

Estruturas funcionais – AC	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
Def. + PFs + N + PP	0	0	0	0	0	2	0	2 / 0,8%
Def. + ? + PFs + N	0	0	0	1	0	0	0	1 / 0,4%
Def. + PFs + N	0	0	0	2	25	39	7	73 / 30,3 %
Def. + PFs + 0	0	0	0	0	1	9	1	11 / 4,6%
Demonst. + PFs + 0	0	0	0	0	0	0	1	1 /

⁶⁶ Legenda para as tabelas de estruturas:

Quantif.: quantificador,

Def.: determinante definido,

Indef.: determinante indefinido,

Demonst.: demonstrativo,

Adjet.: adjetivo,

PP: prepositional phrase (sintagma preposicional),

PFs: possessivo funcional simples,

PFd: possessivo funcional de (ou preposicionado),

N: nome,

0: nestas tabelas, se refere, estritamente, à omissão do nome,

? : se refere a algo não entendido e transcrito por xx entre o determinante definido e o possessivo (só apresenta essa ocorrência em todos os dados).

Estruturas funcionais – AC	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
								0,4%
PFs + N + PP	1	0	0	0	0	1	0	2 / 0,8%
PFs + N	0	0	0	6	10	27	8	51 / 21,2 %
PFs + 0	0	0	0	7	6	6	3	22 / 9,2%
Def. + N + PFs	0	0	0	0	0	0	1	1 / 0,4%
Indef. + N + PFs	0	0	0	0	0	0	1	1 / 0,4%
Def. + N + PFd	0	0	0	9	18	20	7	54 / 22,4 %
Def. + 0 + PFd	0	0	0	0	0	1	0	1 / 0,4%
Indef. + N + PFd	0	0	0	0	1	0	0	1 / 0,4%
N + PFd	0	1	0	2	5	0	0	8 / 3,3%
0 + PFd	0	0	0	2	1	2	7	12 / 5%
TOTAL	<i>1 / 0,4%</i>	<i>1 / 0,4%</i>	<i>0 / 0%</i>	<i>29 / 12%</i>	<i>67 / 27,8 %</i>	<i>107 / 44,4 %</i>	<i>36 / 15%</i>	<i>241 / 100 %</i>

Tabela 5: Tipos de estruturas possessivas na fala de AC

Estruturas funcionais - G	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T
Def. + PFs + N + PP	0	0	1	0	0	0	1 / 0,8%
Def. + PFs + N	0	0	2	6	11	18	37 / 29,4%
Def. + PFs + 0	0	0	6	0	1	10	17 / 13,5%
PFs + N + Nome próprio	0	0	0	0	0	1	1 / 0,8%

Estruturas funcionais - G	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T
PFs + N	0	0	1	1	6	5	13 / 10,3%
PFs + 0	0	0	1	4	3	2	10 / 7,9%
Demonst. + PFs + N	0	0	0	0	0	1	1 / 0,8%
Def. + N + Adjet. + PFd	0	0	0	0	1	0	1 / 0,8%
Def. + N + PFd	2	4	10	1	9	14	40 / 31,7%
Def. + 0 + PFd	0	0	0	0	0	1	1 / 0,8%
0 + PFd	0	0	1	0	0	0	1 / 0,8%
Indef. + N + PFd	0	0	0	0	0	2	2 / 1,6%
Quantif. + Def. + N + PFd	0	0	0	0	0	1	1 / 0,8%
TOTAL	2 / 1,6%	4 / 3,2%	22 / 17,5%	12 / 9,5%	31 / 24,6%	55 / 43,6%	126 / 100%

Tabela 6: Tipos de estruturas possessivas na fala de G

Estruturas funcionais - R	1;07 .21	1;08 .00	1;09 .20	2;00 .27	2;03 .06	2;08 .04	3;00 .07	3;04 .15	T
Def. + N + PFs	0	0	0	1	0	0	0	0	1 / 1,5 %
Def. + PFs + N	1	0	0	5	6	3	1	2	18 / 27,3 %
Def. + PFs + 0	0	0	0	0	0	1	0	0	1 / 1,5 %
Quantif. + Def. + PFs + 0 + Adjet.	0	0	0	0	1	0	0	0	1 / 1,5 %

Estruturas funcionais - R	1;07 .21	1;08 .00	1;09 .20	2;00 .27	2;03 .06	2;08 .04	3;00 .07	3;04 .15	T
Quantif. + Def. + PFs + N	0	0	0	0	0	1	0	0	1 / 1,5 %
Quantif. + PFs + 0	0	0	0	0	0	0	1	0	1 / 1,5 %
PFs + N	0	0	0	1	0	6	3	2	12 / 18,2 %
PFs + 0	0	0	1	1	2	1	0	1	6 / 9,1 %
Def. + N + PFd + PP	0	0	0	0	0	0	0	1	1 / 1,5 %
Def. + N + PFd	0	0	0	4	4	1	0	10	19 / 28,8 %
0 + PFd	0	2	0	0	0	0	0	3	5 / 7,6 %
TOTAL	1 / 1,5 %	2 / 3%	1 / 1,5 %	12 / 18,2 %	13 / 19,7 %	13 / 19,7 %	5 / 7,6 %	19 / 28,8 %	66 / 100 %

Tabela 7: Tipos de estruturas possessivas na fala de R

Em relação às estruturas que podem aparecer nas construções possessivas, os dados das três crianças apresentam comportamentos bastante distintos.

A criança AC inicia com possessivos simples pré-nominais sem determinante nenhum (além do próprio possessivo que, ocupando a posição pré-nominal, pode ser considerado como tal, já que carrega as informações relevantes; conforme a análise de Castro (2006) discutida no capítulo 1 dessa dissertação), como em (20). Logo após essa fase, parece passar a usar os possessivos preposicionados também sem nenhum determinante (neste caso, diferentemente do anterior, o possessivo não pode figurar como a marca de definitude no PB adulto), como em (21). Porém, pelo fato de haver algo não entendido antes de

narizinho dela não se pode afirmar com certeza o que ocorre aí. Na fase seguinte, AC passa a usar determinantes definidos, tanto com possessivos simples pré-nominais quanto com possessivos preposicionados, como em (22).

- (20) *meu* chapéu de paiaço [*]. (AC 1;08)
- (21) vai xx *narizinho* [*] *dela*. (AC 1;10)
- (22) a. *a* mi [/] mi [/] *minha* mamãe. (AC 2;03)
b. ele quer *a* mãe *dele*. (AC 2;03)

A criança G parece seguir o caminho oposto, isto é, inicia com possessivos preposicionados com determinantes definidos, como em (23). Na fase seguinte, passa a usar possessivos simples pré-nominais com determinante definido e sem determinantes, como em (24).

- (23) xx *o* xapato [*] *dela*. (G 1;10)
- (24) a. vou botar na *minha* panela pra cozinhar ele. (G 2;03)
b. fazer *meu* café # pra ficar bem bom, bom, bom. (G 2;03)

Nesta mesma fase, G passa a usar possessivos preposicionados numa estrutura predicativa como (25).

- (25) *essa* aqui é *dela*. (G 2;03)

A criança R tem um processo de aquisição intermediário, em comparação às duas outras crianças, já que inicia com possessivos simples, tal qual AC, porém introduzidos por determinantes definidos, tal qual G, como mostra (26). Nas duas fases posteriores, R passa a usar possessivos preposicionados e simples em estruturas predicativas ou isolados, como mostra (27). E, na fase seguinte, usa possessivos preposicionados com determinante definido, como em (28).

- (26) *a* *meu* abão. (R 1;07.21)
- (27) a. *dele*. (R 1;08.00)
b. é *minha*. (R 1;09.20)
- (28) pá penteá *o* tabelu *dela*. (R 2;00.27)

Observa-se que, mesmo tendo as três crianças tomado três “caminhos” diferentes para o uso inicial dos possessivos funcionais, todas, na faixa etária de 2;00-2;03 já usavam os dois tipos de possessivos – simples (pré-nominal) e preposicionados –, ambos podendo ser acompanhados de determinante definido⁶⁷ (ou não, nas estruturas predicativas, como na fala do adulto).

Embora em faixas etárias distintas, o uso do determinante indefinido com o possessivo preposicionado é notado nos dados de AC (29a) e G (29b).

- (29) a. a B(r)anca de Neve [*] ganhou *um* filhinho *dela*. (AC 2;08)
b. *uma* amiga *dela* roubou. (G 3;06)

No entanto, AC usa esse mesmo determinante com o possessivo simples pós-nominal, mostrada em (30), estrutura que não está presente nos dados de G, que, aliás, não produz qualquer instância de possessivo simples pós-nominal.

- (30) *uma* amiga *minha*. (AC 3;07)

A criança R não apresenta nenhum uso de determinante indefinido nos dados coletados. Entretanto, assim como nos dados de AC, nos dados de R também é possível observar a ocorrência do possessivo simples pós-nominal com o determinante definido, embora se dê essa ocorrência em R aos 2;00 e em AC aos 3;07 anos, como mostra (31) abaixo.

- (31) a. Eu vou pôr faldá *na* boneca *minha* (R 2;00.27)
b. foi *a* babá *minha*. (AC 3;07)

⁶⁷ Esses dados contrariam a hipótese de Cerqueira (1999) para a aquisição de possessivos no PB. De forma sucinta, Cerqueira (1999) afirma que as crianças passam por duas fases: na fase 1 produzem possessivos apenas em posição pós-nominal e na fase 2 passam a produzi-los em posição pré-nominal (por passarem a ter movimento). No entanto, observa-se, conforme os dados coletados nesta pesquisa, que a aquisição dos possessivos parece seguir a hipótese de Castro (2006), que afirma não serem os possessivos pré-nominais derivados de movimento, mas já nascerem em sua posição superficial (assim como os pós-nominais). Para detalhes sobre a hipótese de Castro (2006) a respeito de DPs possessivos, ver o capítulo 1 dessa dissertação.

Nota-se o uso do demonstrativo sempre com o possessivo simples pré-nominal nos dados, na mesma faixa etária (3;06-7) de G e AC. Nos dados de R não se observa a ocorrência de demonstrativos.

- (32) a. *essas minhas* barbies. (G 3;06)
b. olha aqui *essa minha* assim. (AC 3;07)

Por outro lado, nos dados de R e G, e não AC, ocorrem estruturas introduzidas por quantificador, como em (33) e estruturas com adjetivos, como em (34), embora nos dados de R as duas construções ocorram acompanhadas do possessivo simples pré-nominal e, nos dados de G, ocorram ambas acompanhadas do possessivo preposicionado.

- (33) a. (v)ocê amassou *tudo* o *meu* pequenininho. (R 2;03.06)
b. tomou *tudo* o banhinho *dela*. (G 3;06)
- (34) a. (v)ocê amassou tudo o *meu pequenininho*. (R 2;03.06)
b. deixa eu ver o barulhinho *engraçado dele*. (G 3;00)

Por fim, nota-se que as estruturas mais freqüentes nos dados das três crianças são aquelas em que há o determinante definido, o nome e o possessivo funcional: simples pré-nominal – 30,3% dos dados de AC, 29,4% dos dados de G e 27,3% dos dados de R – ou preposicionado – 22,4% dos dados de AC, 31,7% dos dados de G e 28,8% dos dados de R.

3.4.2.3. Tipos de funções sintáticas possessivas

Da mesma forma que se resumiram nas tabelas anteriores os valores quantitativos dos tipos de possessivos e de estruturas possessivas das três crianças, resumem-se, nas três tabelas abaixo, os valores quantitativos das funções sintáticas realizadas pelas estruturas nominais em que aparecem os possessivos funcionais. A primeira tabela se refere

aos dados de AC, a segunda, aos dados de G e a terceira, aos dados de R⁶⁸.

Funções sintáticas funcionais – AC		1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
Sujeito (S)		0	0	0	0	2	16	4	22 / 9,2 %
Objeto direto (OD)		0	0	0	2	10	27	2	41 / 17 %
Objeto indireto (OI)		0	0	0	0	0	8	0	8 / 3,3 %
Complemento do nome (CN)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Sujeito da <i>small clause</i> (SSC)		0	0	0	1	6	2	1	10 / 4,1 %
Predicado da <i>small clause</i> (PSC)		0	0	0	10	20	17	14	61 / 25,3 %
Adjunto (ADJ)	VP	0	0	0	1	1	11	3	16 / 6,6 %
	NP	0	0	0	0	3	4	0	7 / 2,9 %
Vocativo (VOC)		0	0	0	0	1	0	0	1 / 0,4 %
DP solto (DPs) ⁶⁹		1	0	0	14	23	21	10	68 / 28,6 %

⁶⁸ É interessante esclarecer que DP (solto ou pós-verbal), presente nas tabelas de funções sintáticas não equivale a nenhuma função gramatical, e sim a um tipo categorial.

⁶⁹ São considerados DPs soltos quando não há nenhum verbo na construção.

Funções sintáticas funcionais – AC	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
DP pós-verbal (DPPv) ⁷⁰	0	1	0	1	1	0	0	3 / 1,3 %
Tópico (TOP)	0	0	0	0	0	1	2	3 / 1,3 %
TOTAL	1 / 0,4 %	1 / 0,4 %	0 / 0%	29 / 12 %	67 / 27,8 %	107 / 44,4 %	36 / 15 %	241 / 100 %

Tabela 8: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por sintagmas possessivos na fala de AC

Funções sintáticas funcionais - G	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T	
Sujeito (S)	0	0	4	1	3	14	22 / 17,5 %	
Objeto direto (OD)	1	0	4	1	8	18	32 / 25,4 %	
Objeto indireto (OI)	0	0	3	2	0	3	8 / 6,3%	
Complemento do nome (CN)	0	0	0	0	1	0	1 / 0,8%	
Sujeito da <i>small clause</i> (SSC)	0	0	0	0	4	2	6 / 4,8%	
Predicado da <i>small clause</i> (PSC)	0	1	9	5	6	8	29 / 23%	
Adjunto (ADJ)	VP	0	0	0	1	1	4	6 / 4,7%
	NP	0	0	1	0	2	0	3 / 2,4%
Vocativo (VOC)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%	

⁷⁰ São considerados DPs pós-verbais quando não há o verbo lexical na construção e não se sabe ao certo qual a função desempenhada pelo DP.

Funções sintáticas funcionais - G	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T
DP solto (DPs)	0	3	1	2	6	6	18 / 14,3 %
DP pós-verbal (DPpv)	1	0	0	0	0	0	1 / 0,8%
Tópico (TOP)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
TOTAL	2 / 1,6%	4 / 3,2%	22 / 17,5 %	12 / 9,5%	31 / 24,6 %	55 / 43,6 %	126 / 100 %

Tabela 9: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por sintagmas possessivos na fala de G

Funções sintáticas funcionais - R	1;0 7.2 1	1;0 8.00	1;0 9.20	2;0 0.27	2;0 3.0 6	2;0 8.04	3;0 0.07	3;0 4.15	T
Sujeito (S)	0	0	0	0	0	0	0	2	2 / 3%
Objeto direto (OD)	0	0	0	4	5	5	0	2	16 / 24,2 %
Objeto indireto (OI)	0	0	0	1	0	0	0	3	4 / 6,1 %
Complemento do nome (CN)	0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Sujeito da <i>small clause</i> (SSC)	0	0	0	1	0	1	0	1	3 / 4,5 %
Predicativo da <i>small clause</i> (PSC)	0	0	1	0	5	4	2	6	18 / 27,3 %
Adjunto (ADJ)	V P	0	0	0	4	0	1	0	5 / 7,6 %
	N P	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Vocativo (VOC)	0	0	0	0	0	0	0	0	0 /

Funções sintáticas funcionais – R	1;0 7.2 1	1;0 8.00	1;0 9.20	2;0 0.27	2;0 3.0 6	2;0 8.04	3;0 0.07	3;0 4.15	T
									0%
DP solto (DPs)	1	2	0	2	3	2	2	5	17 / 25,8 %
DP pós-verbal (DPpv)	0	0	0	0	0	0	1	0	1 / 1,5 %
Tópico (TOP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
TOTAL	1 / 1,5 %	2 / 3%	1 / 1,5 %	12 / 18,2 %	13 / 19, 7%	13 / 19,7 %	5 / 7,6 %	19 / 28,8 %	66 / 100 %

Tabela 10: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por sintagmas possessivos na fala de R

Em relação às funções sintáticas (ou distribuição sintática, no caso dos DPs soltos e DPs pós-verbais) desempenhadas pelas estruturas nominais possessivas, os dados das três crianças apresentam comportamentos levemente distintos.

Inicialmente, AC e R produzem estruturas possessivas como DPs soltos (DPs), o que G vai produzir apenas duas faixas etárias adiante, como em (35). Isso se deve ao fato de, nessa faixa etária, a criança exibir pouca estrutura frasal e, portanto, é esta a “estrutura sintática” disponível para o aparecimento dos sintagmas possessivos.

- (35) a. *meu* chapéu de paião [*]. (AC 1;08)
b a *meu* abão. (R 1;07.21)
c. o sapato [*] *dela*. (G 2;01)

Na fase seguinte (1;10), AC e G produzem estruturas possessivas como DPs pós-verbais (DPpv), o que R vai produzir apenas aos 3;00 anos de idade, como mostra (36).

- (36) a. vai xx narizinho [*] *dela*. (AC 1;10)
b. xx o xapato [*] *dela*. (G 1;10)
c. xxx aí na [/] na *minha* cama. (R 3;00.07)

Além disso, nos dados de G de 1;10, ainda se observa a ocorrência de estruturas possessivas funcionando como objeto direto do verbo (OD), função que vai ser realizada nos dados de AC e R da faixa etária seguinte, como se vê em (37).

- (37) a. olha o t(r)ator [*] <de mim> [*]. (G 1;10)
b. eu vou [/] eu vou [/] vou pentear o cabelo *dela*. (AC 2;03)
c. [Eu vô pentea o cabelo *dele*] (R 2;00.27)

Ainda na fase dos 1;10, é possível encontrar, nos dados de R, estruturas possessivas funcionando como predicado da *small clause* (PSC), função que vai ser desempenhada nos dados de AC e G da faixa etária seguinte, o que é mostrado pelos exemplos em (38).

- (38) a. é *minha*. (R 1;09.20)
b. tá na casa *dela*. (G 2;01)
c. esse é *meu*. (AC 2;03)

Da mesma forma como acontece se observou na aquisição das estruturas funcionais, observa-se que, independentemente dos diferentes “caminhos” trilhados pelas crianças no uso inicial das funções sintáticas, todas as três informantes chegam a um mesmo ponto: até os 2;00-2;03 anos todas já realizavam as estruturas possessivas em funções que ocupam a posição de complemento.

A partir dos 2;00-2;03 anos, é possível encontrar as funções sintáticas de objeto indireto do verbo (OI), como em (39), sujeito da *small clause* (SSC), como em (40), e adjunto do verbo (ADJvp), como em (41).

- (39) a. Eu vou pôr falda na boneca *minha*. (R 2;00.27)
b. vou [/] vou botar na cabeça *dela*. (G 2;03)
c. x botar no *meu* bebê a azul (AC 3;00)
(40) a. Cadê a estola *dela*? (R 2;00.27)⁷¹

⁷¹ Supõe-se, aqui, que haja uma *small clause* nas estruturas com *cadê*, assumido este elemento como sintagma-*wh*.

- (41) b. cadê *minha* mamãe? (AC 2;03)
 c. onde que tá a mão *dele*? (G 3;00)⁷²
 a. Vamo bincá com o *meu* nenê? (R 2;00.27)
 b. quer dizer ele [/] ele ganhou na cara *dele*. (AC 2;03)
 c. ela ganhou [/] do [/] irmão *dela*. (G 2;08)

Na faixa etária de 2;03, encontra-se a ocorrência das funções sintáticas de sujeito (S) em uma das informantes; já as outras duas informantes produzem sintagmas possessivos exercendo essa função sintática nas faixas etárias seguintes, como mostra (42). E, também por volta dos 2;03-2;08, aparece nos dados de duas das três informantes a função de adjunto do nome (ADJnp), como em (43).

- (42) a. o *meu* [/] o *meu* tá quente. (G 2;03)
 b. +< a *minha* [*] filha quer falar. (AC 2;08)
 c. a [/] a [//] o Valco [= Falcon] *dele* é muito grande. (R 3;04.15)
 (43) a. é um nivesário (*) do *meu* xx. (G 2;03)
 b. esse [*] coisa da *minha* filha. (AC 2;08)

Aos 3;00 anos, sintagmas possessivos ocorrem realizando a função sintática de complemento do nome (CN), como em (44). É também por volta dessa idade que as crianças produzem sintagmas possessivos vocativos (VOC), como em (45) e tópicos (TOP), como mostra (46).

- (44) cadê o resto do olho *dele*? (G 3;00)
 (45) tudo bom, *minha* filha. (AC 2;08)
 (46) a *minha* p(r)ofessora [*], ela [/] ela [/] ela [/] ela come balinha igual da [/] da [/] da [/] da [/] da [//] da [/] da Maria. (AC 3;00)

Por fim, nota-se que as funções sintáticas que ocupam a posição de complemento – objeto direto do verbo (17% dos dados de AC, 25,4%

⁷² Neste caso, a ocorrência foi classificada como sujeito da *small clause*, porque ele está *in situ*; diferentemente do caso de (42a), em que a ocorrência foi classificada como sujeito – pois o sujeito da *small clause* foi alçado para a posição de sujeito da sentença.

dos dados de G e 24,2% dos dados de R) e predicado da *small clause* (25,3% dos dados de AC, 23% dos dados de G e 27,3% dos dados de R) – são privilegiadas para a ocorrência de sintagmas possessivos, já que são essas as mais freqüentes e as primeiras a aparecer nos dados das três crianças, além dos sintagmas nominais possessivos como DPs soltos (28,2% dos dados de AC, 14,3% dos dados de G e 25,8% dos dados de R).

As outras funções, como a de sujeito, por exemplo, demoram mais a aparecer. Porém, parece que esse fato não se relaciona diretamente com o possessivo, já que, aparecendo em outra função, como a de objeto direto, fica evidente que a criança já tem a estrutura de DP necessária. Para explicar a razão para esta ordem de aparecimento é necessária uma pesquisa maior, porque ela pode estar correlacionada a dificuldades da estrutura frasal.

3.4.2.4. Discussão sobre os dados

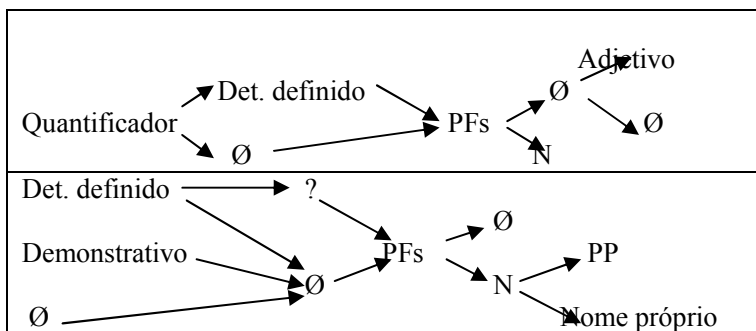
À luz do que foi apresentado teoricamente, passa-se, nesta seção, à discussão dos dados das crianças.

Quanto aos tipos de possessivos para a 3ª pessoa, de fato, como se previu anteriormente baseando-se no que diz a literatura acerca desses possessivos, há muito mais ocorrências com a forma preposicionada *dele* do que com a forma simples *seu*⁷³ (28,7% dos dados de AC, 35,7% dos dados de G e 37,9% dos dados de R *versus* 0% dos dados de AC, 0,8% dos dados de G e 0% dos dados de R). Na verdade, há uma única ocorrência da forma simples de 3ª pessoa entre os dados recolhidos das crianças, e mesmo esse dado se encontra em um contexto de narrativa.

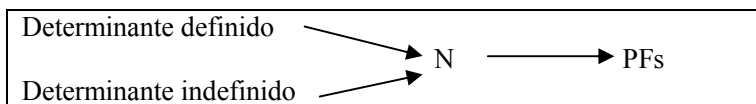
Em relação à estrutura do sintagma possessivo, seguem, abaixo, três quadros mostrando a estrutura completa possível na aquisição do PB, de acordo com os dados de AC, G e R. O primeiro quadro diz respeito à estrutura do sintagma com possessivos simples pré-nominais (na parte de cima do quadro, a estrutura com quantificador, e, na parte de baixo, a estrutura sem quantificador), o segundo quadro se refere à estrutura do sintagma com possessivos simples pós-nominais e o terceiro quadro se refere à estrutura do sintagma com possessivos

⁷³ Embora Neves (1993) afirme que a forma *seu* é a preferida para 3ª pessoa do singular em PB.

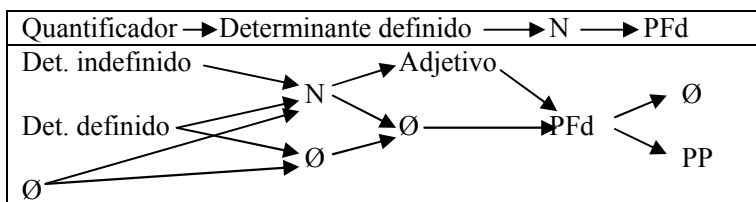
preposicionados (na parte de cima do quadro, a estrutura com quantificador, e, na parte de baixo, a estrutura sem quantificador).



Quadro 2: Estrutura funcional com possessivos simples pré-nominais, conforme os dados de AC, G e R



Quadro 3: Estrutura funcional com possessivos simples pós-nominais, conforme os dados de AC, G e R



Quadro 4: Estrutura funcional com possessivos preposicionados, conforme os dados de AC, G e R

Em relação aos determinantes, observa-se que, com o possessivo simples pré-nominal é possível haver um demonstrativo (além do definido que é comum aos três tipos de estruturas) como determinante

do sintagma, mas não um determinante indefinido, fato que também se observa na gramática adulta, como no exemplo (47) abaixo⁷⁴.

- (47) a. *esse meu* vestido
b. **um meu* vestido

Já com o possessivo simples pós-nominal e com o preposicionado acontece o oposto, isto é, é possível haver um indefinido como determinante do sintagma, mas não um demonstrativo (ou, ao menos, não são produtivos, conforme dados recolhidos das crianças). Porém, na gramática adulta, ambas as construções são possíveis, como mostra o exemplo (48) abaixo, ainda que, de acordo com Castro (2006), a ordem exibida em (48b) não seja a ordem preferida entre demonstrativo e possessivo simples. A ordem preferida pela gramática adulta, conforme esta autora, é aquela mostrada em (47a).

- (48) a. *um* vestido *meu / dela*
b. *esse* vestido *meu / dela*

Observa-se que, além do determinante indefinido co-ocorrer com o possessivo pós-nominal, já esperado de acordo com a gramática-alvo, há também um determinante definido co-ocorrendo com o possessivo simples pós-nominal, fato que não é facilmente observado na fala adulta, como se percebe no contraste em (49) abaixo.

- (49) a. *um* vestido *meu*
b. ?? / **o* vestido *meu*⁷⁵

Observa-se que, pela ordem em que aparecem os elementos no sintagma possessivo, parece que as crianças compartilham a mesma estrutura virtual do DP, projetando primeiramente o determinante definido (que é um expletivo no caso do PB, e pode ser nulo ou

⁷⁴ Embora Neves (1993) tenha encontrado ao menos uma ocorrência desse tipo em sua pesquisa, como em (i) abaixo, retirado de Neves (1993:167:(72)). No entanto, um dado apenas não é estatisticamente relevante.

(i) Um filho de *uma minha amiga* entrou (...) na Politécnica. (grifo meu)

⁷⁵ Conforme Miotto (c.p.), essa sentença talvez seja possível em um contexto de foco ou de coordenação.

realizado), a seguir o determinante indefinido (que seria um CardP), para, por fim, projetar os demonstrativos. A explicação última para esta ordem, no entanto, necessitaria de um estudo específico dessas categorias.

Com respeito à frequência dos determinantes, percebe-se que ela vai de acordo com os dados do PB adulto reportados por Neves (1993), isto é, os definidos também ocorrem aqui na maior parte das vezes: em 59,3% dos dados de AC (contra 39,5% de determinantes nulos, 0,8% de indefinidos e 0,4% de demonstrativos), em 77,8% dos dados de G (contra 19,8% de determinantes nulos, 1,6% de indefinidos e 0,8% de demonstrativos) e em 63,6% dos dados de R (contra 36,4% de determinantes nulos).

Percebe-se a ocorrência de quantificadores tanto com possessivos simples pré-nominais quanto com possessivos preposicionados, porém não se nota o uso deles com possessivos simples pós-nominais.

Ainda observa-se a ocorrência de um adjetivo⁷⁶ entre o nome e o possessivo preposicionado e a ocorrência de algo não identificado fonologicamente entre o determinante e o possessivo simples pré-nominal. No entanto, esse algo não identificado fonologicamente só poderia ser, segundo a propriedade de adjacência estrita apontada por Castro (2006), um advérbio fraco. Embora a criança já produza, neste mesmo arquivo, construções com advérbios fracos, tais como *já* e *ainda*, não há como saber se é um deles que ela produziu em alguma estrutura possessiva.

Uma diferença observada entre as estruturas encontradas nos dados infantis e aquelas encontradas na pesquisa de Neves (1993) para o PB adulto se refere à omissão do nome nos três tipos de estruturas (com possessivos simples pré- e pós-nominais e possessivos preposicionados). No estudo dessa autora não foram encontradas ocorrências de formas possessivas em contextos predicativos, o que é possível ser encontrado nos dados infantis coletados para a presente pesquisa.

Com relação aos contextos em que há omissão do nome, percebe-se que em alguns o determinante pode ser nulo, enquanto em outros o determinante deve ser realizado, como em (50a) e (50b), espelhando a

⁷⁶ Também se observa a ocorrência de adjetivos em estruturas com o possessivo simples pré-nominal, porém, nesse tipo de estrutura, o adjetivo aparece na extremidade direita do sintagma.

distribuição adulta com as particularidades interpretativas notadas por Camara Jr. (2004), vistas no capítulo 1.

- (50) a. e esse é *meu* milho. (AC 3;00)
b. o *teu* é laranja. (AC 3;00)

Quanto aos papéis temáticos desempenhados pelos possessivos, fazem-se duas observações. A primeira se refere ao fato de que na fala infantil os possessivos realizam o papel de Possuidor em quase todas as ocorrências. Excetuam-se apenas duas ocorrências, nas quais o possessivo realiza o papel de Agente, como mostram (51)⁷⁷.

- (51) a. é [/] é ### [/] é [/] é *minha* <gravação>[>]? (R 3;00.07)
b. é *minha* gavação. (R 3;00.07)

A segunda observação feita acerca dos papéis temáticos que os possessivos realizam diz respeito a uma diferença em relação à gramática adulta. Na gramática adulta, conforme Castro (2006), os possessivos preposicionados de 1^a e 2^a pessoa podem desempenhar o papel de Tema, desde que, para tanto, estejam sob a forma oblíqua (*de mim, de ti*). Já na gramática infantil, nota-se que ocorrem dados com possessivos preposicionados de 1^a pessoa sob a forma oblíqua

⁷⁷ O contexto em que essas sentenças foram produzidas se apresenta abaixo (M = mãe; P = pai; D = irmã mais velha de R e R = a criança que produz).

M: vou continuar essa gravação quando eu tiver melhores condições.

D: (a)cabo(u).

M: (a)cabo(u).

D: por quê?

%sit: continuação da gravação

M: começou agora+...

M: +, seis e vinte e cinco da tarde+...

M: +, continuação da gravação.

R: é [/] é ### [/] é [/] é *minha* <gravação>[>]?

M: <xxx>[<].

P: <xxx>[>].

M: <xxx>[<].

R: é *minha* gavação.

M: não!

M: a gente vai grava(r) só um pouquinho agora,, né?

R: é.

realizando o papel de Possuidor, como em (52); e dados com possessivos preposicionados de 2ª pessoa, sendo este formado pela forma reta de 2ª pessoa preposicionada (isto é, sequer se encontra na forma oblíqua), realizando também o papel temático de Possuidor, como em (53).

- (52) a. aquele xxx é *em mim* [*] (AC 2;03)
b. olha o t(r)ator <*de mim*> (G 1;10)
(53) é faz [/] eu vou enrolar o bolo <*de tu*> (AC 2;08)

Quanto à concordância morfológica, os dados infantis não apresentam distinção do padrão adulto: possessivos simples concordam em número-pessoa com o possuidor e em gênero e número com o possuído, enquanto preposicionados concordam em número-pessoa e gênero (no caso da 3ª pessoa) com o possuidor e não concordam com o possuído. Adicionalmente, em relação à concordância de número, dados de fala infantil corroboram a análise proposta por Costa e Figueiredo Silva (2006 *apud* CASTRO, 2006), em que o plural no PB é um morfema sozinho, como em (54) e (55).

- (54) é [*] minhas fruta(s) (AC 3;00)
(55) não quer ver que ela voa com os pé(s) dela? (AC 3;00)

O exemplo (54) acima mostra que o plural é marcado apenas no possessivo, sendo este um possessivo simples pré-nominal; já o exemplo em (55) mostra que o plural é marcado apenas no determinante quando está em jogo um possessivo pós-nominal preposicionado. Ou seja, o traço de número é marcado no elemento relevante para a determinação do sintagma, o que corrobora a hipótese de Castro (2006).

Por fim, observam-se resultados interessantes gerados do cruzamento entre a estrutura do sintagma nominal em que o possessivo se encontra e a função sintática que esse sintagma desempenha.

Não foram encontradas, em meio aos dados das crianças, estruturas com possessivos simples realizando a função de complemento do nome (CN); porém, nada impede esse tipo de construção na gramática adulta, como em (56). Já, com respeito aos preposicionados, não foram encontradas ocorrências destes realizando a função de tópico (TOP), o que também não encontra restrições na gramática adulta, como

em (57a). Porém, com estes mesmos possessivos, não foram encontradas ocorrências suas como vocativos (VOC), como em (57b), o que, de acordo com Castro (2006) e (2001) não seria mesmo permitido.

(56) o resto da *minha* comida.

- (57) a. a mãe *dele*, ela trabalha.
b. *Deus *dele*!

Estruturas apenas com o possessivo presente (sem nenhum tipo de determinante) foram encontradas, em meio aos dados das três crianças, realizando apenas predicados da *small clause* (PSC) ou como DPs soltos (DPs), estruturas que também aparecem no PB adulto.

A seguir, passa-se a análise das estruturas inalienáveis, com o intuito de apresentar em detalhes esse tipo de construção no PB infantil, assim como se procurou apresentar as estruturas funcionais no PB infantil nessas últimas seções, tendo por base teórica o que foi apresentado no capítulo 1 dessa dissertação.

3.4.3 Dados de posse inalienável

O objetivo desta seção é apresentar os dados de posse inalienável coletados dos arquivos de fala de AC, G e R ao longo do tempo. É importante ressaltar que, nas seções que seguem, será feita uma análise bipartida, ou seja, as estruturas inalienáveis estão divididas em dois grupos e cada grupo será analisado separadamente. O primeiro grupo, apresentado na tabela 11 abaixo, se refere às estruturas de posse inalienável que respeita às restrições apresentadas no capítulo anterior, isto é, as estruturas de posse inalienável de fato. O segundo grupo, apresentado na tabela 12 abaixo, diz respeito às estruturas que não respeitam essas restrições, mas que, ainda assim, podem ser consideradas de posse inalienável pelo contexto em que estão inseridas (os contextos dos exemplos desse segundo grupo de análise utilizados nas próximas seções se encontram no Apêndice).

Criança	1;07	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	TOTAL
AC	-	0	0	1	1	3	7	7	19/ 50%

G	-	-	0	0	2	2	5	3	12 / 31,6%
R	0	0	0	1	1	2	0	3	7 / 18,4%
TOTAL L	0 / 0%	0 / 0%	0 / 0%	2 / 5,3 %	4 / 10,5 %	7 / 18,4 %	12 / 31,6 %	13 / 34,2 %	38 / 100%

Tabela 11: Primeiro grupo de análise de estruturas de posse inalienável

Criança	1;07	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	TOTAL
AC	-	9	10	11	24	18	7	1	80 / 46%
G	-	-	3	7	8	5	11	4	38 / 21,8%
R	24	8	0	4	7	1	5	7	56 / 32,2%
TOTAL L	24 / 13,8 %	17 / 9,8 %	13 / 7,5 %	22 / 12,6 %	39 / 22,4 %	24 / 13,8 %	23 / 13,2 %	12 / 6,9 %	174 / 100%

Tabela 12: Segundo grupo de análise de estruturas de posse inalienável

Examina-se, na seção 3.4.3.1, que tipos de nomes estão envolvidos nessas estruturas (visto que cada tipo apresenta propriedades diferentes), em que ordem cronológica eles aparecem na fala infantil e com que frequência eles aparecem nos dados das crianças.

Na seção 3.4.3.2, descreve-se a estrutura do sintagma nominal em que se encontra o nome inalienável. Nesta seção, também são observadas a ordem cronológica do seu aparecimento e a sua frequência na fala infantil. Além disso, examina-se a presença ou ausência de determinante (e o tipo de determinante) que introduz o nome inalienável (e o tipo de nome inalienável).

Na seção 3.4.3.3, apresentam-se as funções sintáticas que as estruturas inalienáveis podem desempenhar. Nesta seção, como nas anteriores, também se observa a ordem cronológica de realização das diferentes funções sintáticas e a sua frequência nos dados das crianças.

Na seção 3.4.3.4, discute-se os dados tendo em vista a base teórica adotada para a análise da posse inalienável e o que foi apresentado nas seções acerca dos *corpora*.

3.4.3.1 Tipos de nomes

Seguem, abaixo, seis tabelas (as três primeiras dizem respeito ao primeiro grupo de análise e as três restantes, ao segundo grupo de análise) contendo os tipos de nomes inalienáveis encontrados nos dados infantis ao longo do tempo e seus respectivos valores de frequência. Em cada um dos grupos de análise, a primeira tabela se refere aos dados de AC, a segunda, aos dados de G e a terceira, aos dados de R.

Primeiro grupo de análise:

Tipos de nomes inalienáveis – AC	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
Parentesco	0	0	1	0	1	0	2	4 / 21 %
Relacional	0	0	0	0	0	0	1	1 / 5,3 %
Parte do corpo	0	0	0	1	2	7	4	14 / 73,7 %
TOTAL	0 / %	0 / %	1 / 5,3 %	1 / 5,3 %	3 / 15,8 %	7 / 36,8 %	7 / 36,8 %	19 / 100 %

Tabela 13: Tipos de nomes inalienáveis do primeiro grupo de análise presentes nos dados de AC

Tipos de nomes inalienáveis - G	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T
Parentesco	0	0	1	0	1	0	2 / 16,7 %
Relacional	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Parte do corpo	0	0	1	2	4	3	10 / 83,3 %
TOTAL	0 / 0%	0 / 0%	2 / 16,7 %	2 / 16,7 %	5 / 41,6 %	3 / 25%	12 / 100 %

Tabela 14: Tipos de nomes inalienáveis do primeiro grupo de análise presentes nos dados de G

Tipos de nomes inalienáveis – R	1;07 .21	1;08 .00	1;09 .20	2;00 .27	2;03 .06	2;08 .04	3;00 .07	3;04 .15	T
Parentesco	0	0	0	0	1	0	0	1	2 / 28,6 %
Relacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Parte do corpo	0	0	0	1	0	2	0	2	5 / 71,4 %
TOTAL	<i>0 / 0%</i>	<i>0 / 0%</i>	<i>0 / 0%</i>	<i>1 / 14,3 %</i>	<i>1 / 14,3 %</i>	<i>2 / 28,6 %</i>	<i>0 / 0%</i>	<i>3 / 42,8 %</i>	<i>7 / 100 %</i>

Tabela 15: Tipos de nomes inalienáveis do primeiro grupo de análise presentes nos dados de R

Segundo grupo de análise:

Tipos de nomes inalienáveis – AC	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
Parentesco	4	6	11	22	8	1	1	53 / 66,3 %
Relacional	1	0	0	0	0	1	0	2 / 2,5 %
Parte do corpo	4	4	0	2	10	5	0	25 / 31,2 %
TOTAL	<i>9 / 11,2 %</i>	<i>10 / 12,5 %</i>	<i>11 / 13,8 %</i>	<i>24 / 30 %</i>	<i>18 / 22,5 %</i>	<i>7 / 8,8 %</i>	<i>1 / 1,2 %</i>	<i>80 / 100 %</i>

Tabela 16: Tipos de nomes inalienáveis do segundo grupo de análise presentes nos dados de AC

Tipos de nomes inalienáveis - G	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T
Parentesco	3	6	5	1	8	2	25 / 65,8 %

Tipos de nomes inalienáveis - G	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T
Relacional	0	1	0	0	0	1	2 / 5,3%
Parte do corpo	0	0	3	4	3	1	11 / 28,9 %
TOTAL	3 / 8%	7 / 18,4 %	8 / 21%	5 / 13,2 %	11 / 28,9 %	4 / 10,5 %	38 / 100 %

Tabela 17: Tipos de nomes inalienáveis do segundo grupo de análise presentes nos dados de G

Tipos de nomes inalienáveis – R	1;07 .21	1;08 .00	1;09 .20	2;00 .27	2;03 .06	2;08 .04	3;00 .07	3;04 .15	T
Parentesco	3	0	0	2	7	1	5	4	22 / 39,3 %
Relacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Parte do corpo	21	8	0	2	0	0	0	3	34 / 60,7 %
TOTAL	24 / 42,9 %	8 / 14,3 %	0 / 0%	4 / 7,1 %	7 / 12,5 %	1 / 1,8 %	5 / 8,9 %	7 / 12,5 %	56 / 100 %

Tabela 18: Tipos de nomes inalienáveis do segundo grupo de análise presentes nos dados de R

Comparando os dois grupos de análise, nota-se que as ocorrências de posse inalienável de fato aparecem mais tarde na fala infantil do que as últimas – as primeiras começam a aparecer nos dados por volta dos 2;01, enquanto as últimas começam a ocorrer por volta dos 1;07-1;10. Além disso, percebe-se que há menos ocorrências de estruturas inalienáveis que respeitam as restrições impostas à gramática adulta do que as estruturas que não respeitam essas restrições – 38 ocorrências (17,9% do total de ocorrências inalienável na fala infantil) contra 174 ocorrências (que representam 82,1% do total de ocorrências inalienáveis na fala infantil).

A ocorrência tardia e a baixa frequência (talvez conseqüente dessa ocorrência tardia) de estruturas inalienáveis que respeitam às restrições da gramática adulta deve se dar pelo fato de que conhecimentos semânticos e sintáticos mais complexos sejam necessários à criança para que ela consiga produzir essas estruturas, o que talvez não seja necessário para as estruturas inalienáveis “apoiadas” no contexto.

Em relação à ordem de aparecimento de cada tipo de nome inalienável na fala infantil, nota-se, nos dados de AC, que, no primeiro grupo, aparecem, primeiramente, ocorrências com nome de parentesco, aos 2;01, como exemplifica (58a); seguido de nomes de partes do corpo, aos 2;03, como mostra (58b), e, por último, nomes relacionais, aos 3;07, como o exemplo em (58c). Já no segundo grupo de análise, ele se dá de forma simultânea. Nomes de parentesco, relacionais e de partes do corpo ocorrem juntos aos 1;08, com exemplos como os em (59).

- (58) a. vou desenhar *a* *vovó*. (AC 2;01)⁷⁸
b. *ele* quer lavar *as* *mãos*. (AC 2;03)
c. vou pedir pra *babá* pra gente assistir um filme (AC 3;07)⁷⁹
- (59) a. *papai*. (AC 1;08)
b. (*a*)*miguinha* [*]. (AC 1;08)
c. a *olelha* [*]. (AC 1;08)

Nos dados de R, com respeito ao primeiro grupo de análise, nomes de partes do corpo aparecem primeiramente, aos 2;00.27, como em (60a), seguidos de nomes de parentesco, que ocorrem aos 2;03.06, como em (60b) abaixo. Já no segundo grupo de análise, nomes de parentesco e de partes do corpo ocorrem de forma simultânea aos 1;07.21, como nos exemplos em (61). A informante R não produz nenhuma construção com nomes relacionais em nenhum dos grupos de análise.

- (60) a. Tá coçando *o pé* *o papagaoo*? (R 2;00.27)⁸⁰

⁷⁸ Assume-se a existência de um sujeito *pro*, como o possuidor externo (implícito) neste exemplo, assim como em (62), (69a), (70b) e (73c).

⁷⁹ Assume-se a existência de crase entre a preposição *para* + o artigo definido *a*.

- (61) b. &de &de deixa *eu* perguntar *papai*. (R 2;03.06)
 a. a *mamãe*. (R 1;07.21)
 b. a *mão*. (R 1;07.21)

Nos dados de G, em relação ao primeiro grupo de análise, o aparecimento dos nomes inalienáveis de parentesco e partes do corpo se dá de forma simultânea, aos 2;03, como mostra o exemplo (62) abaixo. Não se nota a ocorrência de nomes relacionais no primeiro grupo de análise. Já no segundo grupo de análise, o aparecimento de cada tipo de nome se dá em uma faixa etária distinta. Aos 1;10, observa-se a ocorrência de nomes de parentesco, exemplificada em (63a); na faixa etária seguinte (2;01), aparecem nomes relacionais, como o que está exemplificado em (63b); e, por último, na faixa etária subsequente (2;03), aparecem os nomes de partes do corpo dos quais se vê um exemplo em (63c).

- (62) a. pe(r)deu (*) a *pe(r)na* (*). (G 2;03)
 b. vou telefonar pra *mamãe*. (G 2;03)
 (63) a. esse aqui é o *tio*. (G 1;10)
 b. o *amiguinho*. (G 2;01)
 c. um *cabelo*. (G 2;03)

Quanto à frequência de ocorrências de cada tipo de nome inalienável, percebe-se, no primeiro grupo de análise, que todas as informantes produzem mais estruturas inalienáveis com nomes de partes do corpo (73,7% dos dados de AC; 83,3% dos dados de G e 71,4% dos dados de R), seguidas de estruturas inalienáveis com nomes de parentesco (21% dos dados de AC; 16,7% dos dados de G e 28,6% dos dados de R). Dentre todos os dados do primeiro grupo de análise, encontrou-se apenas uma ocorrência de estrutura inalienável com nome de parentesco, que pertence a uma das informantes, AC, e representa apenas 5,3% dos seus dados.

Já no segundo grupo de análise, nota-se que, nos dados de AC e G, ocorrem mais nomes de parentesco (66,3% e 65,8%, respectivamente), seguidos de nomes de partes do corpo (31,2% e

⁸⁰ Considera-se que, neste exemplo, o possuidor externo *o papagaoo* está “deslocado à direita”. Certos fatos da prosódia da sentença podem ajudar a comprovar essa análise.

28,9%, respectivamente) e há poucos dados com nomes relacionais (2,5% e 5,3%, respectivamente). Já, nos dados de R, há mais ocorrências de nomes de partes do corpo (60,7%), e menos ocorrências de nomes de parentesco (39,3%). Não há nenhuma ocorrência de nomes relacionais. No entanto, essa alta frequência de nomes de partes do corpo nos dados de R pode ser explicada pelo fato de, aos 1;07.21, essa criança repetir muito a mesma estrutura enquanto não recebe a atenção que julga necessária ou enquanto os adultos à sua volta não entendem o que ela quer⁸¹.

3.4.3.2. Tipos de estruturas inalienáveis

Uma vez feita a descrição dos tipos de nomes inalienáveis presentes nos dados das crianças, seguem, abaixo, seis tabelas gerais (as três primeiras dizem respeito ao primeiro grupo de análise e as três restantes, ao segundo grupo de análise) contendo valores quantitativos resumidos das estruturas nominais em que aparecem esses nomes. Em cada um dos grupos de análise, a primeira tabela mostra os dados de AC, a segunda, os dados de G e a terceira, os dados de R.⁸²

Primeiro grupo de análise:

Estruturas inalienáveis – AC	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
Indef. + Npc + Adv. + Adjet.	0	0	0	0	0	0	1	1 / 5,3%
Indef. + Npc + Adjet.	0	0	0	0	1	0	1	2 / 10,5%
Def. + Npc + Adjet.	0	0	0	0	1	0	0	1 / 5,3%

⁸¹ Essas repetições, em especial, foram contadas pelo fato de a criança repetir a mesma estrutura em diferentes momentos da sua fala.

⁸² Legenda para as tabelas de estruturas:

Def.: determinante definido,

Indef.: determinante indefinido,

Demonst.: demonstrativo,

Num.: numeral,

Adjet.: adjetivo,

Adv.: advérbio,

Npc: nome de parte do corpo,

Np: nome de parentesco,

Nr: nome relacional,

0: nestas tabelas, se refere, estritamente, à omissão do determinante.

Estruturas inalienáveis – AC		1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T	
0 + Npc + Adjet.		0	0	0	0	0	1	0	1 / 5,3%	
Def. + N	Np	0	0	1	0	0	0	0	1	9 / 47, 3%
	Nr	0	0	0	0	0	0	1	1	
	Npc	0	0	0	1	0	5	1	7	
Num. + N	Np	0	0	0	0	0	0	1	1	2 / 10, 5%
	Npc	0	0	0	0	0	1	0	1	
Indef. + Np		0	0	0	0	1	0	0	1 / 5,3 %	
0 + N	Np	0	0	0	0	0	0	1	1	2 / 10,5 %
	Npc	0	0	0	0	0	0	1	1	
TOTAL		0 / 0%	0 / 0%	1 / 5,3 %	1 / 5,3 %	3 / 15,8 %	7 / 36,8 %	7 / 36,8 %	19 / 100%	

Tabela 19: Tipos de estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de AC

Estruturas inalienáveis - G		1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T	
Def. + N	Np	0	0	1	0	0	0	1	10 / 83, 3%
	Npc	0	0	1	1	4	3	9	
Indef. + Np		0	0	0	0	1	0	1 / 8,3%	
0 + Npc		0	0	0	1	0	0	1 / 8,3%	
TOTAL		0 / 0%	0 / 0%	2 / 16,7 %	2 / 16,7 %	5 / 41,6 %	3 / 25%	12 / 100%	

Tabela 20: Tipos de estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de G

Estruturas inalienáveis - R	1;07 .21	1;08 .00	1;09 .20	2;00 .27	2;03 .06	2;08 .04	3;00 .07	3;04 .15	T
Def. + Npc	0	0	0	1	0	0	0	2	3 / 42,8%

Estruturas inalienáveis - R		1;07 .21	1;08 .00	1;09 .20	2;00 .27	2;03 .06	2;08 .04	3;00 .07	3;04 .15	T
Def. + Npc		0	0	0	1	0	0	0	2	3 / 42,8%
0 + N	Np	0	0	0	0	1	0	0	1	2
	Npc	0	0	0	0	0	2	0	0	2
TOTAL		0 / 0%	0 / 0%	0 / 0%	1 / 14,3 %	1 / 14,3 %	2 / 28,6 %	0 / 0%	3 / 42,8 %	7 / 100%

Tabela 21: Tipos de estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de R

Segundo grupo de análise:

Estruturas inalienáveis – AC		1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
Def. + Np + Nome próprio		0	0	0	0	0	1	0	1 / 1,2%
0 + Np + Nome próprio		0	0	3	0	0	0	0	3 / 3,8%
0 + Npc + Adjet.		0	0	0	1	0	0	0	1 / 1,2%
Def. + N	Np	0	4	5	6	1	0	0	16
	Npc	2	2	0	1	3	4	0	12
Demonst. + Npc		0	0	0	0	0	1	0	1 / 1,2%
Indef. + Np		0	0	0	0	3	0	0	3 / 3,8%
0 + N	Np	4	2	3	16	4	0	1	30
	Nr	1	0	0	0	0	1	0	2
	Npc	2	2	0	0	7	0	0	11
TOTAL		9 / 11,2 %	10 / 12,5 %	11 / 13,8 %	24 / 30 %	18 / 22,5 %	7 / 8,8 %	1 / 1,2 %	80 / 100%

Tabela 22: Tipos de estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de AC

Estruturas inalienáveis - G	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T
Demonst. + Npc	0	0	0	0	0	1	1 / 2,7%

Estruturas inalienáveis - G		1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T	
Def. + Np + Nome próprio		0	2	0	0	0	0	2 / 5,3%	
Def. + N	Np	2	4	4	1	2	1	1	21 / 55,2%
	Nr	0	1	0	0	0	0	1	
	Npc	0	0	0	3	3	0	6	
Indef. + N	Nr	0	0	0	0	0	1	1	4 / 10,5%
	Npc	0	0	3	0	0	0	3	
0 + N	Np	1	0	1	0	6	1	9	10 / 26,3%
	Npc	0	0	0	1	0	0	1	
TOTAL		3 / 8%	7 / 18,4 %	8 / 21%	5 / 13,2 %	11 / 28,9 %	4 / 10,5 %	38 / 100%	

Tabela 23: Tipos de estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de G

Estruturas inalienáveis - R		1;07 .21	1;08 .00	1;09 .20	2;00 .27	2;03 .06	2;08 .04	3;00 .07	3;04 .15	T	
Demonst. + Npc		2	0	0	0	0	0	0	0	2 / 3,6%	
Def. + N	Np	1	0	0	2	0	0	0	0	3	22 / 39,3%
	Npc	9	6	0	1	0	0	0	3	19	
Indef. + Npc		1	0	0	0	0	0	0	0	1 / 1,8%	
0 + N	Np	2	0	0	0	7	1	5	4	19	31 / 55,3%
	Npc	9	2	0	1	0	0	0	0	12	
TOTAL		24 / 42,9 %	8 / 14,3 %	0 / 0%	4 / 7,1 %	7 / 12,5 %	1 / 1,8 %	5 / 8,9 %	7 / 12,5 %	56 / 100%	

Tabela 24: Tipos de estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de R

Em relação às estruturas inalienáveis, é curioso o fato de que, em ambos os grupos de análise, os tipos de estruturas que aparecem na fala de R são um sub-conjunto dos tipos de estrutura que aparecem na fala de

G (ou, ao menos, de AC), que, por sua vez, são um sub-conjunto dos tipos de estrutura que aparecem na fala de AC (se excetuam apenas dois tipos de estruturas no segundo grupo de análise: a primeira com definidos e nomes relacionais e a segunda com indefinidos e nomes de partes do corpo/relacionais, que aparecem na fala de G, mas não na de AC). Percebe-se que os dados das três crianças apresentam comportamentos ligeiramente distintos no que se refere à idade em que aparecem as diferentes estruturas.

Em relação aos dados do primeiro grupo de análise, todas as informantes iniciam a produção de estruturas inalienáveis com o determinante definido acompanhado por um nome inalienável. No caso dos dados de AC, o primeiro tipo de nome inalienável que aparece nesta estrutura é o de parentesco, aos 2;01, como exemplifica (64a); aos 2;03, aparece o nome inalienável de parte do corpo, como mostra (64b) e, apenas aos 3;07, aparece o nome inalienável relacional, como em (64c). No caso dos dados de R, esta estrutura também é produzida por volta dos 2;01, porém o nome inalienável é de parte do corpo, como mostra (65). E, no caso dos dados de G, essa estrutura aparece aos 2;03, com nomes de parentesco e de parte do corpo, simultaneamente, como em (66).

- (64) a. vou desenhar *a vovó*. (AC 2;01)
b. *ele* quer lavar *as mãos*. (AC 2;03)
c. vou pedir pra *babá* pra gente assistir um filme (AC 3;07)
- (65) Tá coçando *o pé o papagaoo*? (R 2;00.27)
- (66) a. vou telefonar pra *mamãe*. (G 2;03)
b. pe(r)deu (*) *a pe(r)na* (*). (G 2;03)

Em seguida aparecem as estruturas inalienáveis nuas (sem nenhum determinante), que, nos dados de R, ocorrem com nomes de parentesco e de partes do corpo aos 2;03.06 e 2;08.04, respectivamente. Nos dados de G, assim como nos de R, ocorrem com nomes de partes do corpo aos 2;08. Nos dados de AC, ocorrem também com nomes de parentesco e partes do corpo, porém mais tarde, aos 3;07. Os exemplos pertinentes seguem abaixo.

- (67) a. &de &de deixa *eu* perguntar *papai*. (R 2;03.06)

- b. O *Cê* num tem *mão* (R 2;08.04)
 (68) *ela* tem *olho*. (G 2;08)
 (69) a. tem *irmãzinhas* # ah, tem *irmãzinhas*. (AC 3;07)
 b. eles não # não # *eles* tem *bacinhos*, né? (AC 3;07)

Observa-se, posteriormente, o aparecimento de estruturas inalienáveis com determinantes indefinidos, que aparecem apenas nos dados de AC e G, aos 2;08 e aos 3;00, respectivamente, e ambos com nomes de parentesco, como mostra (70) abaixo.

- (70) a. é, *ela* vai ter um [/] *ela* vai ter *um i(r)mãozinho* [*].
 (AC 2;08)
 b. tenho *uma mana*. (G 3;00)

Estruturas inalienáveis com numerais ocorrem apenas nos dados de AC. É possível observar a ocorrências dessas estruturas com nomes de partes do corpo aos 3;00 e com nomes de parentesco aos 3;07 nos dados dessa informante, como mostram os exemplos em (71) abaixo.

- (71) a. p(r)a [/] p(r)a [/] p(r)a te(r) igual porque *a minha mão* tem *dois* [*] *mão(s)* xx. (AC 3;00)⁸³
 b. cin, cinco, *o professor* tem *cinco filhas*. (AC 3;07)

A partir dos 2;08, nota-se nos dados de AC, estruturas inalienáveis definidas, indefinidas ou nuas com adjetivos. Os exemplos seguem abaixo.

- (72) a. é [/] é *ele tem* *o olho* bonito! (AC 2;08)
 b. mas *essa tá* com *uma boca* fechada [*]. (AC 2;08)
 c. é [/] é po(r)que [*] *eu não tenho* *cabelo* g(r)ande [*].
 (AC 3;00)

Nota-se que essas estruturas com adjetivos ocorrem em quatro faixas etárias diferentes – 2;03, 2;08, 3;00 e 3;07 – e, conforme a criança

⁸³ Neste exemplo, apesar de o NP parte do corpo ser introduzido por um numeral, a interpretação atribuída a esse DP ainda parece ser inalienável, embora nenhum dos autores estudados tenha tratado de NPs partes do corpo sendo introduzidos por numerais.

crece, mudam os tipos verbais das sentenças em que se encontram essas estruturas. Aos 2;03, AC usa o verbo *ser* como em (73a) abaixo; aos 2;08, alterna entre o uso do verbo *estar*, como em (72b) acima e o verbo *ter*, como em (72a) acima e aos 3;00 e 3;07 parece estabilizar com o verbo *ter*, como (72c) acima e (73b-c) abaixo, respectivamente⁸⁴.

- (73) a. é *olelha*[*] (r)osa[*]. (AC 2;03)
b. olha aqui, *ela* tem *um cabelos* compidos [*]. (AC 3;07)
c. tem *um bracinho* bem pequenininho (AC 3;07)

Em relação aos dados do segundo grupo de análise, percebe-se que a criança R apresenta, já aos 1;07.21, ao menos uma ocorrência de cada uma das estruturas encontradas nos seus dados. Ela apresenta o uso de nomes inalienáveis de partes do corpo em todas as estruturas: introduzidos por determinante definido – exemplo (74a), por determinante indefinido – exemplo (74b), por demonstrativo – exemplo (74c) e nu – exemplo (74d). Ao usar nomes de parentesco, usa apenas introduzido por determinante definido – exemplo (75a) – e sem nu – exemplo (75b).

- (74) a. *a mão*. (R 1;07.21)
b. *ota mão*. (R 1;07.21)⁸⁵
c. *sá mão*. (R 1;07.21)⁸⁶
d. *boca*. (R 1;07.21)
(75) a. *a mamãe*. (R 1;07.21)
b. *tá mamãe*. (R 1;07.21)⁸⁷

Observa-se que as estruturas introduzidas por determinante definido que contém o nome de parte do corpo aparecem nos dados de AC por volta desta mesma idade (1;08) de R, como mostra o exemplo

⁸⁴ Um estudo sobre esse fenômeno, baseado, entre outras, nas pesquisas de Avelar e Callou (2007) e Avelar (2009), está sendo desenvolvido para a investigação deste tipo de variação dentro da gramática infantil.

⁸⁵ Neste exemplo, *ota* se refere à forma reduzida do determinante indefinido *outra* (*outra mão*).

⁸⁶ Neste exemplo, *sá* se refere à forma reduzida do demonstrativo *essa* (*essa mão*).

⁸⁷ Neste exemplo, *tá* se refere à forma reduzida do verbo *tomar* (= *pegar*), no imperativo (*toma, mamãe*).

em (76a). Já G produz estruturas inalienáveis com nomes de partes do corpo introduzidas por determinante definido apenas aos 2;08, como mostra (76b).

- (76) a. *a barriga*. (AC 1;08)
- b. *o rabo*. (G 2;08)

As estruturas inalienáveis com nomes de parentesco introduzidas por determinante definido aparecem nos dados de AC e G apenas na fase seguinte (1;10), em relação aos dados de R, como se vê em (77). E as estruturas com nomes relacionais introduzidas por determinante definido aparecem nos dados de G apenas mais adiante, 2;01 como mostra (78). Porém, essa estrutura não ocorre nos dados de AC nem nos de R.

- (77) a. *cadê a mamãe?* (AC 1;10)
- b. *esse aqui é o tio*. (G 1;10)
- (78) *o amiguinho*. (G 2;01)

As estruturas nuas que contêm nomes de partes do corpo – que se vê em (79a) – e de parentesco – que se vê em (79b) – ocorrem nos dados de AC aproximadamente na mesma idade de R, aos 1;08. No entanto, nos dados de G, esse tipo de estrutura aparece aos 1;10 com nomes de parentesco – exemplificado por (80a) – e aos 2;08 com nomes de partes do corpo – exemplificado por (80b). Ainda pode-se notar, embora apenas nos dados de AC, a ocorrência desse tipo de estrutura com nomes relacionais, como em (81), na mesma idade em que essa criança produz os outros tipos de nomes inalienáveis (1;08).

- (79) a. *olelha* [*]. (AC 1;08)
- b. *papai*. (AC 1;08)
- (80) a. *xx tio* deu. (G 1;10)
- b. *t(r)omba* [*]. (G 2;08)
- (81) *(a)miguinha* [*]. (AC 1;08)

Nota-se, nos dados de G, a ocorrência de estruturas com nomes de partes do corpo introduzidas por determinantes indefinidos apenas em uma faixa etária mais avançada, 2;03, em comparação aos dados de

R, como se vê em (82). Ainda se observa nos dados de G, embora apenas aos 3;06, o aparecimento de nomes relacionais nesse tipo de estrutura, como mostra (83). Nos dados de AC aparece esse tipo de estrutura com nomes de parentesco, aos 2;08, como se vê em (84).

(82) *uma mão*. (G 2;03)

(83) *uma amiga* estava ali. (G 3;06)

(84) é, *um filhinho, um i(r)mãozinho* [*]. (AC 2;08)

Estruturas com demonstrativos aparecem apenas com nomes de partes do corpo nos dados das três crianças, como mostra (85). O que difere é a idade em que essa estrutura surge: em R, aos 1;07.21; em AC, aos 3;00 e em G, aos 3;06.

(85) a. *sá mão*. (R 1;07.21)⁸⁸

b. p(r)a [*] deixar *esse cabelo* bem lindo. (AC 3;00)

c. aqui *nesse dedo* que é apertado. (G 3;06)

É possível perceber, embora apenas nos dados de AC, a ocorrência de nomes inalienáveis de partes do corpo com adjetivos em estruturas nuas, como mostra (86).

(86) é *olelha*[*] (*r*)*osa*[*]. (AC 2;03)

Por fim, nota-se que as estruturas mais freqüentes nos dados das três crianças, no primeiro grupo de análise, são aquelas em que há o determinante definido introduzindo um nome de parte do corpo – 36,8% dos dados de AC, 75% dos dados de G e 42,8% dos dados de R. No segundo grupo de análise, as estruturas mais freqüentes são aquelas em que o nome de parentesco se encontra em uma estrutura inalienável nua – 37,5% dos dados de AC e 33,9% dos dados de R. Ainda é possível perceber a alta freqüência de estruturas em que há o determinante definido introduzindo um nome de parentesco – 36,8% dos dados de G – ou um nome de parte do corpo – 33,9% dos dados de R.

3.4.3.3. Tipos de funções sintáticas inalienáveis

⁸⁸ Ver nota de rodapé 86.

Da mesma forma que foram resumidos nas tabelas anteriores os valores quantitativos das estruturas inalienáveis das três crianças, resumem-se, nas seis (as três primeiras dizem respeito ao primeiro grupo de análise e as três restantes, ao segundo grupo de análise) tabelas abaixo, os valores quantitativos das funções sintáticas realizadas por essas estruturas. Em cada um dos grupos de análise, a primeira tabela se refere aos dados de AC, a segunda, aos dados de G e a terceira, aos dados de R.

Primeiro grupo de análise:

Funções sintáticas inalienáveis – AC		1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
Sujeito (S)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Objeto direto (OD)		0	0	1	1	2	5	5	14 / 73,7 %
Objeto indireto (OI)		0	0	0	0	0	0	2	2 / 10,5 %
Complemento do nome (CN)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Sujeito da <i>small clause</i> (SSC)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Predicado da <i>small clause</i> (PSC)		0	0	0	0	1	0	0	1 / 5,3 %
Adjunto (ADJ)	VP	0	0	0	0	0	2	0	2 / 10,5 %
	NP	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Vocativo (VOC)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
DP solto (DPs)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
DP pós-verbal (DPPv)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%

Funções sintáticas inalienáveis – AC	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
Tópico (TOP)	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
TOTAL	0 / 0%	0 / 0%	1 / 5,3 %	1 / 5,3 %	3 / 15,8 %	7 / 36,8 %	7 / 36,8 %	19 / 100 %

Tabela 25: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de AC

Funções sintáticas inalienáveis - G	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T
Sujeito (S)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Objeto direto (OD)	0	0	1	2	4	2	9 / 75%
Objeto indireto (OI)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Complemento do nome (CN)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Sujeito da <i>small clause</i> (SSC)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Predicado da <i>small clause</i> (PSC)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Adjunto (ADJ)	VP	0	0	1	0	1	3 / 25%
	NP	0	0	0	0	0	0 / 0%
Vocativo (VOC)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
DP solto (DPs)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
DP pós-verbal (DPpv)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Tópico (TOP)	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
TOTAL	0 / 0%	0 / 0%	2 / 16,7 %	2 / 16,7 %	5 / 41,6 %	3 / 25%	12 / 100 %

Tabela 26: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de G

Funções sintáticas inalienáveis – R		1;0 7.21	1;0 8.00	1;0 9.20	2;0 0.27	2;0 3.06	2;0 8.04	3;0 0.07	3;0 4.15	T
Sujeito (S)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Objeto direto (OD)		0	0	0	1	0	2	0	2	5 / 71,4 %
Objeto indireto (OI)		0	0	0	0	0	0	0	1	1 / 14,3 %
Complemento do nome (CN)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Sujeito da <i>small clause</i> (SSC)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Predicado da <i>small clause</i> (PSC)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Adjunto (ADJ)	VP	0	0	0	0	1	0	0	0	1 / 14,3 %
	NP	0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Vocativo (VOC)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
DP solto (DPs)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
DP pós-verbal (DPpv)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Tópico (TOP)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
TOTAL		0 / 0%	0 / 0%	0 / 0%	1 / 14,3 %	1 / 14,3 %	2 / 28,6 %	0 / 0%	3 / 42,8 %	7 / 100 %

Tabela 27: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do primeiro grupo de análise na fala de R

Segundo grupo de análise:

Funções sintáticas inalienáveis – AC		1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
Sujeito (S)		0	2	1	3	0	0	0	6 / 7,5 %
Objeto direto (OD)		0	0	1	1	1	2	1	6 / 7,5 %
Objeto indireto (OI)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Complemento do nome (CN)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Sujeito da <i>small clause</i> (SSC)		0	1	0	5	1	1	0	8 / 10 %
Predicado da <i>small clause</i> (PSC)		0	0	3	3	5	1	0	12 / 15 %
Adjunto (ADJ)	VP	0	0	0	0	0	1	0	1 / 1,2 %
	NP	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Vocativo (VOC)		0	1	2	10	4	1	0	18 / 22,5 %
DP solto (DPs)		9	6	4	2	7	1	0	29 / 36,3 %
DP pós-verbal (DPpv)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Tópico (TOP)		0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
TOTAL		9 / 11,2 %	10 / 12,5 %	11 / 13,8 %	24 / 30 %	18 / 22,5 %	7 / 8,8 %	1 / 1,2 %	80 / 100 %

Tabela 28: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de AC

Funções sintáticas inalienáveis - G		1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T
Sujeito (S)		1	0	1	0	0	3	5 / 13,2 %
Objeto direto (OD)		0	0	0	0	3	0	3 / 8%
Objeto indireto (OI)		0	0	0	0	1	0	1 / 2,7%
Complemento do nome (CN)		0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Sujeito da <i>small clause</i> (SSC)		0	0	1	0	0	0	1 / 2,7%
Predicado da <i>small clause</i> (PSC)		2	0	2	0	0	0	4 / 10,5 %
Adjunto (ADJ)	VP	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
	NP	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Vocativo (VOC)		0	0	1	0	5	0	6 / 15,6 %
DP solto (DPs)		0	7	3	5	2	1	18 / 47,3 %
DP pós-verbal (DPpv)		0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Tópico (TOP)		0	0	0	0	0	0	0 / 0%
TOTAL		3 / 8%	7 / 18,4 %	8 / 21%	5 / 13,2 %	11 / 28,9 %	4 / 10,5 %	38 / 100 %

Tabela 29: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de G

Funções sintáticas inalienáveis – R		1;0 7.21	1;0 8.00	1;0 9.20	2;0 0.27	2;0 3.06	2;0 8.04	3;0 0.07	3;0 4.15	T
Sujeito (S)		0	0	0	1	0	0	1	0	2 / 3,6 %
Objeto direto (OD)		0	2	0	1	0	0	0	0	3 / 5,3 %
Objeto indireto (OI)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Complemento do nome (CN)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Sujeito da <i>small clause</i> (SSC)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Predicado da <i>small clause</i> (PSC)		0	0	0	0	0	0	0	1	1 / 1,8 %
Adjunto (ADJ)	VP	0	0	0	0	0	0	0	1	1 / 1,8 %
	NP	0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Vocativo (VOC)		2	0	0	0	7	1	3	3	16 / 28,6 %
DP solto (DPs)		22	6	0	2	0	0	1	2	33 / 58,9 %
DP pós-verbal (DPpv)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
Tópico (TOP)		0	0	0	0	0	0	0	0	0 / 0%
TOTAL		24 / 42,9 %	8 / 14,3 %	0 / 0%	4 / 7,1 %	7 / 12,5 %	1 / 1,8 %	5 / 8,9 %	7 / 12,5 %	56 / 100 %

Tabela 30: Tipos de funções sintáticas desempenhadas por estruturas inalienáveis do segundo grupo de análise na fala de R

Em relação às funções sintáticas desempenhadas pelas estruturas inalienáveis, da mesma forma como acontece para os tipos de estruturas inalienáveis, é curioso o fato de que, em ambos os grupos de análise, as funções sintáticas realizadas pelas estruturas inalienáveis dos dados de R são um sub-conjunto das funções sintáticas realizadas pelas estruturas inalienáveis de G (ou, ao menos, de AC), que, por sua vez, são um sub-conjunto das funções sintáticas realizadas pelas estruturas inalienáveis de AC (exceto por uma função sintática no segundo grupo de análise: objeto indireto do verbo, que aparece nos dados de G, mas não nos de AC). Percebe-se que os dados das três crianças apresentam comportamentos ligeiramente distintos no que se refere à idade em que aparecem as diferentes estruturas.

Entre os dados do primeiro grupo de análise, nota-se que AC e R, por volta dos 2;01, começam a produzir estruturas inalienáveis realizando a função de objeto direto do verbo (OD), o que G vai produzir na faixa etária seguinte, 2;03, como mostra (87) abaixo.

- (87) a. vou desenhar *a vovó*. (AC 2;01)
b. Tá coçando *o pé o papagaoo*? (R 2;00.27)
c. pe(r)deu (*) *a pe(r)na* (*). (G 2;03)

Por volta dos 2;03, G e R começam a produzir estruturas inalienáveis desempenhando a função de adjunto do verbo (ADJvp), o que só vai aparecer na fala de AC mais tarde, por volta dos 3;00, como mostra (88) abaixo.

- (88) a. vou telefonar *pra mamãe*. (G 2;03)
b. &de &de deixa *eu* perguntar *papai*. (R 2;03.06)
c. oh, *ela* pula com *as patinhas*. (AC 3;00)

A função sintática de predicado da *small clause* (PSC) ocorre apenas nos dados de AC, aos 2;08. O exemplo é fornecido em (89) abaixo.

- (89) mas *essa tá* com *uma boca fechada* [*]. (AC 2;08)

Por fim, a função sintática de objeto indireto do verbo (OI) aparece apenas nos dados de R e AC, nas últimas faixas etárias

analisadas de cada uma dessas informantes, 3;04.15 e 3;07, respectivamente, como mostram os exemplos em (90) abaixo.

- (90) a. agora vou cobri(r) *eles* # com esse negócio pra não
<&fic> [//] pra num bate(r) sol na *cara*[>]. (R
3;04.15)⁸⁹
b. bota na *boca* (AC 3;07)⁹⁰

Já entre os dados do segundo grupo de análise, inicialmente, AC (1;08) e R (1;07.21) produzem estruturas inalienáveis como DPs soltos (DPs), o que G vai produzir apenas duas faixas etárias depois (2;01), como mostrado em (91). A opção das crianças típicas se deve ao fato de, nas faixas etárias mais jovens, a criança exibir pouca estrutura frasal, portanto é esta a “estrutura sintática” disponível para o aparecimento das estruturas inalienáveis (bem como foi a disponível para o aparecimento de estruturas possessivas).

- (91) a. a *mão*. (R 1;07.21)
b. *papai*. (AC 1;08)
c. a *mamãe*. (G 2;01)

Estruturas inalienáveis como vocativos (VOC) são produzidos por R também aos 1;07.21, porém apenas eles aparecem nos dados de AC aos 1;10 e nos dados de G aos 2;03, com exemplos como os em (92). A criança R também realiza estruturas inalienáveis com a função sintática de objeto direto do verbo (OD) mais cedo do que as outras crianças: enquanto R produz objetos diretos aos 1;08.00, AC e G o fazem aos 2;01 e 3;00, respectivamente, fornecendo exemplos como os de (93).

- (92) a. tá *mamãe*. (R 1;07.21)

⁸⁹ É importante ressaltar que, neste exemplo, o antecedente não está na mesma frase que o DP inalienável, mas a sentença em que esse DP está é uma infinitiva e o verbo *bater* não tem argumento externo, um conjunto de circunstâncias que permite a vinculação anafórica. Ressalta-se que essa sentença infinitiva é um adjunto, encabeçada por um PP, como em (i) abaixo:

(i) *O João viu uma cobra atrás de si.*

⁹⁰ Este caso, um imperativo, considera-se o sujeito *pro* o possuidor externo. Se estivesse realizado seria algo como “*Você / Tu coloca na boca*”.

- b. não *mãe*, xx. (AC 1;10)
 - c. alô, *papai!* (G 2;03)
- (93)
- a. tirou a *orelha*. (R 1;08.00)⁹¹
 - b. ó aqui a *vovó*. (AC 2;01)
 - c. é, xx, depois eu vou enxaguar *o cabelo*. (G 3;00)⁹²

Por outro lado, a função sintática de sujeito (S) é desempenhada por estruturas inalienáveis nos dados de AC e G aos 1;10, uma faixa etária anterior àquela em que esses sujeitos aparecem nos dados de R (2;00.27). As crianças AC e G também realizam estruturas inalienáveis com as funções sintáticas de predicado da *small clause* (PSC) mais cedo do que R: enquanto G e AC produzem estruturas inalienáveis como predicados da *small clause* aos 1;10 e aos 2;01, respectivamente, R o faz apenas aos 3;04.15.

- (94)
- a. a *mamãe* xx t(r)abalha [*]. (AC 1;10)
 - b. xx *tio* deu. (G 1;10)
 - c. a *mãe* tá aqui (ri)... (R 2;00.27)
- (95)
- a. esse aqui é o *tio*. (G 1;10)
 - b. é [/] é [/] esse aqui é a *vovó*. (AC 2;01)
 - c. o Li é *filhinho*. (R 3;04.15)

A função sintática de sujeito da *small clause* (SSC)⁹³ é desempenhada por estruturas inalienáveis apenas nos dados de AC e G, e ocorrem aos 1;10 e aos 2;03, respectivamente.

- (96)
- a. cadê a *mamãe*? (AC 1;10)
 - b. é onde vai [/] onde vai a *vovó*. (G 2;03)

⁹¹ Este dado, em especial, apesar de parecer pertencer ao primeiro grupo de análise, pertence, na verdade, ao segundo grupo de análise pois o seu possuidor se encontra no contexto.

⁹² Neste caso, assim como em (97b) e (98) abaixo, o possuidor não é o sujeito da sentença e sim um antecedente no discurso.

⁹³ Essas estruturas foram consideradas como sujeito da *small clause* (SSC) pelo fato de haver um sintagma WH, que, a princípio, estaria na posição de predicado da *small clause* (PSC) e, depois, seria alçado para [Spec, CP], enquanto a estrutura inalienável permaneceria *in situ*.

A função de adjunto do verbo (ADJvp) é realizada por estruturas inalienáveis apenas nos dados de AC e R, e ocorrem aos 3;00 e aos 3;04.15, respectivamente.

- (97) a. tem [/] faz [/] aqui no *coração*. (AC 3;00)
b. por que (vo)cê (es)tá tirando dos *olho*? (R 3;04.15)

A função de objeto indireto do verbo (OI) é desempenhada por estruturas inalienáveis apenas nos dados de G, aos 3;00.

- (98) eu coloco com a dinda. (G 3;00)

Por fim, como já se previa de acordo com a literatura, algumas funções, como a de sujeito, não estariam disponíveis para a ocorrência de estruturas inalienáveis (ao menos, com nomes de partes do corpo), já que, dessa forma, não poderiam se submeter às restrições impostas à gramática adulta. De fato, nota-se que, nos dados do primeiro grupo de análise, a função sintática de objeto direto do verbo é privilegiada para a ocorrência de estruturas inalienáveis, fato revelado pela frequência de ocorrências nos dados das três crianças: 73,7% dos dados de AC, 75% dos dados de G e 71,4% dos dados de R. Já no segundo grupo de análise, observa-se uma alta frequência para a ocorrência de estruturas inalienáveis como DPs soltos – 36,3% dos dados de AC, 47,3% dos dados de G e 58,9% dos dados de R – e como vocativos – 22,5% dos dados de AC, 15,6% dos dados de G e 28,6% dos dados de R.

3.4.3.4. Discussão sobre os dados

Examinando os dados infantis de posse inalienável, nota-se que algumas ocorrências se deram como o previsto pela literatura, entretanto outras não.

Em relação ao possuidor externo⁹⁴, observou-se que ele nem sempre está na sentença, como mostram as tabelas abaixo^{95, 96}.

⁹⁴ Denotado pelo sujeito da sentença ou o argumento dativo.

⁹⁵ As tabelas contêm também dados de possuidores internos (com o possessivo funcional), porém esses dados não foram analisados nesta pesquisa. Uma análise comparativa entre possuidores externos e internos será realizada em um trabalho futuro. De qualquer forma, não se pode deixar de notar que, quando se trata de posse inalienável, parece haver uma preferência

Possuidor – AC	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;07	T
No contexto	9	10	11	24	18	7	1	80 / 40 %
Na sentença	0	0	1	1	3	7	7	19 / 9,5 %
Com possessivo funcional	0	1	0	11	33	39	17	101 / 50,5 %
TOTAL	9 / 4,5 %	11 / 5,5 %	12 / 6%	36 / 18 %	54 / 27 %	53 / 26,5 %	25 / 12,5 %	200 / 100 %

Tabela 31: Possuidores nos dados de fala de AC

Possuidor - G	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	T
No contexto	3	7	8	5	11	4	38 / 46,3 %
Na sentença	0	0	2	2	5	3	12 / 14,7 %
Com possessivo funcional	0	0	4	5	11	12	32 / 39%
TOTAL	3 / 3,6%	7 / 8,5%	14 / 17,1 %	12 / 14,7 %	27 / 32,9 %	19 / 23,2 %	82 / 100 %

Tabela 32: Possuidores nos dados de fala de G

por estruturas sem possessivo na aquisição do PB (60% das ocorrências coletadas são desse tipo).

[%] Nas tabelas, os possuidores no contexto se referem ao que veio se tratando ao longo da apresentação dos dados por “segundo grupo de análise” e os possuidores na sentença se referem ao que veio se tratando por “primeiro grupo de análise”.

Possuidor - R	1;07 .21	1;08 .00	1;09 .20	2;00 .27	2;03 .06	2;08 .04	3;00 .07	3;04 .15	T
No contexto	24	8	0	4	7	1	5	7	56/ 73,7 %
Na sentença	0	0	0	1	1	2	0	3	7/ 9,2 %
Com possessivo funcional	0	0	0	4	2	0	1	6	13/ 17,1 %
TOTAL	24/ 31,6 %	8/ 10,5 %	0/ 0%	9/ 11,8 %	10/ 13,2 %	3/ 3,9 %	6/ 7,9 %	16/ 21,1 %	76/ 100 %

Tabela 33: Possuidores nos dados de fala de R

Em relação ao total de dados das três tabelas acima, de uma maneira geral, em 82% das ocorrências, o possuidor externo está no contexto, ou seja, é o tópico discursivo, o que fere a propriedade que diz respeito à dependência referencial (compartilhada por construções inalienáveis e anáforas). Em apenas 18% das ocorrências ele está presente na sentença. Talvez isso seja decorrente da idade das crianças. Retomando o estudo de Pérez-Leroux *et al.* (2002), percebe-se que o grupo de informantes mais jovens tinha entre 3;02 e 5;02 anos. As crianças desta pesquisa, no entanto, tem de 1;07 a 3;07⁹⁷. Além disso, observou-se que há muitas estruturas como DPs soltos, o qual não tem lugar para abarcar um possuidor.

Observa-se que, nos dados do segundo grupo de análise, o tipo de nome mais recorrente é o de parentesco, já quando o possuidor externo está na sentença, ou seja, nos dados do primeiro grupo de análise, o tipo de nome mais recorrente é o de parte do corpo. Além disso, quando estão presentes o possuidor externo e o nome inalienável de parte do corpo possuído, percebe-se que, tal como acontece na gramática-alvo,

⁹⁷ Seria interessante poder comparar esses dados com dados de fala de PB adulto, porém não foi possível estabelecer essa comparação nesta pesquisa, o que será feito para um trabalho futuro.

essas construções se sujeitam às restrições de anáfora e cadeia lexical discutidas em Guéron (1985), presentes no capítulo 2 dessa dissertação.

Como se pôde notar nos exemplos apresentados nas seções anteriores, nas ocorrências do primeiro grupo de análise, há o NP possuidor (antecedente) presente (dependência referencial), sendo que ele c-comanda o NP parte do corpo (c-comando) e ambos, possuidor e possuído fazem parte da mesma sentença (localidade). Além disso, se sujeitam à restrição da não-distintividade de Guéron (1985), caso em que, sendo elos de uma cadeia, o referente do NP possuidor é o mesmo do NP possuído. Observa-se também que não há diferença entre construções do tipo IA-1 e IA-2.

Em relação ao verbo, notam-se duas propriedades. A primeira se refere ao fato de não haver distinção quanto ao tipo lexical do verbo, ou seja, em PB não se distingue verbo de ação gestual de verbo de ação não gestual para a posse inalienável (diferentemente do francês e do espanhol). Vêm-se exemplos tanto com o verbo *lavar*, como em (99a), quanto com o verbo *abrir* (a boca), como em (99b).

- (99) a. *ele* quer lavar *as mãos*. (AC 2;03)
b. x *ele* [/] *ele* abriu *a boca*. (AC 3;00)

Com isso, deve-se postular que para o PB, de acordo com Guéron (1985), há uma reanálise generalizada de verbos como pronominais em LF, fazendo com que eles subcategorizem apenas um dos dois NPs, como dita uma das restrições de cadeia lexical. É preciso ainda verificar a exatidão desta análise para os dados adultos, mas é fato que os dados infantis revelam a mesma propriedade, qualquer que seja ela.

A segunda propriedade dos verbos se refere à restrição dos adjetivos em construções inalienáveis. Percebe-se que estruturas com adjetivos são permitidas quando há o verbo *ser*, *estar* ou *ter* na construção, e esse fato concorda com o que Guéron (1985), baseada em Kayne (1975), propõe.

- (100) mas *essa* tá com *uma boca* fechada [*]. (AC 2;08)
(101) é [/] é *ele* tem *o olho* bonito! (AC 2;08)
(102) é [/] é po(r)que [*] *eu* não tenho *cabelo* g(r)ande [*]. (AC 3;00)
(103) olha aqui, *ela* tem *um cabelo* compidos [*]. (AC 3;07)

(104) tem *um bracinho* bem pequenininho (AC 3;07)

No entanto, observa-se igualmente a ocorrência de sentenças como abaixo, inesperadas para a análise de Guéron (1985).

(105) eles não # não # *eles* tem *bacinhos*, né? (AC 3;07)

(106) *ela* tem *olho*. (G 2;08)

(107) é, *ela* tem o *cabelo* +... (G 3;00)

(108) *O Cé* num tem *mão* (R 2;08.04)

(109) [Num tem *mão* mesmo assi (R 2;08.04)

Porém, em (105), (106), (108) e (109) não há o determinante⁹⁸, o que pode influenciar na interpretação e em (107) há o determinante definido, porém nota-se que a fala da criança foi suspensa. Dessa forma, ela poderia ter continuado a sentença com um adjetivo, o que elimina a possibilidade de qualquer decisão com base nela.

Em relação à função sintática que desempenha o possuidor externo, nota-se, de acordo com os dados acima que eles são, quase sempre, sujeitos, exceto pelo dado (110), em que o possuidor externo aparece como objeto direto do verbo *cobrir*.

(110) agora vou *cobri(r) eles* # com esse negócio pra não <&fic> [//] pra num *bate(r) sol na cara*[>]. (R 3;04.15)

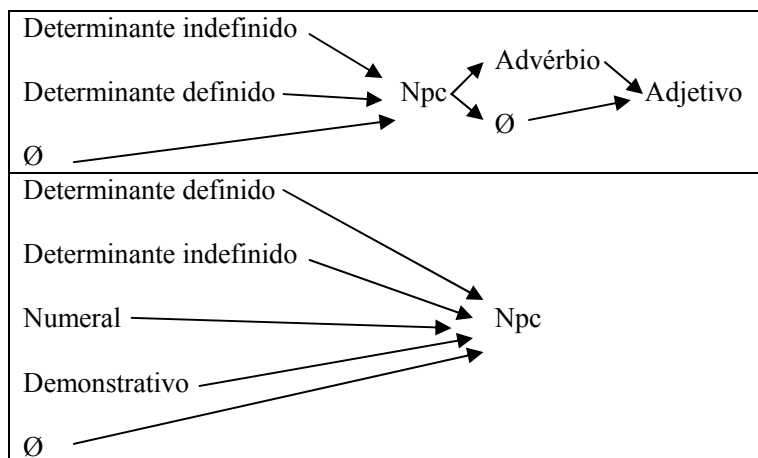
Nomes relacionais ou de parentesco não são citados no estudo de Guéron (1985), porém observa-se o mesmo comportamento em relação às restrições acima citadas com esses tipos de nomes quando está presente o possuidor externo⁹⁹. Segundo Floripi e Nunes (2009), que realizam um estudo especializado sobre esses tipos de nomes em PB, a

⁹⁸ Além disso, são singulares. Castro (2006) afirma que é possível, em estruturas inalienáveis, nomes relacionais, ao menos, serem *bare plurals*. No entanto, a autora nada fala acerca de *bare singulars* nem de construções com nomes de partes do corpo, talvez porque *bare singulars* não sejam possíveis em PE, só em PB.

⁹⁹ Porém, nada parece obrigar esse comportamento, já que esses tipos de nomes parecem ser independentes referencialmente, pois podem aparecer em posições em que não são vinculados, como a posição de sujeito, por exemplo. Na verdade, é necessário um estudo mais aprofundado acerca desses tipos de nomes inalienáveis para que se possa formular hipóteses claras sobre o seu funcionamento. Para tanto, um estudo, baseado em Floripi e Nunes (2009) será realizado em breve.

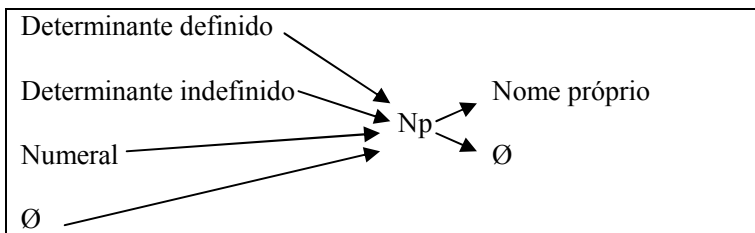
causa deste comportamento é o fato de eles, assim como os nomes de partes do corpo, poderem também apresentar um comportamento anafórico¹⁰⁰.

Em relação à estrutura do sintagma que leva o nome inalienável, seguem, abaixo, três quadros mostrando a estrutura completa possível na aquisição do PB, de acordo com os dados de AC, G e R (considerando os dois grupos de análise). O primeiro quadro diz respeito à estrutura com nomes de partes do corpo (na parte de cima, as estruturas possíveis com adjetivos presentes; na parte de baixo, as estruturas possíveis sem adjetivos), o segundo quadro se refere à estrutura com nomes de parentesco e o terceiro quadro se refere à estrutura com nomes relacionais.

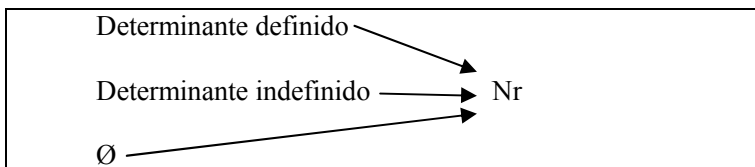


Quadro 5: Estrutura inalienável com nomes de partes do corpo, conforme os dados de AC, G e R

¹⁰⁰ Exceto pelo fato de que, nas sentenças com o NP parte do corpo, houve uma ocorrência com o possuidor realizando a função de objeto indireto.



Quadro 6: Estrutura inalienável com nomes de parentesco, conforme os dados de AC, G e R



Quadro 7: Estrutura inalienável com nomes relacionais, conforme os dados de AC, G e R

Em relação aos determinantes, observa-se que os três tipos de nomes inalienáveis – partes do corpo, parentesco e relacionais – podem ser introduzidos por definidos, indefinidos ou nenhum determinante.

De acordo com a análise apresentada por Castro (2006) e também com o que se observa na gramática alvo, apenas têm a interpretação inalienável os nomes nus plurais com nomes relacionais e de parentesco, como em (111a-b), mas não com nomes de partes do corpo, como em (111c). Por outro lado, nesse mesmo contexto, estruturas com nomes nus singulares não são gramaticais ou, pelo menos, não têm interpretação inalienável com nenhum dos tipos de nomes.

- (111) a. Eu abracei *amigos* / **amigo*.
 b. Eu abracei *tios* / **tio*.
 c. #Eu lavei *mãos* / #*mão*.

No entanto, percebe-se nos dados das crianças o aparecimento de DPs nus singulares em que ocorrem nomes de partes do corpo (em ambos os grupos de análise), como em (112a) e (112c); relacionais (apenas no segundo grupo de análise), como em (112d), e de parentesco (em ambos os grupos de análise), como em (112b) e (112e).

- (112) a. ela tem *olho*. (G 2;08)¹⁰¹
b. tem *irmãzinhas* # ah, tem *irmãzinhas*. (AC 3;07)
c. *boca*. (R 1;07.21)
d. (*a*)*miguinha* [*]. (AC 1;08)
e. xx *tio* deu. (G 1;10)

No entanto, é possível que o motivo para esse tipo de ocorrência seja, nos dados do primeiro grupo de análise, o tipo de verbo – *ter* –, que parece influenciar de alguma forma o comportamento das construções inalienáveis. No caso dos dados do segundo grupo de análise, o motivo parece ser a idade das crianças, já que a maiorias dessas ocorrências se dá em faixas etárias mais jovens. Em faixas etárias mais velhas, observa-se o uso dessas estruturas em contextos de resposta ou em vocativos.

Apenas foram introduzidos por numerais, de acordo com os dados coletados do primeiro grupo de análise, nomes de partes do corpo e de parentesco. Porém, nada impede o aparecimento desse determinante com nomes relacionais, como mostra (113c).

- (113) a. A Maria tem *cinco* dedos.
b. A Maria tem *cinco* filhas.
c. A Maria tem *cinco* amigas.

E, por fim, só foram introduzidos por demonstrativos os nomes de partes do corpo do segundo grupo de análise. No entanto, de acordo com dados do PB adulto, como em (114), e com a pesquisa de Pérez-Leroux (2002), o demonstrativo não privilegia a leitura inalienável, nem com nomes de partes do corpo, nem com relacionais como mostra (114b) ou de parentesco como se vê em (114c).

- (114) a. #A Maria lavou *essa* mão.
b. #A Maria abraçou *esse* tio.

¹⁰¹ É interessante notar que neste exemplo a criança está descrevendo um brinquedo (uma estrela, especificamente). Pelo fato de não ser banal um brinquedo ter olho (como seria com respeito a um ser humano) é possível que, neste caso, não tenha uma especificação qualquer (como um adjetivo, por exemplo). Caso se tratasse de um ser humano, é possível que a sentença só tivesse a interpretação inalienável se houvesse uma especificação (*verde*, por exemplo).

c. #A Maria abraçou *essa amiga*.

Porém, de acordo com a pesquisa de Pérez-Leroux *et al.* (2002), o uso desse determinante pode ser explicado pelo fato de que crianças que se encontram na faixa etária dos 3;02 aos 5;02 (tal qual as informantes dessa pesquisa) não diferenciam os tipos de determinantes.

Além disso, nomes de partes do corpo podem ser acompanhados por advérbios (no primeiro grupo de análise) e adjetivos (desde que esteja presente o verbo *ter*, como se discutiu acima) (em ambos os grupo de análise, embora o primeiro grupo seja privilegiado com maior frequência dessas estruturas) e nomes de parentesco podem ser acompanhados por nomes próprios (no segundo grupo de análise).

Em relação às funções que o sintagma inalienável pode desempenhar (em ambos os grupos de análise), é interessante notar que há certas restrições quanto ao tipo de nome inalienável. O quadro abaixo mostra que tipos de nomes desempenham cada função sintática, de acordo com os dados coletados de AC, G e R¹⁰².

	S	OD	OI	SSC	PSC	ADJ vp	VO C	DPs
AC	Np	Np Npc	Npc Nr	Np Npc	Np Npc	Np Npc	Np Nr	Np Npc Nr
G	Np Nr	Np Npc	Np	Np	Np Npc	Np Npc	Np	Np Npc Nr
R	Np	Np Npc	Npc	Ø ¹⁰³	Np	Np Npc	Np	Np Npc

Quadro 8: Tipos de nomes inalienáveis versus função sintática

Observa-se, no quadro 8 acima, que a função de sujeito está restrita a ser realizada por nomes inalienáveis [+animados] (nomes de parentesco e nomes relacionais), bem como vocativos. E isso ocorre de acordo com o que postularam Dahl e Koptjevskaja-Tamm (2001).

¹⁰² É importante lembrar, aqui, que *Np* se refere a nomes de parentesco, *Npc* se refere a nomes de partes do corpo e *Nr* se refere a nomes relacionais.

¹⁰³ O símbolo (Ø), nesta tabela, se refere ao fato de R não ter nenhuma ocorrência de estrutura inalienável funcionando como sujeito da *small clause* (SSC).

Não se nota nenhum nome relacional desempenhando as funções de objeto direto do verbo, de sujeito da *small clause*, de predicado da *small clause* e de adjunto do verbo. Essas funções parecem ser desempenhadas apenas por nomes de parentesco e de partes do corpo nos dados infantis. Porém, o fato de haver poucas ocorrências de nomes relacionais não nos permite aprofundar esse aspecto.

Por outro lado, a função de objeto indireto do verbo pode ser desempenhada pelos três tipos de nomes inalienáveis (nomes de parentesco, nomes relacionais e nomes de partes do corpo), bem como DP soltos.

Por fim, cruzando-se as estruturas inalienáveis com as funções sintáticas que elas desempenham, observa-se que estruturas com adjetivos e nomes de partes do corpo (determinadas por definidos, indefinidos ou sem determinante) aparecem realizando objetos diretos do verbo (OD) ou predicados da *small clause* (PSC). Estruturas com nomes próprios e nomes de parentesco aparecem em DPs soltos (DPs) ou realizando a função sintática de predicado da *small clause* (PSC). Em relação às estruturas com nomes inalienáveis introduzidos ou não por determinantes, nota-se que aqueles introduzidos por demonstrativos e numerais realizam apenas as funções de sujeito da *small clause* (SSC) e objeto direto do verbo (OD), respectivamente. Estruturas introduzidas pelo determinante indefinido aparecem como DPs soltos (DPs) e também desempenham as funções de objeto direto do verbo (OD), predicado da *small clause* (PSC) e sujeito (S). E estruturas sem determinante e estruturas introduzidas pelo determinante definido realizam praticamente as mesmas funções, com a diferença que as últimas desempenham a função de objeto indireto do verbo (OI) enquanto as primeiras aparecem em vocativos (VOC), já que vocativos aparecem sempre sem determinante.

Nestas últimas seções observou-se como se dá a aquisição de estruturas inalienáveis no PB infantil, tendo por base teórica o que foi apresentado no capítulo 2 dessa dissertação. A seguir, apresentam-se as considerações finais da presente pesquisa, retomando os resultados mais relevantes apresentados neste capítulo e estabelecendo um paralelo com o que foi apresentado e discutido nos capítulos anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foram examinadas duas estruturas de posse – a funcional e a inalienável – e também a aquisição das mesmas por crianças falantes nativas de PB. De acordo com o que foi apresentado na metodologia (seção 3.4.1 do capítulo 3), do total de dados recolhidos (645 dados) das três informantes desta pesquisa – AC, G e R –, 2/3 são de posse funcional (433 dados) e 1/3 são estruturas de posse inalienável (212 dados).

Observa-se que, no total, há mais construções de posse funcional do que de posse inalienável, porém é preciso lembrar que, nesta pesquisa, apenas foram examinadas as estruturas inalienáveis constituídas por *determinante (nulo ou realizado) + nome inalienável*¹; a análise das estruturas inalienáveis constituídas por *determinante + possessivo + nome inalienável*², ficarão para um trabalho futuro.

De acordo com os dados recolhidos, observou-se que a posse inalienável que se sujeita às restrições impostas à gramática adulta só aparece nos dados infantis a partir dos 2;01, enquanto a posse funcional aparece a partir dos 1;07. Essa ocorrência tardia da posse inalienável de fato talvez se dê pelo fato de a criança necessitar de conhecimentos sintático-semânticos mais complexos do que são necessários para produzir a posse funcional.

Em relação às estruturas funcionais, apresentou-se, no capítulo 1 dessa dissertação, a discussão presente na literatura sobre o que são os possessivos. Segundo os autores pesquisados, possessivos são elementos funcionais que designam uma relação de posse entre um possuidor e um possuído. Quanto ao estatuto categorial, podem ser classificados, por um lado, como adjetivos ou substantivos e, por outro, como adjetivos ou determinantes. No entanto, observou-se que esse tipo de divisão tipológica baseada em critérios morfológicos não pode ser aplicada aos dados do português, tendo sido adotada, então, a visão baseada em critérios distribucionais de Cardinaletti (1998 *apud* CASTRO, 2006).

Em relação ao paradigma de possessivos, apresentaram-se o sistema padrão e o sistema atual do PB. Observou-se, por meio do paralelo estabelecido entre esses dois paradigmas, que, com a entrada de formas de tratamento e toda a mudança desencadeada por ela, o sistema de possessivos do PB se tornou um sistema misto, com possessivos

¹ Estrutura de possuidor externo, segundo Vergnaud e Zubizarreta (1992).

² Estrutura de possuidor interno, segundo Vergnaud e Zubizarreta (1992).

simples e preposicionados, sendo a variação, ao menos para a 3ª pessoa, dependente do antecedente que o possessivo toma, conforme o estudo de Müller (1997).

O quadro resumitivo abaixo apresenta as principais propriedades dos possessivos, de acordo com a forma sob a qual se apresenta.

	Possessivos simples	Possessivos preposicionados
Morfológicas	Concordam em pessoa-número com o possuidor e em número e gênero com o possuído	Concordam em pessoa-número (e gênero na 3ª pessoa) com o possuidor
	Apresentam uma forma para cada pessoa gramatical, porém esta forma pode não ser exclusiva	Apresentam formas para todas as pessoas gramaticais (com restrições para a 1ª e 2ª pessoa do singular (<i>eu</i> e <i>tu</i>) e do plural (<i>nós</i> e <i>vós</i>))
Distribucionais	Podem ocorrer em posição pré ou pós-nominal	Ocorrem apenas em posição pós-nominal
	Atribuem leitura acerca da definitude ao sintagma de acordo com a posição em que ocorrem	O determinante com o qual os possessivos se combinam atribui leitura acerca da definitude ao sintagma
Temáticas	Podem desempenhar os papéis temáticos de Possuidor, Agente/Experienciador e Tema, sendo de 1ª, 2ª ou 3ª pessoa.	Os de 1ª e 2ª pessoa do singular devem estar na forma oblíqua e apenas realizam o papel temático de Tema. Os de 3ª pessoa do singular ou do plural e os de 1ª e 2ª pessoa do plural (<i>da gente</i> e <i>de vocês</i>) se comportam como os simples.

Quadro 1: Quadro resumitivo das principais propriedades dos possessivos (simples e preposicionados)

Por fim, discutiu-se a análise adotada para os dados do português. Frente aos problemas da análise clássica, a análise de Castro (2006) se mostrou uma boa alternativa. Em relação ao problema da análise transformacional (que versa sobre o paralelo traçado entre a posição que o possessivo aparece e o papel temático que realiza), Castro (2006) propõe que os possessivos são gerados na posição de superfície, dispensando a operação de movimento. E com respeito ao problema do licenciamento assimétrico, Castro (2006), reformulando a tipologia de

Cardinaletti (1998 *apud* CASTRO, 2006), afirma que possessivos pré-nominais não são sujeitos do DP (ocupando Spec, XP), mas sim clíticos (ocupando D).

A análise dos dados funcionais infantis mostra que, em relação à ordem de aparecimento, de uma maneira geral, os possessivos simples (pré-nominais) aparecem antes dos possessivos preposicionados. E quanto à ordem de aparecimento em relação às pessoas do discurso, a ordenação seguida é: 1ª pessoa > 3ª pessoa > 2ª pessoa.

Os dados funcionais referentes à 3ª pessoa corroboram a análise de Müller (1997). Ou seja, para se referir à 3ª pessoa, as crianças usaram, mormente, o possessivo preposicionado *dele*, ao invés do possessivo simples *seu* – excetuando-se apenas um dado com este possessivo, que se encontra em contexto de narrativa –, já que na fala infantil analisada também não se pôde notar a ocorrência de possuidores genéricos, apenas referenciais.

Em relação às propriedades dos possessivos, observa-se que, com respeito às propriedades morfológicas, os dados infantis não apresentam distinção do padrão adulto: possessivos simples concordam em número-pessoa com o possuidor e em gênero e número com o possuído, enquanto preposicionados concordam em número-pessoa e gênero (no caso da 3ª pessoa) com o possuidor e não concordam com o possuído. Em relação à concordância de número, dados de fala infantil corroboram a análise proposta por Costa e Figueiredo Silva (2006 *apud* CASTRO, 2006), segundo a qual o plural no PB é um morfema sozinho. No entanto, diferentemente da gramática-alvo, percebe-se, entre os dados infantis, formas preposicionadas para todas as pessoas gramaticais.

Quanto às propriedades distribucionais, percebe-se que, da mesma forma que a gramática adulta, na gramática infantil os possessivos simples variam entre as posições pré e pós-nominais, enquanto os possessivos preposicionados aparecem apenas na posição pós-nominal.

Em relação aos determinantes que podem introduzir as estruturas possessivas longo da aquisição, observa-se que, no início, possessivos simples pré-nominais ou preposicionados ocorrem com determinantes definidos ou sem nenhum tipo de determinante, tal qual ocorre no *input*. Na fase seguinte, aparecem os determinantes indefinidos, restritos aos possessivos simples pós-nominais e aos possessivos preposicionados, como na gramática-alvo. Posteriormente, aparecem determinantes definidos co-ocorrendo com possessivos simples pós-nominais, o que,

no entanto, não é uma estrutura gramatical, ou, ao menos, preferida na gramática adulta. Por fim, aparecem os demonstrativos, co-ocorrendo com possessivos pré-nominais, que é a forma preferida no PB adulto, segundo Castro (2006).

Assim como se observa na gramática adulta, na gramática infantil a estrutura preferida para a ocorrência de possessivos (simples ou preposicionados) é aquela em que há o determinante definido. A função privilegiada para a ocorrência dessas estruturas são aquelas que ocupam a posição de complemento, tais como objeto do verbo e predicado da *small clause*, além de também ter uma alta frequência de estruturas funcionais como DPs soltos. Uma pesquisa futura ainda deve determinar, no entanto, se a preferência é dos possessivos ou se é uma característica da gramática infantil começar com DPs mais complexos na posição de objeto.

A propriedade de adjacência estrita, apontada por Castro (2006), é respeitada também na gramática infantil. Porém, observa-se em um dado a ocorrência de algo não identificado fonologicamente entre o determinante e o possessivo simples pré-nominal. De acordo com a propriedade de adjacência estrita, esse algo não identificado fonologicamente só poderia ser um advérbio fraco. Embora a criança já produza, neste mesmo arquivo, construções com advérbios fracos, tais como *já* e *ainda*, não há como saber se ela produziu um deles em uma estrutura possessiva.

Com respeito às propriedades temáticas, nota-se que, dentre os dados coletados, os possessivos (simples ou preposicionados) realizam o papel de Possuidor em quase todas as ocorrências, exceto por duas ocorrências, nas quais o possessivo (simples) realiza o papel de Agente. Em relação à gramática adulta foi encontrada uma diferença: na gramática infantil, ocorrem dados com possessivos preposicionados de 1ª pessoa sob a forma oblíqua realizando o papel de Possuidor e dados com possessivos preposicionados de 2ª pessoa, sendo este formado pela forma reta de 2ª pessoa preposicionada (isto é, sequer se encontra sob a forma oblíqua), realizando também o papel temático de Possuidor.

A análise de Castro (2006) em relação aos dados de aquisição de possessivos do PB se mostra como uma boa alternativa, já que desde as primeiras faixas etárias analisadas podem se encontrar possessivos simples pré-nominais. Se movimento fosse necessário, como postula a análise clássica, nas primeiras faixas etárias deveria haver apenas possessivos simples pós-nominais ou possessivos preposicionados (que

também só ocupam essa posição), para, então, a ocorrência de possessivos pré-nominais ser licenciada.

Em relação às estruturas inalienáveis, apresentou-se brevemente, no capítulo 2 dessa dissertação, as divergências encontradas na literatura sobre o que é considerado (posse) inalienável. Observou-se que ainda não há um consenso sobre o que se considera (in)alienável dentre os autores pesquisados, porém em relação aos nomes inalienáveis abordados nesta pesquisa parece não haver discussão, sendo que as duas pesquisas expostas aqui tratam apenas de nomes de partes do corpo, por exemplo.

Em relação à análise adotada no presente trabalho, apresentou-se a abordagem de Guéron (1985), que trata apenas de estruturas inalienáveis constituídas de *determinante* + *nome* (sem a inclusão do possessivo); esse determinante definido é considerado uma anáfora pronominal, responsável pela leitura inalienável atribuída aos sintagmas nominais (que carregam nomes semanticamente inalienáveis) em línguas como o francês. Em línguas como o inglês, por ser esse determinante definido como um operador (em construções IA-1), a leitura inalienável não é possível.

Além disso, Guéron (1985) ainda propõe que as construções inalienáveis (IA-1 e IA-2) se sujeitam às restrições de anáfora e cadeia lexical, além da restrição da não-distintividade, o que faz com que seu modelo resulte em uma simplificação da gramática frente aos modelos propostos anteriormente, como ela argumenta.

Apresentou-se também um estudo comparativo realizado por Pérez-Leroux *et al.* (2002) que não segue a abordagem de Guéron (1985), mas a de Vergnaud e Zubizarreta (1992), e apresenta resultados interessantes em relação ao comportamento do determinante definido em estruturas inalienáveis em línguas como o espanhol e o inglês.

Segundo a pesquisa desses autores, o determinante definido é interpretado em estruturas inalienáveis por crianças falantes de ambas as línguas. Porém, à medida que as crianças ficam mais velhas (ou adultas), aquelas falantes do inglês restringem essa interpretação com o determinante definido para contextos de PP locativo, enquanto aquelas falantes do espanhol restringem o tipo lexical de verbo que está em jogo.

Por fim, realizou-se uma breve discussão com respeito aos tipos de nomes semanticamente inalienáveis. Observou-se que os nomes de parentesco, nomes relacionais e nomes de partes do corpo não apresentam exatamente o mesmo comportamento em contextos de posse

inalienável, tanto em relação ao tipo de determinante com os quais co-ocorrem quanto em relação à função sintática que podem realizar.

A análise dos dados inalienáveis infantis mostra que, diferentemente da gramática adulta, o possuidor externo nem sempre está na sentença em que se encontra o nome inalienável possuído. Porém, nota-se que, à medida que as crianças vão ficando mais velhas, o possuidor e o objeto possuído passam a estar presentes na mesma sentença, tal qual acontece na gramática-alvo.

Quando este possuidor se encontra na sentença observa-se que a construção inalienável se sujeita às restrições de anáfora, cadeia lexical e de não-distintividade, descritas por Guéron (1985), seja com nomes de partes do corpo, como mostra o estudo de Guéron (1985), seja com nomes de parentesco ou relacionais, como mostram os dados infantis do presente trabalho.

Além disso, quando o possuidor externo está presente na sentença, observa-se que, na quase totalidade das ocorrências, ele desempenha a função de sujeito (exceto por uma ocorrência em que ele realiza a função de objeto direto). Diferentemente do francês e do espanhol, o possuidor externo, em PB, não ocorre como um dativo.

Também diferentemente do francês e do espanhol, em PB não há distinção em relação ao tipo lexical do verbo – se este denota ação gestual ou não –, mas não pelo fator da baixa idade, como apontado no estudo de Pérez-Leroux *et al.* (2002), e sim porque, adaptando o que propõe Guéron (1985) aos dados do PB adulto, esta é uma língua em que há uma reanálise generalizada de verbos como pronominais em LF, fazendo com que eles subcategorizem apenas um dos dois NPs, como dita uma das restrições de cadeia lexical. A adequação dessa análise aos dados do PB adulta ainda espera estudo detalhado das construções.

De acordo com o que postula Guéron (1985) para o francês, baseada em Kayne (1975), na gramática infantil, estruturas com adjetivos são permitidas apenas quando há o verbo *ser*, *estar* ou *ter* na construção. Não se verifica no PB infantil, no entanto, a impossibilidade de retirar o adjetivo em construções como *ele tem os olhos verdes*, que existe no francês e também no PB adulto.

Em relação aos diferentes tipos de nomes inalienáveis (partes do corpo, parentesco e relacionais), observa-se que os dados infantis, de fato, apresentam um comportamento diferenciado.

Em relação à ordem de aparecimento, na fala de duas das três informantes os diferentes tipos de nomes aparecem simultaneamente no

primeiro arquivo. Em relação aos dados quantitativos, nomes de parentesco, de uma maneira geral, têm mais ocorrências, sendo seguidos de nomes de partes do corpo e, por último, de nomes relacionais, que apresentam baixa frequência dentre os dados coletados.

Em relação aos determinantes que esses nomes tomam, observa-se que todos podem ser introduzidos por definidos, indefinidos ou nenhum determinante. No entanto, no caso de nomes nus, a gramática infantil se comporta de maneira diferente da gramática adulta, permitindo que esses nomes sejam singulares. Observa-se também que nomes de partes do corpo e de parentesco podem ser introduzidos por numerais, tal qual na gramática-alvo. Além disso, nomes de partes do corpo podem ser introduzidos por demonstrativos, o que não se observa no PB adulto. Porém, de acordo com Pérez-Leroux *et al.* (2002), crianças muito jovens (como as informantes dessa pesquisa) não diferenciam tipos de determinantes.

Com respeito às funções sintáticas desempenhadas, nota-se, nos dados infantis, que, de acordo com Dahl e Koptjevskaja-Tamm (2001), a função de sujeito está restrita a ser realizada por nomes inalienáveis [+animados] (nomes de parentesco e nomes relacionais), uma restrição que se estende aos vocativos.

Por fim, de uma forma geral, a estrutura preferida para as construções inalienáveis na fala infantil é aquela constituída por um determinante definido + nome de parentesco ou de parte do corpo, realizando a função de objeto direto, ou ainda como DP solto ou vocativo.

Sabe-se que este é apenas um estudo inicial, que teve como objetivo principal observar e descrever de que forma se dá o aparecimento e a estruturação sintática das construções possessivas funcionais e inalienáveis dentro da fala de crianças, comparando com a fala adulta, dado que o *input* contém um sistema não uniforme, ao menos para a expressão da posse funcional. Como citado na introdução dessa dissertação, os objetivos específicos desta dissertação foram: (i) determinar a idade de aparecimento do uso das estruturas possessivas; (ii) examinar nas diferentes fases quais são as formas que a criança utiliza e (iii) examinar as diferenças entre a gramática infantil e a gramática do adulto, ou seja, a gramática alvo, seja com respeito à posse inalienável, seja com respeito à posse funcional.

Porém muito ainda há por pesquisar em relação às estruturas de posse no PB, especialmente com respeito à posse inalienável, seja com

respeito à gramática adulta ou à gramática infantil, em particular porque o próximo passo será construir hipóteses explicativas para os fenômenos que foram observados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDUIN, J. *A variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa do singular teu/seu na Região Sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC, 2005. Dissertação de mestrado.

AVELAR, J. O. e CALLOU, D. Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais no português brasileiro. In: CASTILHO, A. T. de; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V. e CYRINO, S. M. L. (orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo / Campinas: FAPESP / Pontes Editores, 2007: 375-402.

AVRAM, Larisa. *An introduction to language acquisition from a generative perspective*. Bucharest: Editura Universității din București, 2002.

BARON, I and HERSLUND, M. Introduction. In: BARON, I; HERSLUND, M and SØRENSEN, F. *Dimensions of possession*. TSL 47. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2001: 1-25.

BORGES NETO, J. Os possessivos como indicadores de referência e atribuição. In: *D.E.L.T.A.*, vol. 2, nº 1, 1986: 145-149.

BURZIO, L. *Intransitive verbs and Italian auxiliaries*. Massachusetts: MIT, 1981. Tese de doutorado.

CAMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 36ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

CASTRO, A. *On possessives in portuguese*. Lisboa / Paris: Universidade Nova de Lisboa / Université Paris 8 – Vincennes Saint-Denis, 2006. Tese de doutorado.

CERQUEIRA, V. C. *A sintaxe do possessivo no Português Brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1996. Tese de doutorado.

CERQUEIRA, V. C. Aquisição de possessivos. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, (36): 47-69. Jan/Jun, 1999.

COSTA, J. e SANTOS, A. L.. *A falar como os bebês: o desenvolvimento lingüístico das crianças*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

CUNHA, C. F. da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

CUNHA, C. F. da e CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAHL, Ö and KOPTJEVSKAJA-TAMM, M. Kinship in grammar. . In: BARON, I; HERSLUND, M and SØRENSEN, F. *Dimensions of possession*. TSL 47. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2001: 201-226.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. Clíticos dativos com interpretação possessiva – um estudo. *D.E.L.T.A.*, vol. 5, n° 2, 1989: 241-258.

FLORIPI, S. and NUNES, J. Movement and resumption in null possessor constructions in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (ed.). *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*. LA 142. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2009: 51-68.

FRAURUD, K. Cognitive ontology and NP form. In: FRETHEIM, T. and GUNDEL, J. K. *Reference and referent accessibility*. (Pragmatics and beyond new series 38). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1996: 65-87.

GUASTI, Maria Teresa. *Language acquisition: the growth of grammar*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2002.

GUÉRON, J. Inalienable possession, PRO-inclusion and lexical chains. In: GUÉRON, J; OBENAUER, H. G. and POLLOCK, J.-Y (eds.). *Grammatical representation*. Dordrecht: Foris, 1985: 43-86.

KATO, M. A. Sintaxe e aquisição na teoria de princípios e parâmetros. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 30, n° 4, p. 57-73, dezembro 1995.

KAYNE, R.S. *Parameters and Universals Oxford Studies in Comparative Syntax*. New York: Oxford University Press, 2000.

LOPES, C. R. dos S. e RUMEU, M. C. de B. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In: CASTILHO, A. T. de; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V. e CYRINO, S. M. L. (orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo / Campinas: FAPESP / Pontes Editores, 2007: 419-436.

LOPES, R. E. V. O que a criança não nos diz – o lugar da empiria no modelo chomskiano. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 30, n° 4, p. 83-89, dezembro 1995.

LOPES, R. E. V. (Des)aprendizagem seletiva: argumentos em favor de uma hipótese continuísta para a aquisição. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 36, n° 3, p. 113-139, setembro, 2001.

LUFT, C. P. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino*. 7ª Ed. Porto Alegre: L&PM, 1985. Coleção Universidade Livre.

MEISEL, J. Parâmetros na aquisição. In: FLETCHER, Paul e MACWHINNEY, Brian. *Compêndio da linguagem da criança*. Título original “The handbook of child language”. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997: 21-40.

MENUZZI, S. Sobre a evidência para a maturação de universais lingüísticos. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 36, n° 3, p. 141-166, setembro, 2001.

MIOTO, C. A gramática gerativa e aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 30, n° 4, p. 75-81, dezembro 1995.

MITHUN, M. The difference a category makes in the expression of possession and inalienability. In: BARON, I; HERSLUND, M and SØRENSEN, F. *Dimensions of possession*. TSL 47. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2001: 285-310.

MÜLLER, A. L. de P. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1997. Tese de doutorado.

NEVES, M. H. de M. Possessivos. In: CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do português falado*. Vol. III - As abordagens. Campinas / São Paulo: Editora da UNICAMP / FAPESP, 1993: 149-212.

PÉREZ-LEROUX, A. T.; SCHMITT, C. and MUNN, A. The development of inalienable possession in English and Spanish. In: BOK-BENNEMA, R; HOLLEBRANDSE, B; KAMPERS-MANHE, B e SLEEMAN, P (eds.). *Romance languages and linguistic theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

RIEGEL, M. The grammatical category “Possession” and the part-whole relation in French. In: BARON, I; HERSLUND, M and SØRENSEN, F. *Dimensions of possession*. TSL 47. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2001: 187-200.

SAID ALI, M. *Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª edição. Brasília: Editôra Universidade de Brasília, 1964.

SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. Volume 2. São Paulo: Cortez, 2001: 203-232.

SEDRINS, A. P. *Restrições de extração de argumentos e adjuntos de nome no português brasileiro*. Maceió: UFAL, 2009. Tese de doutorado.

SPANOGHE, A-M. (In)alienability and (in)determination in Portuguese. In: BARON, I; HERSLUND, M and SØRENSEN, F. *Dimensions of possession*. TSL 47. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2001: 227-242.

VERGNAUD, J.-R. and ZUBIZARRETA, M. L. The definite determiner and the inalienable constructions in French and in English. In: *Linguistic Inquiry*, vol. 23, n° 4, Fall 1992: 595-652.

APÊNDICE

Seguem, abaixo, as tabelas de cruzamentos funcionais (estrutura funcional *versus* função sintática desempenhada) das três crianças informantes desta pesquisa (AC, G e R) de acordo com a idade de cada uma delas.

Cruzamento funcional AC 1;08	DPs	T
PFs + N + PP	1	1
TOTAL	1	1

Tabela 1: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 1;08

Cruzamento funcional AC 1;10	DPpv	T
N + PFd	1	1
TOTAL	1	1

Tabela 2: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 1;10

Cruzamento funcional AC 2;03	OD	SSC	PSC	ADJ_{VP}	DPs	DP_{pv}	T
Def. + ? + PFs + N	0	0	0	0	1	0	1
Def. + PFs + N	0	0	0	0	2	0	2
PFs + N	0	1	1	0	4	0	6
PFs + 0	0	0	7	0	0	0	7
Def. + N + PFd	2	0	0	1	6	0	9

Cruzamento funcional AC 2;03	OD	SSC	PSC	ADJ_{VP}	DPs	DP_{PV}	T
N + PFd	0	0	0	0	1	1	2
0 + PFd	0	0	2	0	0	0	2
TOTAL	2	1	10	1	14	1	29

Tabela 3: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 2;03

Cruzamento funcional AC 2;08	S	OD	SS_C	PS_C	AD_{JVP}	AD_{JNP}	VO_C	DPs	DP_{PV}	T
Def. + PFs + N	2	3	4	2	1	3	0	10	0	25
Def. + PFs + 0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
PFs + N	0	2	0	7	0	0	1	0	0	10
PFs + 0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	6
Def. + N + PFd	0	3	2	2	0	0	0	10	1	18
Indef. + N + PFd	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
N + PFd	0	0	0	3	0	0	0	2	0	5
0 + PFd	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	2	10	6	20	1	3	1	23	1	67

Tabela 4: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 2;08

Cruzamento funcional AC 3;00	S	OD	OI	SS_C	PS_C	AD_{JVP}	AD_{JNP}	DPs	TO_P	T
Def. + PFs + N +	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2

Cruzamento funcional AC 3;00	S	OD	OI	SS C	PS C	AD J _{VP}	AD J _{NP}	DPs	TO P	T
PP										
Def. + PFs + N	6	11	4	1	0	6	3	7	1	39
Def. + PFs + 0	3	1	0	0	0	2	0	3	0	9
PFs + N + PP	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PFs + N	7	9	0	1	7	0	0	3	0	27
PFs + 0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	6
Def. + N + PFd	0	6	4	0	2	3	1	4	0	20
Def. + 0 + PFd	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
0 + PFd	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
TOTAL	<i>16</i>	<i>27</i>	<i>8</i>	<i>2</i>	<i>17</i>	<i>11</i>	<i>4</i>	<i>20</i>	<i>1</i>	107

Tabela 5: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 3;00

Cruzamento funcional AC 3;07	S	OD	SSC	PSC	ADJ _{VP}	DPs	TOP	T
Def. + PFs + N	1	0	0	1	3	0	2	7
Def. + PFs + 0	1	0	0	0	0	0	0	1
Demonst. + PFs + 0	0	1	0	0	0	0	0	1
PFs + N	1	0	0	3	0	4	0	8
PFs + 0	0	0	0	3	0	0	0	3
Def. + N + PFs	0	0	1	0	0	0	0	1
Indef. + N + PFs	0	0	0	0	0	1	0	1
Def. + N + PFd	1	1	0	1	0	4	0	7

Cruzamento funcional AC 3;07	S	OD	SSC	PSC	ADJ _{VP}	DPs	TOP	T
0 + PFd	0	0	0	6	0	1	0	7
TOTAL	4	2	1	14	3	10	2	36

Tabela 6: Cruzamento dos dados funcionais de AC aos 3;07

Cruzamento funcional G 1;10	OD	DPpv	T
Def. + N + PFd	1	1	2
TOTAL	1	1	2

Tabela 7: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 1;10

Cruzamento funcional G 2;01	PSC	DPs	T
Def. + N + PFd	1	3	4
TOTAL	1	3	4

Tabela 8: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 2;01

Cruzamento funcional G 2;03	S	OD	OI	PSC	ADJ _{NP}	DPs	T
Def. + PFs + N + PP	0	0	0	1	0	0	1
Def. + PFs + N	0	0	1	0	1	0	2
Def. + PFs + 0	4	1	1	0	0	0	6
PFs + N	0	1	0	0	0	0	1
PFs + 0	0	0	0	1	0	0	1
Def. + N + PFd	0	2	1	6	0	1	10

Cruzamento funcional G 2;03	S	OD	OI	PSC	ADJ NP	DPs	T
0 + PFd	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL	4	4	3	9	1	1	22

Tabela 9: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 2;03

Cruzamento funcional G 2;08	S	OD	OI	PSC	ADJ VP	DPs	T
Def. + PFs + N	1	0	2	1	0	2	6
PFs + N	0	1	0	0	0	0	1
PFs + 0	0	0	0	4	0	0	4
Def. + N + PFd	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	1	1	2	5	1	2	12

Tabela 10: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 2;08

Cruzamento funcional G 3;00	S	OD	CN	SSC	PSC	ADJ VP	ADJ NP	DPs	T
Def. + PFs + N	2	3	0	0	4	0	1	1	11
Def. + PFs + 0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PFs + N	0	2	0	1	0	1	0	2	6
PFs + 0	0	0	0	0	1	0	0	2	3
Def. + N + Adjet. + PFd	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Def. + N + PFd	1	2	1	2	1	0	1	1	9
TOTAL	3	8	1	4	6	1	2	6	31

Tabela 11: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 3;00

Cruzamento funcional G 3;06	S	OD	OI	SSC	PSC	ADJ_{vp}	DPs	T
Def. + PFs + N	2	4	3	1	3	2	3	18
Def. + PFs + 0	5	2	0	1	0	1	1	10
PFs + N + Nome próprio	1	0	0	0	0	0	0	1
PFs + N	2	2	0	0	0	0	1	5
PFs + 0	0	0	0	0	2	0	0	2
Demonst. + PFs + N	0	0	0	0	0	0	1	1
Def. + N + PFd	1	9	0	0	3	1	0	14
Def. + 0 + PFd	1	0	0	0	0	0	0	1
Indef. + N + PFd	2	0	0	0	0	0	0	2
Quantif. + Def. + N + PFd	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	<i>14</i>	<i>18</i>	<i>3</i>	<i>2</i>	<i>8</i>	<i>4</i>	<i>6</i>	<i>55</i>

Tabela 12: Cruzamento dos dados funcionais de G aos 3;06

Cruzamento funcional R 1;07.21	DPs	T
Def. + PFs + N	1	1
TOTAL	<i>1</i>	<i>1</i>

Tabela 13: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 1;07.21

Cruzamento funcional R 1;08.00	DPs	T
0 + PFd	2	2

Cruzamento funcional R 1;08.00	DPs	T
TOTAL	<i>2</i>	<i>2</i>

Tabela 14: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 1;08.00

Cruzamento funcional R 1;09.20	PSC	T
PFs + 0	<i>1</i>	<i>1</i>
TOTAL	<i>1</i>	<i>1</i>

Tabela 15: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 1;09.20

Cruzamento funcional R 2;00.27	OD	OI	SSC	ADJ vp	DPs	T
Def. + N + PFs	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>
Def. + PFs + N	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>3</i>	<i>1</i>	<i>5</i>
PFs + N	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>
PFs + 0	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>1</i>
Def. + N + PFd	<i>3</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>4</i>
TOTAL	<i>4</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>4</i>	<i>2</i>	<i>12</i>

Tabela 16: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 2;00.27

Cruzamento funcional R 2;03.06	OD	PSC	DPs	T
Def. + PFs + N	<i>4</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>6</i>
Quantif. + Def. + PFs + 0 + Adjet.	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>

Cruzamento funcional R 2;03.06	OD	PSC	DPs	T
PFs + 0	0	2	0	2
Def. + N + PFd	0	2	2	4
TOTAL	5	5	3	13

Tabela 17: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 2;03.06

Cruzamento funcional R 2;08.04	OD	SSC	PSC	ADJ vp	DPs	T
Quantif. + Def. + PFs + N	1	0	0	0	0	1
Def. + PFs + N	1	0	1	1	0	3
Def. + PFs + 0	0	0	0	0	1	1
PFs + N	3	1	2	0	0	6
PFs + 0	0	0	1	0	0	1
Def. + N + PFd	0	0	0	0	1	1
TOTAL	5	1	4	1	2	13

Tabela 18: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 2;08.04

Cruzamento funcional R 3;00.07	PSC	DPs	DPpv	T
Def. + PFs + N	0	0	1	1
Quantif. + PFs + 0	0	1	0	1
PFs + N	2	1	0	3
TOTAL	2	2	1	5

Tabela 19: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 3;00.07

Cruzamento funcional R 3;04.15	S	OD	OI	SSC	PSC	DPs	T
Def. + PFs + N	0	0	0	0	1	1	2
PFs + N	0	0	0	0	1	1	2
PFs + 0	0	0	0	0	1	0	1
Def. + N + PFd + PP	0	0	0	0	0	1	1
Def. + N + PFd	2	2	3	1	1	1	10
0 + PFd	0	0	0	0	2	1	3
TOTAL	2	2	3	1	6	5	19

Tabela 20: Cruzamento dos dados funcionais de R aos 3;04.15

Seguem, abaixo, as tabelas de cruzamentos inalienáveis (estrutura inalienável *versus* função sintática desempenhada) das três crianças informantes desta pesquisa (AC, G e R) de acordo com a idade de cada uma delas.

Cruzamento inalienável AC 1;08	DPs	T
Def. + N	2	2
0 + N	7	7
TOTAL	9	9

Tabela 21: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 1;08

Cruzamento inalienável AC 1;10	S	SSC	VOC	DPs	T
Def. + N	2	1	0	3	6
0 + N	0	0	1	3	4
TOTAL	2	1	1	6	10

Tabela 22: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 1;10

Cruzamento inalienável AC 2;01	S	OD	PSC	VOC	DPs	T
0 + N + Nome próprio	0	0	1	0	2	3
Def. + N	1	2	1	0	2	6
0 + N	0	0	1	2	0	3
TOTAL	1	2	3	2	4	12

Tabela 23: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 2;01

Cruzamento inalienável AC 2;03	S	OD	SSC	PSC	VOC	DPs	T
0 + N + Adjet.	0	0	0	1	0	0	1
Def. + N	3	2	2	1	0	0	8
0 + N	0	0	3	1	10	2	16
TOTAL	3	2	5	3	10	2	25

Tabela 24: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 2;03

Cruzamento inalienável AC 2;08	OD	SSC	PSC	VOC	DPs	T
Indef. + N + Adjet.	0	0	1	0	0	1
Def. + N + Adjet.	1	0	0	0	0	1
Def. + N	0	0	1	0	3	4
Indef. + N	1	0	0	0	3	4
0 + N	1	1	4	4	1	11
TOTAL	3	1	6	4	7	21

Tabela 25: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 2;08

Cruzamento inalienável AC 3;00	OD	SSC	PSC	ADJ vp	VOC	DPs	T
Def. + N + Nome próprio	0	0	1	0	0	0	1
0 + N + Adjet.	1	0	0	0	0	0	1
Def. + N	5	0	0	3	0	1	9
Num. + N	1	0	0	0	0	0	1
Demonst. + N	0	1	0	0	0	0	1
0 + N	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	7	1	1	3	1	1	14

Tabela 26: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 3;00

Cruzamento inalienável AC 3;07	OD	OI	T
Indef. + N + Adv. + Adjet.	1	0	1
Indef. + N + Adjet.	1	0	1
Def. + N	0	2	2
Num. + N	1	0	1
0 + N	3	0	3
TOTAL	6	2	8

Tabela 27: Cruzamento dos dados inalienáveis de AC aos 3;07

Cruzamento inalienável G 1;10	S	PSC	T
Def. + N	0	2	2
0 + N	1	0	1

Cruzamento inalienável G 1;10	S	PSC	T
TOTAL	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>

Tabela 28: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 1;10

Cruzamento inalienável G 2;01	DPs	T
Def. + N + Nome próprio	<i>2</i>	<i>2</i>
Def. + N	<i>5</i>	<i>5</i>
TOTAL	<i>7</i>	<i>7</i>

Tabela 29: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 2;01

Cruzamento inalienável G 2;03	S	OD	SSC	PSC	ADJ_{vp}	VO_C	DPs	T
Def. + N	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>6</i>
Indef. + N	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>2</i>	<i>3</i>
0 + N	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>
TOTAL	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>3</i>	<i>10</i>

Tabela 30: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 2;03

Cruzamento inalienável G 2;08	OD	DPs	T
Def. + N	<i>1</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
0 + N	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>2</i>
TOTAL	<i>2</i>	<i>5</i>	<i>7</i>

Tabela 31: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 2;08

Cruzamento inalienável G 3;00	OD	OI	ADJ VP	VOC	DPs	T
Def. + N	6	1	1	0	1	9
Indef. + N	1	0	0	0	0	1
0 + N	0	0	0	5	1	6
TOTAL	<i>7</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>5</i>	<i>2</i>	<i>16</i>

Tabela 32: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 3;00

Cruzamento inalienável G 3;06	S	OD	ADJ VP	T
Demonst. + N	1	0	0	1
Def. + N	1	2	1	4
Indef. + N	1	0	0	1
0 + N	1	0	0	1
TOTAL	<i>4</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>7</i>

Tabela 33: Cruzamento dos dados inalienáveis de G aos 3;06

Cruzamento inalienável R 1;07.21	DPs	VOC	T
Def. + N	10	0	10
Indef. + N	1	0	1
Demonst. + N	2	0	2
0 + N	9	2	11
TOTAL	<i>22</i>	<i>2</i>	<i>24</i>

Tabela 34: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 1;07.21

Cruzamento inalienável R 1;08.00	OD	DPs	T
Def. + N	2	4	6
0 + N	0	2	2
TOTAL	2	6	8

Tabela 35: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 1;08.00

Cruzamento inalienável R 2;00.27	S	OD	DPs	T
Def. + N	1	2	1	4
0 + N	0	0	1	1
TOTAL	1	2	2	5

Tabela 36: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 2;00.27

Cruzamento inalienável R 2;03.06	ADJvp	VOC	T
0 + N	1	7	8
TOTAL	1	7	8

Tabela 37: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 2;03.06

Cruzamento inalienável R 2;08.04	OD	VOC	T
0 + N	2	1	3
TOTAL	2	1	3

Tabela 38: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 2;08.04

Cruzamento inalienável R 3;00.07	S	VOC	DPs	T

Cruzamento inalienável R 3;00.07	S	VOC	DPs	T
0 + N	1	3	1	5
TOTAL	<i>1</i>	<i>3</i>	<i>1</i>	<i>5</i>

Tabela 39: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 3;00.07

Cruzamento inalienável R 3;04.15	OD	OI	PSC	ADJ vp	VO C	DPs	T
Def. + N	1	1	0	1	0	2	5
0 + N	1	0	1	0	3	0	5
TOTAL	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>3</i>	<i>2</i>	<i>10</i>

Tabela 40: Cruzamento dos dados inalienáveis de R aos 3;04.15

Seguem abaixo, os contextos de posse inalienável em que se encontram os dados do segundo grupo de análise exemplificados nas seções 3.4.3.1, 3.4.3.2, 3.4.3.3 e 3.4.3.4 dessa dissertação (A = adulto e C = criança).

(1) Exemplo (59a), (79b) e (91b):

A: quem é que te deu?

C: *papai*. (AC 1;08)

A: o papai deu o tênis pra tí?

(2) Exemplo (59b), (81) e (112d):

A: hum, quem é essa?

C: (*a*)*miguinha* [*]. (AC 1;08)

(3) Exemplo (59c):

A: quem é esse? (se referindo a um palhaço)

C: a *olelha* [*]. (AC 1;08)

(4) Exemplo (61a) e (75a):

A: olha # a Raquel ficou brava aí comigo apontou o dedo.

A: que que é Raquel?

C: a *mamãe*. (R 1;07.21)

A: (es)tá bom # não é para pegar pipoca?

(5) Exemplo (61b), (74a) e (91a):

C: a *mão*. (R 1;07.21) (pedindo pipoca)

A: toma # pronto.

(6) Exemplo (63a), (77b) e (95a):

C: esse aqui é o *tio*. (G 1;10)

C: esse aqui é do tio.

A: é o tio?

A: que que é do tio?

C: esse aqui é o tio.

(7) Exemplo (63b) e (78):

A: ha, e aqui?

C: o *amiguinho*. (G 2;01) (mostrando uma foto)

A: o amiguinho!

A: arrumou um amiguinho lá?

A: como é o nome dele?

C: Marcos [?].

(8) Exemplo (63c):

A: que que é isso aqui da bruxa?

C: um *cabelo*. (G 2;03)

(9) Exemplo (74b):

C: ota *mão*. (R 1;07.21) (pedindo pipoca)

A: tá.

A: enche a mão de pipoca # hem quel?

(10) Exemplo (74c) e (85a):

C: sá *mão*. (R 1;07.21) (pedindo pipoca)

A: na mão # pronto.

(11) Exemplo (74d) e (112c):

A: chega né [""] não é?

C: *boca*. (R 1;07.21) (querendo lavar a boca com sabão)

A: boca não.

A: chega.

(12) Exemplo (75b) e (92a):

C: tá *mamãe*. (R 1;07.21) (dando o microfone para Ester)

A: (vo)cê não quer mais?

(13) Exemplo (76a):

A: que que é aqui? (se referindo a um palhaço)

C: a *barriga*. (AC 1;08)

(14) Exemplo (76b):

A: como que a vaca tá fazendo ó?

A: mu, tá braba xxx.

A: ó, o que que ela tá mexendo agora?

C: o *rabo*. (G 2;08)

(15) Exemplo (77a) e (96a):

C: cadê a *mamãe*? (AC 1;10)

A: cadê a mamãe?

A: tá alí, oh!

A: tá alí.

A (mãe da C): xx.

(16) Exemplo (79a):

A: e aqui o que que é? (se referindo a um palhaço)

C: *olelha* [*].(AC 1;08)

(17) Exemplo (80a), (94b) e (112e):

A: áí, que que mais tu ganhou de presente, me mostra.

A: que que tu ganhou da dinda?

C: xx *tio* deu. (G 1;10)

A: o tio deu?

A: e a boneca que canta, quem deu?

A: quem deu a boneca que canta?

A: ah, deixa eu ver essa toalha bonita.

(18) Exemplo (80b):

A: e o nome disso aqui tu sabe?

A: olha aqui, o que que é isso daqui do elefante ó?

C: *t(r)omba* [*]. (G 2;08)

(19) Exemplo (82):

A: que que é isso aqui?

C: uma *mão*. (G 2;03) (falando de uma boneca)

(20) Exemplo (83):

A: ih, ela que tá dirigindo?

C: chegou lá na escola.

C: uma *amiga* estava ali. (G 3;06)

A: chegou na escola e uma amiga estava ali.

(21) Exemplo (84):

C: a B(r)anca de Neve [*] ganhou um filhinho dela.

A: ah, a Branca de Neve ganhou um filhinho?

C: é, um *filhinho*, um *i(r)mãozinho* [*]. (AC 2;08)

(22) Exemplo (85b):

C: agora eu boto esse aqui.

A: qual tu vai pôr agora?

C: esse daqui.

A: ah, tu vai pôr em mim agora?

A: é?

A: [=!risos].

C: p(r)a [*] deixar esse *cabelo* bem lindo. (AC 3;00)

A: ah, pra deixar esse cabelo bem lindo?

C: deu.

A: o teu já tá lindo.

A: deu?

C: o teu já vai fica(r) +...

(23) Exemplo (85c):

A: onde tu tá colocando o anel?

C: aqui nesse *dedo* que é apertado. (G 3;06)

(24) Exemplo (86):

A: isso aqui é o quê do elefante?

C: é *olelha* [*] (r)osa[*]. (AC 2;03)

(25) Exemplo (91c):

A: quem é que deu pra ti esse sapato?

A: foi a Tata?

C: a *mamãe*. (G 2;01)

(26) Exemplo (92b):

A: olha aqui só um pouquinho, olha pra mãe um pouquinho.

C: não *mãe*, xx. (AC 1;10)

*MAE: só [l] só um minutinho.

A: só um minutinho, deixa só a mamãe fazer uma coisa aqui.

A: pronto!

(27) Exemplo (92c):

C: alô, *papai*! (G 2;03) (falando ao telefone)

C: eu tô b(r)incando (*).

A: está brincando com quem?

A: ó, ele tá falando contigo.

A: está perguntando com quem é que tu tá brincando

(28) Exemplo (93a):

C: tirou a *orelha*. (R 1;08.00) (pega o mickey que está do seu lado)

A: tirou a orelha mesmo.

A: quem quebrou?

A: você lembra quem foi que quebrou essa orelha # desse ratinho?

A: você lembra?

C: quebrou.

(29) Exemplo (93b):

C: ó aqui a *vovó*. (AC 2;01)

A: outra *vovó*.

C: Ma(r)galida [*].

(30) Exemplo (93c):

A: ah, eu tirei a roupa dela pra tomar banho, depois tu foi trabalhar, eu não dei banho nela.

C: deu +...

A: eu só tirei o vestido.

C: tira agora o sapatinho.

A: ah, tira o sapatinho?

C: é, xx, depois eu vou enxaguar o *cabelo*. (G 3;00)

A: ó, tá pronto.

A: olha como ela tá?

A: tu vai dar banho nela?

A: ela chora pra tomar banho ou não?

C: não, ela não chora.

(31) Exemplo (94a):

C: a *mamãe* xx t(r)abalha [*]. (AC 1;10)

A: ah!

A (mãe da C): a mamãe [/] quem é que tá [/] onde é que o papai xx +...

C: t(r)abalha [*] +...

A (mãe da C): hum?

C: a mamãe [*] foi t(r)abalhar [*].

(32) Exemplo (94c):

C: a *mãe* tá aqui (ri)... (R 2;00.27)

C: [a mamãe aqui]

C (irmã da C): [(si)] (baixo volume)

A: A mamãe aí!

A: Tá brincando com o nenê?

A: Você é a mamãe dele?

C: E é

(33) Exemplo (95b):

A: quem é esse?

C: é o Papai Noel.

A: o Papai Noel?

A: e ali do ladinho dele?

C: é [/] é [/] esse aqui é a *vovó*. (AC 2;01)

(34) Exemplo (95c):

A: aí # é teu pai o Dodô?

A: e o Li ?

A: que que é do Li?

C: o Li é *filhinho*. (R 3;04.15)

A: não.
A: é teu namorado.

(35) Exemplo (96b):
A: que que é isso aqui?
C: é onde vai [/] onde vai a *vovó*. (G 2;03)
A: onde vai a *vovó*.
A: é um carro?
C: não, é um t(r)em (*).

(36) Exemplo (97a):
A: deixa eu ver se eu ouço teu coraçãozinho.
C: não!
A: não?
A: só o do bebê?
C: ah!
C: tem [/] faz [/] aqui no *coração*. (AC 3;00)

(37) Exemplo (97b):
A: (vo)cês estragam tudo essas bonecas.
A: essas bonecas são caríssimas.
A: custa um dinheirão!
C: agora # ela [/] agora ela &po [//] molha o paninho lá, molha?
A: não precisa.
A: aqui já (es)tá [//] já tem.
A: ói [= olha] que (vo)cê molhou.
A: nem precisa molha(r) mais.
A: olha!
A: (es)tá limpinho.
A: olha aqui.
C: agora essa.
C: por que (vo)cê (es)tá tirando dos *olho*? (R 3;04.15)
A: não!
A: eu (es)to(u) só tirando a sujeira.

(38) Exemplo (98):
C: ela quer que eu segure. (falando da boneca)
C: chata.
A: ela é chata?

A: e quer que tu segure?
A: xx.
C: ela tá mais molhada xxx.
A: ela tá andando de balanço, agora?
C: não.
C: quer que eu segure?
C: eu coloco com a *dinda*. (G 3;00)
A: a dinda vai segurar?
C: ó.
A: eu sou a dinda dela?
C: é tu.
C: segura que ela vai andar de balanço.